

O MUNDO CONTINUARÁ A GIRAR

Prémio Victor Sá de História Contemporânea
30 anos (1992-2021)



UMinho Editora



UMinho Editora

ORGANIZAÇÃO

Henrique Barreto Nunes

José Viriato Capela

Conselho Cultural da Universidade do Minho

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Manuela Martins

CAPA e DESIGN

Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO

Marisa Mourão

IMPRESSÃO e ACABAMENTOS

Gráfica Diário do Minho

EDIÇÃO UMinho Editora

LOCAL DE EDIÇÃO Braga 2022

DEPÓSITO LEGAL Nº 509521/22

ISBN digital 978-989-8974-84-6

ISBN impresso 978-989-8974-83-9

DOI <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.104>

Não foi imposta a utilização do novo acordo ortográfico aos autores.

Os conteúdos apresentados (textos e imagens) são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

© Autores / Universidade do Minho – Esta obra encontra-se sob a Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

Henrique Barreto Nunes
José Viriato Capela

O MUNDO CONTINUARÁ A GIRAR

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea
30 Anos (1992-2021)



Universidade do Minho
Conselho Cultural

SUMÁRIO

- 9 NOTA INTRODUTÓRIA
Miguel Sopas de Melo Bandeira
- 11 APRESENTAÇÃO
Henrique Barreto Nunes e José Viriato Capela
- MEMÓRIA
- 17 MEMÓRIA SOBRE O PRÉMIO DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA
Victor de Sá, com notas de Henrique Barreto Nunes
- HISTORIOGRAFIA
- 29 TENDÊNCIAS DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA
CONTEMPORÂNEA
José Viriato Capela
- TRABALHOS
- 53 JÚRIS, TRABALHOS CONCORRENTES E RESULTADOS DO
PRÉMIO VICTOR DE SÁ DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
(1992-2021)
- INTERVENÇÕES
- 121 VICTOR DE SÁ
- 125 PORTUGAL E O *PLANO MARSHALL*
Fernanda Rollo
- 131 O MOVIMENTO ASSOCIATIVO ESTUDANTIL NOS INÍCIOS DE
SESENTA – A CRISE ACADÉMICA DE COIMBRA DE 1962
Alvaro Garrido

- 141 SALAZAR E PÉTAIN, CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS
RELAÇÕES LUSO-FRANCESAS DURANTE A II GUERRA
MUNDIAL (1940-1944)
Helena Pinto Janciro
- 149 O MODO PORTUGUÊS DE ESTAR NO MUNDO. O LUSO-
-TROPICALISMO E A IDEOLOGIA COLONIAL PORTUGUESA
(1933-1961)
Cláudia Castelo
- 155 SALAZARISMO E CULTURA POPULAR (1933-58)
Daniel Melo
- 165 CRIME E SOCIEDADE. PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XIX
Maria João Vaz
- 175 A AVENTURA SURREALISTA. DA EXPLOSÃO À EXTINÇÃO DE
UM MOVIMENTO (OU NÃO)
Adelaide Ginga Tchen
- 183 DEBAIXO DE FOGO! SALAZAR E AS FORÇAS ARMADAS
(1935-1941)
Telmo Faria
- 191 REVOLUÇÃO E CIDADANIA. ORGANIZAÇÃO, FUNCIONA-
-MENTO E IDEOLOGIA DA GUARDA NACIONAL (1820-39)
Arnaldo Pata
- 199 SALAZAR E O VATICANO, DA PAZ AO CONFLITO? AS RELA-
-ÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE PORTUGAL E A SANTA SÉ,
1928-1968
Bruno Cardoso Reis
- 209 JAIME CORTESÃO: POLÍTICA, HISTÓRIA E CIDADANIA
Elisa Travessa
- 217 A ASSEMBLEIA NACIONAL NO PÓS-GUERRA (1945-1949)
Rita Almeida de Carvalho
- 219 A LEITURA PÚBLICA NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO
(1926-1987)
Daniel Melo

- 231 VIAGENS E EXPOSIÇÕES D. PEDRO V NA EUROPA DO SÉCULO XIX
Filipa Lowndes Vicente
- 241 AS “CÔRES” DO IMPÉRIO. REPRESENTAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO DO “IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS” NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO ESTADO NOVO
Patrícia Ferraz de Matos
- 249 O DIVÓRCIO NO PORTO (1911-1934): “E AOS COSTUMES DISSE NADA”
Sandra Cristina Martins Costa
- 257 OS JESUÍTAS NAS VÉSPERAS DA I REPÚBLICA: O “NOVO MENSAGEIRO DO CORAÇÃO DE JESUS” (1881-1910)
José António Ribeiro de Carvalho
- 271 COMUNISMO E NACIONALISMO: POLÍTICA, CULTURA E HISTÓRIA NO SÉCULO XX
José Neves
- 279 ANGOLA: OS BRANCOS E A INDEPENDÊNCIA
Fernando Tavares Pimenta
- 285 GOVERNO DE PIMENTA DE CASTRO UM GENERAL NO LABIRINTO DA I REPÚBLICA
Bruno J. Navarro
- 303 MARGEM DE CERTA MANEIRA. O MAOISMO EM PORTUGAL: 1964-1974
Miguel Cardina
- 311 O CAPITAL DA ARQUITECTURA (1929-1970). ESTADO NOVO, ARQUITECTOS E CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS: UMA VISÃO GLOBAL
Joana Rita da Costa Brites
- 323 ESPELHO FRATERNAL. O BRASIL E O REPUBLICANISMO PORTUGUÊS NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX
Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva
- 333 “NOS BASTIDORES DA CORTE”: O REI E A CASA REAL NA CRISE DA MONARQUIA 1889-1908
Pedro Urbano da Gama Machuqueiro

SUMÁRIO

- 347 MEMORIAL DE UM COMPLEXO ARQUITETÓNICO ENQUANTO ESPAÇO MUSEOLÓGICO: MUSEU MACHADO DE CASTRO (1911-1965)
Duarte Manuel Roque de Freitas
- 353 NOVO ESTADO MARCELISTA (1929-1974)
Márcio Sérgio Costa Barbosa
- 363 “PARA QUE MARTE NÃO AFUGENTE AS MUSAS”. A POLÍTICA CULTURAL ALEMÃ EM PORTUGAL E O INTERCÂMBIO ACADÉMICO (1933-1945)
Cláudia Sofia Ninhos da Fonseca
- 367 A &ETC DE VÍTOR SILVA TAVARES - NARRATIVA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA
Emanuel Chaves Pimenta Cabral Cameira
- 369 A ARQUITECTURA DOS SANATÓRIOS EM PORTUGAL: 1850-1970
José Carlos Duarte Rodrigues Avelãs Nunes
- 377 PARTIDOS E POLÍTICA NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL: O CASO DO PARTIDO REGENERADOR (1851-1910)
Patrícia Isabel Gomes Lucas
- 385 “NÃO SEI SE CANTO SE REZO”: AMBIVALÊNCIAS CULTURAIS E RELIGIOSAS DO FADO (1926-1945)
Cátia Sofia Ferreira Tuna
- 393 A MONARQUIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA E A EMI-GRACÃO PARA O BRASIL (1835-1914)
Marina Simões Galvanese
- BIOGRAFIA
- 407 VÍCTOR DE SÁ: UM HOMEM NA HISTÓRIA
Henrique Barreto Nunes
- BIBLIOGRAFIA
- 441 BIBLIOGRAFIA DE VÍCTOR DE SÁ
Manuela Barreto Nunes
- 477 FUNDO MECENÁTICO

NOTA INTRODUTÓRIA

O Conselho Cultural da Universidade do Minho, que coordena e organiza o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, tem vindo ao longo das suas mais de trinta edições continuamente a promover o prestígio e o alcance daquele que, é hoje, um dos principais marcos da inovação historiográfica em Portugal.

Tem sido para todos os que estão envolvidos na organização um grato privilégio dar cumprimento ao legado do Professor Vítor de Sá, sobretudo, de dar sequência à vontade generosa de promover a afirmação e divulgação dos meritórios trabalhos dos jovens investigadores em História Contemporânea.

O Conselho Cultural, mantendo assim os desígnios expressos na Nota de Apresentação da primeira edição do livro – O mundo continuará a girar – edição conjunta com o Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura. Espaço e Memória” (CITCEM), então alusivo à celebração das vinte edições do prémio, onde se recordava: a sua génese; os títulos dos trabalhos concorrentes; e os jovens concorrentes e premiados; bem como os respetivos júris; entendeu agora, no encerramento das comemorações centenárias do nascimento do patrono, preparar uma reedição atualizada, devidamente revista e aumentada, também ela acompanhada de documentação referenciada ao instituidor.

Com mais de três décadas de prémios, confirmamos assim a expressão esperançosa e sempre renovada do contínuo girar do mundo, que a mensagem de Victor de Sá tão pertinentemente nos deixou, como legado de generosidade e desprendimento perante o inexorável devir.

Estamos, pois, desde logo reconhecidos a todos os mecenas que consubstanciam a sustentabilidade do prémio; os concorrentes e os premiados, que tanto o têm dignificado, pondo na ordem do dia o debate historiográfico; os prestigiados membros do Júri e das Comissões Executivas do Prémio, bem como todos os que laboram na sua organização. Finalmente, a grata colaboração da UMinho Editora e do CITCEM, com uma expressão de apreço muito sentido, ao Professor José Viriato Capela, ao Dr. Henrique Barreto Nunes, e às Dras. Francisca Xavier e Cândida Marcelino, pela organização e operacionalização desta segunda edição.

Braga, 16 de novembro de 2022

Miguel Sopas de Melo Bandeira
Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho

APRESENTAÇÃO

O Conselho Cultural da Universidade do Minho, que tutela o PRÉMIO VICTOR DE SÁ DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, decidiu comemorar condignamente o 20º aniversário da sua criação, formalizada em 12 de Julho de 1991.

Entendeu o Conselho Cultural que tal efeméride devia ser celebrada, recordando o seu criador e o gesto generoso, à época de grande ineditismo, que esteve na origem do então denominado, por sua insistência, apenas como Prémio de História Contemporânea (PHC).

Para tal foi programada a realização de um colóquio que reunisse alguns dos membros dos júris do Prémio (*especialistas de reconhecido mérito*, como pretendia Victor de Sá), bem como três dos seus vencedores (*jovens investigadores até à idade de 35 anos*, de acordo com o regulamento), com o intuito de se fazer uma reflexão sobre a história e a historiografia portuguesa contemporânea nos últimos 20 anos.

Entendeu o Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM), Unidade de Investigação da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e das Universidades do Porto e do Minho, associar-se ao Conselho Cultural colaborando nessa celebração através da publicação de um livro que recordasse a génese do Prémio, analisasse os trabalhos concorrentes, recolhesse os nomes dos jovens investigadores e os títulos dos seus trabalhos, bem como os nomes dos professores universitários que integraram os júris das 20 edições do PHC.

No seu núcleo principal, este livro – cujo título é retirado de uma frase de Victor de Sá, datada de 1993, publicada em “Legendas para uma memória” – reproduz ainda os textos das intervenções dos vencedores

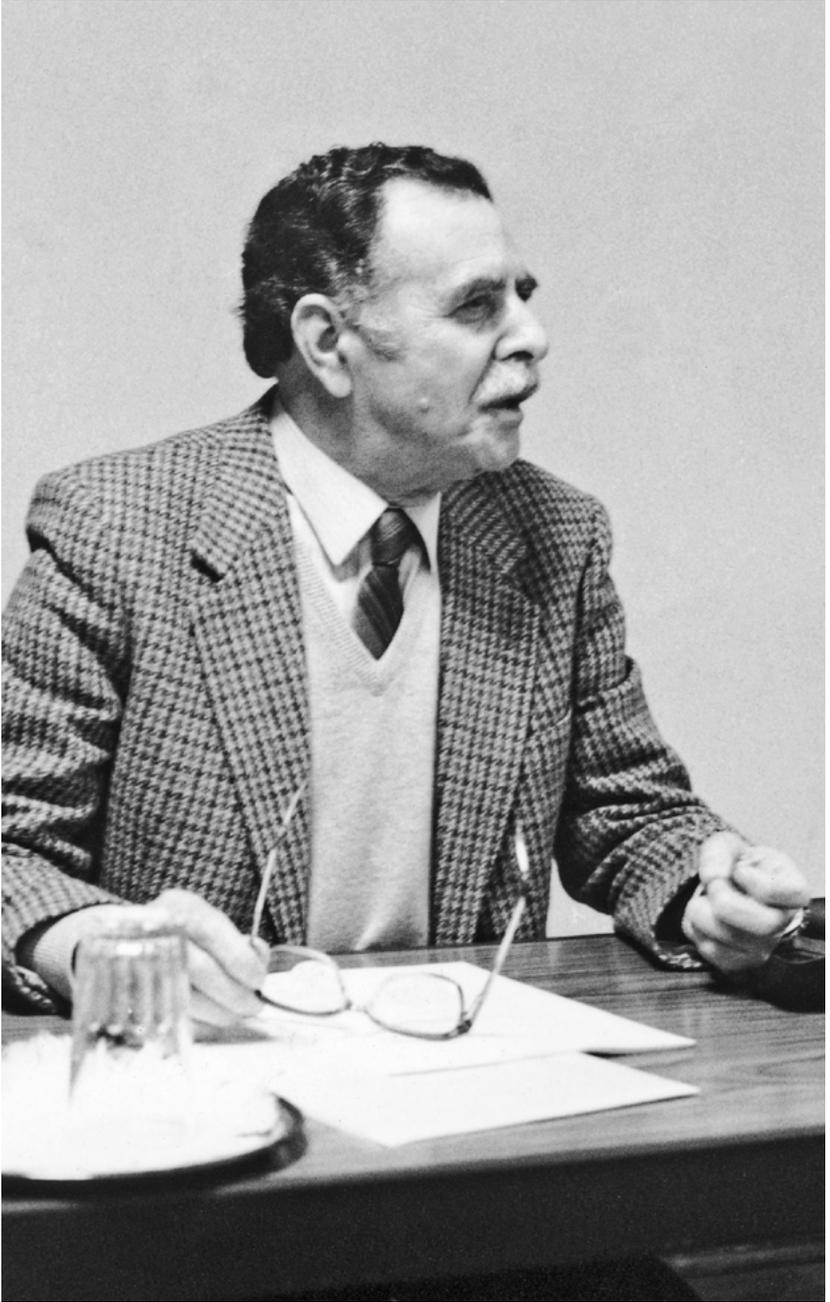
do prémio nas sessões em que foram consagrados, publicados originalmente na revista “Forum” do Conselho Cultural.

Na parte final, apresenta-se uma breve biobibliografia de Victor de Sá. Recorrendo ao espólio de Victor de Sá conservado na Biblioteca Pública de Braga, publica-se um conjunto de textos manuscritos de sua autoria e de fotografias que ilustram o seu percurso como cidadão e historiador.

O Prémio instituído por Victor de Sá tornou-se ao longo destes anos um horizonte de referência no domínio da História Contemporânea de Portugal. Em “O mundo continuará a girar”, reúnem-se, assim, vários dos elementos que o projectaram e contribuíram para manter *a história em discussão*, tal como, pensamos, desejava o autor.

Braga, 14 de Dezembro de 2011

Henrique Barreto Nunes
José Viriato Capela



Victor de Sá, conferência no Museu Nogueira da Silva, Braga, 1986.
Fotografia de Francisco Botelho (B.P.B./V. SÁ).

MEMÓRIA

MEMÓRIA SOBRE O PRÉMIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA*

Victor de Sá
[notas de] Henrique Barreto Nunes

1. Quanto à sua génese

Com a paragem forçada (internamento clínico) resultante do primeiro acidente vaso-cerebral, que me atingiu em Dezembro de 1981, surgiram as minhas preocupações quanto ao destino a dar aos papéis de estudos em que andava empenhado, cujo destino teria de acautelar¹.

Data de Janeiro seguinte a primeira Reflexão escrita que redigi sobre a matéria.

Considerando a partir de então a especificidade do meu espólio documental, que até aí acumulei quase desordenadamente, e ressaltando também a hipótese de algum ou alguns dos meus sucessores naturais virem ainda a manifestar interesse por qualquer dos aspectos da minha actividade intelectual, para quem pudessem ser úteis

* Texto inédito, escrito pelo Doutor Victor de Sá em Rio de Mouro (Sintra) em 14 Julho 1993, com o objectivo de recordar a génese da criação e institucionalização do Prémio de História Contemporânea e, simultaneamente, divulgar a sua existência junto da comunidade académica e incentivar o contributo de potenciais mecenas. As notas que se acrescentam a este texto procuram melhor esclarecer ou desenvolver alguns dos aspectos nele abordados.

¹ Ver SÁ, Vítor de – “Espólios documentais particulares”. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 4, Braga, 1992 - *Informação, ciência e cultura: actas*, Braga: BAD, 1992, v 2, p. 533-536.

aqueles materiais assim reunidos, passei desde então a preocupar-me com o destino mais apropriado a dar-lhes, isto é, o que pudesse ser mais proveitoso ou aproveitável por outros. E desde logo me ocorreu que a Biblioteca Pública de Braga, que eu frequentei desde os meus catorze anos, podia ser esse o destino².

Dei conta dessa reflexão aos meus Filhos e ao Dr. Henrique Barreto Nunes (a título confidencial), mas só em 1984, quando da transferência da minha residência para o concelho de Sintra, e depois de confirmada a aceitação pela Universidade do Minho, agora tutora daquela Biblioteca Pública, procedi ao depósito do primeiro núcleo documental, do qual seria passado termo de Doação a 19 de Dezembro do mesmo ano, assinado pelo doador e pelo Reitor Doutor João de Deus Pinheiro, na presença dos senhores Vice-Reitores e dos responsáveis pelos sectores do Documentalismo daquela Universidade³.

Só cinco anos mais tarde, e depois de ter recebido o primeiro inventário respeitante a esse núcleo, prossegui a transferência de novos materiais para a Biblioteca de Braga.

Nesta altura já pensava também em contemplar com os meus direitos de autor uma instituição de utilidade pública, tendo envolvido nesse projecto a Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e a Associação Portuguesa de Escritores (APE), das quais era e sou sócio⁴. Nesta fase foi-me sugerida a hipótese da instituição de um Prémio, à qual de pronto aderi, ocorrendo-me logo que este se destinaria a jovens investigadores de história contemporânea portuguesa, projectando desse modo aquilo que havia sido a minha preocupação como docente e investigador nessa

² “Decidi-me pela Biblioteca Pública de Braga por ser aquela que eu frequentei desde os 14 anos de idade e que, ao longo da minha juventude me amparou na formação de auto-didacta que comecei por ser. Aí, o espólio poderia ter um tratamento técnico adequado, e os meus apontamentos de investigação aproveitados agora que a biblioteca faz parte da Universidade do Minho, sede e pólo de muitas investigações. Além disso, na decisão exerceu papel determinante a confiança que me inspiram os responsáveis dessas duas instituições. A confiança é um factor essencial para determinar o destino a dar a um espólio. Confiança nas pessoas e na continuidade institucional” (ob. cit., p.535.)

³ Ver “Doação de documentação do Doutor Victor de Sá à Biblioteca Pública de Braga”. *Forum*, Braga, 2 (Out. 1987) p. 82-83.

⁴ No espólio de Victor de Sá conservado na Biblioteca Pública de Braga encontram-se cartas do presidente da Associação Portuguesa de Escritores (Fausto Lopo de Carvalho) e da Sociedade Portuguesa de Autores (Luís Francisco Rebelo), bem como minutas das cartas de Victor de Sá e diversos apontamentos alusivos.

área. É que, desse modo, encorajaria outros a percorrer o caminho que eu deixara interrompido com a minha próxima jubilação universitária⁵.

2. Quanto à institucionalização do prémio

Comecei então a associar no meu espírito a doação dos meus direitos de autor à dinamização dos núcleos depositados na Biblioteca Pública de Braga. E como, pela mesma altura (1986) se instituiu o Conselho Cultural da Universidade do Minho, foi para este que se viraram as minhas atenções⁶.

O Conselho Cultural acolheu com muita receptividade os meus projectos, ouvindo-me nomeadamente no seu seio⁷. Ocorreram então novas achegas. Surgiu aí a ideia de se constituir um Fundo, ao abrigo da lei do mecenato, cujo rendimento garantisse a atribuição dos Prémios.

A compreensão manifestada e o encorajamento dado pelo Conselho Cultural, que assim assegurava a valorização material e científica dos espólios, acicataram o meu empenhamento em me afirmar, embora

⁵ “A ideia foi-me sugerida pelo presidente da SPA, Dr. Luís Francisco Rebelo, quando em 1989 lhe expus a intenção de doar os meus direitos de autor, com fins altruístas. Entre as várias hipóteses que me apresentou, aderi de imediato à da instituição de um prémio e que este se destinaria a jovens investigadores de história contemporânea portuguesa, projectando desse modo o que foi a minha preocupação como docente e investigador nessa área. Encorajar os outros a percorrer o caminho que eu deixei interrompido” (SÁ, Vítor de – *Memória sobre o projectado Prémio de História Contemporânea*. Rio de Mouro, 1990, ms.)

⁶ Por essa altura, por motivos relacionados com a entrega da sua documentação à Biblioteca Pública de Braga e o seu tratamento técnico, costumava encontrar-me com o Doutor Victor de Sá sempre que ele se deslocava a Braga.

Numa dessas ocasiões deu-me a conhecer o projecto da criação do Prémio, perguntando se a Biblioteca Pública de Braga, como detentora do espólio, poderia arcar com a sua institucionalização. Eu entendi que tal dificilmente se poderia enquadrar na missão da biblioteca mas, tendo presente que a BPB se encontrava integrada numa universidade, lembrei-me de expor a ideia ao Professor Lúcio Craveiro da Silva, presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho, o qual, com a abertura de espírito que sempre o caracterizou, aceitou a sugestão com grande entusiasmo. De imediato se começou a pensar no modo como aquele projecto se poderia concretizar.

⁷ O Professor Lúcio Craveiro deu conhecimento do projecto aos membros da Comissão Permanente do Conselho Cultural, em reunião realizada no início de 1990, tendo também conversado com o Professor Vítor Aguiar e Silva, Vice-Reitor responsável pelas Unidades Culturais da Universidade do Minho, que igualmente a encarou com agrado.

Foi assim decidido convidar Victor de Sá para uma reunião do Conselho Cultural, a fim de expor as suas intenções, o que se viria a concretizar em 13 de Setembro de 1990.

dispondo de poucos recursos, como primeiro subscritor desse Fundo, dando assim prova da minha confiança no projecto⁸.

Então passámos a orientar os nossos passos no sentido de obter uma única expressão jurídica para essa tripla doação: da documentação, dos direitos de autor e do fundo mecenático de que eu seria o primeiro subscritor.

Dessas diligências resultou eu ter sido convocado pela Universidade do Minho para, em 12 de Julho de 1991, ser assinada a respectiva escritura. E nesse mesmo dia foi publicamente anunciada em sessão comemorativa do 150º aniversário da Biblioteca Pública de Braga⁹.

Nos termos da escritura, a cuja assinatura estiveram presentes minha Mulher, Filhos, Noras e Netos, foi indicado o nome do Doutor Hélio Osvaldo Alves¹⁰ como responsável pela concretização, em nome do Conselho Cultural, dos objectivos a prosseguir, ou sejam: a criação do Prémio e do respectivo Fundo mecenático, a dinamização do espólio e a rentabilização científica dos núcleos documentais. Com esse objectivo tem por assessores e responsáveis: o Dr. Henrique Barreto Nunes pela Biblioteca Pública de Braga e o doador.

Assim, ao cabo de dois anos, o Prémio está instituído, esperando-se que ainda em 1993 seja anunciado o primeiro contemplado; o Fundo mecenático, iniciado com 1000 contos, já duplicou¹¹; e a rentabilização

⁸ Na sequência da reunião referida na nota anterior, o Professor Aguiar e Silva solicitou a colaboração da Assessoria Jurídica da Universidade Minho, cujo titular, Dr. Amadeu de Carvalho, reuniu com o Conselho Cultural em 14 Novembro 1990, tendo posteriormente elaborado uma informação (3 Janeiro 1991) na qual indicou os passos a seguir para garantir a continuidade da pesquisa realizada e a realizar pelo Doutor Victor de Sá e a institucionalização de um Prémio de História Contemporânea. O que assentaria na doação formal da sua documentação à Biblioteca Pública de Braga, dos direitos de autor e de uma determinada verba (mil contos) que aquele professor se propunha fazer à Universidade do Minho para a prossecução dos referidos objectivos e posterior constituição de um fundo mecenático. Para tal o Dr. Amadeu de Carvalho sugeria que a referida doação deveria ser formalizada por escritura pública, o que viria a acontecer.

⁹ Ver “Doação feita pelo Doutor Victor de Sá à Universidade do Minho”, *Forum*, Braga, 9/10 (Jan-Jul 1991), p.199-203.

¹⁰ Victor de Sá, em apontamento pessoal, justificou assim a indicação daquele nome para coordenador da Comissão Executiva do Prémio: “A escolher na Universidade do Minho, eu preferia talvez o Doutor Hélio Osvaldo Alves. É da Unidade de Artes e Letras, a que eu também pertenci em 1974-1976, mas tem grande afinidade temática com os meus trabalhos. Além disso foi o promotor do Colóquio de 1986 ‘Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo’”.

¹¹ A Comissão Executiva do Prémio (Hélio Osvaldo Alves, Victor de Sá e Henrique Barreto Nunes), com o apoio do secretariado do Conselho Cultural e a constante atenção do Professor Lúcio Craveiro de imediato começou a trabalhar para dar andamento ao projecto. Depois de elaborado o regulamento

científica do espólio, agora em vias de inventariação informatizada, vai passar a ocupar as atenções da comissão responsável, com a colaboração de novos elementos¹².

interno do Prémio e a metodologia a seguir, no início de 1992 foi enviado um prospecto com todas as indicações necessárias para quem estivesse interessado em concorrer, tendo seguido para universidades e outras instituições de ensino superior, escolas secundárias, centros de investigação, academias, bibliotecas, arquivos, fundações, associações culturais e profissionais, editoras, investigadores da história contemporânea, etc.; a Secretaria de Estado da Cultura, em 16 de Janeiro de 1992, reconheceu o prémio como de “manifesto interesse cultural”, o que permitia o apoio mecenático; lançou-se uma campanha junto de câmaras municipais, governos civis, fundações, etc., para a obtenção de apoio mecenático (os primeiros que responderam positivamente foram em 1992 o Governo Civil de Braga e a Fundação Cupertino de Miranda, a que se seguiram em 1993 a Câmara Municipal de Guimarães e a Fundação Eng.º António Almeida).

Entretanto foi constituído o júri do Prémio que, por sugestão do Doutor Victor Sá, devia ser composto, por convite, por professores (“especialistas de reconhecido mérito”) das Universidades a que o doador esteve ligado: a de Coimbra, onde se licenciou; a do Porto, da qual era professor; e a do Minho onde também tinha sido docente, que instituiu o prémio. O primeiro júri foi constituído pelos Doutores João Francisco Marques (Faculdade de Letras do Porto) Luís Reis Torgal (Faculdade de Letras de Coimbra) e Norberto Cunha (Unidade de Letras e Artes da Universidade do Minho).

No primeiro ano (1992) apenas apareceu um candidato; no segundo ano surgiram duas candidaturas, tendo um dos trabalhos merecido uma menção honrosa. Em 1994, constatando-se que a investigação em História Contemporânea de Portugal nessa altura se centralizava sobretudo em Lisboa, o Conselho Cultural, com a concordância do Doutor Vítor de Sá, entendeu que o júri deveria incluir também, alternadamente, professores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo então aparecido 16 trabalhos a concurso.

Deste modo, em 1994, o júri constituído pelos Doutores João Medina (Faculdade Letras de Lisboa), Gaspar Martins Pereira (Faculdade de Letras do Porto) e José Viriato Capela (Universidade do Minho), atribuiu o primeiro Prémio de História Contemporânea à Dr.ª Fernanda Rollo, que apresentou a concurso a sua dissertação de mestrado sobre “Portugal e Plano Marshall”, obra que posteriormente viria a ser editada pela Estampa.

Estava assim definitivamente consolidado o Prémio de História Contemporânea que, a partir de 2006, a seguir ao falecimento do seu instituidor, por decisão do Conselho Cultural, passou a designar-se Prémio Victor de Sá de História Contemporânea.

¹² A documentação doada por Victor de Sá à Biblioteca Pública de Braga, que continua ainda em fase de inventariação e tratamento, deu já, porém, origem a algumas publicações.

De Victor de Sá (bibliografia activa):

– *Agostinho da Silva, trinta e tal anos de idade...* Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona, 1994.

– *Testemunho de um tempo de mudança*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 1999.

– *Legendas para uma memória*. Braga: Biblioteca Pública, 2001.

Sobre Vítor de Sá (bibliografia passiva):

NUNES, Henrique Barreto

– “Victor de Sá: um homem na história”. In *Estudos de história contemporânea portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p.7-19. Publicada, com um aditamento, neste livro.

– “Nem todos os papéis se rasgam ou deitam fora: arquivos pessoais e espólio na Biblioteca Pública de Braga”. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, 5 (Out 1999-Abr 2000) p.51-55.

– “O livreiro Victor de Sá: 1 – as apreensões de livros”. *Forum*, Braga, 41 (Jan-Jun 2007) p. 1001-109.

NUNES, Manuela Barreto

– “Bibliografia de Victor de Sá”, In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 21-51. Publicada, com actualização, neste livro.

A todos quantos deram força para transformar o sonho em realidade, vão para eles os meus profundos, agradecimentos¹³.

¹³ O doutor Vítor de Sá apenas esteve presente, na mesa, nas duas primeiras sessões de entrega do Prémio de História Contemporânea, tendo usado da palavra na de 1993, dizendo então: “A primeira entrega do Prémio História Contemporânea constitui para mim – desculpem-me uma pontinha de orgulho que não posso ocultar – representa um poema, aquele que nunca fiz ao longo da vida, mesmo quando passei pela idade da poesia”. Depois de historiar brevemente a génese e o lançamento do prémio, com uma especial referência aos seus mecenas e à importância da história contemporânea, com a possibilidade do seu alargamento aos territórios de língua portuguesa, terminou com palavras de esperança nos jovens e no futuro da iniciativa: “Por agora permitam-me que expresse o meu profundo agradecimento a todos quantos nos têm ajudado a fazer do sonho realidade. O poema está feito. Agora pertencerá a vós recitá-lo ou seja moldar o futuro à vossa medida” (SÁ, Vítor de – “1ª entrega do Prémio de História Contemporânea”. *Forum*, Braga, 15/16 (Jan-Jun1994) p. 169-171)

Recorde-se a propósito que as sessões de entrega dos Prémios de História Contemporânea, com as intervenções dos presidentes do júri e dos vencedores, vêm todas relatadas em diversos números da “Forum”, revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho.

Primeiro Relatório sobre o Estábulo : 1982, Janeiro
1.º esboço entregue à U.Minho : 1984
Revisão de entrega à " " 1987
1.º projeto de Doação (APE e SPA) 1988
Desligamento de APE : 15.I.1990
Convite de U.M. para reunião do C. Cultural : 13.IX.90
Inventário do Estábulo (Manuela B.N.) 1990-1991
Projecto de escritura : da U.M. : 3.I.91
" " da S.P.A : 18.II.91
Escritura, Braga, U.M. : 12.VII.91
Doutor Hélio como responsável pelo C. Cultural : 1991
" Victor Aguiar e a designação do prémio : VI.91
Declaração & Mecevalor : SEC, 16.I.92
1.ª remissa : Hélio, B. Nunes, V. Sá
Alargamento : Norberto Cunha, Manuela (Julho/93)
2.ª " (em ^{proposta} ~~proposta~~) : J.M. Mendes e Viriato Capela

Apontamento de Victor de Sá sobre a história do prémio, 1993.
(B.P.B./V. SÁ).

Helsi; Jul 1993

ED.B.V.SÁ

Amor

J. Manuel Mendes 30.VII
Amor

Memória sobre a
PRÉMIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
(II)

1. Quanto à sua génese

Com a paragem forçada (internamento clínico) resultante do primeiro acidente vaso-cerebral, que me atingiu em Dezembro de 1981, surgiram os meus preocupações quanto ao destino a dar aos ficheiros de estudos em que eu andava empenhado, cujo destino teria de acertar. Data de Janeiro seguinte o primeiro Reflexão escrita que redigi sobre a matéria.

Considerando a partir de então a especificidade do meu espírito ~~de~~ documental, que até aí acumulara quase desordenadamente; e considerando também a hipótese de algum ou alguns dos meus sucessores naturais vissem ainda a manifestar interesse por qualquer dos aspectos da ^{minha} actividade intelectual, ~~de seu âmbito~~, para que pudessem ser úteis aqueles materiais assim reunidos, desde então a preocupar-me ^{com} o destino mais apropriado a dar-lhes, isto é, o que pudessem ser mais proveitoso ou aproveitável por outros. E desde logo me ocupei por a Biblioteca Pública de Braga, que eu frequentei desde os meus catorze anos, podia ser esse destino.

Dei conta dessa Reflexão aos meus filhos e ao Dr. Henrique Borseto Nunes (o título confidencial), mas só em 1984, quando da transferência da minha residência para o concelho de Sintra, e depois de confirmada a aceitação pela Universidade de Minho, agora tutelada daquela Biblioteca Pública, procedi ao depósito do primeiro volume documental, do qual seria gerado termo de Doação a 17 de Dezembro do mesmo ano, assinado pelo doador e pelo Reitor Doutor João de Deus Pinheiro, na presença dos senhores Vice-reitores e dos responsáveis pelos

HISTORIOGRAFIA

TENDÊNCIAS DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA CONTEMPORÂNEA

Breve radiografia a partir dos trabalhos concorrentes ao
Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (1992-2021)

José Viriato Capela

1. O prémio

O Prémio de História Contemporânea foi instituído na Universidade do Minho, em 1991 por Victor de Sá, na Universidade sediada na cidade onde passou a maior parte da sua vida e veio também a exercer o magistério por curto espaço de tempo (1975-77). Tinha como objectivo fundamental estimular entre os jovens o estudo e a investigação em História Contemporânea, pouco desenvolvida ou inexistente até então, nos *curricula* e programas de estudo e investigação das Universidades Portuguesas por razões políticas e culturais. Para tal foram fixados os termos do seu financiamento e doação inicial. Os termos da concessão e entrega anual do Prémio foram fixados por Regulamento aprovado pelo Senado da Universidade e é tutelado pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho. Os trabalhos concorrentes ao Prémio, nos termos do mesmo Regulamento são apreciados por um júri de três elementos, integrado por professores de universidades públicas portuguesas da área da História, indicados pelos Conselhos Científicos das referidas Universidades a quem rotativamente é solicitada aquela colaboração. Um dos elementos do júri é da Universidade do Minho, que preside.

O Prémio teve a sua 1ª edição no ano de 1992, mas só foi entregue o 1º prémio em 1994 (3ª edição), tendo sido em 1993 (2ª edição) atribuída uma Menção Honrosa.

2. Os júris

Os júris reuniram todos os anos ao longo destes últimos 20 anos e foram integrados por professores universitários da especialidade da História Contemporânea de Portugal. Foram constituídos por professores das Faculdades de Letras da Universidade do Porto (11 presenças), da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (11 presenças), da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (9 presenças), da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (9 presenças) e da Universidade do Minho (20 presenças). Alguns professores integraram o júri mais de uma vez. Pronunciaram-se em regra por um prémio ou até por mais do que um, *ex-aequo*, e também por menções honrosas. A presença dos elementos do júri foi sendo aproveitada na circunstância, em alguns casos, para proferir conferência no acto de entrega do Prémio. E assim aconteceu com Luís Reis Torgal, José Medeiros Ferreira, José Tengarrinha, Fernando Rosas, Irene Vaquinhas, Manuela Tavares Ribeiro, Conceição Meireles, Maria Antonieta Cruz e Luís António de Oliveira Ramos. Ao Presidente do júri cabe no acto da entrega pública do prémio, fazer a apresentação dos trabalhos concorrentes e o parecer do júri sobre o voto da respectiva edição. A revista *Fórum* dá anualmente notícia da sessão pública da entrega do Prémio e conferências e intervenções proferidas nas circunstâncias, designadamente pelo vencedor do Prémio.

3. Os concorrentes

3.1. Trabalhos a concurso e sua natureza

O número de trabalhos concorrentes variou ao longo dos anos, mas foi num crescendo, atingindo em alguns anos as 2 dezenas. Os 200 trabalhos concorrentes representam uma média de 10 trabalhos por concurso ao longo dos 20 anos, mais elevada no último período 2000-2011, que alcança a média dos 12 trabalhos.

O perfil dos concorrentes atinge-se em grande parte pela análise da natureza e origem dos trabalhos. São na sua maior parte teses de mestrado defendidas nas Universidades, e em alguns anos são mesmo todos. Mas outros são trabalhos curriculares académicos ou desenvolvimentos das teses defendidas, como é o caso de trabalhos concorrentes já editados. Desde 2003 aparecem regularmente também teses de doutoramento. Na edição do presente ano (2011) as teses de doutoramento (10) são já a maioria dos 19 trabalhos concorrentes. Tal reflecte sem dúvida as alterações no ciclo de estudos universitários a partir do modelo de Bolonha e a secundarização dos trabalhos de segundo ciclo. A natureza dos trabalhos traduz claramente a sua forte inserção no meio académico, como era previsível.

3.2. Origem dos trabalhos

Os trabalhos concorrentes vindos directamente do meio universitário são oriundos de um vasto leque de instituições, aquelas onde se desenvolvem estudos históricos ou as abordagens históricas vão compaginadas com outros domínios, as Artes, a Arquitectura, a Sociologia, a Economia, as Ciências Sociais. Para os 134 casos em que é possível seguramente fixar esta origem (67% do total dos 200), o maior número de trabalhos é originário da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (26,1%), seguida da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (18,6%), Faculdade de Letras da Universidade do Porto (15,6%), Faculdade de Letras da

Universidade de Lisboa (11,9%). Os restantes (27,6%) distribuem-se por um leque de outras instituições, à cabeça as provenientes da Universidade do Minho, ISCTE, ICS da Universidade Nova de Lisboa, Universidade Portucalense, entre outras. Mas também de Universidades estrangeiras (Instituto Universitário de Florença e Londres).

Tal releva, sem dúvida, do papel que aquelas instituições têm tido no desenvolvimento da História Contemporânea que o prémio parece, deste ponto de vista, claramente identificar.

4. Os trabalhos concorrentes

4.1. Sua inserção no quadro cronológico

A Época Contemporânea em Portugal, conforme a um quadro de divisão historiográfica tradicional e clássica, situa-se no período cronológico do século XIX e seguintes, nos limites dos impactos da Revolução Francesa (pós 1789) ou instalação das instituições do Liberalismo em Portugal com a Revolução de 1820. É esta a banda larga do quadro cronológico em que os trabalhos têm sido aceites, sem embargo de alguns trabalhos se desenvolverem em períodos longos, a montante destes limiares.

Os trabalhos concorrentes situam-se maioritariamente no século XX. Numa aproximação quantitativa, feita a partir da inscrição dominante de 166 trabalhos que genericamente, a partir dos títulos, é possível fazer, só 46, isto é, 27,7%, situam-se aquém de 1900 e muitos deles estendem-se pelo período de transição dos séculos XIX e XX. Cerca de 2/3 das obras vem pois da investigação que se situa no período cronológico do século XX. Mas neste largo período é possível fixar sub-períodos e temáticas fortes, a saber, sobre o Estado Novo e Salazarismo, 1910-1926 e a 1ª República e também o conjunto de estudos que se situam no período da 2ª metade do século (1950-2000), com forte intensidade para o período de entre as duas Grandes Guerras e pós 1974. Singular é o crescimento de estudos feitos pós 2000 para

a etapa 1950-2000 e sobretudo para os anos de 1974/75 (a Revolução Portuguesa e seu enquadramento) e período pós 1974 que é quase a História do Presente, em muitos casos tempos já vivenciados pelos próprios candidatos. Os estudos dirigidos às temáticas do período 1974/75 e seguintes estão totalmente ausentes da 1ª geração de concorrentes aos prémios de 1992-2000.

4.2. Sua inserção temática

Mais difícil se torna o trabalho de inserção temática destes trabalhos concorrentes, não só porque nalguns deles o quadro temporal em que se desenvolve é longo, originando naturalmente fortes modulações sobre as terras, como muitas vezes a abordagem é multi e pluri-temática. Acresce ainda que esta breve abordagem se faz a partir dos títulos dos trabalhos e sabemos como é frequente não haver a melhor correspondência entre conteúdos e intitulações das obras, mesmo em obras académicas onde esse ajustamento é avaliado. O critério seguido para esta arrumação em grandes conjuntos e áreas científicas foi o de seguir as arrumações mais consensuais, tomando como ponto de referência os temas dominantes, sempre que tal é possível.

Adaptou-se para tal a seguinte grelha que pretende recobrir a maioria das temáticas dos trabalhos apresentados a concurso e o resultado global é o que a tabela seguinte apresenta.

Temática	Temas	Nº de Obras
História Económica	Finanças. Demografia. Política Económica. Desenvolvimento	21
História Social	Instituições. Poderes. Assistência. Política Social	29
História Política	Regimes. Diplomacia. Relações Internacionais e Geo-política. Guerra. Relações Igreja-Estado	38
História Cultural e Mentalidades	Movimentos culturais. Política Cultural. Utopias	21
Ideários	Movimentos e Acção Política e Social (Sindicatos, Partidos, Movimento Associativo)	25
História da Arte	Arquitectura e Movimentos Artísticos	12
Historiografia	Estudos de Jornais e Imprensa	3
Estudos Asio-Afro-Americanos	Colonialismo. Descolonização. Guerra Colonial. Partidos e Movimentos pró-independência	17
Pensamento	Doutrina. Ensino e Instrução	19
Outros	História Local e Regional, entre outros	15
Total		200

Tabela 1. Temáticas das obras concorrentes ao Prémio de História Contemporânea

O resultado da configuração reforça naturalmente a maior extensão de algumas áreas temáticas, como é o caso da *História Política* e de *História Social* que aqui aparecem com maior número de inserções. E tal vai secundada pela expressão do peso de outras áreas, que podem ser consideradas sub-divisões daquelas, que pela sua dimensão entendemos destacar, as dos estudos dos *Ideários*, *Movimentos e Acção Política e Social* e *História Cultural e Mentalidades e Movimentos Culturais*. Estes campos parecem-nos verdadeiramente centrais no leque desta produção

historiográfica que parece largamente maioritária se lhe juntarmos o núcleo de trabalhos relativos ao *Pensamento e Doutrina*.

Digna de destaque é a extensão dos trabalhos dirigidos aos temas africanos, colonialismo, descolonização, guerra colonial, partidos e movimentos pró-independência.

Por outro lado é bem patente o fraco peso relativo de algumas temáticas, algumas das quais fazem parte da primeira e mais forte configuração da História Contemporânea, a saber, a História Económica, esse campo de estudos e abordagens que se estende e ganha proeminência na Historiografia em geral no pós Guerra. É pouco expressivo também o campo de estudos da História da Arte, que nem os estudos sobre Artes performativas, movimentos artísticos e culturais recobrem. Como também os estudos de História local e regional que na historiografia mais recente teve grande desenvolvimento incluindo aí os estudos de História Social sobre a Sociedade e o Povo português na sua expressão real.

Este corpo de trabalhos pode ser referenciado ao quadro nacional da produção historiográfica portuguesa, seus tópicos e tendências pelo “Reportório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa 1974-1994”.

Naturalmente os estudos históricos vão muito marcados pela conjuntura que os viram nascer. Mais ainda os da História Contemporânea com o objecto de estudo mais próximo ao das vivências do historiador, que nalguns casos perde as próprias amarras históricas. A tendência a fazer uma História do Presente é aqui maior; de facto estes historiadores que se habilitam ao Prémio Victor de Sá de História Contemporânea nasceram todos pós 1960. É por isso fortemente compreensível o peso nesta historiografia de temáticas que se centram em grande parte no pós década de 1960.

Pesa naturalmente na configuração destas obras, o ambiente cultural e académico em que as obras são produzidas, naturalmente, ou mais ainda, o campo de estudos e orientações dos estudos pós graduados e papel dos orientadores. As marcas das Universidades de Lisboa e de Coimbra que são também as Universidades que mais trabalhos trazem ao Prémio é aqui mais forte e pregnante, e em última análise, são responsáveis pelas conformações dos diferentes trabalhos remetidos ao Prémio.

Mas é inegável aqui também o factor atractivo e referencial da obra de Victor de Sá, que em diversas circunstâncias fomos sublinhando, sobretudo na História Política e Cultural (sobretudo no estudo de Pensadores e dos Movimentos sociais) e em particular dos estudos sobre Colonialismo e Descolonização, cuja temática introduziu nos *curricula* e conteúdos da História Contemporânea.

4.3. Prémios e menções honrosas

Ficam inscritos na História do Prémio de História Contemporânea até 2010 vinte premiados e 18 menções honrosas. De notar que nos dois primeiros anos de 1992 e 1993 o Prémio não foi atribuído e que nos anos de 1998, 2001 e 2002 foi atribuído, *ex-aequo*, a dois concorrentes.

Em certa correlação com os domínios temáticos mais concorridos, as obras premiadas (sem entrar em linha de conta com as menções honrosas) inscrevem-se em larga maioria no campo da *História Política* (7 em 20), *Ideários* (5 em 20) e *História Social* (2 em 20). E também em correlação com as Universidades mais presentes, é a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa que regista o maior número de premiados (quasi metade); vem depois os premiados oriundos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Inscrevem o seu nome nos prémios também a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o ICS e o ISCTE, de Lisboa, a Universidade de Londres.

O Prémio abre com a premiada Fernanda Rollo e o seu trabalho “Portugal e o Plano Marshall” (resultado de uma tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa), trabalho editado nesse ano de 1994 pela Editorial Estampa. A Doutora Fernanda Rollo já então professora na Faculdade em que se diplomou, viria por sua vez a integrar o júri do Prémio, indicada pelo Conselho Científico da sua Faculdade, na 17ª edição de 2008. Esta situação voltaria a repetir-se e esperamos que se intensifique esta circulação que traduzirá sem dúvida a maior relevância deste Prémio. A edição deste ano de 2011 premiou o trabalho de Miguel Gonçalo Cardina Codinha com a obra “Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal:

1964-1974”. O júri decidiu ainda atribuir três menções honrosas atendendo à qualidade dos trabalhos a concurso, a saber, Alexandra Patrícia Lopes Esteves – “Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto-Minho (1732-1870)”; Frederico Martins dos Reis Ágoas – “Saber e poder, Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal”; Sílvia Adriana Barbosa Correia – “Políticas da memória da I Guerra Mundial em Portugal, 1918-1933. Entre a experiência e o mito”.

Múltiplos premiados e menções honrosas são hoje já figuras de referência na Historiografia portuguesa e do mundo académico e universitário muitos dos quais tomando por ele maior visibilidade, não deixaram também de conferir visibilidade ao Prémio. E naturalmente ao distinguir os premiados, a tal distinção vão também associadas as Universidades e os orientadores dos trabalhos.

5. Victor de Sá e a história contemporânea portuguesa

Em 2001, para evocar a passagem do 10º aniversário do lançamento do Prémio de História Contemporânea realizou-se um Colóquio por iniciativa do Conselho Cultural da Universidade do Minho, que teve lugar a 14 de Dezembro de 2001. Nele participaram historiadores que desde o primeiro Prémio estiveram associados à escolha dos premiados: Luís Reis Torgal, José Tengarrinha, Gaspar Martins Pereira, Norberto Ferreira da Cunha. E vieram a integrar-se depois na edição do nº 32 da *Fórum* outros historiadores que se quiseram associar com os seus textos à homenagem a Victor de Sá (Jorge Fernandes Alves, L. Alberto M. Alves, José Manuel Lopes Cordeiro, Ernesto Castro Leal, A. Coimbra Martins, P. Santos Martins, António Reis, Armando Malheiro da Silva, Franquelim Neiva Soares, António Ventura).

O Colóquio subordinado ao tema “Uma Cidadania para a História” pretendia ir ao encontro de uma das vertentes fundamentais, senão a mais importante, da vida e obra de Victor de Sá, a saber, a intrínseca articulação da Cidadania com a História e da História com a Cidadania. Foram então evocados os aspectos essenciais da acção cívica e política de Victor de Sá, e da sua inovadora acção como Historiador, a saber, o papel que Victor de Sá teve na abertura de estudo da nossa História Contemporânea, o seu

papel na institucionalização das disciplinas de História Contemporânea na Universidade do Minho e Faculdade de Letras da Universidade do Porto e também na estruturação da investigação histórica com o contributo para a criação de um centro de investigação histórica, que surgiria com o Centro de História da Universidade do Porto.

O Prémio de História Contemporânea está nestes horizontes. António Reis (*Fórum*, nº 32), teve oportunidade de referir que ele é “o mais antigo do País nesta área de investigação”. Então, em 2001, sublinhava-se em geral o papel de estímulo à História Contemporânea que o Prémio vinha exercendo. Pensamos que assim continuou, com não menos envergadura nos 10 anos seguintes. O Prémio vem cumprindo os objectivos que Victor de Sá lhe fixou. Aliás pensamos que a matriz da sua obra contribui para o desenvolvimento dos temas principais que ele elegeu para a História Contemporânea. Pelo menos reúnem-se sob o seu signo.

A Universidade do Minho através do Conselho Cultural tem promovido anualmente o Prémio. E muito tem beneficiado deste espaço de intercâmbio e conhecimento que o Prémio tem promovido. Está naturalmente agradecida a todos os Conselhos Científicos das Faculdades e Universidades que com ela têm colaborado, em particular dos docentes e investigadores de História Contemporânea Portuguesa que tem contribuído pela participação nos júris e divulgação do Prémio, que assim se vai impondo no panorama historiográfico e cultural nacional.

6. O Prémio 2012-2021

O Prémio Victor Sá de História Contemporânea, continuou a girar depois dos primeiros 20 anos (1992-2001) a que respeita a 1ª edição deste livro, com o corpo dos textos das apresentações dos Prémios, feitas pelos premiados em acto público e solene de entrega, não só dos Prémios, mas também das Menções Honrosas. Continuamos agora este “Relatório” para os 10 anos que se lhe seguiram (2012-2021). “Girou”, cresceu e aprofundou-se no seio da comunidade académica e científica da História Contemporânea Portuguesa.

Nos termos do alinhamento do texto da 1ª edição, seguimos aqui as coordenadas aí desenvolvidas para melhor seguir o perfil da evolução

do Prémio e sua inserção no quadro da disciplina e campo de estudos e investigação da História Contemporânea Portuguesa.

Não se estranhe, pois, o perfil que toma este texto para continuar o da 1ª edição desta obra.

7. Os júris

Os júris desta etapa foram integrados por professores das universidades públicas portuguesas na rotação do Regulamento que envolveu as nomeações feitas pelos Conselhos Científicos das Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (com 5 representações), da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (5 representações), da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (5 representações), da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (5 representações). Presidiu aos júris o Professor José V. Capela (2012-2020) e a Professora Maria de Fátima Ferreira (2021) pela Universidade do Minho. Da composição dos júris é de assinalar a presença da Professora Maria Fernanda F. G. Rollo (2020) e do Professor José M. V. Neves (2012), antes vencedores do prémio, respetivamente em 1994 (1ª entrega) e 2008 (17ª entrega).

Em algumas circunstâncias os membros do júri externos à Universidade do Minho participaram com intervenções no acto de entrega do prémio. De realçar a participação por videoconferência, em tempo de pós-pandemia, da Prof.ª Fernanda Rollo que assim se associou à sessão solene que serviu também para recolher a sua participação nas Comemorações dos 100 anos do nascimento de Victor de Sá (1921-2021). No total os júris concederam 11 prémios (2 *ex-aequo*) e 13 menções honrosas. Esta última distinção exprime, naquela circunstância, o elevado nível dos trabalhos que se entendeu distinguir.

8. Os concorrentes

8.1. Concurso, perfil e origem

O número de trabalhos concorrentes mantém-se nesta etapa em valores significativamente superiores aos do período anterior- num total de 116 concorrentes nos referidos 10 anos – em linha com o que se tinha verificado no último decénio do período anterior. O seu valor máximo seria atingido em 2012, com 17 concorrentes.

Mas o que é particularmente significativo em linha também com o que se verificara para aquele decénio anterior, é o crescimento do concurso de teses de Doutoramento, a espelhar o peso destes estudos na nova matriz da formação do Ensino Universitário.

Ano	Teses académicas		Outros trabalhos ^(a)	Total
	Doutoramento	Mestrado		
2012	5	7	5	17
2013	6	4	4	14
2014	4	4	6	14
2015	3	3	6	12
2016	3	2	4	9
2017	4	3	2	9
2018	5	2	4	11
2019	1	8	3	12
2020	4	2	4	10
2021	3	4	1	8

Tabela 2. Perfil das obras a concurso

^(a) Trabalhos curriculares e sobretudo obras editadas, muitas delas na continuidade do mestrado e doutoramento. Sempre estes são trabalhos, elaborados no campo académico, a exprimir a entrega directa de teses, mas também de trabalhos já editados.

Estes trabalhos - só referenciados às obras apresentadas sob o formato de teses universitárias vêm em maior número daquelas Escolas de que também são provenientes os membros do júri, e são a expressão de uma circulação muito intensa deste Prémio na comunidade científica universitária portuguesa.

Faculdades/Universidades	Tese Doutoramento	Tese Mestrado	Total
Fac. Ciências Sociais Humanas – U Nova Lisboa	14	7	21
Fac. Letras - ULisboa	2	6	8
Instituto Educação - ULisboa	1	-	1
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa	3	4	7
Fac. Ciências – ULisboa	-	1	1
ICS - ULisboa	2	-	2
Fac. Letras - UCoimbra	4	8	12
Fac. Psicologia e Educação - UCoimbra	1	-	1
Fac. Economia - UCoimbra	1	-	1
Fac. Ciências e Tecnologias - UCoimbra	1	-	1
Fac. Letras - UPorto	4	8	12
Instituto de Letras e Ciências Humanas - UMinho	1	-	1
Escola de Economia e Gestão - UMinho	-	1	1
Universidade dos Açores	-	1	1
Universidade Católica ^(a)	1	-	1
Universidade da Beira Interior	-	1	1
Escola Superior Educação – Instituto Politécnico do Porto	-	1	1

Tabela 3. Teses concorrentes – Universidade de origem e nível das teses

^(a) E também em parceria com ISCTE-IUL

A tabela permite visualizar a abrangência nacional do concurso ao Prémio. Onde se destaca a mais elevada participação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nos Doutoramentos, que é expressão também do maior desenvolvimento e investimento na História Contemporânea, designadamente naqueles domínios, mais presentes ao concurso. Esta mais forte presença da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas no Prémio, vem desde as origens do seu lançamento.

9. As obras concorrentes. Cronologias e temáticas

Ao modo do período anterior, verifica-se também para este decénio (2012-2021) uma dupla convergência dos tempos e temas das obras, a saber, a aproximação às épocas mais contemporâneas – à “História do Presente”- e com ela relacionadas, as temáticas e questões que emergem ou se pressentem pelos investigadores, pela universidade, pela sociedade. Porque de muitos modos, a História é sempre Historiografia do Presente.

9.1. Quadro cronológico

Um esboço de aproximação pelos títulos das obras a concurso onde a datação ou a configuração dos temas históricos tem cronologia mais ou menos definida – República, Estado-Novo, Guerras Mundiais, Marcelismo, Colonialismo e Descolonização, Movimentos Independentistas Africanos e é clássica à disciplina de História, permite fixar as seguintes etapas, em geral exprimindo uma mais forte aproximação desta Historiografia aos tempos mais modernos ou pós-modernos, da História do Presente ou do Quotidiano, seguindo aqui também um perfil de desenvolvimento da obra de Victor de Sá. Ela permite ver concentrar agora os trabalhos mais na etapa da 2ª metade do séc. XIX (poucas vezes arrancando de 1820/1832 e ultrapassando o limite do século); a grande concentração na 1ª metade do séc. XX, esta com limites menos fixos e, sobretudo, na etapa pós 1974, que muitas vezes

avança o pós Guerras ou a década de 60. Depois, um mais pequeno grupo de trabalhos – em geral sob a forma de sondagens – a temas mais novos e actuais que buscam alguma profundidade histórica ou social.

9.2. Temática

A temática abordada dá mais conteúdo ao sentido desta Historiografia, na especial configuração que se faz nas Escolas públicas e Universidade Católica Portuguesa. Para esta aproximação, uma particular atenção deve ser prestada às obras premiadas e às menções honrosas. Uma abordagem estatística, das temática destes trabalhos – seguindo genericamente a tabela e quadro elaborado para a análise do período anterior (1992-2011) – permite para este conjunto de obras, mais qualificadas, chamar a atenção para as temáticas que por estes autores são relevadas, a saber, a História Contemporânea Portuguesa no quadro da Política e Relações Internacionais e Instituições Europeias (e nela também a História Portugal-Brasil); a História Política Social, das Instituições. E também outras dirigidas à História da Arquitetura, num plano de estudos de edifícios, construção ou adaptação para serviços públicos, assistenciais, culturais (museológicos), que exprimem os horizontes políticos deste plano. Mas de assinalar agora o particular relevo dado aos domínios das Instituições e Políticas Científicas em Portugal - e também sanitárias, culturais e religiosas – que se revelam um particular campo de investigação, mas também de planeamento científico. E a emergência de estudos novos - sobre o género e outros vindos já de antes - E estudos sobre essa pavorosa realidade das migrações da Guerra que agora se acumulam à História estrutural das migrações regionais, nacionais e internacionais.

A abordagem ao quadro geral dos trabalhos concorrentes dá um horizonte mais abrangente. A tabela com as temáticas (pela intitulação das teses) permite também aproximar o quadro de 2012-2021 ao das duas décadas anteriores, nele fixando os novos campos que se tornou necessário abrir.

Temáticas	Obras concorrentes		
	Prémios e Menções Honrosas	Outros	Total
História Económica e Social. Política Económica.	----	12	12
História Política e Social. Políticas Sociais.	5	23	28
História e Pensamento, Narrativas. História Cultural e das Mentalidades. Historiografia.	2	14	16
História da Arquitectura. Espaços e Memórias.	4	3	17
História das Relações Internacionais. Europa e Portugal. Colonialismo e Descolonização. Refugiados.	7	13	20
Ciência e cultura. Políticas científicas e culturais. Ecologia	4	8	12
Outros (Conteúdos de revistas, estudo de género,..)	-----	11	11

Tabela 4. Temáticas das obras concorrentes ao Prémio de História Contemporânea (2012-2021)

10. Nota final

A escrita desta espécie de relatório relativo ao período 2012-2021, que continua o referente ao período 1992-2011, não pode terminar sem umas breves referências que são de agradecimento a todos quantos participaram da construção deste projecto e programa de investigação que Victor de Sá tão liberal e inteligentemente gizou. Ele serve para agradecer a todos quantos o tornaram possível e uma realidade actuante: a Reitoria da Universidade do Minho e o seu Conselho Cultural; as Universidades que colaboraram na indicação de elementos dos júris.

Num campo sempre prestimoso o das instituições patrocinadoras do Prémio. E não menos importante o do notável corpo de professores que ao longo dos tempos foram responsáveis maiores pelo prestígio ganho pelo Prémio. E a todos os concorrentes, sem excepção, os premiados e honrados com o prémio, um particular agradecimento, com votos de maior sucesso nas suas investigações e carreiras.

Este prémio constitui já um património cuja importância científica e cultural deve ser exaltada. A comissão executiva do Prémio agradece todo o apoio dado pelo Conselho Cultural sob cuja égide ele se tem promovido e a acção dedicada das suas técnicas superiores Dr.^a Maria Francisca Xavier e Dr.^a Cândida Marcelino. Nestas circunstâncias faz votos para que o Prémio continue a ser, anualmente, a montra do que de melhor se investiga e escreve em Portugal, pela juventude, académica e universitária em História Contemporânea Portuguesa. E lhe sirva de estímulo continuado.

A 2ª edição desta obra – com o complemento dos trabalhos premiados no último decénio – é a melhor forma da Comissão Executiva do Prémio se integrar nas Comemorações dos 100 anos do nascimento de Victor de Sá, cujo programa em grande medida desenhou.

TRABALHOS



Prémio de História Contemporânea

ALGUMAS CARATERÍSTICAS DO PRÉMIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

1. Este Prémio visa encorajar a investigação no âmbito da História Contemporânea de Portugal aquém 1820.
2. O valor do Prémio será de 300 mil escudos.
3. A este Prémio poderão concorrer jovens investigadores até à idade de 35 anos, com trabalhos originais ou publicados durante 1991 e 1992, desde que não tenham sido objecto de classificações escolares ou provas académicas.
4. As candidaturas deverão ser apresentadas até 30 de Junho de 1992.
5. O júri será constituído por três especialistas de reconhecido mérito.
6. É essencial a consulta do regulamento do PHC, a divulgar através da imprensa durante Janeiro de 1992, o qual poderá ser pedido directamente à Universidade do Minho.

BIBLIOGRAFIA DE VICTOR DE SÁ

As bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário [2.ª ed. aum.]. Lisboa, Horizonte, 1983.

Antero de Quental [2.ª ed.]. Porto, Limiar, 1977.

Perspectivas do século XIX [2.ª ed.]. Porto, Limiar, 1975.

A crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852) [3.ª ed.]. Lisboa, Horizonte, 1979.

A revolução de Setembro de 1836 [3.ª ed.]. Lisboa, Horizonte, 1978.

Regressar para quê? Lisboa, D. Quixote, 1970.

A História em discussão. Lisboa, D. Quixote, 1975.

Repensar Portugal: reflexões sobre o colonialismo e a descolonização. Lisboa, Horizonte, 1977.

Esboço histórico das Ciências Sociais em Portugal. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

Formação do movimento operário português. Coimbra, Centelha, 1978.

A historiografia sociológica de António Sérgio. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

No mar do futuro. Lisboa, Horizonte, 1980.

Época contemporânea portuguesa. I: onde o Portugal velho acaba. Lisboa, Horizonte, 1981.

Sociologia em Amorim Viana. Lisboa, Horizonte, 1981.

O Sampaio da «Revolução» nas fracturas do século. Porto, A.J.H.L.P., 1984.

Liberais & republicanos. Lisboa, Horizonte, 1986.

Instauração do liberalismo em Portugal. Lisboa, Horizonte, 1987.

Fascismo no quotidiano. Lisboa, Vega, 1989.

Roteiro da imprensa operária e sindical (1836-1986). Lisboa, Caminho, 1991.

PRÉMIO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

O doutor Victor de Sá, professor jubilado da Faculdade de Letras do Porto, doou à Universidade do Minho um conjunto significativo de documentos de natureza histórica, política e literária, resultantes da sua actividade de investigação e intervenção pública, bem como os direitos de autor relativos às obras que constituem a sua bibliografia.

Essa documentação encontra-se depositada na Biblioteca Pública de Braga e está a ser objecto de tratamento, de modo a permitir a sua rentabilização científica

e a continuidade dos trabalhos de investigação de Victor de Sá.

A doação dos direitos de autor, bem como de uma avultada verba em dinheiro, destina-se a permitir a criação de um *Prémio de História Contemporânea*, a atribuir periodicamente pela Universidade do Minho, de acordo com um regulamento próprio.

O objectivo primordial deste Prémio é o de incentivar a investigação no âmbito da História Contemporânea de Portugal a partir de 1820.

Folheto da primeira edição do Prémio de História Contemporânea, 1992.

(B.P.B./V. SÁ).

JÚRIS, TRABALHOS CONCORRENTES
E RESULTADOS DO PRÉMIO VICTOR DE SÁ
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
(1992-2021)

1ª Edição – 1992

Júri

Norberto Amadeu Ferreira da Cunha (Universidade do Minho)

Luís Reis Torgal (Universidade de Coimbra)

João Francisco Marques (Universidade do Porto)

Trabalhos concorrentes

Álvaro Francisco Rodrigues – *Sidónio Pais: aspectos da paraedificação do mito na imprensa coimbrã, 1992.*

Prémio

Não foi atribuído.

2ª Edição – 1993

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Amadeu Carvalho Homem (Universidade de Coimbra)

João Francisco Marques (Universidade do Porto)

Trabalhos concorrentes

Ana Maria da Costa Macedo – *Família, Sociedade e Estratégias de Poder* (1750-1830). Braga, Universidade do Minho. Tese de Mestrado.

Ricardo António Alves – *Cem Cartas de Ferreira de Castro*. Sintra, Câmara Municipal, 1992.

Prémio

Não foi atribuído.

Menção honrosa

Ricardo António Alves – *Cem Cartas de Ferreira de Castro*.

3ª Edição – 1994

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Gaspar Martins Pereira (Universidade do Porto)

João Medina (Universidade de Lisboa)

Trabalhos concorrentes

Álvaro Francisco Rodrigues Garrido – *Ensaio sobre o pensamento do lente republicano Alves dos Santos*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993.

Anabela Fonseca de Oliveira – *Formas de sociabilidade no entre as duas guerras. O Concelho de Arganil (1931-32)*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1990.

António Manuel Antunes Rafael Amaro – *A Seara Nova nos anos vinte e trinta (1921-1939): memória, cultura e poder*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993.

Fernanda Rollo – *Portugal e o Plano Marshall*. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

Fernando Pais Sousa Igreja et alia – *Estado Novo Fascista? Breve análise económica e social*. (Lisboa), s.d.

Iolanda Santa Bárbara das Neves Cabral – *O Estado Novo (1926-1945)*, s.d.

João Paulo Avelãs Nunes – *A História económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974). Ascensão e queda de um paradigma historiográfico*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994.

Jorge Alberto Brandão Soares de Carvalho – *Tensões numa comunidade rural do Baixo Minho. Adáuße e o seu Juízo de Paz (1835-1880)*. Braga, Universidade do Minho, 1993.

José Miguel Palma Sardica – *A Dupla Face do Franquismo na Crise da Monarquia Portuguesa*. Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

Luís Filipe Marques de Sousa – *A Igreja e o Estado. A Diocese do Algarve em 1911- 1912*. Lisboa, FLUL, 1994.

- Luís Filipe Marques de Sousa – *Jaime Cortesão (1908-1912). A génese do cidadão e do poeta*. Lisboa, FLUL, 1994.
- Manuel Vicente de Sousa Lima Loff – *Franquismo y Salazarismo en la época de Hitler*. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1993.
- Maria Fernanda Simões de Matos Campos *et alli* – *Pombal. Breve Estudo Histórico, 1877-1884*. Pombal, Câmara Municipal de Pombal, 1993.
- Maria Genoveva Moreira Oliveira – *Gregório Mascarenhas, entre o sonho e a Realidade*. s.d.
- Paula Maria Ferreira do Espírito Santo – *Subsídios para o movimento sindical dos professores portugueses (Da segunda metade do século XIX a meados do século XX)*. Lisboa, 1993.
- Paula Maria Lopes dos Santos Ribeiro – *Subsídios para o estudo das migrações internas. As freguesias da cidade de Coimbra no século XIX*. Coimbra, s.d.
- Rita Maria Olim de Sousa – *Influência Inglesa na Madeira. 1840-80*. Funchal, s.d.
- Rui Leandro Alves da Costa Maia – *História do Rotary em Portugal*. Braga, Universidade do Minho, 1994.
- Rui Manuel dos Santos Gomes – *Antisocialismo nas páginas do jornal, O Grito do Povo (1899-1913)*. s.d.

Prémio

- Fernanda Rollo – *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Editorial Estampa. 1994.

Menções honrosas

João Paulo Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974). Ascensão e queda de um paradigma historiográfico*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994.

José Alberto Brandão Soares de Carvalho – *Tensões numa comunidade rural do Baixo Minho. Adaiúfe e o seu Juízo de Paz (1835-1880)*. Braga, Universidade do Minho, 1993.

Rita Maria Olim de Sousa – *Influência inglesa na Madeira. 1840-80*. Funchal, s. d.

4ª EDIÇÃO – 1995

Júri

Norberto Amadeu Ferreira da Cunha (Universidade do Minho)

António Pedro Pires Vicente (Universidade Nova de Lisboa)

José Maria Amado Mendes (Universidade de Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Álvaro Francisco Rodrigues Garrido – *O Movimento Associativo Estudantil nos Inícios de Sessenta – A crise académica de Coimbra de 1962*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994.

Ana Rita Amaro Monteiro e Helena Maurício Rodrigues – *A Revolução de 1820 e as suas repercussões em Cabo Verde*. África, n.º especial, IX (1995). Porto, Universidade Portucalense.

Fernando Carlos das Dores Costa – *Portugal e a Guerra Anglo-Boer (1899-1902) – Política externa e opinião pública*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

Maria José la Fuente – *O Ensino Secundário Feminino – Os primeiros vinte anos da Escola Maria Pia*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

Maria José Barbosa Fernandes de Freitas Sanchez de la Fuente – *A gripe Pneumónica em Portugal – Um olhar histórico sobre discriminação e solidariedade em tempo de epidemia*. s/l, 1994.

Pedro Lains – *A Economia Portuguesa no Século XIX – Crescimento Económico e Comércio Externo, 1851-1913*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

Sérgio Alexandre Veludo Coelho – *As Fortificações do Cerco do Porto (1832-1833)*. Porto, Universidade do Porto, 1994.

Prémio

Álvaro Francisco Rodrigues Garrido – *O Movimento Associativo Estudantil nos Inícios de Sessenta. A Crise Académica de Coimbra de 1962*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994.

Menções honrosas

Fernando Carlos das Dores Costa – *Portugal e a Guerra Anglo-Boer (1899-1902) – Política externa e opinião pública*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995.

Sérgio Alexandre Veludo Coelho – *As Fortificações do Cerco do Porto (1832- 1833)*. Porto, Universidade do Porto, 1994.

5ª Edição – 1996

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Fernando Rosas (Universidade Nova de Lisboa)

João Francisco Marques (Universidade do Porto)

Trabalhos concorrentes

Helena Pinto Janeiro – *Salazar e Pétain. Contributo para o estudo das relações Luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*. Lisboa, 1995.

Luís Manuel Crespo de Andrade – *Planetário utópico e cultural integral. Aspectos do discurso utópico português contemporâneo*. Lisboa, 1996.

Paula Cristina Pereira de Oliveira – *D. Manuel II: um casamento no exílio*. Porto, 1996.

Paula Teresa Carrapa Sarmento – *O ideário salazarista e a sua política de espírito*, 1996.

Prémio

Helena Pinto Janeiro – *Salazar e Pétain. Contributo para o estudo das relações Luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*. Lisboa, 1995.

Menções honrosas

Luís Manuel Crespo de Andrade – *Planetário utópico e cultural integral. Aspectos do discurso utópico português contemporâneo*. Lisboa, 1996.

6ª Edição – 1997

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Rui de Ascensão Ferreira Cascão (Universidade de Coimbra)

Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa)

Trabalhos concorrentes

Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo – *O Modo português de estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa, Universidade Nova, 1996.

Isabel Cristina Ferreira Neves Baltazar – *O Rei e o Poder Régio – 1820-1823*. Lisboa, Universidade Nova, 1994.

Maria Antónia de Figueiredo Pires de Almeida – *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis, 1886-1941*. Lisboa, ISCTE, 1997.

Pedro Frederico Ferreira Gonçalves – *As Cortes Constituintes (1821 – 1822) e a Independência do Brasil*. Porto, Universidade Portucalense, 1997.

Prémio

Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo – *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa, Universidade Nova, 1996.

7ª Edição – 1998

Júri

Norberto Amadeu Gonçalves Cunha (Universidade do Minho)
José Manuel de Medeiros Ferreira (Universidade Nova de Lisboa)
Jorge Fernandes Alves (Universidade do Porto)

Trabalhos concorrentes

- Alexandra Reis Ribeiro – *Paul vs. Monsanto*. Prémio Galo de Prata.
Daniel Jorge Seixas de Melo – *Salazarismo e Cultura Popular*
(1933-58). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997.
Eduardo Manuel Carvalho Rodrigues – *Morrer pela Pátria!? Os dias de*
Cativeiro dos Prisioneiros Portugueses na Grande Guerra. Memórias.
Porto, Universidade Portucalense, 1997.
José Eduardo Franco – *Brotar Educação. História da Brotéria e da*
Evolução do seu Pensamento Pedagógico (1902-1996). Lisboa,
Faculdade de Psicologia e Ciências da Evolução, 1998.
José Eduardo Franco e Bruno César dos Santos Cardoso Reis – *Vieira*
na Literatura Anti-Jesuíta (Séculos XVIII-XX). Lisboa, Roma
Editora, 1997.
Luís Miguel Pinto Correia Alves – *O Projecto de Cabora Bassa. Uma*
Perspectiva Política. Porto, 1997.
Maria João Mendes Vaz – *Crime e Sociedade. Portugal na segunda*
metade do século XIX. Oeiras, Celta Editora, 1998.
Paulo Jorge Azevedo Fernandes – *As Faces de Proteu. Elites Urbanas*
e Poder Municipal em Lisboa de finais do Século XVIII a 1851.
Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997.
Rui Pedro Ferreira da Costa Esteves- *O Crowding-Out em Portugal*.
Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 1997.

Prémios

Daniel Jorge Seixas de Melo – *Salazarismo e cultura popular* (1933-58). Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997.

Maria João Mendes Vaz – *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*. Oeiras, Celta Editora, 1998.

8ª Edição – 1999

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Maria Manuela Tavares Ribeiro (Universidade de Coimbra)

António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

Trabalhos concorrentes

Adelaide Ginga Tchen – *A Aventura Surrealista. Da explosão à extinção de um movimento (ou não)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2 volumes, 1998. Tese de Mestrado.

António Manuel Horta Fernandes e António Paulo Silva Duarte – *Portugal e o Equilíbrio Peninsular. Passado, Presente e Futuro (Um estudo de geoestratégia)*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1998.

Augusta das Dores Lopes da Silva Xavier Guimarães – *A Caridade em Braga: iniciativas da segunda metade do século XIX*. Braga Instituto de Ciências Sociais, 1998. Tese de Mestrado.

Cristina Isabel Ferreira Azeredo Faria – *Os Estudantes Republicanos contra a Ditadura Militar (1926- 1932)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2 volumes, 1998. Tese de Mestrado.

Manuel Pimenta Morgado Baiôa, – *Elites políticas locais na transição da I República para a Ditadura Militar (1925- 1926). O caso de Évora*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2 volumes, 1998. Tese de Mestrado.

Menno Vincent Postma – *O Governo Holandês sob tutela de Salazar. Nova Renascença, Inverno de 1998*, pp. 121-6. *A influência do General Humberto Delgado na juventude portuguesa e na população estudantil*, in Delgado, I. et alia (coord.), Humberto Delgado – *As eleições de 58*, Lisboa, Vega, pp. 174-187.

Miguel António Dias Santos – *A contra-revolução monárquica. Do sidonismo à Monarquia do Norte*. Coimbra, Faculdade de Letras, 1998. Tese de Mestrado.

Nuno Simão Miranda Guerra da Silva Ferreira – *Franco Nogueira (1918-1993). Estudo Ideo-Biográfico*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. Trabalho de Investigação.

Pedro Aires Oliveira – *Armando Monteiro. Uma biografia política*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1998. Tese de Mestrado.

Sérgio Alexandre Soldá da Silva Veludo Coelho – *Figurinos Militares da Regeneração. Aparência e realidade. 1848-1892*. Porto, Faculdade de Letras, 1998. Tese de Mestrado.

Zélia Maria Cruz Pereira – *Jesuitas em Moçambique (1941-1974): a construção do modelo imperial do Estado Novo*. Lisboa, Instituto Superior de ciências do trabalho e da Empresa, 1998. Tese de Mestrado.

Prémio

Adelaide Ginga Tchen – *A Aventura Surrealista. Da explosão à extinção de um movimento (ou não)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2 volumes, 1998. Tese de Mestrado.

9ª Edição – 2000

Júri

Norberto Amadeu Ferreira Cunha (Universidade do Minho)

Jorge Fernandes Alves (Universidade do Porto)

Maria de Fátima Oliveira da Silva Bonifácio (Universidade Nova de Lisboa)

Trabalhos concorrentes

Alberto José Grilo Belo – *A câmara dos pares e o segundo governo histórico (1860-1865)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2000. Tese de Mestrado.

António Manuel Martins Nunes – *No rasto de Edmundo de Bettencourt. Uma voz para a modernidade*. Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1999.

David de Sousa Araújo – *A vida no exílio do último monarca português*.

Maria João de Abreu Mena Guimarães e Castro – *O Operário (1879-82) e o movimento socialista no Porto*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto 1999. Tese de Mestrado.

Paulo Jorge Soares Mendes Pinto – *Pupilos do Exército, 1911. Génese e Mística de uma Instituição*. Lisboa, IMPE,APE, 2000.

Ricardo Nuno Afonso Roque – *Antropologia e Império*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999. Tese de Mestrado.

Telmo Henrique Correia Daniel Faria – *Debaixo de Fogo! Salazar e as forças Armadas (1935-1941)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999. Tese de Mestrado.

Prémio

Telmo Henrique Correia Daniel Faria – *Debaixo de Fogo! Salazar e as forças Armadas (1935-1941)*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1999. Tese de Mestrado.

10ª Edição – 2001

Júri

Norberto Amadeu Gonçalves Cunha (Universidade do Minho)

José Manuel Tengarrinha (Universidade de Lisboa)

Luís Reis Torgal (Universidade de Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Arnaldo da Silva Marques Pata – *Revolução e cidadania. Organização, funcionamento e ideologia da Guarda Nacional, 1820-39*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001. Tese de Mestrado.

Bruno Cardoso Reis – *Salazar e o Vaticano, da Paz ao Conflito? As relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, 1928-1968*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. Tese de Mestrado.

Carla Maria Sequeira Ferreira – *A questão duriense e o movimento dos Paladinos, 1907-1932 – Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado.

João Miguel Furtado Ferreira d’Almeida – *A Oposição Católica ao Estado Novo (1958-1974)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000. Tese de Mestrado.

Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues – *Do “Topo da Montanha” ao “Fundo do Vale”: Portugal e os Estados Unidos durante a presidência de John F. Kennedy*. Estados Unidos da América, Universidade de Wisconsin – Madison, 2000. Tese de Doutoramento.

Maria João Delgado Correia dos Santos – *O Partido Socialista Português e a Conferência de Coimbra de 1933*.

Maria Teresa Pinto Coelho – *A Agulha de Cleópatra – Jaime Batalha Reis e as Relações Diplomáticas e Culturais Luso-Britânicas*. Edições Cosmos, Lisboa, 2000.

Nuno Miguel Duarte Gomes – *Sport Operário Marinhense – 78 anos de história, ao serviço da Marinha Grande (1923-2001)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.

Teresa Maria e Sousa Nunes – *Um Monárquico entre dois regimes: Carlos Malheiro Dias e a I República*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998. Tese de Mestrado.

Vasco Soares Branco Durão – *Intervenção Socialista – Contexto Histórico e Percurso Político (1958-1978)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000. Tese de Mestrado.

Prémios

Arnaldo da Silva Marques Pata – *Revolução e cidadania. Organização, funcionamento e ideologia da Guarda Nacional, 1820-39*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001. Tese de Mestrado.

Bruno Cardoso Reis – *Salazar e o Vaticano, da Paz ao Conflito? As relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, 1928-1968*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. Tese de Mestrado.

11ª Edição – 2002

Júri

Norberto Amadeu Ferreira Cunha (Universidade do Minho)
António Fernando Marques Ribeiro Reis (Universidade Nova de Lisboa)
Luís Alberto Marques Alves (Universidade do Porto)

Trabalhos concorrentes

- Ana C. C. C. Gomes Pinheiro e Pedro L. Reis Correia – *Movimentos populares absolutistas ocorridos em Portugal entre 1826 e 1828*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Seminário. No. 25 – 5a Série, 2000/2001, pp. 93-115.
- Anabela Pinheiro Moreira – *A ideia de estado em Joaquim Pedro de Oliveira Martins; poder e razão*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Seminário.
- Daniel Ribeiro Alves – *Os dizimos no final do Antigo Regime: aspectos económicos e sociais (Minho, 1820-1834)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado, 2001.
- Eisa Santos Alípio – *O processo negocial da adesão de Portugal à EFTA*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- Elisa M. M. Neves Travessa – *Jaime Cortesão: política, história e cidadania*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- Filipa A. C. Sousa Lopes – *A oposição à ditadura no concelho de Vila Nova de Famalicão*. Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de Mestrado.
- João T. S. A. Caldeira de Sousa – *Costa Brochado: um intelectual orgânico do regime salazarista*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado.

- José E. Queiroga Fernandes – *Ecos do império nas cartas de Inácia e Ernesto Kopke*. Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de Mestrado.
- Lina M. G. Alves Madeira – *Alberto da Veiga Simões: esboço de biografia política*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado.
- Luís Nuno Rodrigues – *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*. Lisboa: Notícias Ed., 2002. Tese de Doutoramento.
- Maria Gabriela Mota Marques – “*Cabelos à Joãozinho*”: *a garçonne em Portugal nos anos vinte*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado, 2002 (?).
- Nuno M. C. Carriço Pousinho – *Governo, poder e elites em Castelo Branco entre 1792 e 1878*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- Paulo Mendes Pinto – *António Xavier Correia Barreto: biografia de um presidente do Senado*, Porto: Afrontamento, 2002.
- Ricardo Roque – *Antropologia e império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1985*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2001. Tese de Mestrado.
- Rita Almeida de Carvalho – *A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949)*. Porto: Afrontamento, 2002.

Prémios *ex aequo*

- Elisa M. M. Neves Travessa – *Jaime Cortesão: política, história e cidadania*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- Rita Almeida de Carvalho – *A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949)*. Porto: Afrontamento, 2002.

12^a Edição – 2003

Júri

José Viriato Capela (Universidade do Minho)

António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

Vítor Manuel Parreira Neto (Universidade do Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Daniel Jorge Seixas de Melo – *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*. 2002. Tese de Doutoramento. Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, 2002.

João Carlos Moreira Tavares – *A Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra (1961-74)*. 2002. Tese de Mestrado.

João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro – *O pensamento social e político de António Pedro Lopes de Mendonça*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2002. Tese de Mestrado.

Joaquim da Silva Gomes – *Braga e os Caminhos-de-Ferro*. Braga, Edição do autor, 2002.

Maria Alice Samara – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*. Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

Rosanna Maria Barros Sá – *A Cultura do Camaleão – A Guitarra Portuguesa e os Limites da Representação*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2001. Tese de Mestrado.

Prémios

Daniel Jorge Seixas de Melo – *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926- 1987)*. 2002. Tese de Doutoramento. Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, 2003.

13ª Edição – 2004

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

António Silva Pereira (Universidade Nova de Lisboa)

José Maciel Morais Honrado dos Santos (Universidade do Porto)

Trabalhos concorrentes

Filipa Lowndes Vicente – *Viagens e Exposições, D. Pedro V na Europa do século XIX*. Lisboa, Editora Gótica, 2003.

Gisela Maria Machado da Mota – *O primeiro dia “Europeu” de Portugal cenas de uma união selada pela televisão. Análise da telecerimónia de assinatura do tratado de adesão de Portugal à CEE*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003, Tese de Mestrado.

Helena Isabel Moreira Silva – *A Monarquia do Norte: A tentativa de restauração monárquica no Porto e reacção do regime republicano*. Lisboa, Universidade de Lisboa, Teses de Mestrado, 2001.

Jaime Ricardo Teixeira Gouveia – *Embate em Debate. História, Administração e limites no planalto beirão (um estudo de caso)*. Moimenta da Beira, 2003.

José Miguel Palma Sardica – *Um homem para todas as causas, biografia do Duque de Ávila e Bolama*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2003.

Marco Daniel Duarte – *Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: ícone do poder. Ensaio iconológico da imagética do Estado Novo*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003.

Paula Alexandra Borges dos Santos – *A Igreja Católica e o 25 de Abril – o “caso Rádio Renascença” (1974-1975)*.

Prémios

Filipa Lowndes Vicente – *Viagens e Exposições, D. Pedro V na Europa do século XIX*. Lisboa, Editora Gótica, 2003

Menções honrosas

José Miguel Palma Sardica – *Um homem para todas as causas, biografia do Duque de Ávila e Bolama*. Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2003.

Paula Alexandra Borges dos Santos – *A Igreja Católica e o 25 de Abril – o “caso Rádio Renascença” (1974-1975)*.

14ª Edição – 2005

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

Irene Maria Montezuma de Carvalho Vaquinhas (Universidade de Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Ana Mónica Rola da Fonseca – *As Relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha 1958-1968*.

Ana Paula Soares Pires, A Indústria de Moagem de Cereais – *Sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*.

Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo – *Passagem para África Portuguesa: o Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (c. 1920-1974)*. Lisboa, 2005(?).

Daniel da Silva Costa Marques – *O Apoio ao Immobilismo: As Relações Políticas entre Portugal e a França (1958-1969)*.

David Mourão Ferreira Castaño – *Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas de 1943 a 1949*.

Isabel Maria Freitas Valente – *As Regiões Ultraperiféricas Portuguesas – Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2004.

Joana Isabel Ricardo Gaspar de Freitas – *Manuel de Arriaga: Percurso Intelectual e Político de Republicano Histórico (1840-1917)*.

João Manuel Mouta Gomes – *O Diário do Minho e o Fim da Primeira República*.

José António Ribeiro de Carvalho – *CADC: O Imparcial (1912-1919) e a formação política ideológica e doutrinária de António de Oliveira Salazar e o seu tempo*.

- José Miguel Pereira Alcobio Palma Sardica, José Maria Eugénio de Almeida – *Negócios, Política e Sociedade no Século XIX*.
- Miguel Gonçalo Cardina Codinha – *A Politização do Meio Estudantil Coimbrão durante o Marcelismo*. Coimbra, 2005, Tese de Mestrado.
- Patrícia Carla Valente Ferraz de Matos – *As “Côres” do Império. Representações Raciais no Contexto do “Império Colonial Português” nas primeiras décadas do Estado Novo*. Lisboa, 2004.
- Paulo Bruno Pereira Paiva Alves – *O Jornal Diocesano de Viseu, a Folha (1901-1911), no Quadro da Riposta Católica Portuguesa*. Porto, Universidade Portucalense, 2004, Tese de Mestrado.
- Paulo Jorge Reis Mourão – *Determinantes da Despesa Pública em Portugal – Uma Avaliação Econométrica*. Porto, Edições Caixotim Didáctico, 2006 (?).
- Pedro Miguel Almeida Sousa – *A Mística Imperial Salazarista n’O Mundo Português*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2005.
- Sandra Cristina Pereira de Brito – *Clube Fenianos Portuenses – Um projecto de civilização, uma busca de projecção*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.
- Sónia Alexandra de Castro Couto – *Fábrica ACH. Brito & Claus 1887-1916*. Porto, Editor Porto S. Couto, 2005.

Prémios

- Patrícia Carla Valente Ferraz de Matos – *As “Côres” do Império. Representações Raciais no Contexto do “Império Colonial Português” nas primeiras décadas do Estado Novo*. Lisboa, 2004 (?).

Menções honrosas

- Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo – *Passagem para África Portuguesa: o Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (c. 1920-1974)*. Lisboa, 2005(?).

15ª Edição – 2006

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

José Medeiros Ferreira (Universidade Nova de Lisboa)

Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos (Universidade do Porto)

Trabalhos concorrentes

Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta – *Branços de Angola, Autonomismo e Nacionalismo (1900-1961)*. Coimbra, Minerva Coimbra, 2005.

Iúri Borges Coelho Beirão Amador – *“A Vermelha”: para uma história da oposição ao estado novo no Conselho de Vila Franca de Xira (1926-1974)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005, Tese de Mestrado.

José António Ribeiro de Carvalho – *Brotéria: A Concordata de 1940 e o Acordo Missionário*.

Miguel Gonçalo Cardina Codinha – *“A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra nos Finais do Estado Novo”*. Coimbra, 2005, Tese de Mestrado.

Paulo Manuel Ferreira da Cunha – *“Os filhos bastardos”. Afirmção e Reconhecimento do Novo Cinema Português (1967-74)*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2005, Tese de Mestrado.

Pedro Urbano da Gama Machuqueiro – *A Casa Palmela e o Desafio Liberal: Estratégias de Afirmção*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2005.

Ricardo Miguel Vieira Meio Gomes – *A Imprensa Diária Portuense no Período Revolucionário (1974-1975)*.

Sandra Cristina Martins Costa – *O divórcio do Porto (1911-1934) “E aos costumes disse nada”*. Porto, Universidade do Porto, 2006 (?), Tese de Mestrado.

Sara Maria Gaspar Inácio – *Nova Dança Portuguesa*.

Prémios

Sandra Cristina Martins Costa – *O divórcio do Porto (1911-1934)*
“*E aos costumes disse nada*”. Porto, Universidade do Porto, 2006 (?),
Tese de Mestrado.

Menções honrosas

Miguel Gonçalo Cardina Codinha – “*A Tradição da Contestação.*
Resistência Estudantil em Coimbra nos Finais do Estado Novo”.
Coimbra, 2005.

16ª Edição – 2007

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

Rui Ascensão Ferreira Cascão (Universidade de Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Ana Catarina Capelo Loureiro – *Júlio Augusto Henriques: Pioneiro nas ideias evolucionistas em Portugal*. Aveiro, Universidade de Aveiro, Tese de Mestrado, 2007.

Joana Patrícia Damasceno Marques de Oliveira – *Museus para o Povo Português. A etnografia como elemento unificador do discurso museológico do Estado Novo*. Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007, Tese de Mestrado.

José António Ribeiro de Carvalho – *Os Jesuítas em Véspera da Primeira República: o Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*. Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Paulo Jorge Monteiro Henriques da Silva Dias – *Real Panteão dos Bragança. Arte e Memória*. Porto, Antília Editora, 2006.

Ricardo Fernando Fontes Jesus Serrado – *O Futebol como veículo de propaganda do Estado Novo (?)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado.

Rui Manuel Pinto Costa – *O Poder Médico e o Poder Político. A Afirmação da Classe Médica em Portugal, do Pós-Guerra a 1974*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

Sofia de Sousa Teives Henriques – *Os consumos domésticos de energia em Portugal*. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Tese de Mestrado, 2006 (?).

Tiago Luís de Matos Roma Fernandes – *Nem ditadura, Nem Revolução: A Ala Liberal e o Marcelismo*, Coleção Parlamento, Dom Quixote, 2006.

Prémios

José António Ribeiro de Carvalho – *Os Jesuítas em Véspera da Primeira República: o Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*. Porto, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Menções honrosas

Rui Manuel Pinto Costa – *O Poder Médico e o Poder Político. A Afirmação da Classe Médica em Portugal, do Pós-Guerra a 1974*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

17ª Edição – 2008

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Maria Fernando Fernandes Garcia Rollo (Universidade Nova de Lisboa)

Maria Antonieta da Conceição Cruz (Universidade de Porto)

Trabalhos concorrentes

Abel Leandro Freitas Rodrigues – *Entre o Público e o Privado: a Génese do Arquivo do Conde da Barca (1754-1817)*. Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Tese de Mestrado, 2007.

Alice da Conceição Monteiro Pita Brito da Cunha – *À descoberta da Europa, A adesão de Portugal às Comunidades Europeias*. Coleção Biblioteca Diplomática, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro – *Casa Pia de Lisboa: laboratório de modernidade*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento, 2009.

Emiliana Costa da Silva Querido – *Casamento em Santo André de Canidelo, 1875-1895*.

Fernando Augusto Moreira de Sousa Pereira – *Revolução Industrial – História no Mundo e no Norte de Portugal*.

Francisco Miguel Veloso Araújo – *Faculdade(s) de Letras do Porto: da (Re)criação à Revolução*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado, 2008.

Hugo José Silveira da Silva Pereira – *Caminhos-de-ferro nos Debates Parlamentares (1845-1860)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Mestrado, 2008.

Joana Rita da Costa Brites – *Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência: Modelos e Programas Arquitectónicos na Construção do Estado Novo (1929-1970)*. Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007, Tese de Mestrado.

- João Paulo Valente Aguiar – *GERMINAL: um estudo sobre a cultura e o trajecto sócio-histórico do operariado agrícola alentejano*.
- José António Ribeiro de Carvalho – *Do Regicídio à Queda da Monarquia*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- José Manuel Veigas Neves – *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa, Departamento de História, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Tese de Doutoramento, 2007.
- Marco José Marques Gomes Alves Gomes – *Comunicação Política na Revolução de Abril (1974-1976)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2007.
- Norberto Tiago Gonçalves Ferraz – *Solidariedade na Misericórdia de Cabeceiras de Basto (1877-1930)*.
- Nuno Miguel de Jesus Lima – *Os “homens bons” do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893)*. Lisboa, Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado.
- Nuno Miguel Ribeiro de Medeiros – *Edição e Editores Portugueses, Prescrições, Percursos e Dinâmicas (décadas de 1940 a 1960)*. Lisboa, Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado, 2007.
- Pedro Joaquim Teixeira Pereira – *1933-1945: Activos e Passivos na Política Social do Estado Novo*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2007.
- Rita Alexandra Borda de Água Mendonça Leite – *Representação do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1825-1911)*. Lisboa, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, 2007.
- Sérgio Filipe da Rocha Vieira – *Caminhos de Construção e Leituras da Lei da Separação do Estado das Igrejas de 1911*. Braga, Departamento de Filosofia e Cultura do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho. Tese de Mestrado, 2006(?).

- Sónia Isabel Vespeira de Almeida – *A ruralidade no processo de transição para a democracia em Portugal: campanhas de dinamização cultural e acção cívica do Movimentos das Forças Armadas (1974-1975)*. Lisboa, Departamento de Antropologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Tese de Doutoramento, 2007.
- Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos Pellejero – *Portugal no Sião. Origens e renúncia da extraterritorialidade (1820-1925)*. Colecção Biblioteca Diplomática, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Victor Baptista Varela de Barros – *As Ilhas como espaços de deportação e de prisão no Estado Novo*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2008 (?).

Prémios

- José Manuel Veigas Neves – *Comunismo e Nacionalismo em Portugal – Política, Cultura e História no Século XX*. Lisboa, Departamento de História, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Tese de Doutoramento.

Menções honrosas

- Rita Alexandra Borda de Água Mendonça Leite – *Representação do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto (1825-1911)*. Lisboa, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- Sónia Isabel Vespeira de Almeida – *A ruralidade no processo de transição para a democracia em Portugal: campanhas de dinamização cultural e acção cívica do Movimentos das Forças Armadas (1974-1975)*. Lisboa, Departamento de Antropologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Tese de Doutoramento, 2007.
- Victor Baptista Varela de Barros – *As Ilhas como espaços de deportação e de prisão no Estado Novo*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2008 (?).

18ª Edição – 2009

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

António Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

Rui Luís Vide da Cunha Martins (Universidade de Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Ana Filipa da Conceição Prata – *Políticas Portuárias na Iª República (1880-1929)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado, 2008.

Ana Isabel Coelho Pires da Silva – *A Arte de Enfermeiro: Escola de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos – *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de Mestrado, 2009.

Cátia Antunes dos Santos Salvado Fonseca – *Uma Família de Fotógrafos: Carlos e Margarida Relvas*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de Mestrado, 2008.

Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Biblioteca das Ciências Sociais, Lisboa: Edições Afrontamento, 2008.

Hugo Filipe Gonçalves das Dores – *A História na Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1930)*. Lisboa, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, 2008.

Jorge Manuel Rias Revez – *Os “Vencidos do Catolicismo”, Militância e Atitudes Críticas (1958-1974)*. Lisboa, Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado, 2008 (?).

Thiago Severiano Paiva de Almeida Carvalho – *Do Lirismo ao Pragmatismo. A Dimensão Multilateral das Relações Luso-Brasileiras (1974-1976)*. Lisboa, Departamento de História do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Tese de Mestrado, 2008.

Prémios

Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Biblioteca das Ciências Sociais, Lisboa: Edições Afrontamento, 2008

19ª Edição – 2010

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira (Universidade do Porto)

Pedro Aires Ribeiro da Cunha Oliveira (Universidade Nova de Lisboa)

Trabalhos Concorrentes

Ana Paula Soares Pires – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2009.

André Carinha Tavares – *Novela Bufa do Ufanismo em Concreto*. Porto, Equações de arquitectura, Dafne Editora, 2009.

Bruno José Navarro Marçal – *Governo de Pimenta de Castro um general no labirinto da I República*. Lisboa, Universidade de Lisboa, Tese de Mestrado, 2010.

Daniel Filipe Franco Gomes – *Evolução do Confronto Estratégico Durante o Conflito na Guiné (1956-1974)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2008.

Fernando Manuel Tavares Martins Pimenta – *Portugal e o Século XX Estado-Império e descolonização (1890-1975)*. Porto, Edições Afrontamento, 2010.

Isabel Margarida Ribeiro Nogueira – *Artes Plásticas e Pensamento crítico em Portugal nos anos setenta e oitenta: problemáticas da operacionalidade dos conceitos de vanguarda e de pós-modernismo*. Lisboa, Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2009, Tese de Doutoramento.

Jorge Manuel Rias Revez – *Os “Vencidos do Catolicismo”: Militância e Atitudes Críticas (1958-1974)*. Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2009.

- José Augusto Duarte Sequeira Mendes Pereira – *O PAIGC perante o dilema cabo-verdiano (1959-1974)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2008.
- Lourenço de Figueiredo Perestrelo Correia de Matos – *Os fornecedores da Casa Real*. Lisboa, Dislivro Histórica, 2009.
- Luciano Augusto dos Santos Moreira – *Bispado de Lamego na I República – os efeitos da Lei da separação do estado das igrejas nos concelhos da diocese*. Universidade Católica.
- Luís Miguel Ferreira Rodrigues – *História do Ateísmo em Portugal da Fundação ao final do Estado Novo*. Lisboa, Editora Guerra e Paz, 2010.
- Rita Barata Fernandes Gomes de Castro – *Mercado do Bolhão: património e identidade*. Porto, Faculdade A. Universidade do Porto, 2009 (?). Tese de Mestrado.
- Sandra Maria Esteves Coelho – *O Negócio da Urna- As eleições de 1842*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, Tese de Mestrado.
- Sérgio Gonçalo Duarte Neto – *Colónia Mártir, Colónia Modelo*. Coimbra, Universidade Coimbra, Tese de Mestrado, 2007.
- Tiago Ribeiro Ramos Baptista – *Ver Amália: os filmes de Amália Rodrigues*. Lisboa, Edições Tinta da China, 2009.
- Vera Margarida Coimbra de Matos – *Portugal e Itália: Relações Diplomáticas (1943-1974)*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2010.

Prémios

- Bruno José Navarro Marçal – *Governo de Pimenta de Castro um general no labirinto da I República*. Lisboa, Universidade de Lisboa.

Menções Honrosas

José Augusto Duarte Sequeira Mendes Pereira – *O PAIGC perante o dilema cabo-verdiano (1959-1974)*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado (?).

Sandra Maria Esteves Coelho – *O Negócio da Urna- As eleições de 1842*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2004 (?).

Sérgio Gonçalo Duarte Neto – *Colónia Mártir, Colónia Modelo*. Coimbra, Universidade Coimbra, Tese de Mestrado, 2007.

20ª Edição – 2011

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)
António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)
João Paulo Cabral Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra)

Trabalhos concorrentes

- Alexandra Patrícia Lopes Esteves – *Entre o Crime e a Cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*. Braga, Universidade do Minho, Tese de Doutoramento, 2010.
- Cláudia Sofia Pinto Ribeiro de Castro – *Os Outros... A Casa Pia de Lisboa com espaço de inclusão da diferença*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2009.
- Daniel Cravino Marques – *Portugal e Israel – A política externa face à criação de Israel (1946-1953)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2009.
- Daniel Davide Silva Bastos – *Fafe- Estudos de História Contemporânea*. Fafe, Editora Labirinto.
- David Mourão Ferreira Castaño – *Mário Soares e a transição democrática 1974-1976*. Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Doutoramento.
- Fernando Tavares Pimenta – *Elites e poder municipal no Portugal rural- Soure da monarquia à república*. Coimbra, Editora Areias do Tempo, Associação Cultural e Editorial, 2010.
- Francisco Pinto dos Santos Brito – *O Botequim do Vago -Mestre – Política e Sociedade na Guimarães oitocentista, Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranense*.
- Frederico Martins dos Reis Ágoas – *Saber e Poder, Estado e Investigação Social Agrária nos Primórdios da Sociologia em Portugal*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

- Giovanna de Aquino Fonseca Araújo – *Feiras minhotas portuguesas: estratégias de resiliências frente aos impactos do mercado global (1986-2007)*. Braga, Universidade do Minho, Tese de Mestrado.
- Joana Patrícia Damasceno Marques de Oliveira – *Museus para o Povo Português*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado.
- José António Ribeiro de Carvalho – *História das Aparições de Nossa Senhora de Fátima e o Portugal do seu tempo. Álbum Comemorativo dos 100 anos das Aparições (1917-2011)*. Publicações.
- Márcio Sérgio Costa Barbosa – *Marcello e Spínola: A missão do fim*. Coimbra, Edições Almedina, S.A., 2009.
- Marta Coelho de Macedo – *Projectar e construir a nação, engenheiros e território em Portugal (1837-1893)*. Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2010.
- Miguel Gonçalo Cardina Codinha – *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2011.
- Paulo Bruno Rodrigues Ferreira – *Culturas de Protesto em Portugal na Imprensa Periódica (1968-1970)*. Lisboa, Faculdade de Letras, Tese de Mestrado, 2009.
- Raquel Cardeira Varela – *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Bertrand Editora, 2011.
- Ricardo Manuel Casadinho Revez – *A ideia de decadência Nacional em Fialho de Almeida*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2010.
- Ricardo Vieira de Campos de Abreu Noronha – *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-75)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Teses de Doutoramento, 2011.
- Sílvia Adriana Barbosa Correia – *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal, 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2010.

Prémios

Miguel Gonçalo Cardina Codinha – *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2011.

Menções honrosas

Alexandra Patrícia Lopes Esteves – *Entre o Crime e a Cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*. Braga, Universidade do Minho, Tese de Doutoramento, 2010.

Frederico Martins dos Reis Ágoas – *Saber e Poder, Estado e Investigação Social Agrária nos Primórdios da Sociologia em Portugal*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

Sílvia Adriana Barbosa Correia – *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal, 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2010.

21ª Edição – 2012

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Jorge Fernandes Alves (Universidade do Porto)

José Manuel Viegas Neves (Universidade Nova de Lisboa)

Trabalhos concorrentes

Alice da Conceição Monteiro Pita Brito da Cunha – *De candidato a estado-membro: Portugal e as Negociações de Adesão à Comunidade Económica Europeia*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2012.

Ana Cristina Moscatel Pereira Viveiros – *Desamortização e Venda de Bens Nacionais. O exemplo da ilha de S. Miguel (1832-1848)*. Ponta Delgada, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, Tese de Mestrado, 2011.

Ana Mónica Rôla da Fonseca – *“É Preciso Regar os Cravos!” A Social-democracia alemã e a transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2011.

Daniel da Silva Costa Marcos – *Uma Aliança Circunstancial: Portugal e os Estados Unidos nos Anos 1950*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2011.

Hugo José Silveira da Silva Pereira – *A Política Ferroviária Nacional (1845-1899)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2012.

Joana Rita da Costa Brites – *O Capital da Arquitectura (1929-1970) Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2012.

- Joana Vidal de Azevedo Dias Pereira – *Sindicalismo Revolucionário. A história de uma Idéia*. Lisboa: Centenário da República; Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2011.
- José Manuel Guedes de Sousa – *Vitorino Magalhães Godinho: história e cidadania nos anos 40*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Mestrado, 2012.
- Luciana de Castro Soutelo – *A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2009.
- Luís Humberto Pacheco Ferreira Teixeira – *Verdes Anos. História do ecologismo em Portugal (1974-2011)*. Lisboa, Esfera da Caos Editores, 2011.
- Nuno Filipe Poinhas Pires – *Museu Geológico de Lisboa: Contributo para a História Contemporânea e das Ciências em Portugal*.
- Paula Alexandra Fernandes Borges dos Santos – *A Questão Religiosa no Parlamento. Volume III - 1935-1974*. Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edição, 2011.
- Raquel Cardeira Varela – *História do PCP na Revolução do Cravos*. Lisboa, Bertrand Editora, 2011.
- Ricardo Pinto de Carvalho Paulo de Brito – *A sociedade portuguesa de estudos históricos no contexto historiográfico nacional (1911-1928)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Mestrado, 2012.
- Sónia Margarida Serra Queiroga – *Casa oficina do escultor António Soares dos Reis (1847-1889) – Reabilitação de uma memória e reabilitação de um espaço*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Mestrado, 2011.
- Tânia Vanessa Araújo Gomes – *Uma revista feminina em tempo de Guerra: O caso da “Eva” (1939-1945)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2011.
- Tiago Agostinho Arrifano Tadeu – *A Guarda durante a II Guerra Mundial – Abastecimentos e Economia de Guerra (1939-1947)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2011.

Prémios

Joana Rita da Costa Brites – *O Capital da Arquitectura (1929-1970) Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2012.

Menção honrosa

Ana Mónica Rôla da Fonseca – “*É Preciso Regar os Cravos!*” *A Social-democracia alemã e a transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2011.

22ª Edição – 2013

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

Maria Antónia da Silva Figueiredo Lopes (Universidade de Coimbra)

Trabalhos concorrentes

David Oliveira Ricardo Pereira – *As políticas sociais em Portugal (1910-1926)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2012.

Filipe Guimarães da Silva – *“A nacionalização que se deseja” Notas para uma breve História da indústria cervejeira nacional: do Estado Novo às nacionalizações revolucionárias*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2012.

Hélder Manuel Guerra Henriques – *Formação, Sociedade e Identidade Profissional dos Enfermeiros: A Escola de Enfermagem de Castelo Branco/Dr. Lopes Dias (1948-1988)*. Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2012.

Helena Margarida dos Reis Cabeleira – *O artista enquanto aluno: ensino artístico, práticas culturais e concepções de si na Imprensa Académica da Universidade de Lisboa (1878-2007)*. Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2012.

Ismael Cerqueira Vieira – *Conhecer, tratar e combater a “peste branca”. A tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2012.

Jani Clara Miranda Maurício – *Dinamização cultural: palcos periféricos e a circulação da arte moderna (1956-61)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2011.

- José António Ribeiro de Carvalho – *Salazar e Paulo VI. A relação conturbada do ditador com o primeiro Papa a visitar Portugal*. [Lisboa], Zebra, 2013.
- José Miguel Raimundo Noras – *Amílcar Pinto: um arquitecto português do Século XX*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2011.
- Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva – *Espelho Fraternal. O Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*. Lisboa, Divina Comédia, 2013.
- Odair Bartolomeu Barros Lopes Varela – *Mestiçagem Jurídica? O Estado e a participação local na justiça em Cabo Verde: uma análise pós-colonial*. Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2012.
- Ricardo Daniel Carvalho da Silva – *Portugueses na Wehrmacht. Os voluntários da Divisão Azul (1941-1944)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2012.
- Ricardo Vieira de Campos D'Abreu Noronha – *Crise Revolucionária e Nacionalizações (1974-75): O caso da banca*.
- Sérgio Miguel Cardoso Mendes – *O “F” de Futebol do Estado Novo*.
- Tiago Brandão Mascarenhas de Azevedo – *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da Ciência e política científica em Portugal*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2012.

Prémios

- Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva – *Espelho Fraternal. O Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*. Lisboa, Divina Comédia, 2013.

Menções honrosas

Ismael Cerqueira Vieira – *Conhecer, tratar e combater a “peste branca”. A fisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal (1853-1975)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2012.

Tiago Brandão Mascarenhas de Azevedo – *A Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (1967-1974). Organização da Ciência e política científica em Portugal*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2012.

23ª Edição – 2014

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Luís Alberto Marques Alves (Universidade do Porto)

Paulo Jorge Chalante Azevedo Fernandes (Universidade Nova de Lisboa)

Trabalhos concorrentes

Ana Maria Diamantino Correia – *A assistência médica no concelho de Coruche: instituições, agentes e doentes (1820-1910)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2013.

Ana Teresa Clímaco de Albuquerque Leitão – *A Igreja Católica e os Partidos Democratas-Cristãos em Contextos de Transição para a Democracia: Os Casos de Portugal e Espanha (1974-1982)*. Lisboa, Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, Tese de Doutoramento, 2014.

Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos – *A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2014.

Catarina Marques Madruga – *José Vicente Barbosa du Bocage (1823-1907). A construção de uma persona científica*. Lisboa, Secção Autónoma de História e Filosofia das Ciências da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Tese de Mestrado, 2014.

Isadora de Ataíde Fonseca – *A Imprensa e o Império na África Portuguesa, 1842-1910*.

João Carlos dos Santos Moreira – *O Trotskismo em Portugal (1968-1974) – Geografias de um “Marxismo Vivo”*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2014.

João Lázaro Cavaleiro Diz de Carvalho – *O despontar do movimento operário português na esfera pública. Das práticas ao debate parlamentar (1850-1860)*.

Natália Sofia Neves dos Santos – *Raúl Rêgo – O Jornalista e o Político*. Macedo de Cavaleiros, Poética, 2014.

- Pedro Almeida Leitão – *“Please call me Co’burn”. A Cockburn Smithes e a marca Special Reserve no mercado inglês de vinho do Porto (1962-1976)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2013.
- Pedro Miguel Marques Gomes – *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa. Alêtheia, 2014.
- Pedro Urbano da Gama Machuqueiro – *“Nos bastidores da Corte”: O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2014.
- Ricardo Jorge Pereira – *A face Portuguesa da Região Administrativa Especial de Macau*. [sl]: Ricardo Jorge Pereira, 2014. ([Cacém]:DPS-Digital Printing Service)
- Sérgio Filipe Ribeiro Pinto – *Servidores de Deus e Funcionários de César. O Clero Paroquial Como “Classe” Socioprofissional (1882-1917)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2013.
- Sílvia Manuela Marques Torres – *Guerra Colonial Na Revista Notícia*. Coimbra, Minerva, 2014.

Prémios

- Pedro Urbano da Gama Machuqueiro – *“Nos bastidores da Corte”: O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2014.

Menções honrosas

- Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos – *“A Organização das Nações Unidas e a Questão Colonial Portuguesa: 1961-1970”*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2014.

Sérgio Filipe Ribeiro Pinto – *Servidores de Deus e funcionários de César. O Clero Paroquial Como “Classe” Socioprofissional (1882-1917)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2013.

24ª Edição – 2015

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas
(Universidade Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Ana Carina Gerardo da Silva Azevedo – *A Organização Científica do Trabalho em Portugal após a II Guerra Mundial 1945-1974*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2014.

Ana Margarida Dias da Silva – *O Hospital e Asilo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco de Coimbra (1851-1926)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2014.

Bruno José Rodrigues Monteiro – *Homens Industriais. Uma Sociologia Histórica das Tomadas de Posição do Patronato Portuense (1945-1974)*. Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 2015.

Cátia Daniela Ferreira Brito de Melo – *O Programa para a Democratização da República (1960-1961)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2014.

Duarte Manuel Roque de Freitas – *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2014.

Francisco Maria de Sousa de Macedo Malta Romeiras – *Ciência, Prestígio e Devoção – Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (séculos XIX e XX)*. Cascais, Lucena, 2015.

Francisco Miguel Felgueiras Bairrão Ruivo – *Spínola e a Revolução. Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa, Bertrand, 2015.

- Hugo Filipe Gonçalves das Dores – *A Missão da República. Política, Religião e o Império Colonial Português (1910-1926)*. Lisboa, Edições 70, 2015.
- Ivete Sobral dos Santos – *A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração no Estado Novo*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2014.
- João Lázaro Cavaleiro Diz de Carvalho – *O Despontar do Movimento Operário Português na Esfera Pública – Das Práticas ao Debate Parlamentar (1850-1860)*. Lisboa, Chiado Editora, 2014.
- Laura Fialho Almeida - *Fotografia: A Arte submetida à Crítica. As revistas Objectiva (1937-1947) e Foto Revista (1937-1939)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2014.
- Pedro Miguel Marques Gomes – *Os Saneamentos Políticos no Diário de Notícias no Verão Quente de 1975*. Lisboa, Alêtheia, 2014.

Prémios

- Duarte Manuel Roque de Freitas – “*Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*”. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2014.

Menção honrosa

- Francisco Maria de Sousa de Macedo Malta Romeiras – “*Ciência, Prestígio e Devoção -Os Jesuítas e a Ciência em Portugal (séculos XIX e XX)*”. Cascais, Lucena, 2015.

25ª Edição – 2016

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Luís Alberto Marques Alves (Universidade do Porto)

Paulo Jorge Chalante Azevedo Fernandes (Universidade Nova de Lisboa)

Trabalhos concorrentes

Ana Vanessa Duarte Lopes – *As primeiras Galas Internacionais dos Pequenos Cantores da Figueira da Foz (1979-1981): breve estudo histórico.* Figueira da Foz, Casino da Figueira, 2016.

Ângela Sofia Garcia Salgueiro – *Ciência e Universidade na I República.* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2015.

Daniela Pereira Alves Ribeiro – *(Infra) Estruturas de Produção Energética. O Carvão no Sistema Urbano do Porto do Século XX.*

Márcio Sérgio Costa Barbosa – *Novo Estado Marcelista (1929-1974).* Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2015.

Mariana Reis de Castro – *Contrabando de Guerra em Elvas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2015.

Rosa Maria Canarim Rodrigues Fina – *Subsídios para o estudo da noite na Lisboa oitocentista. Da iluminação pública à sociabilidade.*

Rui Alexandre da Graça Gomes Coelho – *O Arqueólogo Cordial. A Junta Nacional da Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o “Estado Novo” (1936-1974).*

Sandra Isabel das Candeias Guerreiro Dias – *O Corpo como Texto: Poesia, Performance e Experimentalismo nos Anos 80 em Portugal.* Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2015.

Tiago Rego Ramalho – *Alienação e Pensamento Político em António José Saraiva*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Tese de Mestrado, 2015.

Prémios

Márcio Sérgio Costa Barbosa – *Novo Estado Marcelista (1929-1974)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2015.

26ª Edição – 2017

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

Rui Manuel Bebiano do Nascimento (Universidade Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Bruno Tiago de Jesus Madeira – *“Não foi para morrer que nós nascemos”*. O movimento ecológico do Porto (1974-1982). Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2016.

Cátia Sofia Capitão Nunes Pereira – *Posição de Portugal perante o conflito germano-polaco de 1939*.

Cláudia Sofia Ninhos da Fonseca – *“Para que Marte não afugente as Musas”*. A política Cultural Alemã em Portugal e o Intercâmbio Académico (1933-1945). Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2016.

Cláudio André das Neves Amaral – *Energia, Desenvolvimento Local e Modernização Social. A eletrificação do Concelho de Matosinhos (1890 -1980)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2016.

João Sebastião Fusco Ribeiro – *A Campanha de Auxílio aos Pobres no inverno (1936-1939): Elementos para a História Social do Estado Novo*.

José Pedro Pinto Monteiro – *A internacionalização das políticas laborais “indígenas” no império colonial português (1944-1962)*. Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa- Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora, Tese de Doutoramento, 2016.

Pedro Jorge Silva Rei – *Ser Bispo entre a Monarquia e a República. D. António Mendes Bello, um príncipe leonino em Portugal (1885-1911)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2017.

Pedro Miguel Jorge Réquio – *Mudança Cultural e Política na Academia de Coimbra: O caso da Via Latina (1958-1962)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2016.

Rita Alexandra Borda de Água Mendocha Leite – *Texto e Autoridade. Diversificação sociocultural e religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal (1804-1940)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2017.

Prémios

Cláudia Sofia Ninhos da Fonseca – “*Para que Marte não afugente as Musas*”. *A política Cultural Alemã em Portugal e o Intercâmbio Académico (1933-1945)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2016.

Menção honrosa

José Pedro Pinto Monteiro – *A internacionalização das políticas laborais “indígenas” no império colonial português (1944-1962)*. Lisboa, Universidade de Lisboa com a participação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Évora, Tese de Doutoramento, 2016.

27ª Edição – 2018

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Jorge Fernandes Alves (Universidade do Porto)

Raquel Pereira Henriques (Universidade Nova de Lisboa)

Trabalhos concorrentes

Ana Filipa Alves Pereira – *A Contabilidade e o Papel Social do Hospital de S. Marcos da Santa Casa da Misericórdia de Braga (1910-1920)*.

Braga, Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Tese de Mestrado, 2018.

Bruno Tiago de Jesus Madeira – “*Não foi para morrer que nós nascemos*”.

O Movimento Ecológico do Porto (1974-1982). Porto, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, Edições Afrontamento, 2017.

Emanuel Chaves Pimenta Cabral Cameira – *“A & etc de Vitor Silva Tavares - narrativa histórico-sociológica”*.

Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2018.

Gonçalo Manuel Ferreira dos Santos Antunes – *“Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa”*.

Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2017.

Ismael Cerqueira Vieira – *História da Endocrinologia em Portugal no Século XX*.

Coimbra, Sociedade Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo, 2018.

Joana Filipa Rebelo Morais – *Comissão do Livro Negro sobre o regime Fascista: Comissão (Histórica) de Verdade?*

José Carlos Duarte Rodrigues Avelãs Nunes – *A Arquitectura dos Sanatórios em Portugal: 1850-1970*. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2017.

Mariana Salomé Pereira Pires – *Linhas de Força das relações entre o PS e o PCP durante o Processo de Transição Democrática (1974-1976)*.

Pedro Miguel Marques Gomes – *Jornais, Jornalistas e Poder: A Imprensa que nasce na Revolução e as lutas políticas de 1975*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2018.

Tânia dos Reis Alves - 1961 – *Sob o viés da imprensa. Os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da guerra no império português*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2018.

Tiago André Simões Ferreira – *Condeixa-a-Nova e as instituições de assistências social (1900-1945)*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Tese de Mestrado, 2017.

Prémios ex aequo

Emanuel Chaves Pimenta Cabral Cameira – *“A & etc de Vítor Silva Tavares - narrativa histórico-sociológica”*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2018.

José Carlos Duarte Rodrigues Avelãs Nunes – *A Arquitectura dos Sanatórios em Portugal:1850-1970*. Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, Tese de Doutoramento, 2017.

Menções honrosas

Gonçalo Manuel Ferreira dos Santos Antunes *“Políticas sociais de habitação (1820-2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa”*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2017.

Tânia dos Reis Alves - 1961 – *Sob o viés da imprensa. Os jornais portugueses, britânicos e franceses na conjuntura da eclosão da guerra no império português*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2018.

28ª Edição – 2019

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)

João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes (Universidade Coimbra)

Trabalhos concorrentes

Ana da Silva Campos – *“Para Lutar é Preciso ser Instruído” A Ideologia e o Movimento Operário na Universidade Popular de Setúbal - da 1ª República ao advento do Estado Novo*. Lisboa, (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Mestrado, 2018.

Bruno Filipe Cristóvão de Brito – *O Rock Progressivo em Portugal: 1967-1981*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Mestrado, 2018.

Frederico de Sousa Ribeiro Benvinda – *Zófimo Consiglieri Pedroso: Portugal, Europa e Latinidade*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Mestrado, 2019.

Gabriel de Oliveira Feitor – *Comemoracionismo Republicano durante o Estado Novo (1955-1974)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2018.

Joana Cristina Pestana Camacho – *O Enquadramento Teórico e Conceptual da Ação da DGEMN (1931-1975)*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Mestrado, 2018.

João José de Almeida Barata – *O Instituto de Agronomia e Veterinária [1852-1910] Ciência e Política na segunda metade de Oitocentos*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Mestrado, 2019.

- Maria Inês Martins Birrento do Nascimento Rodrigues – *Espectros de Batepá: Memórias e narrativas do “Massacre de 1953” em São Tomé e Príncipe*. Porto, Afrontamento, 2018.
- Patrícia Isabel Gomes Lucas – *Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2018.
- Pedro Manuel Cerdeira de Jesus – *A Sociedade Propaganda de Portugal e a construção do turismo moderno (1888-1911)*. Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2019.
- Rui Alexandre da Graça Gomes Coelho – *O arqueólogo cordial: a Junta Nacional de Educação e o enquadramento institucional da arqueologia portuguesa durante o Estado Novo (1936-1974)*. Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2018.
- Soraia Milene Marques Carvalho – *A Sociedade das Nações: Europa, Portugal e Agricultura*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Mestrado, 2019.
- Teresa Menéres Gautier Vasques Osório – *Moledo como estância balnear do século XX (1910-1976)*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Mestrado, 2018.

Prémios

- Patrícia Isabel Gomes Lucas – *“Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)”*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2018.

Menção honrosa

- Maria Inês Martins Birrento do Nascimento Rodrigues – *Espectros de Batepá: Memórias e narrativas do “Massacre de 1953” em São Tomé e Príncipe*. Porto, Afrontamento, 2018.

29ª Edição – 2020

Júri

José Viriato Eiras Capela (Universidade do Minho)

Maria Fernanda Fernandes Garcia Rollo (Universidade Nova de Lisboa)

Luís Alberto Marques Alves (Universidade do Porto)

Trabalhos concorrentes

Ana Filipa dos Santos Guardião – *Desafios coloniais na construção do sistema internacional de protecção dos refugiados: os processos de descolonização do Quênia, Argélia e Angola (1950-1975)*. Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, Tese de Doutoramento, 2019.

Bruno Tiago de Jesus Madeira – *“Homens entre ruínas”? Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2019.

Cátia Sofia Ferreira Tuna – *“Não sei se canto se rezo”: ambivalências culturais e religiosas do fado (1926-1945)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2020.

Gil Manuel Gandarela Gonçalves – *Eanismo, Otelismo e a Questão da “Normalização” Democrática (1975-1976)*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2019.

Joana Catarina Vieira Paulino – *O abandono de crianças em Lisboa (1850-1910). Os efeitos do fim da exposição anónima na roda*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2019.

João Paulo de Jesus Martins Luz – *O Porto de Jano. Uma cidade de Duas Caras, o Porto entre Liberais e Miguelistas*. Porto, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Tese de Mestrado, 2019.

João Pedro Félix Costa, Rodrigo da Luz Martins, co-autor – *O colonialismo português. Para que a história não se repita*. Rio de Mourou, Trabalho realizado em coautoria, 2020.

Júlia Platonovna Korobtchenko – *O Ministério dos Negócios Estrangeiros. A reforma administrativa e o corpo social (1834-1910)*. Lisboa, Edições Colibri, 2020.

Matheus Serva Pereira – “*Grandiosos batuques*”: *Tensões, arranjos e experiências coloniais em Moçambique (1890-1940)*. Lisboa, Imprensa de História Contemporânea, 2020.

Nuno Ricardo Sampaio Veiga Ferraz Martins – *Grande Guerra e Guerra Colonial - Custos para os cofres Portugueses*. Lisboa, Edições Sílabo, 2020.

Prémios

Cátia Sofia Ferreira Tuna – “*Não sei se canto se rezo*”: *ambivalências culturais e religiosas do fado (1926-1945)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2020.

Menções honrosas

Bruno Tiago de Jesus Madeira – “*Homens entre ruínas*”? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Doutoramento, 2019.

Júlia Platonovna Korobtchenko – *O Ministério dos Negócios Estrangeiros. A reforma administrativa e o corpo social (1834-1910)*. Lisboa, Edições Colibri, 2020.

30^a Edição – 2021

Júri

Maria de Fátima Cunha Moura Ferreira (Universidade do Minho)
António Adriano de Ascensão Pires Ventura (Universidade de Lisboa)
Miguel Bandeira de Carvalho Jerónimo (Universidade de Coimbra)

Trabalhos concorrentes

António Maria Ribeiro Teles Costa – *José Pereira Palha Blanco (1854-1973): um cacique e um lavrador da lezíria ribatejana*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado, 2021.

Fábio Alexandre Faria – *Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*. Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Doutoramento, 2021.

Inês Pereira Loureiro – *A mulher nos Debates Parlamentares do Marcelismo (1968-1974)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2021.

Mara Natal Fonseca – *A Legação da Alemanha e a propaganda nazi em Portugal - Boletim Político e Boletim Semanal (1943)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Tese de Mestrado, 2020.

Mariana Grácio Nunes Sanchez Salvador – *A Paisagem Alimentar de Lisboa no Início do Século XX*. Lisboa, Este trabalho é parte integrante de uma investigação no âmbito do doutoramento intitulada A Paisagem Alimentar de Lisboa, 2021.

Marina Simões Galvanese – *Os sentidos da emigração portuguesa: discursos, diplomas e políticas entre Portugal e Brasil (1835-1914)*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Tese de Doutoramento, 2021.

Micaela Maria Assis de Aguiar – *Imagens Presidências nos Discursos de Tomada de Posse nos Cem Anos da República Portuguesa*. Braga, Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Tese de Doutoramento, 2020.

Vinícius Barbosa Albernaz – *Parlamento dos jovens: um contributo para o estudo da participação política dos jovens em Portugal*. Covilhã, Universidade da Beira Interior, Tese de Mestrado, 2020.

Prémios

Marina Simões Galvanese – “*Os sentidos da emigração portuguesa: discursos, diplomas e políticas entre Portugal e Brasil (1835-1914)*”. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2021.

Menção honrosa

Fábio Alexandre Faria – “*Refugiados espanhóis em Portugal: entre a repressão policial e a solidariedade popular (1936-1945)*”. Lisboa. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, Tese de Doutorado, 2021.

INTERVENÇÕES



Escritura pública do Prémio de História Contemporânea, assinada no gabinete do Reitor da Universidade do Minho, em 12 de Julho de 1991, vendo-se na imagem, além da notária, o doutor Victor de Sá, os professores Sérgio Machado dos Santos (Reitor da U. M.), Vítor Aguiar e Silva (Vice-Reitor da U. M.) e Lúcio Craveiro da Silva (Presidente do Conselho Cultural da U. M.).

Fotografia de Henrique Barreto Nunes. (B.P.B./V. SÁ).



Intervenção do doutor Victor de Sá na primeira sessão de entrega do prémio de História Contemporânea, realizada no Salão Nobre da U. M. em 15 de Dezembro de 1994. Presidiu o Vice-Reitor, professor L. Chainho Pereira, vendo-se à sua direita o professor Lúcio Craveiro da Silva (Presidente do Conselho Cultural) e o professor Hélio O. Alves (Presidente da Comissão Executiva do Prémio) e à esquerda o Dr. Fernando Conceição, Vice-Governador Civil de Braga. Fotografia de Henrique Barreto Nunes. (B.P.B./V. SÁ).



Entrega do Prémio de História Contemporânea, 1995. A mesa foi presidida pelo professor Vítor Aguiar e Silva, Vice-Reitor da U. M., que felicita o doutor Victor de Sá, vendo-se à sua esquerda o doutor Pedro Bacelar de Vasconcelos (Governador Civil de Braga) e o professor Lúcio Craveiro da Silva (Presidente do Conselho Cultural) e à direita o professor Norberto Cunha, que presidiu ao júri do prémio. Fotografia de Henrique Barreto Nunes. (B.P.B./V. SÁ).

VICTOR DE SÁ

Primeira Entrega do Prémio de História Contemporânea – 1994*

Vim a Braga expressamente para assistir a esta cerimónia.

A primeira entrega do Prémio de História Contemporânea constitui para mim – desculpem-me uma pontinha de orgulho, que não posso ocultar – um poema, aquele que nunca fiz ao longo da vida, nem mesmo quando passei pela idade da poesia.

Foi já na idade da reforma, mais exactamente há três anos e meio que vim à Universidade do Minho outorgar a escritura pública para a instituição deste Prémio. Era a realização de um sonho – o tal poema – que alimentei nos últimos anos da minha docência universitária estatal (Universidade do Porto), agora continuada em Lisboa no ensino superior cooperativo.

Vim agora a Braga imbuído de um sentimento misto de contentamento e de gratidão: contentamento – pelo tal poema feito verso (isto é, obra); gratidão – ao Conselho Cultural desta Universidade, sob a presidência do Senhor Prof. Lúcio Craveiro da Silva, a quem presto a minha pública e respeitosa homenagem, pelo muito que conseguiu em tão pouco tempo.

Uma iniciativa deste género, com o que ela tem de original no nosso meio académico e estudantil, não seria fácil de aceitar nos primeiros

* Publicado originalmente em *Forum*, Braga, 15/16 (Jan.-Jul. 1994), p. 169-171.

tempos. Conhecemos o peso da rotina e o quanto ela obsta à florescência das novidades criativas. Demais no domínio da história contemporânea, em que a objectividade exige que sejamos superiores a nós próprios.

No ano em que o Prémio se anunciou, só se apresentou a concurso um único trabalho.

No ano seguinte, apresentaram-se dois concorrentes : um, também não respeitou as regras do jogo; outro, mais literário que histórico, mereceu ainda assim uma menção de mérito.

Só no corrente ano (1994) finalmente apareceram a concurso uma vintena de trabalhos. E, ao que ouvimos, quase todos de elevada qualidade. O Júri terá tido dificuldade em distinguir *um* só para lhe atribuir o Prémio. Este é único e indivisível. O jurado Prof. Viriato Capela, meu distinto amigo, já nos explicou a razão das menções honrosas por esse motivo atribuídas.

A todos os Concorrentes, independentemente dos galardões obtidos, expresso-lhes também a minha homenagem. Afinal, são eles a razão da nossa presença aqui. Foi para os jovens investigadores portugueses, até aos 35 anos, que o Prémio se instituiu.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento para as entidades que desde logo compreenderam e apoiaram o Prémio através da sua contribuição para o respectivo fundo mecenático.

Refiro-me expressamente ao Sr. Governador Civil de Braga e à Câmara Municipal de Guimarães; à Fundação Cupertino de Miranda, da cidade de Famalicão; e à do Engenheiro António de Almeida, do Porto.

Foram estas as primeiras entidades públicas a darem corpo e substância ao Prémio, que *intencionalmente não quisemos com nome individual*.

A Braga e ao Norte pertencem aquelas instituições. Elas foram as primeiras a adoptarem como *sua* a iniciativa, e a manifestarem fé no futuro colectivo do Prémio. Queremo-lo cada vez maior e mais profusamente alargado.

Outras instituições e, de um modo geral, as firmas mais representativas do nosso tecido empresarial e financeiro, hão-de por certo querer ligar-se a este projecto. Sobretudo agora, que estamos voltados para um futuro que não poderá ser mais de obscurantismo, será antes

de solidariedade e de afirmação cultural. Afirmação também da nossa identidade colectiva, num Mundo cada vez mais plural.

Graças a um alargado apoio mecenático, o Prémio poderá passar de bienal a anual; poderá desdobrar-se no futuro a um segundo e a um terceiro prémios, cuja necessidade já neste ano se tornaram evidentes; poderá mesmo elevar os seus quantitativos.

Mais tarde, quando a paz, que agora se vislumbra, se tiver consolidado nos territórios de língua portuguesa, o Prémio poderá ainda vir a estender-se aos jovens investigadores lusófonos que irão afirmar-se nesses países.

Será útil para todos nós – nós e os outros – alcançarmos uma visão conjunta do que foi, ou têm sido, o nosso viver e morrer nesta nossa conjunta época contemporânea – uma história plural, não mais singular.

É para isso que vós, os mais novos, ireis por certo caminhar.

Por agora permitam-me que expresse o meu profundo agradecimento a todos quantos nos têm ajudado a fazer do sonho realidade.

O poema esta feito.

Agora pertencerá a vós recitá-lo, ou seja, moldar o futuro à vossa medida.

Muito obrigado.

PORTUGAL E O *PLANO MARSHALL*

Fernanda Rollo

Prémio de História Contemporânea – 1994*

É para mim uma grande honra e motivo de satisfação estar na Reitoria da Universidade do Minho nesta cerimónia organizada para a entrega do Prémio de História Contemporânea, instituído pelo Prof. Doutor Victor de Sá, a que concorri com um trabalho sobre *Portugal e o Plano Marshall* que, basicamente, constitui a minha dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Por isso quero, desde já, expressar o meu profundo agradecimento à Universidade do Minho e aos seus responsáveis e agradecer a benevolência do júri constituído pelos Professores João Medina (da Universidade de Lisboa), Gaspar Martins Pereira (Universidade do Porto) e José Viriato Capela (desta Universidade do Minho) que assim vieram valorizar extraordinariamente este meu trabalho de investigação – e fazer-me sentir extremamente orgulhosa.

De resto, e conhecendo todos nós as dificuldades de que se reveste a investigação científica em Portugal, nomeadamente no domínio das ciências sociais, este prémio, e o que ele significa, constitui um poderoso incentivo para continuar.

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 15/16 (Jan.-Jul. 1994), p. 163-168.

Farei o possível para, ao longo do tempo, prosseguir na mesma via, dignificando este prémio que me atribuíram.

E, se me permitem que aqui assumo a representação de todos aqueles que, da minha geração, têm procurado – na medida das suas possibilidades – renovar a historiografia portuguesa contemporânea, gostaria de englobar no meu agradecimento toda essa pequena comunidade científica de jovens historiadores quer oriundos da minha Faculdade quer os de muitas outras escolas espalhadas pelo nosso País.

Quanto ao meu trabalho, procurei com ele abordar o estudo do processo negocial que conduziu ao desenvolvimento de Portugal, de certa forma a contragosto, no ambicioso processo de reconstrução europeia cuja proposta original estava contida no histórico discurso do Secretário de Estado dos EUA, George Marshall, proferido em Harvard a 5 de Junho de 1947.

Como aliás afirmo logo na Introdução deste meu trabalho, procurei mostrar como aquele processo negocial permitiu deslocar o nosso País para a área dos grandes debates internacionais iniciados no pós-Guerra e como Portugal a partir desse primeiro passo, e apesar do estatuto de neutralidade que adoptou durante a Guerra, se conseguiu integrar nos movimentos de cooperação protagonizados pelos países da Europa Ocidental alcançando um estatuto até certo ponto privilegiado no concerto dos países aliados vencedores da Guerra.

Foi com este pano de fundo, e tentando explorar um tema praticamente virgem na historiografia portuguesa, que, após dois anos de trabalho e uma longa estadia em França e nos Estados Unidos, consultando arquivos e procurando documentação complementar daquela entretanto recolhida nos nossos arquivos, pude realizar este trabalho e chegar ao que considero serem as principais conclusões da minha investigação.

Em primeiro lugar, Portugal beneficiou do *Plano Marshall*. E, o encontro de Portugal com o *Plano Marshall* foi bem menos discreto e bem mais profundo do que o que poderia ser sugerido pela maioria da documentação portuguesa, a qual, porventura, introduziu a convicção generalizada, mas errónea, de que o nosso país passou de certa forma ao lado da proposta americana de auxílio à Europa, tendo esta constituído para nós uma espécie de epifenómeno sem grande relevância. Não é verdade...

Assim, a principal conclusão deste trabalho, no quadro do objecto definido e do âmbito cronológico demarcado pode traduzir-se no seguinte. Entre Setembro de 1947 e Setembro de 1948, o Governo português efectuou o que consideramos ser uma das mais importantes (e agora evidente) inversões de política externa levada a cabo durante a vigência do Estado Novo, alterando no espaço de um ano a sua posição face ao auxílio financeiro Marshall. Dito por outras palavras: o *Plano Marshall* foi o elemento causador de uma das mais significativas alterações da política externa portuguesa conduzida pelos governos de Oliveira Salazar.

Na realidade, a despeito de durante um curto período as autoridades portuguesas terem manifestado a sua compreensão e o seu apoio à iniciativa americana, o Governo português, pela voz autorizada do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, rejeitou o auxílio proposto pelos EUA, utilizando no encerramento da 1ª Conferência de Paris, a expressão enfática de quem não tem dúvidas e pretende encerrar definitivamente o assunto: *As felizes condições internas de Portugal permitem-me declarar que o meu País não precisa da ajuda financeira externa*¹.

Até aí, todas as negociações foram encaminhadas no sentido dessa rejeição: só Caeiro da Matta (então Ministro dos Negócios Estrangeiros) e alguns diplomatas integrados nas estruturas da futura OECDE, encaravam sem grande convicção, é certo, a hipótese contrária.

É a fase em que os princípios, as convicções políticas e ideológicas postos em confronto com as novas realidades se sobrepõem claramente a estas últimas. De resto, todos os elementos parecem convergir para esta solução.

A avaliação que é feita da situação económica nacional é optimista; o Governo tinha aprovado recentemente o lançamento de um processo de industrialização; por este lado parecia poder dispensar-se qualquer compromisso que envolvesse formas mais ou menos sofisticadas de dependência externa.

¹ Costa Leite, Ministro das Finanças, é ainda mais incisivo. Recorde-se que um parecer seu constituiu o elemento peremptório que contribuiu para a decisão portuguesa. Dizia então: "se orientarmos devidamente o nosso comércio externo, não careceremos de créditos em dólares, e não julgo que interesse ao País, em face da América do Norte quer da própria Europa, enfileirar, sem necessidade, no número dos 'famintos do dólar'".

No plano da política externa, também a rejeição parecia conseguir manter incólumes os grandes princípios ou pilares pelos quais a diplomacia de O. Salazar se regia: o atlantismo, o privilegiar das relações com a Espanha e o Brasil, a defesa do Império colonial, a que se deve acrescentar neste período do pós-Guerra uma desconfiança de fundo quanto aos objectivos prosseguidos pelos americanos e sobre as formas para que se encaminhava a cooperação europeia.

Na altura, estiveram presentes outros dois elementos, de certa maneira marginais, mas que também fizeram parte desta “estratégia de rejeição”: a forma como se valorizou a importância estratégica dos Açores e as contrapartidas que daí se podiam vir a receber, e o “ouro alemão”, do qual as autoridades portuguesas não queriam ver-se despojadas.

Tudo se conjugava para o acerto do não, ou melhor para a adopção de uma posição ambígua de adesão condicional que permitisse ao país estar presente no desenrolar dos acontecimentos sem se comprometer demasiado.

No fundo, o Governo Português, sem querer pôr em causa o carácter particular do seu pensamento em matéria de política, não deixou de demonstrar uma certa ansiedade por ser aceite e integrado nos complexos movimentos de ajustamento e reconstrução desencadeados de ambos os lados do Atlântico no fim das hostilidades, como colaborador activo e útil da reconstrução europeia. Tendo, é certo, sempre em vista o cumprimento de alguns objectivos de carácter económico, procurou não deixar escapar a oportunidade para valorizar a sua posição internacional e assim poder granjear um crédito que lhe faltava, sobretudo após lhe ter sido recusada a admissão na ONU em 1946.

O último semestre de 1948 marca a viragem neste caminho que parecia tão solidamente traçado e tão logicamente escorado. Sob a pressão da crise que se mantinha desde 1947, e não obstante o cepticismo em relação às soluções internacionalmente encontradas, os princípios ideológicos e o voluntarismo de que dera mostras durante os anos difíceis do pós-Guerra o Governo acaba por ceder e inverter a sua posição. Afinal acabaram por prevalecer os factores económicos e financeiros e tanto bastou para que as autoridades portuguesas tenham passado da

posição inicial de rejeição da ajuda para outra, radicalmente oposta, que caracterizamos como de “corrida” ao auxílio financeiro americano.

Procurando sistematizar em termos conclusivos alguns aspectos que estiveram na origem da inversão da posição das autoridades portuguesas, diremos o seguinte:

- durante os anos que se seguiram ao fim do conflito foi sistematicamente subestimada a deterioração da situação económica e cambial portuguesa, que o Governo tentou em vão controlar;
- sobreavaliou-se a capacidade produtiva portuguesa e, sobretudo, pensou-se que o processo de industrialização lançado recentemente daria resultados visíveis e utilmente aproveitáveis (por exemplo no reforço das exportações portuguesas) mais do que seria realista esperar;
- menosprezaram-se os efeitos que a crise europeia (e internacional) de 1947 havia de ter em Portugal, e sobretudo, os efeitos que os acontecimentos e os mecanismos resultantes das tentativas feitas para a sua recuperação não deixariam de ter no nosso País no quadro já estabelecido das interdependências europeias;
- subestimaram-se os efeitos positivos (e por contraposição empolaram-se os negativos) que a concretização do *Economic Recovery Program* (nome oficial do *Plano Marshall*) poderia ter sob a nossa economia; as autoridades portuguesas só tardiamente tomaram consciência deste facto apesar de algumas vozes dispersas não deixarem de para isso insistentemente alertarem;
- finalmente, assinala-se que as autoridades portuguesas procuraram, até aos limites da sua capacidade negocial, evitar recorrer aos créditos Marshall: recorde-se aqui, e a propósito, os episódios desenvolvidos em torno da transferência dos créditos portugueses existentes sobre a Grã-Bretanha e os esforços que foram feitos para os transferir, num quadro de bilateralismo, para os EUA.

Então, esgotados todos os recursos “económicos” e negociais, Portugal muda pragmaticamente de atitude. Aos argumento-conclusões acima aduzidos ainda podem acrescentar-se:

- a clarificação e bipolarização da conjuntura internacional criando um ambiente menos carregado de suspeitas e de ambiguidades;
- a progressiva inserção de Portugal no seio da Comunidade Internacional e a integração de muitos dos seus mais reputados técnicos em organismos que serviam de suporte a essa Comunidade;
- a flexibilidade da estrutura montada em torno do *Plano Marshall*: a criação da delegação da ECA junto da Embaixada americana de cada país membro facilitou em muito as negociações, permitiu desbloquear impasses e frequentemente encontrar soluções que iam ao encontro da especificidade própria de cada um desses países.

Em último lugar, e à maneira de complemento, poder-se-á afirmar que durante todo este duro e complexo processo negociai, para a diplomacia portuguesa o balanço que pode ser feito, tendo em conta o enquadramento da época, é positivo; tendo sido capaz de transigir quando foi necessário, conseguiu manter incólumes os pilares em que continuou a fundamentar-se a política externa portuguesa do Estado Novo. Isto é, o Governo português ficou com as mãos livres para continuar a gerir o binómio autarcia – (passando a trabalhar um “projecto português” onde se encontrariam associadas as grandes colónias africanas, o Brasil, e eventualmente a Espanha) – cooperação (a partir da constituição da OECE, Portugal nunca mais abandonou as instituições de cooperação europeia de que aliás foi em muitos casos fundador).

Feita esta breve intervenção, gostaria apenas de dizer que partilho não só a satisfação mas também o mérito de receber o Prémio de História Contemporânea, instituído pelo Prof. Doutor Victor de Sá, com que foi galardoado o meu trabalho com o meu marido, José Maria Brandão de Brito e, com aqueles a quem ele é dedicado: Em memória de meu Pai e à minha Mãe.

O MOVIMENTO ASSOCIATIVO ESTUDANTIL NOS INÍCIOS DE SESSENTA – A CRISE ACADÉMICA DE COIMBRA DE 1962

Álvaro Garrido

Prémio de História Contemporânea – 1995*

É com indisfarçável embaraço e constrangimento que aqui me encontro para proferir algumas palavras sobre a “história” do trabalho por mim apresentado a concurso na edição de 1995 do Prémio de História Contemporânea. Preferia, evidentemente, não ter que o fazer. Porém, é também com natural satisfação – e, porque não dizê-lo, inconsciente orgulho – que participo nesta cerimónia na qualidade de premiado.

Foi-me solicitada uma singela intervenção sobre a origem e conteúdo do texto que apresentei a concurso.

Creio que tudo aquilo que poderei dizer resultará redundante e porventura indigno da distinção que me tributaram. O texto final que coloquei à consideração do júri – em breve publicado pela Livraria Minerva -, nas falhas e omissões que comporta, é decerto mais coerente e elucidativo do que o apressado e desconexo sumário que em breves linhas dele procurarei fazer.

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 18 (Jul. 1995), p. 125-131.

Como sempre sucede, a investigação histórica constitui um projecto; construção inacabada resultante de múltiplos contributos; jamais poderá ser considerada produto e obra meramente individuais.

Colhido de surpresa pelo galardão que me foi atribuído – embora consciente da seriedade e empenho que coloquei neste trabalho – logo tratei de dividi-lo com as pessoas que mais directamente me auxiliaram na sua consecução. O texto premiado decorre da dissertação por mim apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1994 no âmbito do Curso de Mestrado em História Contemporânea de Portugal. Pude contar então com a superior orientação científica do Prof. Doutor Amadeu Carvalho, Homem por quem nutro, desde os tempos da licenciatura, particular admiração e amizade. A sua elevada preparação, perspicácia metodológica e raro sentido pedagógico pautaram o decurso da investigação, polvilhando o texto final dos seus melhores ingredientes.

De igual modo, aos restantes docentes desse Curso de Mestrado me pertence dirigir um sincero agradecimento pelos preciosos ensinamentos que me proporcionaram. Casos do Professor Fernando Catroga e da Professora Manuela Tavares Ribeiro; casos também, embora não tenha trabalhado sob sua orientação, dos Professores Carlos Reis e José Amado Mendes. Uma palavra sincera sobre a exigência colocada pelos docentes no referido Curso, porventura a mais determinante condição para que os produtos de investigação revelassem certa qualidade.

A origem deste trabalho, “O movimento associativo estudantil nos inícios de sessenta – a crise académica de Coimbra de 1962”, pode explicar-se, num primeiro nível, por razões de sensibilidade pessoal. As motivações que presidiram à escolha deste tema/problema que, desde o início, considerei tão aliciante quanto de difícil concretização, encontram-se enunciadas na introdução do texto original da dissertação. Em brevíssima síntese direi que o interesse pela temática dos movimentos estudantis – desde o início encorajado pelo Prof. Amadeu Carvalho Homem – colheu um primeiro impulso quando fizemos o nosso percurso iniciático nos caminhos difíceis do fazer história através de uma pequena investigação sobre a revolta estudantil de sentido “corporativo” que eclodiu em Coimbra, em 1947, em redor do filme “Capas Negras” e na ressaca do “processo

Salgado Zenha”. Pelo conselho experiente e amigo do Prof. Doutor Luís Reis Torgal, criámos então curiosidade por este terreno fértil de questões por desvendar e sobretudo o vício, a paixão talvez, pela aprendizagem das metodologias e pela prática do escrever história.

Segundo creio, tratar-se-á no caso vertente do primeiro trabalho académico com relativa profundidade sobre a temática das lutas estudantis. Por certo, o avanço dos estudos nesta área – que deverá ter presente a necessidade de um diálogo franco e aberto com a Sociologia, diálogo que de forma algo sincrética procurámos estabelecer – tornará obsoletas algumas das ideias e interpretações vertidas na nossa síntese. Espero que assim aconteça. Será sinal de que o impulso primeiro em parte nos pertenceu.

O terreno em que se moveu a nossa investigação apresentava alguns obstáculos, em larga medida por não possuir horizontes conceptuais e referentes bibliográficos suficientemente seguros e explícitos. Seja pela natureza intrínseca do assunto, seja pela militância ideológica que ainda hoje encerra o estudo ou a mera abordagem jornalística dos movimentos estudantis, não encontramos nos trabalhos realizados – pese o valor inestimável dos contributos de Rui Grácio e Reis Torgal, entre outros – noções operatórias, conceitos claramente definidos. Em suma, não existe uma base científica ou tendencialmente científica capaz de potenciar um registo discursivo mais liberto das amarras da memória e da própria “gíria” que à volta do assunto se foi acumulando nas diversas gerações estudantis.

A visão dualista, a meu ver redutora, que tem dominado a nossa historiografia sobre o Estado Novo – divisão permanente entre “situação” e “oposição” –, geradora de um apreciável número de estudos sobre as instituições do regime, tentativas de o definir e caracterizar no plano ideológico, requerem pesquisas acerca de outros movimentos sociais e culturais gerados na sociedade portuguesa de então; sejam eles resultado de estruturas orgânicas perfeitamente identificadas (forças políticas clandestinas), sejam eles simples movimentos culturais protagonizados pelos mais discretos agentes de oposição ao Estado Novo.

Foi também com este objectivo que decidimos levar por diante o nosso trabalho. Todos os regimes autoritários ou mesmo totalitários consentiram ou não puderam deixar de consentir espaços sociais e

culturais menos vigiados pelo poder, espécie de “ilhas democráticas”, das quais não raro brotaram as mais fecundas iniciativas de contestação. O salazarismo não fugiu à regra. A letargia cívica e política a que esteve submetida a sociedade portuguesa nesse período conheceu singulares resistências nos meios universitários, cujas estruturas associativas, atentemente vigiadas pelo poder, se converteram lentamente em espaços insulares de uma certa vivência democrática. Escolas de pedagogia cívica – e, em última instância, política – as associações de estudantes constituíram um importante campo de ensaio para a militância democrática de conhecidas actuais figuras da sociedade portuguesa.

Porquê Coimbra? Porquê 1962?

O privilégio da “crise” coimbrã deve-se a razões de pragmatismo e de proximidade das fontes, muito embora tenhamos analisado o movimento na sua dimensão nacional e inter-universitária, sempre que os factos e as interpretações recomendaram tal exercício.

“62”, porque marca uma inequívoca alteração qualitativa dos discursos reivindicativos estudantis, confirmando os progressos de representatividade alcançados pelas associações. “62” ainda, pelo impacto do movimento na evolução posterior da vida associativa; por ter criado condições para que, a médio prazo, as tradicionais reivindicações estudantis surgissem articuladas com propostas declaradamente anti-salazaristas, de conteúdo oposicionista e até revolucionário. Será porventura a mais importante crise académica, porque a primeira de grande impacto no tecido político e social do Salazarismo e por coincidir com um período particularmente sensível na existência política do próprio regime e tempo em que se cruzaram diversas frentes de oposição ao Estado Novo: segundo o testemunho de Franco Nogueira, “frente política interna”; “frente ultramarina e da diplomacia estrangeira”; entreaberta... uma “frente estudantil” que não mais se apagaria durante a pujante década de sessenta.

Nos anos 30 e 40, a estruturação de relações institucionais de carácter vinculativo e tutelar entre o Estado Novo e a Universidade, extensivas aos organismos de representação estudantil através de um punhado de diplomas legais cerceadores do crescimento do associativismo estudantil, continha em si, perversamente, o embrião de acções contestatárias nos

meios académicos. Enquistado na sua política de subordinação orgânica da Universidade, o Estado Novo em formação procurou consagrar na legislação sobre a vida circum-escolar das instituições de ensino superior (promulgada logo em 1932) um conceito de associativismo estudantil perfeitamente antinómico com o gradual, embora lento, crescimento da população estudantil universitária. Limitou assim a margem de manobra das associações existentes; instituiu relações de dependência orgânica destas em relação aos órgãos do governo universitário; confinou-as a uma lógica de mera prestação de serviços e cerceou-lhes a representatividade na intenção de impedir a progressão sindicalizante do movimento associativo.

Em 1956-57, por reacção espontânea ao decreto-lei nº 40900 – que limitava drasticamente as possibilidades de desenvolvimento do movimento associativo à escala nacional e, no caso de Coimbra, bulia na especificidade sócio-cultural do meio académico local –, em rara demonstração de unidade, os estudantes das três academias ergueram a sua voz na defesa de direitos fundamentais da vida associativa. A conjugação dos efeitos mentais da contestação do “40.900” com a inquietude cívico-política de certos sectores académicos anti-salazaristas, entretanto revigorada na sequência do “fenómeno Delgado”, conferiu a largas franjas estudantis uma noção mais clara dos obstáculos colocados pelo poder à sobrevivência dos organismos circum-escolares.

Pouco tempo depois, em Maio de 1960, a chegada aos corpos gerentes da AAC de uma nova vanguarda estudantil, de inclinação “democrática” mas de igual modo sensível aos valores do tradicionalismo coimbrão, introduziria significativas alterações de ordem qualitativa no discurso associativo local e nacional. Abria-se a vida associativa à participação estudantil; cresciam as aspirações federativas dos organismos circum-escolares a nível nacional; ensaiavam-se os primeiros contactos com organizações estudantis estrangeiras; alargava-se a representatividade informal da AAC; inquietava-se o poder perante a perda do controlo ideológico da principal associação de estudantes do país.

Ainda durante o ano social de 1960-61, a pretexto de polémicas nos domínios da moral sexual e dos costumes despoletadas em torno da célebre “Carta a uma jovem Portuguesa” e do I Encontro Universitário

de Convívio, tratou o regime de apoiar a acção dos sectores académicos de posição anti-associativa, visando deslegitimar a actuação da DG presidida por Carlos Candal.

É certo que o vazio legal em matéria de legislação circum-escolar saído da “questão do 40900” criara no declinar dos anos 50 um certo “mal-estar” nos organismos de representação estudantil, impondo-lhe naturais limitações de acção. Por outro lado, o trabalho desenvolvido pela DG da AAC de 1960--61 suscitara no plano académico e nacional debates potencialmente conflituosos e aproximara as estruturas associativas das massas estudantis. O movimento académico de 62 deflagrou, porém, por reacção espontânea a estímulos repressivos do poder: as proibições ministeriais do I Encontro Nacional de Estudantes e das comemorações do Dia do Estudante.

Verificada a intensificação da repressão governamental e confirmada a ortodoxia das autoridades académicas coimbrãs face aos acontecimentos do Dia do Estudante, logo o movimento assumiu um carácter de recusa do modelo político vigente por mediação da forma como ele se exercia na Universidade.

Diluída a unidade da “corporação universitária coimbrã”, o regime reforçou a convicção de que o movimento associativo caminhava para uma indesejável sindicalização, a breve trecho conducente à cisão da ordem universitária e à infiltração de ideias “subversivas” na juventude académica. Vertendo nas notas oficiosas esta visão estigmatizante do momento académico, o Governo procurou deslegitimar a actuação dos contestatários, não raro enfatizando as virtudes da aplicação do esquema corporativo à organização da vida associativa.

Unidos numa vasta frente estudantil na defesa da existência de liberdades públicas de sentido primário no espaço escolar e circum-escolar, os estudantes suportaram o seu discurso reivindicativo num conjunto de proposições “clássicas” de movimentos anteriores: autonomia universitária, autonomia associativa, co-gestão universitária. Em certos momentos, porém, e de modo particular através de esporádicas intervenções de dirigentes mais impregnados da cultura estudantil francesa, os contestatários enquadraram aqueles valores em horizontes discursivos inscritos nas teses

do sindicalismo estudantil, proclamadas em Grenoble pelos dirigentes da UNEF em 1946 e razoavelmente conhecidas na Academia a partir de 1961.

Fosse pelos aspectos e características terminais do movimento iniciado na Primavera de 62 – a contestação dos órgãos de governo da Universidade – fosse pelo papel de liderança assumido pela DG da AAC na condução e delineamento dos protestos estudantis, é certo que os poderes governamentais e o próprio Reitor Braga da Cruz reconheceram na agitação estudantil um sinal de sindicalização da vida associativa e o prenúncio de uma perigosa e indesejada cisão entre a Academia e a Universidade. A persistência deste debate ao longo do mês de Maio de 62 e, posteriormente, no decurso de toda a primeira metade da década de sessenta, acentuaria as incompatibilidades doutrinárias entre a enquistada visão corporativista da Universidade perfilhada pelo regime e a inevitável sindicalização do movimento associativo.

A concepção de sindicalismo estudantil que atravessaria o movimento associativo português durante a década de sessenta estava, no entanto, bem longe de ser assimilada pelas massas estudantis que, ainda assim, – porventura inadvertidamente – adoptaram em 62 práticas reivindicativas identificáveis com os esquemas sindicais: a dispensa da colaboração docente para resolução dos mais instantes problemas estudantis em certos momentos dos acontecimentos académicos; o carácter “federativo” de certas acções e iniciativas de protesto; a consciencialização permanente das massas estudantis através de um improvisado e clandestino aparelho de informação; a reivindicação de interesses imediatos da população estudantil e a progressiva consolidação de sentimentos de pertença a um grupo social com ambições comuns; o recurso a formas de contestação típicas do mundo do trabalho – greves.

Nascida no decorrer da Segunda Guerra Mundial e educada escolarmente no respeito pelos valores do Estado Novo, a “geração de 62” – se assim se lhe pode chamar – adquiriu no plano das reivindicações escolares e associativas a consciência do carácter autoritário do regime; uma noção mais precisa sobre a origem e natureza políticas dos inúmeros obstáculos colocados pelo “sistema” à sua plena formação humana e cívica. Iniciava-se aqui um processo de desafecção ideológica de significativos

sectores da juventude universitária – em breve integrada nos quartéis – face aos valores do regime de Oliveira Salazar.

O salto qualitativo verificado no discurso associativo de 62 em diante – não obstante a repressão exercida e as constantes tentativas de esterilização ideológica dos organismos circum-escolares – residiu, à boa maneira das teses “sindicalistas”, na ligação dos problemas escolares e associativos a questões de âmbito mais geral que então se colocaram na sociedade portuguesa, confrontada com a irredutibilidade colonial do regime e com o agudizar da pressão externa no sentido da resolução pacífica do problema ultramarino. Entre 1963 e 1968, valores “clássicos” das lutas académicas do Estado Novo foram objecto de reformulação, surgindo então como peças de reclamações mais profundas, não apenas de carácter estritamente académico: recusa da natureza autoritária do regime; exigência de libertação dos estudantes presos por motivos políticos; transformação do sistema de ensino vigente; contestação das guerras coloniais.

De 62 ficara um rasto de repressão mas também de consciência, de inquietude cívica e de indignação política para significativos sectores estudantis... Movimento de transição na tipologia das crises académicas portuguesas, porque de contestação nem sempre explícita do modelo político vigente, recusou o poder por mediação da forma como ele se exercia na Universidade. Doravante, questionar-se-ia a Universidade no seu todo, enquanto microcosmos reprodutor da ordem político-social salazarista.

É este o resumo possível, decerto superficial e pouco elucidativo, sobre o trabalho por mim apresentado a concurso. Espero que a severidade do julgamento a que será submetido o meu texto não seja estimulada pelo prémio agora atribuído. Para qualquer investigador, e de modo especial para um jovem historiador que agora consolida processos e métodos de trabalho, um prémio é sempre um ponto de partida: voto de incentivo e de responsabilização.

Pena é que no panorama nacional os incentivos desta estirpe sejam raros ou quase inexistentes.

Um agradecimento especial, por isso, às entidades promotoras deste Prémio e de modo particular ao Professor Victor de Sá, cuja obra desde sempre admirei.

A terminar um sincero agradecimento a todos os elementos do júri pelo reconhecimento que me devotaram e um cumprimento especial aos colegas concorrentes, com votos de sucesso para as respectivas carreiras e projectos de investigação.

SALAZAR E PÉTAIN, CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES LUSO- -FRANCESAS DURANTE A II GUERRA MUNDIAL (1940-1944)

Helena Pinto Janeiro

Prémio de História Contemporânea – 1996*

SALAZAR E PÉTAIN, UM CASAMENTO DE CONVENIÊNCIA

1. Agradecimentos

Queria antes de mais agradecer ao Conselho Cultural da Universidade do Minho, na pessoa do seu presidente, Sr. Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, e aos membros do júri do Prémio de História Contemporânea do presente ano – Profs. Doutores Fernando Rosas, João Francisco Marques e José Viriato Eiras Capela – cuja decisão em atribuir o referido galardão ao meu trabalho *Salazar e Pétain, contributo para o estudo das relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944)* muito me honra. Trata-se, com ligeiras alterações, da

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 20 (Jul. 1996), p. 143-151.

dissertação por mim defendida em Julho de 1995 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em História do Séc. XX e que será editada em livro pela Editorial Cosmos durante o próximo ano.

Deixei propositadamente para o fim da lista de agradecimentos o Doutor Victor de Sá, que instituiu este prémio como reconhecimento e incentivo aos jovens investigadores da História Contemporânea, porque, sendo um académico, é sobretudo um homem ligado à história do séc. XX pelo lado da vida. Tendo travado um combate cultural e humano contra o Estado Novo e sofrido na pele as consequências da sua coerência – numa época em que tal requeria grande coragem moral e física – conseguiu distanciar-se dessa experiência pessoal marcante instituindo um legado para apoiar a investigação histórica do regime que combateu. A atitude é-me particularmente grata porque, como representante da primeira geração de investigadores do Estado Novo sem memórias pessoais do regime, vi-me em mais de uma ocasião interpelada por antigos combatentes de Salazar e do seu regime que, do alto dos seus galões de ex-prisioneiros ou ex-exilados políticos, me censuravam por, passo a citar, “não dizer mal de Salazar”. Curiosamente, não faltaram as reacções negativas de sinal contrário, o que não deixou de me tranquilizar. Os factos a que me refiro ocorreram há quase dez anos atrás, quando, com a Isabel Alarcão e Silva, me iniciei na investigação do Estado Novo, com o estudo da propaganda política salazarista (Se na altura, estudante de uma Faculdade então ainda muito marcada pela escola da “Nova História”, tinha a ambição – ou a pretensão, se calhar – de aceder à “boa” categoria da história das mentalidades, acabei por ser conquistada para as virtudes da história política).

Não quero deixar de acrescentar, algo paradoxalmente, um segundo motivo pelo qual fico feliz por receber um prémio instituído pelo Doutor Victor de Sá. Trata-se de um representante dos historiadores da velha cepa que ao estudarem o particular, não esquecem as grandes interpretações globais; e ao fazerem investigação, não se demitem da sua roupagem de homens e mulheres de cultura *latu sensu* e de pessoas com uma palavra a dizer na sociedade em que vivem. Fazem história com

paixão, sem pretenderem fingir a total, asséptica e impossível objectividade. Vivem com paixão a sua história pessoal e comunitária, cujos horizontes ultrapassam em muito a realidade da sua vida profissional.

2. Objecto de Estudo

De seguida, darei uma panorâmica geral do objecto de estudo, estado da questão, objectivos e fontes da investigação que desenvolvi para este trabalho, para depois passar a explicar os motivos pelos quais defendo a tese que Salazar foi padrinho de Vichy.

O meu objecto de estudo era a reconstituição e análise das relações políticas entre o Portugal de Salazar e a França de Vichy durante o período em que ambos os regimes coexistiram – do Verão de 1940 ao Verão de 1944, quatro anos cruciais da II Guerra Mundial. Este tema pareceu-me particularmente interessante devido ao facto de historiadores e politólogos que estudaram o fenómeno dos regimes autoritários da família do fascismo surgidos na Europa entre as duas guerras, tenderem a juntar o Estado Novo e Vichy numa mesma categoria – a saber, os regimes autoritários não fascistas -, encontrando-lhes um inequívoco ar de família. Em segundo lugar, à parte algumas referências esparsas em obras gerais sobre o fascismo e regimes afins e alguns artigos que abordam sumariamente o tema, numa perspectiva comparada, as relações políticas entre Salazar e Pétain e respectivos regimes estavam ainda por estudar.

3. Objectivos

Partindo deste parco panorama historiográfico, parti à procura de uma resposta para a questão que orientou toda a investigação, a saber: Salazar terá sido padrinho do regime de Vichy? E em que medida Pétain se reconheceu nesse apadrinhamento? O meu principal objectivo foi, pois, testar a tese de que existiria não apenas uma semelhança superficial entre o Portugal de Salazar e a França de Vichy mas uma identidade de princípios ideológicos mais profunda. Em segundo lugar, tentei

perceber se, a par de uma aposta ideológica comum, Salazar e Pétain terão partilhado alguns interesses estratégicos. Estas duas questões – a aposta ideológica e a aposta estratégica comuns aos governos dos dois países – constituem o núcleo duro à volta do qual giram as outras perguntas que inevitavelmente as relações políticas luso-francesas levantam durante este período e, nomeadamente, a questão do reconhecimento da legitimidade do regime de Vichy por parte de Salazar. Um segundo grupo de questões gira à volta das relações paradiplomáticas que o Estado Novo não desdenhou manter com os dissidentes do regime de Pétain. De facto, a par da análise dos dois grandes grupos de implicações – ideológicas e estratégicas – do casamento de conveniência entre Salazar e Pétain, o trabalho aborda também as relações entre Salazar e as representações paradiplomáticas da França que actuam semiclandestinamente na capital portuguesa, sob a protecção dos Aliados. Em primeiro lugar, temos a delegação do general De Gaulle, com intensa actividade entre 1940 e 1943, com o apoio activo da Embaixada Britânica. Concorrente aos gaullistas, instala-se também em Lisboa, desta feita com o apoio dos norte-americanos, uma representação da delegação francesa no Norte de África – liderada inicialmente pelo general Darlan e, depois, pelo general Giraud. Assim, entre finais de 1942 a 1943 coexistem em Portugal três delegações da França, em paralelo e em concorrência – a pétainista, a gaullista e a giraudista -, cada qual reclamando-se como a única legítima. A partir de meados de 1943 e até à Libertação da França, reduzem-se a duas, com a representação unificada do Comité Francês de Libertação Nacional. Procurei saber em que termos é que se desenrolaram as relações paradiplomáticas destas França alternativas à França de Vichy com o regime português que apadrinhou Pétain e, nomeadamente, como é que Salazar conciliou as intensas actividades de gaullistas e giraudistas em Portugal com a manutenção do reconhecimento oficial da França de Vichy.

4. Fontes

O corpo de fontes em que me baseei inclui a documentação diplomática recebida e expedida pela Legação de Portugal em Paris e em Vichy e pelos consulados de Portugal em França e na África Francesa. Analisei também a documentação diplomática francesa de e para a Legação da França em Portugal e para os vários consulados franceses no nosso País, depositada nos Arquivos do *Quai d'Orsay*. Por outro lado, encontrei dados importantes na documentação oficial do governo de Vichy e do marechal Pétain, depositada nos Arquivos Nacionais de França, bem como do governo português, no Arquivo de Oliveira Salazar, que então acumulava a pasta dos Negócios Estrangeiros com a Presidência do Conselho. Em terceiro lugar, vi dados de muito interesse na documentação reunida pela BDIC, a importante Biblioteca e Documentação Internacional Contemporânea, da Universidade de Nanterre.

Quanto às fontes publicadas na época, em Portugal como em França, incluem legislação e discursos oficiais, correspondência, imprensa e uma quantidade apreciável de memórias, relatos de viagens, entrevistas, ensaios, teses de doutoramento e outros trabalhos académicos, relatórios científicos, romances, panfletos e brochuras de propaganda, com informações preciosas para as relações luso-francesas no período de vigência do regime de Vichy.

5. O casamento de conveniência de Salazar e Pétain

Tendo por base este corpo documental, defendo que, se Salazar apadrinhou Vichy, a Pétain foi-lhe conveniente tal apadrinhamento, antes de mais por motivos ideológicos. De facto, em certo sentido, Salazar apadrinhou Vichy e Pétain reviu-se nesse apadrinhamento. Digamos que foi um casamento de mútua conveniência ou, para usar uma expressão hoje em voga, uma associação *politicamente correcta*. Interessava a ambos os regimes realçar as afinidades ideológicas que os ligavam. O modelo português surgia particularmente operacional pela aura de eficácia revolucionária que o envolvia e, simultaneamente,

pela sua relativa inocuidade no seio dos regimes da família do fascismo europeus. Com uma imagem de autoritarismo firme mas temperado de boas intenções cristãs, distanciado dos apetites expansionistas e beligerantes do nazismo e do fascismo, tradicional aliado da Grã-Bretanha e fiel amigo da França, o Portugal de Salazar é um exemplo tão oportuno quanto inofensivo. Na verdade, Salazar e o salazarismo servem de modelos privilegiados no processo de estruturação política e ideológica do regime de Vichy, ao ponto de ser tomado como modelo para a definição do sistema político que, com Pétain, liquida a 111 República francesa liberal, democrática e parlamentar. A França de Vichy inspira-se no autoritarismo de Salazar, antidemocrático mas não excessivamente radical, com um verniz de moderação e de corporativismo alegadamente apropriado a temperamentos cristãos e latinos.

Porém, por força das fraquezas de que enferma Vichy – condicionado pela ocupação alemã do Norte da França e, em finais de 1942, da própria França sob a sua jurisdição –, o estreitamento das relações bilaterais acaba por não estar à altura do entendimento político-ideológico. Na realidade, acaba, em alguns aspectos, por se revelar mais virtual do que efectivo. É o caso da influência do modelo constitucional salazarista no inconsequente projecto de Constituição vichysta. Algo de semelhante acontece com o corporativismo, nas relações com a Igreja ou nas políticas da família e juventude: se perscrutarmos para além do véu da propaganda, encontramos realidades como o estudo das realidades portuguesas, visitas de estudo ou de cortesia, troca de opiniões, manifestações de simpatia e de interesse por aprender com o modelo salazarista... Ou seja, a realidade das relações bilaterais acaba quase sempre por ficar aquém das afinidades proclamadas ao nível do discurso. É, de facto, na definição programática e no figurino político-ideológico que as relações Lisboa-Vichy são mais substanciais, mesmo se por via das circunstâncias anómalas que condicionam o nascimento e o desenrolar do regime de Pétain elas acabem por não ir tão longe quanto a sintonia política deixava adivinhar.

Uma segunda conclusão a tirar é que, além da ideologia e do modelo de regime, Salazar e Pétain partilham algumas concepções estratégicas,

a saber: a neutralidade e a crença de que a guerra se saldaria por uma paz de compromisso. Num primeiro momento, a neutralização da França meridional mantém as tropas alemãs para além dos Pirinéus, longe das fronteiras portuguesas. Mas cedo Salazar verá na neutralidade da França de Vichy também vantagens para o pós-guerra. A neutralidade vichysta significa um trunfo para a paz, que Salazar acredita poder vir a ser negociada por personalidades como Pétain, por si oportunamente apadrinhado. Pétain corresponde a tais expectativas, colando-se às potencialidades da neutralidade e da colaboração com os alemães. A paz futura, tal como a desejam Salazar e Pétain, deveria assegurar um compromisso entre vencedores e vencidos, negociado por personalidades neutras de prestígio moral incontestável. E se Pétain anseia protagonizar tal arbítrio, Salazar não deixa de defender um cenário que lhe traria óbvios dividendos políticos. A Alemanha não seria aniquilada, ficando com força anímica suficiente para se constituir, juntamente com uma França fortalecida, numa barreira ao avanço soviético pela Europa dentro. A paz de compromisso não só salvaguardaria um certo equilíbrio de forças europeu, como permitiria aos países neutros desempenhar um papel ímpar no desenho da Europa após uma guerra que outros combateram por eles. Permitiria, igualmente, um acréscimo de prestígio para os regimes protagonizados por tais árbitros, autoritários mas não em demasia. No limite, possibilitaria a sua própria sobrevivência numa guerra que se desenha crescentemente como a luta das democracias contra as ditaduras.

A partir de certa altura, a aposta na paz negociada e na capacidade de expansão de um sistema político de compromisso, supostamente a meio caminho entre o parlamentarismo democrático e os totalitarismos nazi e fascista, deixará de fazer qualquer sentido, não passando de um exercício retórico. Porém, se a paz de compromisso se vem a revelar um equívoco, a bem arquitectada imagem de moderação e de equilíbrio de Salazar virá a dar os seus frutos e o salazarismo, à falta de arbitrar externamente seja o que for, sobreviverá à vitória das democracias como uma ditadura *aceitável*. Na verdade, chegada a paz, Salazar conservará a sua liberdade, o seu cargo e o seu regime. Outro tanto não acontece

com o seu afilhado francês. A tolerância dos Aliados por regimes “à Salazar” desvanece-se em fumo no que respeita à França de Vichy, onde a neutralidade acaba demasiado comprometida com o beligerante perdedor. As estreitas afinidades que durante quatro anos juntaram Salazar e Pétain numa dupla aposta comum, ideológica e estratégica, esboroam-se com a queda de Vichy, à qual o seu padrinho português logrará sobreviver por muitos anos ainda.

À libertação da França seguir-se-á um período de esfriamento das relações luso-francesas. O “Ídolo” português de Vichy não é bem visto pelas novas autoridades democráticas da França, até porque Salazar não renega o apoio dado a Pétain e não esconde o seu desgosto por a França regressar ao velho demoparlamentarismo. Não obstante, ao contrário do que acontece com o regime de Franco, com quem a França vencedora se recusa a estabelecer relações diplomáticas normais, alegando tratar-se do último regime fascista da Europa, o Portugal de Salazar colhe os frutos da imagem mitificada de autoritarismo contido e pacato que os seus serviços de propaganda conseguiram fazer passar em França e de que tantos franceses se fizeram eco em escritos no seu país. O autoritarismo “à Salazar” não só sobrevive ao fracasso do seu afilhado francês como continuará, bem para além do estertor de Vichy, a servir de referência para uma franja da direita francesa nas décadas que se vão seguir.

O MODO PORTUGUÊS DE ESTAR NO MUNDO. O LUSO-TROPICALISMO E A IDEOLOGIA COLONIAL PORTUGUESA (1933-1961)

Cláudia Castelo

Prémio de História Contemporânea – 1997*

Antes de apresentar uma breve intervenção sobre a génese e o conteúdo do meu trabalho, gostaria de prestar homenagem ao Professor Doutor Victor Sá, que promoveu a criação do Prémio de História Contemporânea para Jovens Investigadores; agradecer ao Ex.mo Sr. Vice-Reitor da Universidade do Minho, ao Ex.mo Sr. Presidente do Conselho Cultural da mesma Universidade, ao Professor Doutor Hélio Alves e aos restantes membros da Comissão Executiva do Prémio, aos elementos do júri – Professores Doutores José V. Capela, Rui Cascão e Sérgio Campos Matos -, e a todos os presentes nesta sessão; e, finalmente, manifestar a minha alegria pelo facto do meu trabalho ter sido distinguido. Este prémio constitui para mim um incentivo para que eu continue a dedicar-me

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 22 (Jul.-Dez. 1997), p. 149-154.

à investigação em história contemporânea, continue a aprender, a aumentar e a problematizar alguns conhecimentos já adquiridos. Entendo-o, sobretudo, como um estímulo em início de jornada.

O trabalho que submeti a concurso é a minha dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX (secção do século XX), apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor Valentim Alexandre, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Aborda a recepção em Portugal do luso-tropicalismo, doutrina elaborada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre (1900-1987), e a sua influência na ideologia colonial portuguesa, entre 1933 e 1961.

Os limites cronológicos escolhidos relacionam-se com o percurso de estruturação do luso-tropicalismo: a primeira corresponde ao ano de publicação de *Casa-Grande & Senzala*, obra em que são lançados os fundamentos da doutrina luso-tropicalista; a última, ao ano de publicação de *O Luso* e o *Trópico*, livro em que a doutrina surge no seu estado ‘acabado’. Curiosamente, no panorama político português, 1933 é o ano da entrada em vigor da Constituição do Estado Novo, que, no seu artigo 132.º, considera as disposições do Acto Colonial matéria constitucional; e 1961 é o ano do início da guerra colonial em Angola, da abolição do Estatuto dos Indígenas e da perda da Índia “portuguesa”.

O “modo português de estar no mundo”, inscrito no título do trabalho, é um conceito introduzido no discurso académico nacional, nos anos 50, por Adriano Moreira, mas que rapidamente se operacionaliza e reproduz no discurso do Estado Novo. Pressupõe que o povo português tem uma maneira particular, específica, de se relacionar com os outros povos, culturas e espaços físicos, maneira que o distingue e individualiza no conjunto da humanidade. Essa “maneira” é geralmente qualificada com adjectivos que implicam uma valoração positiva: diz-se que a “maneira portuguesa de estar no mundo” é “tolerante”, “plástica”, “humana”, “fraterna”, “cristã”.

Aquele conceito aparece várias vezes ao longo do texto e remete-nos para uma representação do *eu* português tributária da doutrina de Gilberto Freyre, mas que de certa forma ainda perdura no actual discurso

político e cultural. A escolha do tema prende-se com a necessidade de arranjar hipóteses explicativas para a persistência, mais de vinte anos após a independência das antigas colónias, de um discurso que acentua a “imunidade” dos portugueses ao racismo, a sua predisposição para o convívio com outros povos e culturas e a sua “vocação universalista”.

O objectivo do trabalho era analisar como evoluiu a recepção portuguesa à doutrina gilbertiana e perceber como é que o luso-tropicalismo foi reproduzido e recriado em Portugal. Procurámos surpreender uma articulação entre os tempos e os modos da recepção à tese de Freyre e as transformações operadas na política e ideologia coloniais do Estado Novo.

O primeiro capítulo é dedicado à génese e à estruturação do luso-tropicalismo. Depois de traçar o percurso intelectual do autor, quisemos fazer uma espécie de “arqueologia” do luso-tropicalismo no âmbito da obra de Gilberto Freyre. Começámos por procurar, nos seus primeiros livros, ideias e temas que remetessem de alguma maneira para a doutrina explicitada nos anos 50 e 60. Dessa primeira incursão na bibliografia do autor resultou o apuramento de duas obras “fundadoras”: *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *O Mundo que o Português Criou* (1940). Sem empregar o termo nem definir o conceito, Freyre lança, logo em 1933, os fundamentos do luso-tropicalismo. A partir daí, vai desenvolvendo a teoria, juntando-lhe elementos, alargando o seu horizonte, direccionando-a”, mas ainda sem a nomear. É um tempo de amadurecimento da ideia. Somente nas conferências “Uma cultura moderna: a luso-tropical” e “Em torno de um novo conceito de tropicalismo”, reunidas no livro *Um Brasileiro em Terras Portuguesas* (1953), e nas obras *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1958) e *O Luso e o Trópico* (1961), o luso-tropicalismo surgirá na sua formulação ‘definitiva’.

Com vista à posterior contextualização da recepção do luso-tropicalismo em Portugal, o segundo capítulo apresenta uma visão de conjunto da política colonial do Estado Novo. São passados em revista os principais momentos legislativos que traduziram a evolução daquela política, numa perspectiva atenta tanto à continuidade como à mudança. Procedeu-se ao tratamento dos debates realizados na Assembleia Nacional e dos pareceres da Câmara Corporativa, revelando

as várias correntes de opinião em confronto dentro do próprio regime sobre as linhas de rumo do projecto colonial português. Paralelamente, faz-se referência à evolução da política internacional.

No terceiro capítulo estuda-se a recepção do luso-tropicalismo propriamente dito, numa perspectiva diacrónica e sincrónica. Distinguem-se dois momentos: o da recepção inicial da doutrina de Freyre (nos anos 30-40) e o da apropriação (recriação) do luso-tropicalismo pelo Estado Novo (no pós-2ª Guerra Mundial). No interior de cada um deles, colocam-se em confronto diferentes leituras, oriundas do campo cultural (José Osório de Oliveira, Carlos Malheiro Dias, António Sérgio, Manuel Múrias, Vitorino Nemésio, Maria Archer, João de Barros), do campo político (Vicente Ferreira, Norton de Matos, Armindo Monteiro, Oliveira Salazar, Franco Nogueira) e do campo académico (Adriano Moreira, Jorge Dias, Orlando Ribeiro, Almerindo Lessa). Com vista a surpreender a recepção da doutrina do sociólogo brasileiro na imprensa portuguesa, consultámos um conjunto heterogéneo de revistas culturais e de suplementos literários de jornais. A pesquisa realizada no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Arquivo Oliveira Salazar foi, sobretudo, decisiva para compreender a postura do regime face ao luso-tropicalismo no pós-2ª Guerra Mundial.

O quarto capítulo relaciona diversos discursos sobre “o modo português de estar no mundo”, comparando-os entre si e com as ideias centrais do luso-tropicalismo: a mestiçagem, a interpenetração de culturas e a vocação ecuménica. Parte-se de um *corpus* diversificado de autores, oriundos de diferentes áreas do saber – a antropologia, a ciência política, a história, a geografia – e com posicionamentos políticos distintos.

A recepção em Portugal das primeiras obras de Gilberto Freyre é muito heterogénea. No campo cultural português, *Casa-Grande & Senzala* e as *Conferências na Europa* são em geral bem recebidas, entre os intelectuais ligados às questões coloniais e/ou ao intercâmbio luso-brasileiro. Saúda-se a metodologia e a temática, a erudição e o estilo literário, a análise histórica e a exortação para o futuro. Note-se, porém, que uma recepção favorável não implica leituras coincidentes. Os

intelectuais de direita (Osório de Oliveira e Manuel Múrias) procedem a uma interpretação nacionalista da teoria gilbertiana, o que quase equivale a reduzi-la à exaltação da especificidade da colonização portuguesa. Os intelectuais de esquerda são geralmente mais críticos pois confrontam a doutrina com a realidade histórica (António Sérgio) e com a prática política nas colónias africanas (Maria Archer).

No campo político, a obra de Freyre passa quase despercebida e a única referência directa é extremamente desfavorável. Como tentamos demonstrar, nos anos 30-40, o projecto de “ressurgimento imperial” e de afirmação do “velho e indomável espírito da raça”, a impor a populações selvagens, não se coaduna com a visão culturalista de Gilberto Freyre.

No pós-2ª Guerra Mundial, criam-se condições para a mudança de atitude do regime em relação às ideias de Freyre. Nesse contexto, tem lugar a visita do sociólogo brasileiro a Portugal e às colónias portuguesas, a convite do ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues. Perante o avanço do movimento anticolonialista e as pressões da ONU, o regime salazarista, no quadro da sua política externa, aproveita o luso-tropicalismo (e o prestígio internacional de Gilberto Freyre), para legitimar a presença portuguesa em África.

Pensamos ter mostrado que o luso-tropicalismo (com todas as suas implicações) nunca foi integrado no discurso oficial do Estado Novo (de consumo estritamente interno). Este nunca deixou de ser profundamente nacionalista, limitando-se a veicular uma versão simplificada e manipulada da tese gilbertiana. As principais ideias de Freyre sobre o povo português (ausência de sentimentos racistas; capacidade de empatia relativamente aos outros povos; profunda fraternidade cristã) são apropriados, nos anos 50-60, pelo discurso oficial. Mas o luso-tropicalismo não é só isso. Os seus aspectos “desnacionalizadores” são propositadamente esquecidos. A saber:

- a valorização da mestiçagem e dos diferentes contributos culturais (africanos, ameríndios, orientais, etc.) para a civilização comum, luso-tropical;

- a noção de que a unidade de sentimento e de cultura entre Portugal, o Brasil, a África e a Índia “portuguesas” se sobrepunha às questões de soberania nacional;
- e que a comunidade luso-tropical podia ser uma entidade transnacional, uma federação cultural com lugar para mais de dois Estados.

Contra os interesses do Estado *Novo* e do colonialismo português, Freyre defende que, no mundo que o português criou, as afinidades afectivas e culturais ultrapassavam as fronteiras políticas.

Conclui-se que o luso-tropicalismo, teoria estabelecida com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do *povo* português, foi divulgado no campo cultural desde meados dos anos 30, manipulado pelo campo político e reproduzido no campo académico, na conjuntura do pós-2ª Guerra Mundial, e ajudou a perpetuar uma visão mítica da identidade cultural portuguesa. O trabalho fornece pistas para se compreender porque é que as ideias de Gilberto Freyre ainda ecoam no actual discurso político e cultural. Libertas da componente colonialista que o Estado *Novo* lhes imprimiu, *servem* agora para ajudar a justificar a criação formal de uma comunidade lusófona com propósitos culturais, económicos e de cooperação em matéria de política externa.

SALAZARISMO E CULTURA POPULAR (1933-58)

Daniel Melo

Prémio de História Contemporânea – 1998*

É uma grande honra ter sido considerado merecedor da atribuição do Prémio de História Contemporânea, instituído pelo Prof. Doutor Victor de Sá e pela Universidade do Minho. Sinto-me por isso no dever de agradecer tamanha consideração aos senhores Membros do júri do Prémio, aos senhores Membros do Conselho Cultural da Universidade do Minho e ao Prof. Doutor Victor de Sá. Gostaria também de dar os parabéns ao co-premiado, com quem tenho o privilégio de partilhar o Prémio de História Contemporânea, e de desejar-lhe as maiores felicidades para o futuro.

O trabalho que apresentei a concurso reproduz integralmente a minha dissertação de Mestrado, orientada pelo Prof. Doutor Fernando Rosas e defendida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1997. Intitula-se *Salazarismo e cultura popular (1933-58)* e tem como tema a perspectiva oficial sobre a cultura popular durante o Estado Novo, no período que vai de 1933 a 1958.

Em termos gerais, pretendi analisar a origem duma política particular, as suas propostas e concretizações, relações com outras áreas de acção, resultados e implicações em termos sócio-culturais. Procurei abarcar um período de tempo suficientemente lato, que permitisse

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 24 (Jul.-Dez. 1998), p. 139-147.

confirmar as grandes linhas de força, bem como as mudanças conjunturais ou os acidentes de percurso. Recuou-se o estudo a 1933, para abarcar a fase decisiva de institucionalização do regime salazarista, desde logo iniciada com as Casas do Povo e o SPN. Estendeu-se o limiar cronológico até 1958, por ser uma data de demarcação consensual, não só pela convulsão política provocada pela campanha eleitoral do general Humberto Delgado como pelas grandes mutações sócio-culturais que se avizinham, desde logo prenunciadas com o advento da RTP e da Fundação Calouste Gulbenkian. A orientação do trabalho teve ainda em conta a necessidade de entender o discurso oficial como uma articulação dinâmica e persistente entre teoria e prática, ou melhor, entre representações ideológicas e práticas culturais.

Como ponto de partida, interessava inquirir sobre o alcance duma política cultural particular dirigida ao povo, ou seja, à maioria da população. Apesar da presença de estudos relevantes sobre o salazarismo, não existia ainda um estudo específico que ensaiasse um balanço alargado da política cultural oficial para o popular. Tentou-se, portanto, colmatar esta lacuna historiográfica através dum levantamento o mais abrangente possível do mapa programático, detectando as propostas particulares da política cultural e inserindo-as no contexto mais genérico da produção ideológica e das relações entre o aparelho estatal e a sociedade civil. Com efeito, a política cultural salazarista cedo integrou uma componente ideológica importante, cabendo ao respectivo espaço institucional e seus agentes uma parte fundamental da inculcação ideológica.

Numa segunda fase, estabeleceu-se os contornos dessa política cultural, i.e., delimitou-se os seus principais pressupostos ideológicos, finalidades, campo de actuação e resultados alcançados. Nesse sentido, verificou-se criticamente a tese do universo rural como fonte inspiradora para a elaboração dum modelo cultural próprio, e suas implicações: uma vigência duradoura, estruturante e, acima de tudo, o alargamento da sua experimentação inicial no espaço campesino ao espaço urbano, encerrando uma ambição globalizante. Por detrás desta orientação, encontrava-se uma constelação ideológica suficientemente consolidada e orientada (ainda que genérica), tornando possível a sua transposição

num labor institucional, coerente e persistente. A ponderação dos seus efeitos constituiu uma terceira fase da análise.

Por fim, testou-se a validade da tese que afirmava a resistência da sociedade civil ao programa estatal. Esta problemática abriu caminho a duas reflexões: por um lado, permitiu entender até que ponto a estratégia de dominação oficial ultrapassou o recurso exclusivo ao método persuasivo, articulando-o com a negociação e a repressão; por outro lado, colocou a questão de saber se o conflito duradouro pela hegemonização cultural não implicava a existência de projectos concorrenciais e/ou alternativos, estimulando assim uma verificação complementar dos limites da política salazarista.

Neste sentido, a presente dissertação foi organizada em 3 grandes núcleos. Na primeira parte, estuda-se o campo teórico da cultura popular portuguesa. No capítulo inicial analisei sucintamente alguns contributos relevantes da investigação historiográfica recente relacionados com o tema de estudo. Para complementar esta reflexão actual, no capítulo 11 delimito o conjunto de representações oficiais informadoras do discurso sobre a cultura popular. Por razões de economia discursiva, nele se incorporam 4 abordagens paralelas: uma primeira que toma a interpretação pessoal de Salazar como referencial da recriação da nostalgia ruralista; uma segunda que se detém na análise crítica de exemplos representativos da produção doutrinária particular operada no interior dos organismos centrais: o SPN/SNI, a FNAT e a Junta Central das Casas do Povo (JCCP); uma terceira, acompanha o labor oficial no domínio etnográfico, estabelecendo os vínculos instrumentais para a legitimação do nacionalismo salazarista; uma quarta e última, ocupa-se da educação popular como elemento integrador das necessidades políticas num programa de desenvolvimento sócio-económico.

Na segunda parte aferi o impacte das realizações para a cultura popular, ao nível da organização corporativa e do restante universo institucional. A análise concreta das práticas culturais oficiais pretendeu ser tão abrangente quanto possível, no sentido de esclarecer uma lógica transformadora e uniformizadora para a cultura popular. Assim

analisaram-se as concretizações nos sectores da literatura, da leitura, da edição, do folclore e etnografia, do espaço museológico e expositivo, etc.

A terceira e última parte do trabalho destinou-se à reflexão sobre a resistência da sociedade civil ao programa totalizante do Estado Novo. Através de um estudo de caso, problematizou-se a importância da neutralização de projectos culturais concorrentes e alternativos, ao mesmo tempo que se elucidou a necessidade de uma constante negociação em torno de questões sobre a *vivência* cultural do quotidiano, especialmente no tempo festivo e/ou de lazer.

Ao longo da dissertação, insistiu-se na verificação do modelo ruralista-tradicionista para a cultura popular. Esta opção não se deveu unicamente à necessidade de restringir o âmbito de análise, mas resultou, sobretudo, da sua predominância efectiva. Com efeito, foi possível comprovar a preponderância dum paradigma tradicionalista assente na defesa dos valores e práticas pretensamente oriundas dum universo campesino.

Em primeiro lugar, ao nível da própria doutrina, sendo desde logo possível determinar as modelações teóricas de enquadramento privilegiado: a etnografia e o folclore: Por outro lado, a análise da perspectiva dominante sobre a educação popular nas primeiras décadas do salazarismo (anos '30 e '40), evidenciou a inexistência de abertura face a modelos concorrenciais no interior do regime. A educação formativa tornou-se, assim, uma preocupação essencialmente ideológica. Ou seja, ao mesmo tempo que convocava uma fonte de legitimação política, sugerindo uma identificação profunda com a comunidade que representava, o Estado Novo condicionou fortemente a determinação do universo de valores integrantes duma identidade global. A intrumentalização da política cultural para a maioria da população portuguesa inscreve-se no próprio enunciado do conceito de cultura popular, uma vez que este era entendido como cruzamento da cultura tradicional do povo com a transformação da mentalidade popular através da acção estatal. Por isso, tal como Salazar esclarecera, a educação política era o meio privilegiado de purificação das almas, no sentido da mudança para uma mentalidade nova, resgatada das convulsões ateístas e democráticas promovidas pelo regime político anterior. Esta flutuação (ou ambivalência)

duma concepção definidora do povo como sujeito e objecto de cultura em simultâneo, permitiu ao Estado Novo desenvolver de forma mais extensiva a sua actividade, promovendo a ilusão duma simbiose perfeita. A campanha do “reaportuguesamento de Portugal”, um mote célebre do salazarismo, promovia o reencontro da Nação consigo mesma, o que significa o retorno às origens, ou seja, a convocação da tradição como valor central para a acção (política). Deste modo, o regime pôde consagrar uma intervenção própria sobre e para o povo assente na pretensa recuperação da sua genuinidade cultural. Em suma, o regime exigia que os seus valores fossem facilmente percebidos como pertencentes ao próprio universo de valores perenes da comunidade, mas para que esta operação tivesse êxito eram necessários 2 requisitos: 1.º) atribuir aos valores ditos populares uma dimensão omnímoda, i.e, a possibilidade de estarem presentes em muitas formas; 2.º) combater os universos concorrenciais exteriores.

Da análise dum conjunto de iniciativas culturais do regime foi possível elucidar a ambição totalizante do regime, ou seja, o campo do popular foi uma componente determinante para a afirmação extensiva da presença político- ideológica oficial. Desde logo, esta tese é sustentada pela função instrumental das instituições destinadas à política cultural específica. Assim, a organização corporativa, que articulava a rede das Casas do Povo com a acção centralizadora da FNAT, da JCCP e da Junta de Acção Social (JAS), promoveu a difusão duma certa vivência cultural quotidiana através da delimitação dos conteúdos programáticos a introduzir numa série de modalidades culturais (bibliotecas, cinema, teatro, museus etnográficos rurais, artesanato, ranchos folclóricos, grupos corais, jogos, desportos, etc.). Note-se que o raio de acção virtual abarcava todo o espaço rural, incluindo algumas vilas e cidades de província.

Por outro lado, a sociedade civil foi objecto duma estratégia de enquadramento capilar. O associativismo popular, espaço por excelência de afirmação das sociabilidades culturais, foi fortemente limitado pela existência duma dupla rede institucional estatal: a das Casas do Povo, que começaram a ser fundadas em 1933, e a da FNAT, por intermédio dos Centros de Alegria no Trabalho, criados por volta de 1941,

e mais tarde combinados com os Centros de Recreio Popular. A sua intervenção institucional estava protegida por um dispositivo jurídico legal que, não só discriminava e reprimia a concorrência de instituições independentes, como em determinados casos as obrigava a integrar a rede corporativa. Esta rede abarcava ainda as Casas dos Pescadores e os Sindicatos Nacionais, todavia restringiu-se a análise ao universo campesino, uma vez que foi nele e para ele que foi especialmente formulada uma política cultural. Com a associação das práticas culturais às concepções teóricas o regime pretendeu demonstrar que a cultura popular rural era efectivamente uma reserva moral dos valores nacionais seculares. Por outro lado, a defesa da preservação dos usos e costumes tradicionais ainda activos no universo campesino possibilitou uma maior identificação com os destinatários rurais da política cultural para o povo. Outro factor de aproximação importa destacar: as modalidades de representação grupal ritualizada assentes na identificação ou sugestão folclóricas foram um meio privilegiado de integração da cultura popular na organização corporativa, ou melhor, de enquadramento numa determinada concepção ideológica da sociedade. Um dos exemplos mais esclarecedores desta sintonia foi a promoção dos ranchos folclóricos.

Para além da organização corporativa, verificou-se a correspondência do modelo ruralista-tradicionista na actuação doutras instituições oficiais. Assim, o SPN foi o organismo centralizador que mais cedo promoveu esta específica operação de reconhecimento simbólico e ideológico da cultura tradicional. Através da valorização de aspectos particulares da cultura popular de raiz tradicional, reforçou-se a operação de estetização da política salazarista. Verificou-se esta orientação através da análise dos conteúdos propostos em representações oficiais a certames internacionais e nacionais, de que o caso paradigmático foi a Exposição do Mundo Português (1940). Nelas sobressaiu o apelo estético proporcionado pela exposição de espécimes da criação cultural popular, indissociável da sua encenação visual em cenários artisticamente concebidos. Por outro lado, procurou-se centrar a vivência popular festiva em torno de representações de sugestão folclórica, por via de vários espectáculos musicais ou terpsicóricos. Além disso, o Secretariado coordenou uma

estratégia de recuperação e revitalização de manifestações tradicionais, a maioria relacionada com motivos da religiosidade católica, e organizou um conjunto de iniciativas próprias, mormente nos sectores do cinema, teatro, bailado e turismo. As suas actividades permitiram desenvolver o estilo oficial de sugestão folclórica, assente no cruzamento de referências eruditas e populares. O condicionamento do artista moderno à inspiração em bases etnográficas teve a sua consagração institucional no Museu de Arte Popular (fundado em 1948), encerrando um itinerário que começara no Concurso da Aldeia mais Portuguesa de Portugal (1937). Por outro lado, alguns eventos festivos patrocinados pelos municípios incorporaram o modelo ruralista-tradicionista no seu figurino. Foi o exemplo das marchas populares de Lisboa, destacadas em estudo de caso.

A literatura foi um dos sectores culturais onde se registou um maior conflito com propostas alternativas. A incapacidade para elaborar um núcleo literário oficial nos primeiros tempos obrigou a uma maior vigilância e selectividade na composição dos recheios bibliográficos das bibliotecas oficiais. Inicialmente, a etnografia foi a disciplina reordenadora dos vários saberes (JCCP, 1945 em diante), sendo posteriormente substituída pela componente histórico-nacionalista. Neste sentido, destaque-se a intervenção do SNI com as suas bibliotecas ambulantes (1945-49) e depois da JAS (1959 em diante). Saliente-se ainda a importância das bibliotecas do Plano de Educação Popular (PEP), que firmaram definitivamente a necessidade de articular o princípio ideológico com as necessidades de formação técnica e tecnológica. A relevância do PEP foi, porém, mais profunda: permitiu a revitalização da edição oficial, a constituição dum núcleo literário próprio, a promoção da leitura popular e a afirmação da dinamização cultural integrada (através da combinação do teatro, cinema, exposições, bibliotecas, imprensa, edição cinematográfica e literária, alfabetização). Esta nova orientação, estimulada sobretudo pelo Ministério da Educação Nacional, foi possível graças à promoção duma campanha de alfabetização, na qual desempenhou um papel multiplicador a Campanha Nacional de Educação de Adultos. A política cultural para o povo regista então um centramento (ainda que efêmero) na educação popular, meio por excelência

da formação e da qualificação pessoais e colectivas, importante para uma maior difusão dos conteúdos programáticos, sobretudo da leitura. Um novo paradigma entra em concorrência com o anterior, e alastra gradualmente a outros domínios, como o das exposições.

A etnografia, apesar da sua promoção ideológica enquadrada na afirmação dum nacionalismo cultural, nunca teve um patrocínio à altura das suas implicações estruturais, como tentei comprovar nas análises sobre as dificuldades de afirmação do campo científico e académico da antropologia cultural, a difusão do artesanato, a edição literária, o levantamento etno-musicológico e a programação da rádio oficial.

O exercício da persuasão não invalidou a necessidade da negociação em torno de determinadas manifestações culturais. As instituições do associativismo popular foram eleitas como espaço de afectividade e sociabilidade lúdica, artística, cultural e de contacto e liberdade dos corpos através de fenómenos ritualizados (o fado, a dança, o baile, as marchas, etc.). Nesse sentido, o regime invocará insistentemente uma certa moral para refrear a liberdade corporal, incentivará o desporto para a disciplina física, e criticará as modalidades culturais que pretensamente induziam ao desregramento de costumes. Por outro lado, o facto da sua orgânica impor um modelo democrático de funcionamento favoreceu a implicação do associativismo popular como baluarte da resistência política através da afirmação duma cultura alternativa ou concorrencial ao modelo oficial. O regime, contudo, teve dificuldade em conceber as práticas sócio-culturais fora do seu esquema ideológico preconcebido. Não obstante, verificou-se a sobrevivência dum programa cultural alternativo, representado no associativismo cultural federativo.

Através do estudo particular da Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio foi possível esclarecer os efeitos da negociação entre a sociedade civil e o Estado. Quando a projecção nacional do federativismo cultural estava eminente, o regime combateu essa tendência através da radicalização político-ideológica. Esta postura foi comprovada pela crítica do apoliticismo da Federação, expresso no projecto estatutário de 1940, e serviu de justificação para a recusa do reconhecimento oficial. A incapacidade de aceitar a existência de

propostas alheias à orientação oficial foi sobretudo notória por parte da cúpula corporativa, em especial dos dirigentes da FNAT. Por outro lado, verificaram-se grandes limitações na definição duma política oficial para a cultura popular urbana. Exemplificativa dessa situação foi a estratégia promovida pelo SNI, a entidade a quem cabia a tutela das sociedades recreativas e que realizou uma intervenção cultural específica muito limitada, atendendo às suas competências e aos projectos apresentados. Este fracasso, assumido pelo próprio António Ferro, reforça a centralidade atribuída ao modelo ruralista-tradicionista. No entanto, constatou-se que o regime pretendeu enquadrar as actividades culturais da sociedade civil através das suas instituições, mas só quando estas estavam relativamente organizadas e habilitadas para desempenhar funções específicas, como sucedeu nomeadamente com a FNAT e o SNI.

Finalmente, quando as medidas de imposição da normalidade oficial não eram acatadas promoveu-se o saneamento político-policial, o que se comprova pela intervenção repressiva num conjunto de associações culturais de carácter popular. A razão da força não conseguiu neutralizar totalmente a criação autónoma da alteridade. Por isso, o associativismo cultural sobreviveu como representante da independência da sociedade civil. O estudo particular do projecto cultural federativo permitiu elucidar esta tese, demonstrando em simultâneo que o alargamento do círculo de realizações ao conjunto das filiadas foi fundamental para a afirmação pública da unidade e projecção do meio associativo independente.

CRIME E SOCIEDADE. PORTUGAL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Maria João Vaz

Prémio de História Contemporânea – 1998*

Cumpre-me antes de mais agradecer o prémio atribuído à minha obra. É para mim uma honra, uma alegria e um estímulo.

O trabalho apresentado a concurso, *Crime e Sociedade. Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, reproduz praticamente na íntegra a dissertação final que apresentei no âmbito do Mestrado em História Social Contemporânea do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Aproveito esta oportunidade para expressar uma vez mais o meu reconhecimento à Professora Doutora Miriam Halpern Pereira que me iniciou e incentivou o gosto pela investigação histórica e que de forma sempre estimulante, atenta e disponível me orientou na realização deste trabalho. O meu agradecimento também para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia que, com a atribuição de uma bolsa para mestrado tornou possível a frequência da parte lectiva do curso de Mestrado bem como a recolha da informação que serviu de base à elaboração deste trabalho. Para a Editora Celta, na pessoa do Dr. Rui Pena Pires, quero também expressar o meu agradecimento pela forma disponível e rápida com que procederam à publicação do meu trabalho.

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 24 (Jul.-Dez. 1998), p. 149-158.

Situando-se na segunda metade do século XIX, esta obra visa descrever e analisar a evolução das características gerais da criminalidade em Portugal, procurando simultaneamente definir a relação que a sociedade portuguesa da altura tece com o crime e com os indivíduos acusados da sua prática. Ou seja, procurei detectar e descrever a forma, ou formas, como o crime foi sendo entendido e interpretado, os arquétipos do indivíduo “criminoso” que sucessivamente se vão definindo, a atenção e importância que a sociedade e o poder de então dispensam às acções que violam a lei criminal, as propostas e estratégias que elaboram para combater a criminalidade.

Entendi o crime como um conceito historicamente determinado que respeita às acções que uma determinada sociedade, num período concreto de tempo, entende como atentadoras dos ideais e equilíbrios que pretende afirmar, do seu bem-estar, da sua tranquilidade e segurança e, por isso, concorda em reprimir, fazendo-as cair sob a alçada da lei criminal que produz e que se encontra em vigor.

Desta forma, o crime é entendido como uma construção social, erigida de acordo com os pressupostos, interesses e objectivos que uma sociedade elege para orientar a sua acção. Tive em atenção que a lei criminal é selectiva, elaborada de acordo com os interesses e ideais defendidos pelo poder e pelos grupos socialmente dominantes, orientada para a obtenção de determinados objectivos, descurando ou ignorando outros. O conjunto das acções seleccionadas e criminalizadas pode não merecer o consenso geral da sociedade, mas é para ele que se dirige a acção das instituições que têm como função inibir e reprimir o não cumprimento da lei. Assim, apesar de toda a retórica do discurso público da sociedade liberal portuguesa da segunda metade do século XIX sobre liberdade, justiça e imparcialidade, a história do crime, e este trabalho, fala-nos antes de mais do poder, dos seus objectivos prioritários e entendimentos particulares da organização da sociedade.

O ponto de partida da obra é a ideia de que a sociedade no seu todo se revela (também) pelo tratamento que dá às suas margens. Desta forma, realizei o meu estudo a partir do centro decisor, do poder, e dos grupos que têm uma capacidade acrescida de influenciar a tomada de

decisões e a implementação de medidas, dos que definem a fronteira que separa o tolerável do intolerável, proibido, os que fazem a lei e definem as regras que a sociedade no seu todo deve observar.

Pretendi, assim, delinear os contornos gerais das análises que a sociedade, regular e cumpridora, elabora face ao crime, a importância que lhe atribui como elemento instabilizador do equilíbrio social que pretende atingir e impor, os anseios que ele suscita, as medidas e estratégias que produz para o combater, as causas que refere como geradoras ou potenciadoras do surgimento de comportamentos criminosos, os indivíduos e os tipos de comportamentos que separam os que são definidos como os “bons cidadãos portugueses” da então chamada “classe criminosa” ou mesmo “aleijões humanos”.

No início da pesquisa que está na base desta obra deparei-me simultaneamente com uma grande escassez de estudos históricos sobre o tema do crime, para o período delimitado para o meu estudo, e com a dificuldade de acesso a documentação que possivelmente me teria levado a definir o objecto de estudo, tanto espacial como temporalmente, de forma diferente, mais circunscrita. Optei, então, por proceder a uma abordagem geral da criminalidade em Portugal ao longo da segunda metade do século XIX, que eu denominei de “macro-abordagem”, procurando determinar as linhas gerais que caracterizaram a sua evolução.

Foi, no entanto, uma opção tomada um pouco contra a corrente. A evolução da história social nos últimos anos tem ido sobretudo ao encontro da afirmação de uma “micro-história” em que, pelo menos numa das suas vertentes, os objectos sociais são apreendidos a partir de campos de observação muito restritos. Nas abordagens específicas do tema do crime, privilegia-se geralmente um determinado tipo de delito, alargando-se o espaço e o período de tempo que se estuda, ou então o conjunto das manifestações criminais, num espaço muito delimitado e num pequeno intervalo de tempo.

A minha opção foi, no entanto, outra. Não que eu tivesse a ambição de conseguir apreender a totalidade relativa ao crime para o período delimitado para o estudo. Pretendi sim analisar um objecto de estudo ainda pouco explorado pela historiografia portuguesa sobre o período

contemporâneo, determinando os aspectos gerais que o caracterizam e a sua evolução ao longo de cerca de meio século. Perde-se no pormenor e na análise mais aprofundada das várias questões suscitadas pela pesquisa empreendida. Ganha-se, porventura, na determinação das linhas gerais de evolução patenteadas pela criminalidade em geral ao longo do período estudado. No entanto, esta opção levou a que muitas das questões levantadas ao longo da pesquisa não tivessem encontrado resposta no âmbito deste estudo, sendo necessária, para se conseguir o seu cabal esclarecimento, uma investigação mais circunscrita e aprofundada.

A demarcação temporal a que obedece este trabalho, a segunda metade do século XIX, deveu-se ao facto de eu pretender analisar esta variável social, o crime, num período da história de Portugal marcado, pelo menos na parte inicial, por um clima de uma certa pacificação política e social, ao mesmo tempo que é um período de acentuada alteração da vida social em geral.

Por outro lado, embora se remeta o âmbito do trabalho para o todo nacional português, uma região acabou por ser salientada, o distrito de Lisboa e, em particular, a sua cidade capital, fruto da minha própria predisposição para dar maior atenção ao que aqui se desenrolava (a grande cidade era o espaço que pretendia privilegiar na minha análise) e de uma imposição sistemática por parte da documentação consultada sobre a importância que o problema do crime toma nesta região e as particularidades que as manifestações criminais aqui registam em comparação com o restante espaço nacional.

Para determinar as características gerais da criminalidade em Portugal ao longo da segunda metade do século XIX e descrever as suas tendências evolutivas fiz essencialmente uso dos dados estatísticos que foram produzidos e publicados na época. Acabei por fazer uma pequena incursão para além dos limites temporais inferiores e superiores inicialmente delimitados para o estudo o que permitiu identificar e caracterizar linhas de ruptura e de continuidade no âmbito do crime no Portugal Oitocentista e inícios de Novecentos.

No entanto, o que os dados estatísticos nos dão são o balanço entre o que tinha sido definido como reprovável e criminoso e que, como tal, devia ser reprimido, e a capacidade efectiva que a sociedade tinha em

concretizar essa repressão. Impunha-se assim uma prévia análise sobre a forma como a sociedade lidava com o crime e com os indivíduos acusados da sua prática, a importância que atribuía a este fenómeno social, os anseios que ele suscitava, as causas que referia como geradoras de comportamentos criminosos, as medidas que preconizava e concretizava no combate ao crime e ainda sobre os mecanismos que desenvolveu para proceder à repressão das acções definidas como crime.

Ou seja, para além das manifestações reais e positivas da criminalidade, do número de ocorrências e suas características, este trabalho procura definir as formas específicas de entendimento e tratamento desta variável social, muitas vezes fruto de visões subjectivas e construídas a partir de diversos elementos que se manifestam e entrecruzam num dado momento histórico, gerado pelo complexo conjunto de relações aí presentes, das ideias e objectivos dos grupos sociais dominantes, da sua estrutura económica, política e da própria utensilagem mental, cultural e científica disponíveis.

Desta forma, para além das estatísticas do crime, privilegiei toda a documentação que fornecesse informações alargadas relativas ao todo nacional: as reflexões que as estatísticas do crime suscitaram na época, os textos ensaísticos de proveniência variada, a produção legislativa, os relatórios, reflexões e tomadas de decisão por parte do poder central ou por instituições vocacionadas para abrangerem a totalidade do espaço nacional. Os textos publicados em vários periódicos onde os autores da época analisam e debatem a questão do crime forneceram também informações muito úteis.

O tema do crime concitou especial atenção da sociedade em Portugal na segunda metade de oitocentos. Era visto como um mal intrínseco da sociedade liberal, crescentemente urbanizada e industrializada, surgindo como o reverso de uma medalha que, se de um lado significava fomento industrial, crescimento económico, igualdade perante a lei, abolição dos laços corporativos e liberdade de trabalho, por outro despertava sentimentos de temor e insegurança na grande maioria da população pela vivência de novas situações. O crime foi emergindo como um problema de importância fulcral que requeria atenção imediata e medidas vigorosas.

Não que o crime tenha sido um premente problema social surgido com a Regeneração. Pelo contrário, os violentos confrontos que assolaram o país durante a primeira metade do século, o clima de forte conflitualidade política e social de então, repercutiram -se na forma como a criminalidade se manifestou, originando uma forte incidência de crimes graves e uso extremo da violência. Mas aí, o crime era entendido como uma consequência do clima de conflito geral então vivido que poderia ser atenuado com a conciliação dos vários grupos desavindos.

Com o início da segunda metade do século, o clima de conflitualidade política e social atenuou-se. Realizaram-se várias reformas a nível da justiça criminal e penal e multiplicaram-se as medidas visando o desenvolvimento de corpos policiais. Justificou-se que eram as reflexões elaboradas sobre a criminalidade, as novas formas de tratar o crime e o indivíduo acusado da sua prática, bem como as alterações gerais de que a sociedade era palco, que tornavam obrigatórias reformas gerais, englobando o sistema de justiça criminal e o sistema policial.

O atenuar dos conflitos, o progressivo apetrechamento e capacidade do aparelho de Estado em cumprir as novas funções que lhe são atribuídas, nomeadamente no campo da prevenção e repressão do crime e da aplicação da justiça, cria um sentimento de esperança e optimismo face ao problema do crime. Este optimismo é ainda acentuado pela influência do racionalismo humanista do Iluminismo, que marca as reflexões que a questão do crime suscita então em Portugal, pela sua confiança na razão e nas capacidades auto-regeneradoras do género humano através da reflexão interior.

O dinamismo registado na evolução do conceito de crime foi acompanhando a evolução da própria sociedade, reflectindo as exigências de novas formas de disciplina e tentativas de implementação de uma sociedade consensual. Ao Estado e aos poderes públicos foi sendo atribuída de forma crescente a função de zelar pela ordem, tranquilidade e segurança dos cidadãos. Em resposta, este procura desenvolver novos mecanismos de prevenção e repressão. O exercício da justiça pertence-lhe em exclusivo e este deve pautar-se pelos princípios de igualdade perante a lei e de imparcialidade na sua aplicação. Para tal elabora-se um código

penal e procura-se a criação de um corpo de funcionários tecnicamente aptos para o desempenho da aplicação da justiça. Para as penas definem-se novos fins, salientando-se que estas devem ter como principal objectivo a regeneração do indivíduo delincente. Ao Estado compete possibilitar a concretização deste objectivo através da disponibilização de meios próprios, de entre os quais se enfatiza a construção de prisões penitenciárias. Por outro lado, a consciência de que o crime deriva em parte da existência de profundos problemas sociais leva a que se reivindique o alargamento da intervenção do Estado ao campo da protecção social.

Todo este aumento das competências atribuídas ao Estado funciona simultaneamente como um factor de legitimação do aumento do seu poder. No entanto, entre a preconização de medidas e a sua realização na prática a distância foi sempre muito grande, revelando o Estado português da segunda metade de Oitocentos uma sistemática incapacidade em termos de concretização.

A par das redefinições que o conceito de crime foi sofrendo, de acordo com a vontade social dominante em estabelecer uma renovada ordem, disciplinar e enquadrar comportamentos, de forma a criar um ambiente favorável à realização dos seus objectivos, também a tipologia das acções criminais se foi gradualmente alterando. Uma estrutura jurídica criminal adaptada ao novo ambiente político, económico, social, cultural e mental, desenhou novos tipos de crimes e diferentes formas de neles incorrer, eliminando alguns dos anteriores tipos de delinquência.

No final do século, a criminalidade apresenta já novas características. A incidência do crime toma maiores proporções, um acréscimo todo ele feito à custa do aumento dos pequenos delitos. Este aumento da incidência do crime revelado pelas estatísticas foi também ele justificação para se renovarem e multiplicarem as medidas de combate ao crime. É uma relação de duplo sentido, pois estas reformas condicionam, por sua vez, o que era perseguido como crime, tanto no número como no tipo de ocorrências.

Neste trabalho salienta-se ainda o facto de o padrão do crime em Portugal nunca se aproximar do que caracteriza as sociedades mais industrializadas da altura, como é o caso da Inglaterra. Aí predomina o

crime contra a propriedade enquanto em Portugal os atentados contra as pessoas foram sempre os de maior incidência. São factos que remetem para o menor grau de desenvolvimento e de industrialização do nosso país e que desmentem a ideia da pacatez dos costumes portugueses, mostrando antes uma sociedade em que a violência e a agressão física estavam sempre presentes no quotidiano. Os crimes contra a ordem e tranquilidade públicas atingem também em Portugal valores muito significativos, sobretudo no período que antecede a queda da monarquia, com maior incidência no centro político-administrativo do país, a cidade de Lisboa, onde chegam a ser o tipo de delitos com maior incidência. Na origem estava o facto de se identificar o protesto político como crime e se considerarem os oponentes políticos como subversivos e criminosos.

O combate ao crime não foi apenas entendido como cingido às medidas directamente relacionadas com a sua prevenção e repressão, acção dirigida pelo Estado que progressivamente foi tendo ao seu dispor novos e mais eficazes meios, em grande parte permitidos pelos avanços científicos e técnicos que se registavam. Considera também necessário adaptar os cidadãos às exigências da nova lógica social, torná-los conhecedores dos seus deveres e direitos.

Desta forma, a lei serviu também como instrumento de mudança, tentando impor comportamentos, valores e preceitos. O trabalho, a par da família, são valores sempre exaltados. A integração dos indivíduos faz-se pelo trabalho e pela família. O “cidadão cumpridor” e o “trabalhador honesto” tornam-se ideais morais e legais que deviam ser observados. Os estratos sociais mais baixos, os indivíduos que desfrutam de precárias condições de trabalho e de vida, e que não têm enquadramento familiar, suscitam desconfiança e temor. São vistos como potenciais criminosos. A “questão social” e a “questão criminal” surgem ligadas e muitos ensaístas afirmam que o crime era apenas o principal sintoma das profundas patologias que afectavam a sociedade. O seu combate é apresentado como uma tarefa nacional em que, sob o comando do Estado, todos devem colaborar pois ele faz perigar a própria perpetuação da sociedade.

A criminalidade surge simultaneamente como causa e reflexo de uma parte significativa dos “medos sociais” que então se manifestam.

Ela centra em si parte das inquietações e temores que a mudança social desperta na sociedade considerando-se os indivíduos acusados da prática de crimes como arquétipos sociais que reflectem o estado de saúde colectivo da nação.

Objecto de diversificadas abordagens, a forma como o crime vai sendo definido no plano teórico, condiciona as percepções que a sociedade sobre ele elabora.

A evolução do conceito de crime foi um processo complexo, reflectindo alterações epistemológicas e transformações sociais globais. O racionalismo humanista que informa as abordagens do crime no início da segunda metade do século vai, progressivamente, dando lugar a novas formas de conceber o crime e o indivíduo delincente. Nas últimas décadas do século, as análises do crime são já moldadas pelo paradigma científico da altura, o positivismo. A base de partida é a convicção de que é possível ter-se um conhecimento rigoroso, porque científico, da realidade natural e social. Nas pesquisas desenvolvidas sobre a criminalidade faz-se uso dos métodos introduzidos pelas ciências naturais. Os campos de observação são os condenados que se encontram a cumprir pena nos estabelecimentos prisionais e os grupos da população com menores recursos de onde, na generalidade, saem os primeiros.

A ansiedade que a questão do crime suscita leva à afirmação de teses algo catastrofistas, denunciadoras do elevado grau de deterioração vivido na sociedade. Os maiores receios recaem sobre os grupos que apresentam maiores dificuldades de inserção e de acatamento da disciplina social que se pretende impor.

Afirmam-se arquétipos como o do “criminoso profissional”, o indivíduo anti-social que laborava de forma determinada para a destruição da tranquilidade, ordem e segurança geral. Do outro lado, encontrava-se a sociedade respeitável e respeitadora, sistematicamente ameaçada por indivíduos tidos como “degenerados”, pela sua forma de vida obscura e práticas atentadoras do bem geral. São, no entanto, visões construídas, afirmando divisões drásticas que não encontravam correspondência na realidade social então vivida.

No final do meu trabalho muitas foram as questões que ficaram por responder, parte delas surgidas no decorrer da própria pesquisa. Espero que no futuro outros estudos sobre o tema do crime e da justiça criminal no Portugal contemporâneo nos permitam ter um melhor conhecimento sobre esta questão, até agora tão lateralmente abordada pela historiografia portuguesa.

A AVENTURA SURREALISTA. DA EXPLOSÃO À EXTINÇÃO DE UM MOVIMENTO (OU NÃO)

Adelaide Ginga Tchen

Prémio de História Contemporânea – 1999*

Desejo, antes de mais, agradecer aos membros do júri do Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho do presente ano: Profs. Doutores José Viriato Eiras Capela, António Adriano Pires Ventura e Maria Manuela Tavares Ribeiro, por terem atribuído este prémio ao meu trabalho, retribuindo o esforço despendido neste estudo, e, principalmente, por terem valorizado um tema da nossa história cultural.

Ao Prof. Doutor Vítor de Sá, que sei, por motivos de saúde, não tem podido comparecer a estas cerimónias, quero deixar uma saudação especial de reconhecimento e homenagem pelo seu percurso cultural e de humanista, verdadeira lição de coragem e sabedoria na defesa de ideais que legaram um importante contributo para a liberdade e dignificação do cidadão pensante.

A sua iniciativa de apoio ao estudo da História Contemporânea, apadrinhada pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho, através da instituição de um prémio, traduz-se num precioso incentivo para

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 26 (Jul.-Dez. 1999), p. 121-129.

os jovens historiadores que procuram desenvolver o entendimento de um passado recente, que é urgente conhecer, com vista a abolir lacunas numa memória em formação.

Foi neste sentido que surgiu este trabalho, com o objectivo de aprofundar um tema que, até então, tem sido valorizado no âmbito da história de arte ou da história literária, e não enquanto fenómeno integrante do panorama cultural português, mais especificamente da história cultural e das mentalidades do período do Estado Novo.

Parece-me cada vez mais importante o estudo das questões culturais na historiografia contemporânea, que, tendo em conta a sua interligação com contextos políticos, sociais, mesmo institucionais e económicos, ultrapassem a visão mais específica e técnica de uma análise tematizada no campo da arte, literatura, etc., avançando para investigações globais e aprofundadas de assuntos que, no seu conjunto de fenómenos históricos, possam dar a conhecer melhor o desenvolvimento e a evolução dos nossos passos e aquisições culturais, da estruturação da nossa mentalidade e do nosso pensamento.

1. Apresentação do trabalho

O trabalho que aqui apresento constitui a dissertação que defendi em Julho deste ano para a obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob orientação do Prof. Doutor Fernando Rosas, e intitula-se *A Aventura Surrealista, da explosão à extinção de um movimento (ou não)*.

O título escolhido procura demarcar o incontestável e genético carácter de aventura do Surrealismo, aplicando-o ao caso português, exaltando e afirmando essa mesma qualidade, em conjugação com uma interpretação complementar que assume a relatividade quanto à afirmação de um movimento em Portugal e que secundariza a importância conferida à utilização deste termo.

Este estudo sobre Surrealismo em Portugal surgiu do interesse e curiosidade que o mesmo sempre me suscitou, do fascínio face a um tema que, apresentando-se com contornos de aventura numa aparente vivência efémera, assume uma profusão que considero admirável, uma multiformidade situada muitas vezes entre a loucura e a genialidade, que na definição de André Breton é a “ausência de todo o controlo da razão e de toda a preocupação moral ou estética”.

A recusa em acomodar-se a uma vida quotidiana medíocre, porque limitada em todos os sentidos, em aceitar uma sociedade esclerosada de valores burgueses, levou vários intelectuais a colocar em causa a vivência do dia a dia e a lutar pela aplicação do espírito – que se pretendeu colectiva – a um novo conceito de ser, dizer e fazer.

A valorização do indivíduo e da sua riqueza interior aliou-se a uma concepção revolucionária do homem e do mundo, que se traduziu numa autêntica revolução cultural. O Surrealismo permitiu o desenvolvimento dos conhecimentos e das capacidades intelectuais, por um lado, dando a conhecer melhor antepassados culturais até então praticamente ignorados, por outro, ultrapassando barreiras de costumes e regras julgadas intransponíveis e abrindo novos horizontes.

Neste sentido, o caso português torna-se ainda mais aliciente, já que se inscreve cronologicamente no período do Estado Novo. Isto porque o Surrealismo, ou o “ismo” surreal, sinónimo de automatismo, de aventura e, portanto, de liberdade, de explosão, floresceu e afirmou-se no nosso país, e em português, durante o Salazarismo, e como sabemos o “ismo” de Salazar correspondeu a um período de ditadura, de liberdade cerceada, de loucuras interditas, de contenção e de ordem.

Foi precisamente este aspecto, que me despertou para a necessidade de um trabalho em que procurei dar conta desta tentativa de surrealizar Portugal, sistematizando o pulsar aventuroso dessa acção, registando e interpretando os momentos que construíram o caminho percorrido. Um caminho de raiz intelectual, traçado no campo cultural e das mentalidades, e entrelaçado com o campo social e político.

2. Objectivos e metodologia

O objectivo não foi, por isso, estudar o surrealismo português à luz da produção artística ou literária, nem recensar a produção teórica existente, muito menos, focalizar um dos grupos surgidos. Aquilo a que me propus foi historiografar o movimento surrealista no seu conjunto, desde o seu aparecimento até à sua dissolução enquanto acção organizada, surpreendendo o diálogo histórico dos momentos mais marcantes. Assumindo a tarefa de auscultar o curso dessa aventura, como é que ela surgiu, por que é que surgiu, que dificuldades encontrou para se afirmar, com que contrariedades se debateu e que contributos trouxe ao campo cultural português.

Um estudo com ênfase nos seus protagonistas, no modo como estes se relacionaram entre si e com o exterior, nas suas interpretações individuais e conjuntas do surrealismo, na forma como se manifestaram, isto é, como se traduziram na prática. Dando igualmente relevo aos palcos de acção, às manifestações mais importantes e às reacções que suscitaram.

A metodologia e o quadro de análise escolhidos assentam num conjunto de fontes originais até agora pouco exploradas, algumas inéditas, com uma riqueza de conteúdo, a meu ver, incontornável, e visam um encadeamento dos factos e a procura de novos dados com vista a anular ou adelgaçar as clareiras temporais existentes e a fazer a ponte entre certos acontecimentos, explicitando os seus antecedentes e as suas consequências.

Uma opção metodológica que utilizou como fio condutor da narrativa esse núcleo documental que emanou, em síntese, da análise de panfletos, catálogos de exposições, comunicados e outros textos da autoria dos surrealistas, e em particular da correspondência trocada entre estes. Material, sempre que possível, confrontado com a reacção da crítica e cruzado com depoimentos orais.

Sem a estulta pretensão de esgotar o campo interpretativo, (aliás, como todo o labor na história), e evitando o enleio nos diversos e sedutores assuntos que a dimensão do tema propõe, a decisão recaiu, portanto, sobre um caminho possível no campo da história, num percurso temporalmente assumido entre 1947 e 1952 – balizas que

correspondem, respectivamente, à explosão do Surrealismo enquanto potencial movimento assumido de forma colectiva, e à extinção dessa movimentação em grupo e consequente luta pela afirmação de uma vivência surrealista, em termos mais individuais.

3. Estrutura do trabalho

O ensaio estrutura-se em três partes distintas que correspondem na apresentação adoptada a três capítulos, cada um com objectivos precisos.

No plano preliminar é traçado o quadro internacional da Ecloração e do Desenvolvimento do Movimento Surrealista que pretende, numa abordagem sumária, dar ao leitor as bases de entendimento do Surrealismo no seu contexto original. Sobretudo porque, se por um lado o Surrealismo em Portugal se afirmou como independente, não deixou todavia de assumir uma perfilhação francesa decorrente dos manifestos de André Breton e dos vários comunicados que definiram a postura do Grupo Surrealista Francês.

Por outro lado, os surrealistas portugueses realizaram viagens ao exterior e estabeleceram contacto com os seus congéneres de outros países, colaborando inclusive em projectos internacionais. Aspectos que se cruzam com o Surrealismo parisiense e internacional e que exigem a sua consideração.

Aliás, desde o primeiro momento, o surrealismo reuniu pessoas de diferentes nacionalidades, e ainda o movimento dava os seus primeiros passos no berço parisiense, já novos focos do espírito surrealista se acendiam para lá das fronteiras francesas. Daí ter-se procedido, também, a uma tentativa exploratória de sistematizar a difusão do Surrealismo em termos internacionais e a extensão que este atingiu no campo geográfico, dando a conhecer as diferentes formas de penetração e de manifestação assumidas, mas também a cronologia dessa mesma difusão, permitindo ter a noção do quanto tardia foi a sua entrada em Portugal.

Note-se que em 1924, data da formação do Grupo Surrealista Francês, vivia-se o pós-primeira guerra, e quando se constitui o primeiro grupo surrealista português, em 1947, a realidade era já a do

pós-segunda guerra e o surrealismo iniciava em termos internacionais a sua segunda fase de actividade.

Perante as condicionantes decorrentes desta entrada serôdia, pareceu-nos imprescindível, ao passar para uma segunda parte já dedicada à trajectória do Surrealismo em Portugal, explicitar a realidade político-cultural que impôs a Portugal esse atraso na partilha da vanguarda que mundialmente se afirmava.

Na verdade, desde meados da década de 20 até ao final da segunda Guerra Mundial que existem em Portugal registos sobre o surrealismo, porém, só na década de 40 se assinalam os esboços de uma aventura vanguardista que envolveria a maioria dos futuros surrealistas portugueses. Entretanto, sensivelmente entre 1945-1947, chegou a haver, por parte de alguns elementos, uma relação fugaz com o neo-realismo hegemónico, mas esta acabaria em ruptura e conseqüente ultrapassagem, quer por virtude de uma insatisfação e um desajuste ao nível de atitudes e posturas, quer de nova perspectivação face ao rumo ideológico.

A partir de 1947, deu-se então alento a uma viagem que afirmou um conturbado e efervescente movimento, protagonizado em dois grupos adversos, cujo aparente carácter efémero empolga o período constituído entre 1947 e 1952, sendo o ano central, 1949, o clímax da actividade.

Até 1947, data da cisão com o Neo-Realismo, as manifestas afinidades pictóricas ou literárias com o surrealismo, conscientemente mantidas nessa linha de atracção, apresentam-se como importantes prolegómenos surrealizantes, sendo 1947 o ano do despertar de uma novíssima geração de escritores e artistas que, ultrapassando meras influências, avançou com o desejo de afirmação conjunta e deu expressão ao surrealismo em Portugal.

Entre 47 e 49 dá-se a afirmação de uma postura independente no contexto cultural português com o Grupo Surrealista de Lisboa, e, no biénio seguinte, assiste-se ao protagonismo alcançado por Cesariny no palco do Surrealismo nacional com a ruptura criada pelo anti-grupo surgido em seu torno, que, face ao grupo anterior e em jeito de reclamada autenticidade, apelidaram-se simplesmente de Surrealistas.

E se 1949 foi o ano de clímax, isto é, de afirmação do surrealismo no contexto nacional, com a apresentação pública dos dois grupos, no ano de 1952 registam-se as tentativas derradeiras e infrutíferas de dar continuidade a um movimento que em termos internos se colocava em causa. Momento de reflexão e balanço em que a dispersão se efectivou, em certos casos com desalento de um projecto que, a partir de então, passava assumidamente da acção no colectivo para uma acção no individual.

Na terceira e última parte do trabalho, optou-se por distinguir três vertentes dessa aventura que a exaltam a nível social, cultural e político.

Destaca-se a Escola de Artes Decorativas António Arroio como espaço social que se projecta na história do surrealismo em Portugal enquanto berço fomentador dessa nova geração, a par do crucial espaço correlativo do Café Hermínius e da cruciante Escola Superior de Belas Artes. Primeiros passos de aventura no colectivo e de ruptura com o meio envolvente.

Abordam-se as várias exposições, num esmiuçar de envolvências e cunhos particulares, afim de dar uma visão conjunta sobre a dimensão e projecção daquelas que foram referências capitais da prática surrealista e que ganharam em Portugal uma dimensão privilegiada face a um movimento que teve curta duração, que se debateu com dificuldades e limitações de expressão e de actividade.

No inexplorado campo da política, a consulta aos processos da PIDE permitiu aflorar dados inéditos que desvendaram episódios individuais de uma actividade clandestina, de uma vivência marginal, trazendo novos dados na relação dos surrealistas com a oposição política e permitindo perceber que (não sendo todavia inimigos principais do regime, temidos ao ponto de poderem ser aniquilados), estes autores de manifestações subversivas contra a ordem e a segurança do Estado, foram também eles considerados como elementos perigosos e inimigos da nação.

Em Anexo, apresenta-se um conjunto de documentos pertinentes e dois ensaios de estudos sintetizados: um quadro que aflora dados biográficos dos Surrealistas numa perspectiva comparativa e uma extensa cronologia, também ela comparativa, do Surrealismo nacional e internacional, a par dos factos políticos mais significantes. Empreendimentos

que se pretenderam bastante exaustivos, mas que se apresentam com carácter de esboço numa atitude complementar.

Considerações Finais

Em suma, a aventura surrealista agrupou em Portugal, num primeiro impulso, cerca de duas dezenas de intelectuais que, em conjunto, conscientes dos perigos, dificuldades e desafios existentes num regime ditatorial e sem apoio organizado na oposição, decidiram dar voz a um movimento revolucionário e libertário onde encontraram resposta a necessidades vivenciais. Porém, surgiram rupturas internas, quer no grupo inicial, quer no novo “anti-grupo”, e a desunião dividiu a força.

Embora cerceado no seu campo de acção e defectivo no resultado imediato dos seus propósitos, o surrealismo em Portugal teve, entre grupo e anti-grupo, uma actividade que durante cerca de cinco anos, promoveu experiências, permitiu teorias e produziu frutos que, a longo prazo, revelaram a sua força e a eficácia dos resultados, da sua liberdade poética, deixando a cultura portuguesa mais rica, mais profusa, e com uma mentalidade mais aberta, mais acirrada na sua capacidade crítica e criativa.

O Surrealismo é, na verdade, sinónimo de “ruptura”, de “revolta” e de “revolução”.

Neste sentido, a essência da movimentação surrealista emergiu entre nós, por entre uma marginalidade imposta e uma postura marginal desejada, e, embora em 1952 se assista a uma dissolução da acção colectiva, essa dissolução transformou-se numa pulverização de tal forma incisiva no seu conteúdo e revolucionária na sua mensagem que consolidou historicamente a importância e o valor do surrealismo na cultura portuguesa.

DEBAIXO DE FOGO! SALAZAR E AS FORÇAS ARMADAS (1935-1941)

Telmo Faria

Prémio de História Contemporânea – 2000*

É com muita honra que hoje recebo em tão ilustre academia o Prémio de História Contemporânea, também marcado por esse grande vulto da historiografia portuguesa que foi o Prof. Victor de Sá. Honra-me por ser um estímulo e por o entender como uma distinção, uma distinção não entre o conjunto de trabalhos apresentados a concurso, certamente merecedores, mas à investigação histórica, como uma tarefa necessária de aprofundamento, no caso, da realidade portuguesa dos anos trinta deste século. Encaro-o por isso como uma valorização da importância que têm assumido os estudos de História do Estado Novo, já agraciados no passado por esta Casa do Saber, que é a Universidade do Minho, e que vem agora vincar uma nova área disciplinar – o das relações civis-militares, como domínio disciplinar da História Política.

O trabalho “Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-41)” foi objecto das minhas provas para a obtenção do grau de mestre, defendido em Julho de 1999, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, então, sob um

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 26 (Jul.-Dez. 2000), p. 157-163.

título diferente: “As chefias militares do Estado Novo. Das vésperas do conflito espanhol aos inícios da guerra mundial (1935-41)”. Quis a Comissão Portuguesa de História Militar distingui-lo com o *Prémio de Defesa Nacional*, e a Fundação Mário Soares atribuir-lhe uma menção honrosa do seu prémio de história contemporânea. A distinção hoje aqui recebida, pela importância e prestígio que o Conselho Cultural da Universidade do Minho tem, multiplicam as responsabilidades de um estudo que dentro de dias estará disponível em livro.

É caso para dizer, que a partir daí, também o livro estará, como indica o título, “Debaixo de Fogo”. Debaixo do fogo insuspeito da crítica e da avaliação pública.

Aproveito a oportunidade apenas, para partilhar algumas das inquietações, e para sublinhar aquilo que penso em relação às grandes perplexidades, que foram afinal de contas o motor da pesquisa e do interesse geral pela investigação.

Diga-se em primeiro lugar, que se nos depararam algumas questões prévias:

1. Historicamente, procurar explicar a génese do regime mais duradouro do século XX português, sem perceber que na matriz original desse longo regime está o espectro militar é, se quisermos, realizar uma análise política insuficiente do ponto de vista da essencialidade histórica.
2. A questão militar no Estado Novo é na fase da sua formação, genética e central. Percebê-la tornou-se nas novas abordagens do regime autoritário em algo incontornável e até paradigmático.
3. Estudar a história da liderança política de Salazar implica conhecer bem o quadro histórico da sua afirmação, o que se faz num processo de relação civil-militar complexo, e por isso, fascinante, no acto de desventrar uma realidade política como foi a do Estado Novo.

Estas afirmações só podem ser passíveis de aceitação se pensarmos na questão militar como um universo estruturante das relações políticas, o que implica, desde já, uma assumpção paradigmática clara: a de que o

mundo militar e dos militares se constrói num fluxo político. Ou seja, que o assunto militar, enquanto objecto de estudo histórico-politológico possa ser assumido na clássica perspectiva de que os militares são políticos, o que nos afasta de abordagens, a nosso ver redutoras, de que a história militar tem como fio condutor preferencial a prestação guerreira, o cenário da batalha, ou a valorização ideológica da espada e do cavaleiro...

Nada melhor para testemunhar o paradigma teórico de que falamos, do que mergulhar no desafio de perceber a construção e a manutenção do Estado Novo, integrando a *questão militar* como uma problematização política.

Foi nesta perspectiva, renunciando a uma metodologia analítica não sistémica, e não comparativa com outras realidades históricas autoritárias, que procurámos demonstrar lacunas por preencher no actual quadro historiográfico português.

Em primeiro lugar, saber porque é que, sendo o Estado Novo um regime autoritário originário de uma fase de ditadura militar, só consegue resolver “o problema militar”, no final da década de trinta. Problema militar que tem duas grandes componentes, e que são, se quisermos duas grandes linhas de força que dominam a história política portuguesa nas vésperas da II Guerra Mundial, a saber:

1. A necessidade do Estado Novo se assumir como uma ditadura civil, fazendo regressar a quartéis muitos dos protagonistas militares do panorama político, não só posterior a 1926, como muitos daqueles que se foram habituando a intervir na vida política durante a I República. Era preciso mais do que afastar militares dos cargos governativos, afastar muitos dos políticos que eram militares da própria instituição “Forças Armadas”(FA).
2. A necessidade incontornável de reformar o mais importante ramo das FA – o Exército -, mas fazê-lo só depois de Salazar controlar *politicamente* esse processo de reforma. É por isso que só a partir de 1935 se criam as condições históricas ideais.

Estes dois parâmetros dominantes demonstram-nos um processo histórico denso, complexo, e por isso rico de acontecimentos e de

interpretações. Vale a pena, todavia, tentar especificar melhor essas condições que criam o terreno histórico cujo estudo elaborámos:

- 1º Porque haveria que neutralizar as chamadas chefias militares conservadoras que se confundiam com a classe dirigente da Ditadura Militar e nunca deixaram de ser verdadeiros defensores políticos de uma República regenerada, refundadora do espírito do 5 de Outubro, entretanto prevertido pelos “civis” durante 16 anos;
- 2º Também porque era matéria prioritária afastar as oposições ao salazarismo, desde a oposição da esquerda republicana, que Luis Farinha bem demonstrou no seu estudo sobre o reviramento; até aos ímpetus protofascistas, que A. Costa Pinto nos aprofundou nos seus estudos. Essas oposições à esquerda e à direita só a partir de finais de 1934 são completamente desertificadas do panorama político português (o que existirá, futuramente, será o reacender sem êxito e num formato de putchismo frentista de sectores perfeitamente anulados pelas forças afectas a Salazar);
- 3º A modernização institucional, através de novas estruturas orgânicas no comando superior militar. O modelo foi seguir uma solução europeia com a criação de organismos superiores da defesa nacional, que pudessem centralizar as grandes decisões militares. É nessa linha que surge o CSDN (Conselho Superior de Defesa Nacional) e o CSE (Conselho Superior do Exército), por exemplo. O primeiro será na prática o Governo transformado especificamente numa estrutura de política militar, e o segundo composto pela hierarquia militar, sofrerá um esvaziamento político até que se alteram os protagonistas do CSE, num processo de clara substituição do velho generalato republicano por rostos “mais salazaristas”;
- 4º O saneamento Político -financeiro. Desce cedo (1931) que homens de Salazar nas FA (Forças Armadas), sobretudo, jovens militares reformistas como o capitão Santos Costa, ou o major Barros Rodrigues, desencadeiam um intenso trabalho reformista do Exército, mas só a partir de meados de 1934 se pode avançar

graças ao alívio de despesa pública efectuado com a modernização da Marinha. Será esse novo fôlego financeiro, decorrente do fim de um ciclo de investimentos e verbas atribuídas à Marinha, (que fora a prioridade até aí), que se avança, o que acontece em 1935 com a nova Lei de Reconstituição Económica. Ficavam agora lançadas no texto da lei as condições financeiras para modernizar, reorganizar e rearmar o principal ramo das FA: o Exército;

- 5º Essa reorganização e o rearmamento militar da força terrestre tem um contexto histórico favorável: o facto de se intensificar o perigo e a ameaça exterior sobre o país, seja numa versão iberista, seja numa versão revolucionária projectada a partir de Espanha (no que era o auge de toda uma tradição de estado-maior: a ideia de um perigo continental provocado a partir de Espanha); quer ainda, como acontece no Verão de 1935, através de ameaças vindas da crispação internacional com incidência nas nossas colónias africanas, por exemplo.

Serão estas grandes razões que permitem a Salazar intervir seguramente, ou seja, com maior controle político, sobre um sector tão delicado como ora o Exército na sociedade portuguesa dos anos 30, o que lhe facilitará o sentido da grande reforma militar que irá projectar entre 1937/38. Para isso, contribuiu ainda, como materialização do tal controle político, a “tomada” da pasta da Guerra, em Maio de 1936. A partir daí, teremos ainda um processo muito intenso de conflitos entre chefes militares, de secundarização das opções das chefias quanto a armamento e dimensões de Exército, seguidas de uma autêntica “limpeza política” nos órgãos e estruturas das Forças Armadas, substantivadas pelas reformas publicadas em Dezembro de 1937.

Em termos de resultados imediatos, o plano militar recebe uma reforma, mas os seus chefes nunca se deixam de sentir, na verdade, Debaixo de Fogo!. Debaixo do fogo político de Salazar, ou da conjuntura de perigo potenciada de Espanha ou através de Espanha, seja durante grande parte da Guerra Civil, seja até ao afastamento da ameaça

alemã sobre a Península, o que até 1941, preocupa decididamente todas as chefias militares. Sobretudo pela nossa fragilidade militar e pela indefinição da nossa política de defesa.

É preciso não esquecer, que estamos perante uma conjuntura de construção de uma força militar que se sentia desde, praticamente o final da I Guerra Mundial, num *zero militar*, em termos de equipamento e de organização. O primeiro dado essencial para a existência de uma política de defesa passa pela definição estratégica e pelo assegurar de meios que possam dar resposta a esses objectivos estrategicamente definidos. A meu ver, a indefinição estratégica foi dominante até, pelo menos, 1941, tal como os meios, ou seja o equipamento e o armamento foram meramente episódicos até essa altura por razões que aprofundámos e que se cruzam entre dificuldades dos mercados externos estratégicos, como o britânico, e entre dificuldades internas de responder a modelos de organização divergentes entre Governo e as Chefias Militares. A precisão destas questões leva-nos a rejeitar algumas leituras pouco rigorosas sobre a estratégia portuguesa, e mais concretamente sobre a leitura do Governo, ou seja, através do Capitão Santos Costa sobre o assunto. Dizer por exemplo, que tivemos entre 1935 e 1950 como elemento dominante um principio de Exército de massas, defendido por um rosto do Governo, como era Santos Costa, é não perceber as teses minimalistas e financeiristas que Salazar e Santos Costa defenderão para o Exército português. Em muitos casos contra as chefias, sobretudo entre 1935 e 1941. Essa questão de um Exército de massas pesa não só na reorganização como no rearmamento, e o que acontece mesmo em plena II Guerra Mundial é uma longa indefinição na defesa portuguesa, só clarificada depois da ajuda britânica, que é clara e realista: em caso de ataque, Portugal deverá retirar-se para as colónias, sobretudo transferindo a sua administração para os Açores. Esta tese, aceite pelo Governo só em finais de 1940, demonstra como a incapacidade militar foi a tónica desde a construção do Estado Novo, e tendo em conta as grandes conjunturas de perigo de 36-45.

A defesa de Portugal parece ter-se, dada a fraqueza militar, feito através do canal da diplomacia, como aposta principal da defesa externa,

o que não deixa de constituir uma das mais fortes perplexidades históricas, não só sobre os militares portugueses e a sua instituição, mas sobretudo perante a historiografia.

Estas questões aqui levantadas, procuram apenas suscitar um pouco do que se explora no nosso estudo, feito com grande entusiasmo, apesar das grandes dificuldades para a obtenção de documentação essencial ao labor e à cientificidade da História. Todavia, esperamos que o resultado possa acrescentar algo de novo e possa dar um contributo para uma reflexão sobre o assunto. Foi sempre essa a nossa preocupação principal, pautada pela relativização das nossas interpretações, mas sempre crente que outros juízos se pronunciarão e que só a partir dessa altura, o estudo, poderia na verdade, não dar-se por acabado, mas ao invés encontrar o seu próprio início.

Termino, voltando-me uma vez mais para o Júri e para todo o Conselho Cultural desta Universidade, agradecendo-lhe a confiança depositada e o incentivo público que quiseram dar. Já teria valido a pena, pelo verdadeiro prazer que pude experimentar no aprofundar do estudo, hoje, tem seguramente outro sabor e outro valor, por saber que V. Ex.as se interessaram por ele.

REVOLUÇÃO E CIDADANIA. ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E IDEOLOGIA DA GUARDA NACIONAL (1820-39)

Arnaldo Pata

Prémio de História Contemporânea – 2001*

Sinto-me honrado por receber este prémio, de tão prestigiada Universidade. É também com muita honra que aqui estou nesta Casa do Saber, e quero agradecer ao Júri a distinção de que fui alvo. O meu obrigado também ao Professor Victor de Sá que, com a sua generosidade, contribuiu para incentivar os jovens investigadores.

O trabalho agora premiado reproduz integralmente a minha dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Nova de Lisboa. Intitula-se *Revolução e Cidadania. Organização, Funcionamento e Ideologia da Guarda Nacional (1820-39)*, e foi orientada pelo Prof. Doutor Espinha da Silveira, a quem muito devo, pois sempre me estimulou a levar esta “carta a Garcia”.

A primeira metade do século XIX foi um período de grande instabilidade política e social. Em 1820 assistiu-se ao proclamar do regime

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 26 (Jul.-Dez. 2001), p. 163-169.

liberal que teria o seu término menos de três anos depois. A partir daí, liberalismo e absolutismo estiveram em constante disputa, tendo o primeiro, no fim de uma guerra, triunfado. O sistema triunfante em 1834 só na aparência era consensual e cedo se desenvolveram antagonismos que não pararam de perturbar a governação.

A Guarda Nacional foi um dos principais intervenientes deste período conturbado. Em 1823, ela serviu como recurso desesperado de defesa do *vintismo*. Depois foi vítima dos impasses do regime de 1823-26. Reorganizada em 1834 como baluarte de defesa do liberalismo, interveio activamente durante os anos de 1834-38. A partir daí assistiu-se à sua decadência política e progressiva perda de protagonismo.

Apesar da importância da intervenção da Guarda Nacional na primeira metade do século XIX, faltava, na historiografia, um estudo sobre a sua natureza social, política e ideológica. Este estudo procurou preencher essa lacuna.

Por detrás da formação deste corpo militarizado formado por civis, está a ideologia que privilegiou o conceito de cidadão-soldado como protótipo das virtudes cívicas e acreditou na invencibilidade da nação que possuísse tal força militar. Em oposição ao soldado mercenário pronto a apoiar o monarca absoluto, o final do século XVIII viu nascer o ideal do cidadão pronto a pegar em armas para defesa da nação.

Em Portugal estas concepções tiveram eco no limiar do século XIX e foram uma constante no período posterior à revolução liberal de 1820. No entanto, a instituição que corporizou todo o ideário – a Guarda Nacional – jamais conseguiu ser o “baluarte das liberdades pátrias” que os liberais esperavam.

No período *vintista*, a formação da Guarda Nacional pôs em evidência a distância entre a realidade e o discurso. A sociedade portuguesa ainda não estava preparada para tal instituição tão “democrática”, como ainda não estava pronta para consolidação do liberalismo. Como reflexo das divisões que o tema suscitou, a Constituição de 1822 apenas consagrava a possibilidade da existência desse corpo militar.

A Guarda Nacional foi assim, apenas formada quando o regime liberal já estava por um fio. Deste modo, nem as melhores expectativas

criadas à sua volta poderiam tê-la feito actuar em defesa de um regime em queda livre. Assim, podemos dizer que a Guarda Nacional do período *vintista* foi mais uma tentativa desesperada de salvar o regime liberal, do que uma instituição alicerçada na sociedade portuguesa.

No período da segunda experiência liberal, os problemas em volta da formação de corpos de tipo miliciano, continuaram. As sensibilidades em volta do tema dividiram-se uma vez mais. Mesmo com o perigo absolutista presente, os ideais liberais mais conservadores triunfaram e a chamada “guarda de segurança pública” não passou das intenções.

A guerra civil que opôs os liberais e os absolutistas provou a importância do contributo dos cidadãos-soldados para a defesa dos ideais do liberalismo. Aqueles, organizados nos batalhões de voluntários, corpos intrinsecamente diferentes da Guarda, foram um esteio importante para a vitória dos ideais da Carta Constitucional.

Chegada a paz, no contexto de um Estado desorganizado e enfraquecido e de uma sociedade onde os conflitos de diversa natureza se faziam sentir de forma aguda, era necessário criar uma força militar que, por todo o território, pudesse contribuir para a defesa do novo regime e para a segurança das populações. Liberais de direita e de esquerda acreditaram que a Guarda Nacional podia cumprir estes objectivos.

Para tanto, ela deveria ser formada por cidadãos com determinado rendimento, ideologicamente moderados e com um comportamento exemplar. Dessa forma, estariam criadas as condições para que, mesmo com a autonomia atribuída aos diversos corpos, os cidadãos-soldados correspondessem às intenções da governação.

Apesar das tentativas por parte do poder, a Guarda Nacional raramente correspondeu aos objectivos iniciais. Importa, por isso, precisar as razões dessa impossibilidade.

O poder raramente conseguiu que os corpos de cidadãos-soldados funcionassem sem instabilidade e indisciplina. Se os liberais fizeram o discurso das virtudes cívicas do cidadão, o comportamento deste quase nunca correspondeu a esse ideal. Na Guarda Nacional, os indivíduos continuavam a ser o que eram fora dela, mostrando pouca afeição às armas e a todo o serviço que ser cidadão e soldado implicava. Para

muitos, ser guarda nacional era um transtorno e por isso, não se estranha que, por muitas formas, se tenham tentado, e por vezes conseguido, isentar da milícia. O próprio poder, por necessidade de garantir o funcionamento dos serviços do Estado, acabou por ter que admitir a dispensa de muitos empregados públicos que eram uma parte significativa dos indivíduos que lhe poderiam ser úteis nos corpos.

A instabilidade e indisciplina nos diversos corpos decorreu não só aspectos referidos, mas também do próprio funcionamento interno da Guarda Nacional. A mudança dos postos de comando em virtude dos actos eleitorais bianuais, não permitiu aos comandantes assumir, realmente, o seu poder. Além disso, os outros oficiais que não eram eleitos, não raras vezes, assumiram o controlo de muitos dos alistados. Isto era diferente do que acontecia no exército que apresentava comandos bem mais estáveis e um controle disciplinar muito mais eficiente.

Na Guarda Nacional os mecanismos de imposição da disciplina eram muito difíceis de aplicar e não raras vezes foram inúteis. Sendo os próprios soldados os membros dos conselhos disciplinares, facilmente as relações interpessoais no interior da Guarda e, em especial, as que se estabeleciam fora dela, propiciavam toda a espécie de favores que tornavam as penas a aplicar totalmente irrelevantes ou mesmo inexistentes.

Em consonância com os ideias “democráticos”, o decreto de organização da Guarda de 1834 estipulava um processo misto de escolha das chefias. Assim, os soldados elegiam três nomes para oficiais e, de entre estes, com base nas informações recolhidas pelo governador-civil sobre cada um dos eleitos, o governo nomeava o comandante e os restantes membros do estado-maior. Todos os soldados tinham direito de voto e podiam ser eleitos. Este processo de selecção mista era semelhante ao que a legislação administrativa previa para escolha dos administradores de concelho.

O sistema descrito contribuiu decisivamente para agravar as dificuldades que o poder executivo sentiu no controle da Guarda. De facto, por vezes, os eleitos eram todos de pouca confiança política e o governo via-se limitado a ter de escolher de entre eles o menos insubordinado ou o menos radical. Obrigado a respeitar o acto eleitoral, o poder era

forçado a aceitar que a Guarda Nacional fosse comandada por gente que lhe iria fazer oposição.

O processo eleitoral foi pensado pelos liberais como forma de dar alguma autonomia aos diversos corpos e possibilitar uma maior democraticidade no funcionamento da Guarda Nacional. No entanto, para que isso resultasse em pleno era necessário que os membros dos diversos corpos acatassem as directrizes do executivo, o que pressupunha o respeito pelo poder deste último. A verdade é que as eleições tornaram-se autênticas disputas políticas pelo comando dos corpos da Guarda Nacional, tendo a milícia reproduzido no seu interior as facções que existiam na sociedade civil. Quer dizer, a Guarda Nacional não só não foi o esteio do regime liberal – nalgumas regiões os próprios miguelistas se tinham infiltrado – como alguns batalhões se transformaram no braço armado da esquerda liberal.

A possibilidade de poder comandar cidadãos armados e de estes pressionarem o poder político, levou a esquerda e, dentre esta, o seu sector mais radical a assumir o controle da Guarda Nacional como prioridade. Em Agosto de 1836, perdidas as eleições para a câmara dos deputados, os radicais encararam as eleições da Guarda Nacional em Lisboa como a sua grande oportunidade. E foram efectivamente, já que, pouco tempo depois, a revolução de Setembro triunfava.

Não foi só ideologicamente, que a Guarda Nacional, não correspondeu às intenções do poder. Socialmente ela também foi uma realidade bem diferente do que se esperava. O decreto fundador estipulava que o recrutamento devia ser restrito aqueles que possuíssem determinado rendimento, tal e qual se fazia para o acesso à Câmara dos Deputados. No entanto, tendo em conta o estado de insegurança do país, o decreto abria a possibilidade de os municípios alistarem gente sem o censo. Nesse sentido, o recrutamento foi se ampliando e, em diversos concelhos, entraram para a Guarda Nacional indivíduos com rendimentos baixos, ou mesmo sem nenhum rendimento.

Desta forma, socialmente, a Guarda Nacional não correspondeu ao ideal social da época: ser formada por gente “que tivesse o que perder”.

Pelos dados recolhidos nas eleições em Lisboa de 1836 e de 1838, podemos afirmar que apenas cerca de 40% dos eleitos para os postos de comando eram oriundos de estratos sociais de média e alta importância (proprietários, negociantes e empregados públicos).

Como referimos, a Guarda Nacional foi constituída por muitos indivíduos sem o rendimento previsto por lei e também por outros ideologicamente conotados com a oposição à governação. Na historiografia tem sido afirmado que existe uma relação directa entre estas duas situações, ou seja, que os indivíduos mais pobres seriam os principais responsáveis pela difusão do ideário radical no seio da Guarda Nacional. O nosso trabalho mostrou que a ideologia radical, no interior da Guarda, não foi apanágio apenas dos indivíduos que exerciam ofícios manuais e eram detentores de poucos rendimentos. Assim, vimos que, nas eleições de 1838, muitos dos indivíduos eleitos defensores das ideias “exaltadas” eram oriundos de escalões sociais importantes.

Em Lisboa, os problemas que temos vindo a sumariar puseram-se de forma evidente e, pela importância da milícia da capital, colocaram a governação em constante sobressalto. O sucesso aparente na criação dos diversos batalhões em 1834, escondia os verdadeiros problemas. Cedo se revelou que, na Guarda Nacional de Lisboa, estavam a entrar muitos cidadãos sem o censo e, também, indivíduos de diversas ideologias que não obedeciam às ordens do governo. A estes desvios das intenções iniciais, juntou-se a indisciplina de muitos dos alistados e a fuga constante de muitos outros ao serviço e, mesmo, à pertença dos corpos.

Todas as situações que afectaram o normal funcionamento dos batalhões da capital, criaram condições para que, em muitos deles, se tivesse desenvolvido a influência da ideologia de esquerda radical. Assim, desde 1834 que, na capital, alguns cidadãos-soldados fizeram da Guarda Nacional uma autêntica força de oposição ao governo. Em Setembro de 1836, alguns batalhões fizeram mesmo uma revolução colocando, no poder, a esquerda liberal. A partir dessa altura, os cidadãos-soldados tornaram-se defensores intransigentes do *setembrismo*. Quando a conjuntura política se inverteu, tentaram, em Março de 1838,

outra revolução. Mas desta vez o exército não se absteve e o radicalismo morreu no Rossio e, mais tarde, na Sé.

A chamada “revolta dos arsenalistas” mostrou que a facção radical era, na Guarda Nacional de Lisboa, bastante activa e organizada, mas minoritária.

Depois da extinção dos seus batalhões mais radicais, a Guarda Nacional de Lisboa tornou-se um instrumento do governo e deixou de ter capacidade de intervenção política. A sua derrota constituiu um momento importante da revolução pois, significou, o fim da possibilidade da esquerda liberal, chegar novamente ao poder.

SALAZAR E O VATICANO, DA PAZ AO CONFLITO? AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE PORTUGAL E A SANTA SÉ, 1928-1968

Bruno Cardoso Reis

Prémio de História Contemporânea – 2001*

Agradecimentos

Gostaria de começar por, mais do que agradecer, sublinhar – pois as virtudes mais do que agradecerem-se, podem ser assinaladas:

A *generosidade* do Professor Vítor de Sá e das entidades que o acompanharam na doação dos fundos que constituem este fundo. Ela é bem representativa da atenção desse distinto historiador e professor pelo futuro dos jovens cuja dedicação à história ele acarinhava.

A *isenção* com que a Universidade do Minho, particularmente o seu Conselho Cultural e os sucessivos júris por ele nomeados, têm gerido este legado. Num país que pela sua pequena dimensão e pela escassez dos recursos é tão fácil cair-se no paroquialismo, a simples leitura da lista de galardoados do Prémio de História Contemporânea, dos seus temas e universidades de origem, é esclarecedora a respeito deste facto.

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 26 (Jul.-Dez. 2001), p. 171-179.

Não espanta, por isso, que hoje, a Universidade do Minho seja cada vez mais reconhecida como um pólo de excelência.

Gostaria ainda de acrescentar calorosos parabéns ao meu caro colega, vencedor ex-aequo deste prémio, e desejar-lhe a melhor sorte para o futuro e nomeadamente para a publicação da sua tese, que posso garantir-lhe tem pelo menos um futuro leitor interessado, pela curiosidade que a sua apresentação me despertou.

Este meu texto, que generosamente galardoaram, é na verdade também o produto de muitas outras generosidades, de que destacaria:

A de António Matos Ferreira, Paulo Fontes e dos demais membros e responsáveis do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, um projecto em que me orgulho de participar, e que tem sido um estímulo constante e fundamental ao prosseguimento das minhas investigações, como também à minha participação neste concurso.

A dos embaixadores António de Faria e Calvet de Magalhães, e frei Bento Domingues, pelos seus ricos testemunhos, sem condições em termos de citação e menos ainda de condicionamento da nossa análise.

A do Professor Doutor Manuel Braga da Cruz, actualmente Reitor da Universidade Católica e então a dirigir o ICS, que por várias vezes aceitou discutir a evolução desta investigação, apesar dos seus muitos compromissos. Tendo, desde logo, deixado claro que essas conversas não deveriam, de todo, levar-me a sentir qualquer prurido em discutir a pertinência das teses por ele defendidas, pois era da natureza da história que surgissem novas leituras nos diversos campos de investigação, o que só os enriquecia.

A da Doutora Isabel Fevereiro, em especial, mas também do demais pessoal do Arquivo Histórico do MNE, e dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, pelo seu empenho em encontrarem o que precisava para avançar com a minha análise. Sendo que no caso da Dr^a Isabel Fevereiro foi ao ponto de se preocupar em procurar, por sua conta, documentos que me pudessem interessar, o que frequentemente foi o caso.

A da Fundação para a Ciência e Tecnologia e dos fundos da União Europeia (que raramente é citada nestas coisas), que permitiram que beneficiasse de uma bolsa PRAXIS XXI para subsidiar o decurso desta investigação.

A do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (e particularmente do seu director, Álvaro de Vasconcelos, e dos colegas que ajudam a preencher temporariamente as minhas funções), onde actualmente desenvolvo actividade, que sempre mostrou compreensão pelos condicionamentos que este tipo de eventos representam.

Finalmente, a muitos dos meus professores na FLUL, não só pelo que me ensinaram, mas também pelo que me encorajaram, nomeadamente e particularmente ao meu orientador, Professor Doutor António Telo, e os demais docentes no Mestrado de História Contemporânea, Professores Doutores João Medina, José Manuel Tengarrinha, António Ventura e Sérgio Campos Matos.

Last but no least, pois totalmente exteriores a este campo não regatearam também o seu apoio, aos meus amigos e família, em particular aos meus *pais*, pelo seu constante encorajamento, e à minha *namorada* pelo muito que me ajudou e pelo muito que suportou do lado desagradável de um trabalho tão exigente como este.

Apresentação de “Salazar e o Vaticano”

Quanto aos resultados do meu trabalho, ou seja, a *Salazar e o Vaticano* propriamente ditos, posso falar sobretudo em termos dos *objectivos* a que me propus, e de até que ponto, no meu entendimento, eles se revelaram pertinentes. Estes foram, essencialmente dois:

- 1) Estudar *fontes* – Arquivo Histórico do MNE, Arquivo Salazar nos ANTT – que cedo percebemos que eram muito ricas e tinham sido pouco exploradas, sobretudo nesta perspectiva (por oposição à sua utilização pontual como fontes indirectas para as relações Igreja/Estado em Portugal).

Revelaram-se particularmente ricos os fundos da correspondência entre Teixeira de Sampaio e Salazar e vários diplomatas no terreno, e o cruzamento das fontes escritas com as longas entrevistas que foi possível recolher com os protagonistas acima assinalados. Se a história oral não pode ser vista como a chave milagrosa para esclarecer as dúvidas do historiador da época

contemporânea. Pois deve ser encarada com a mesma distância crítica que os demais documentos. Certamente faz sentido, sempre que possível, apostar *também* nela, pelo que permite de interacção do historiador com a testemunha, e porque a multiplicação e cruzamento de fontes é um elemento essencial para alcançar o máximo de informação e de rigor.

- 2) Testar até que ponto os traços gerais dados por adquiridos para as relações entre o regime de Salazar e o Vaticano se verificavam ou precisavam de ajustamentos:

Evitando cair *a priori*:

- a) Na ideia da Igreja Católica como algo monolítico e uniforme;
- b) Na ideia de que as relações entre a Santa Sé e Portugal estariam necessariamente sintonizadas com as relações entre os Bispos e o Governo e entre os militantes católicos e o regime do Estado Novo.

Estando atento à importância, em termos de contexto condicionante deste relacionamento entre Portugal e a Santa Sé:

- a) À evolução interna da sociedade portuguesa e, especificamente, dos católicos (objecto fulcral, mesmo se não único, destas relações);
- b) À evolução do sistema internacional, e à reacção dos dois actores estatais em que concentrámos a nossa atenção a estas mudanças.

De facto, verificámos a existência de variações significativas ao nível das atitudes do Papado, dos Bispos e de figuras destacadas do clero ou da militância católica em Portugal, em relação aos sucessivos regimes políticos dominantes no Terreiro do Paço ou a determinadas situações concretas. Consolidámos a ideia da importância das gerações – entendidas, não enquanto rígido grupo etário, mas como grupos informais que viveram os mesmos acontecimentos marcantes na época formativa da vida, formaram redes de amigos próximas, receberam as mesmas influências intelectuais e ideológicas – na evolução do catolicismo

português, com impacto directo nas crises que agitaram as relações entre Portugal e o Vaticano no período de Salazar.

Isto, apesar de ser igualmente claro que a existência destas divergências no seio do catolicismo não era algo que fosse visto como “natural”, antes criava tensões, e uma tendência para a conformação com as posições de topo. No pós-Vaticano II a situação complica-se: os leigos católicos que se afastam e contestam o regime consideram-se com direito a maior protagonismo e autonomia (afirmação da laicidade), e reclamam que acima das directrizes de muito do episcopado português metropolitano, respeitam sobretudo a autoridade conciliar e papal, vendo no bispo do Porto um referência. Pelo que a crise prolonga-se, sem que o Vaticano possa ou deseje intervir de forma decisiva.

Quanto à ideia tradicional de períodos bem definidos de *paz* e de *conflito* entre *Portugal* e o *Vaticano* na época de Salazar – marcados, respectivamente, pelas datas de 1926 a 1958, com a sua consagração em 1940, e de 1958 a 1976, com os seus picos em 1958 e 1964 -, se não considerarmos que esta cronologia deva ser posta inteiramente de lado, entendemos, no entanto, que ela merece ser muito matizada.

Por um lado, pela existência de crises diplomáticas ocultas – isto é, com pouca visibilidade, quer ao nível do discurso historiográfico quer da opinião publicada em Portugal na época e posteriormente – que pouco ou nada tiveram que ver com as relações Igreja/Estado em Portugal. Por exemplo, as crises do Padroado de 1926 e 1950 e a crise na negociação da Concordata de 1938, todas elas produzindo uma situação de quase ruptura de relações entre Portugal e o Vaticano.

Por outro, pelo facto de ser claro que não se pode pressupor um alinhamento automático entre os vários níveis da Igreja Católica no quadro de um conflito de um dos seus níveis com o Estado português. Por exemplo, durante a I República o Vaticano, a partir de 1914, pelo menos, mostrou-se muito mais cordato com o governo português que o episcopado ou os militantes católicos; os quais, por sua, (e sobretudo o clero do Padroado), viram com maus olhos a crise de 1926; e olharam para a crise de 1964 com uma disposição fúnebre. Ou seja, ao nível das relações entre Portugal e a Santa Sé mesmo a paz ou conflito são realidades complexas.

Ao nível das teses fundamentais ao nível do campo das relações Igreja/Estado e da sua aplicabilidade ao campo das relações entre a Santa Sé e Portugal concluímos que, pelas razões que acabamos de apontar, a sua aplicação neste quadro que estudámos tem algumas limitações (como seria de esperar de teses gerais). Muita da discussão em torno da tese do neoregalismo de Salazar aceite por uma Igreja submissa, *versus* a da convergência de objectivos entre Estado Novo e Catolicismo nacionalista, até determinada altura, mas com perfeita autonomia, por um lado, não tem plena pertinência no caso da Santa Sé que é, claramente, não só autónoma mas também independente do governo português. Por outro lado, não tem suficientemente em conta que a relação entre bispos e poder político é intrinsecamente assimétrica. Finalmente, depende, em certa medida, do ponto de vista. De facto, do lado do Estado, temos um Salazar que é produto de uma formação marcada pelo regalismo e é um estatista, pelo que, mesmo que não se conforme estritamente com o modelo jurídico do regalismo, ele vê sempre os avanços que permite relativamente a ele como prova de benevolência da sua parte, a que deve corresponder iguais atenções – ou seja, auto-censura e auto-controlo – por parte da Igreja. Do lado da Igreja temos um Cerejeira que é claramente antiregalista, mas nem por isso menos nacionalista. Consciente da fragilidade material da Igreja e pessoalmente convencido de que Salazar é a melhor alternativa possível em termos dos interesses nacionais e eclesiais aposta naturalmente na colaboração, mas continua a sentir-se livre para marcar a distância que vai da prática política àquilo que seria o ideal católico e, por isso, mostrou-se sempre profundamente ofendido com a ideia da sua subordinação aos objectivos do Estado Novo.

No fundo a ideia de subordinação e de manipulação pelo Estado Novo (ou pela Oposição) do Catolicismo português é muito difícil de testar por três razões fundamentais: 1) implica avaliar discursos relativos a intenções que são sempre difíceis de aferir; 2) corresponde a uma fragilidade estrutural da estrutura institucional eclesial face ao poder estatal; 3) a diferença entre uma colaboração independente e uma subordinação funcional é difícil de determinar em períodos de boas relações entre a Igreja e o Estado.

Em todo o caso o impacto desta questão na avaliação da relação entre o Papado e o Estado Novo é apenas indirecta (quando problemas surgidos no campo interno se reflectem a nível diplomático). Do nosso ponto de vista, as grandes crises, e várias houve entre o Portugal de Salazar e o Papado, tiveram fundamentalmente que ver com uma evolução divergente das estratégias de ambos os poderes relativamente à evolução do sistema internacional. O Papado apoiando a democratização, a integração europeia, a descolonização e procurando adaptar-se (e levando o catolicismo português a adaptar-se também); o Estado Novo resistindo a todos estes processos em nome de um Estado forte e pluricontinental. Claro que estes factos tiveram reflexos na própria dinâmica interna do catolicismo em Portugal e potenciaram os conflitos dos dissidentes católicos precisamente em torno da questão da natureza autoritária do regime e da sua feição colonialista. Ao longo da década de 60, a diplomacia papal e portuguesa procuram o mais possível conter o impacto destes factos nas relações bilaterais, nenhum dos lados desejando a ruptura pelos custos que ela poderia implicar para ambos os lados (minar perigosamente o regime, por em causa o *aquis* concordatário). O que nem sempre resultou, tendo ficado evidente o confronto entre as partes no caso dos bispos do Porto e da Beira, ou na questão da visita papal a Bombaim. Mesmo a vinda de Paulo VI a Fátima em 1967, se foi procurada pelos diplomatas de ambos os lados como um gesto de conciliação, revestiu-se de uma forma que deixa clara que a distância de fundo entre os dois líderes persistia.

Quanto ao peso de Salazar neste relacionamento, ele foi muito importante a partir de 1933 e até à sua morte. Mas, paradoxalmente, pode argumentar-se que a maior mudança deu-se não com a sua subida ao poder mas com a sua queda.

Ele continuou em traços fundamentais a política para o Vaticano que vinha sendo conduzida pelos governos da república desde 1918 (e deu melhores condições para a sua implementação, criando um poder credível e estável), no sentido de se manter boas relações com a Igreja e o Papado, mas cedendo o menos possível a nível legislativo e, sobretudo, financeiro. Claro que ajudou que num campo tão importante como o

da garantia do casamento católico até à presença da Igreja nas escolas e internatos públicos, Salazar, ao contrário dos seus antecessores da I República, não entendesse estes passos como verdadeiras cedências, mas no quadro de uma estratégia conservadora de mútua conveniência, no sentido de moralização da sociedade.

Tem algum sentido, neste quadro, falar-se do fundador do Estado Novo como sendo um católico? Nota-se isso na sua relação com a Santa Sé? De facto, ele foi alguém que procurou um equilíbrio, uma federação autoritária das direitas, ao serviço do seu poder pessoal, com os católicos com eixo do poder e núcleo da nova elite governativa, mas pagando um preço por isso com cedências em muitos pontos importantes (desde logo, no abdicar das indemnizações ou devoluções em grande escala das propriedades nacionalizadas em 1910). Isto, no sentido de aliciar sectores laicos conservadores (de Albino dos Reis a Carmona), e de enfraquecer a capacidade mobilizador da oposição por via do anticlericalismo. Vários diplomatas vaticanos se queixaram disso de Ciriaci, que afirmou em 1940 que Salazar parecia só ser ditador no que não dizia respeito à Igreja, até mons. Gentile, em 1958, que afirmou a Ramiro Valadão que acreditava que Salazar fosse um católico muito piedoso e um estadista de grande gabarito, mas infelizmente nunca tinha dado conta que uma coisa tivesse influenciado a outra.

Já a sua morte política em 1968 veio criar fortes expectativas de mudança na S. Sé, como no episcopado e nos católicos portugueses, que ao serem traídas levaram, então sim, a uma mudança substancial na atitude do papa, dos bispos e da militância face ao regime. A ruptura foi clara, e como explica Tocqueville, na sua obra clássica sobre a Revolução Francesa, o “gentil” Marcelo foi bem mais castigado do que o “severo” mas “temido” Salazar. As crises de 1970 (Paulo VI recebe líderes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO) e 1974 (com a Santa Sé a chamar o Núncio para consultas e a ameaçar cortar relações por causa da expulsão do Bispo de Nampula de Moçambique), com o Vaticano claramente a tomar iniciativas que sabia seriam altamente sensíveis para o governo português, são a prova disso.

Para fechar, queria exprimir a esperança de que o meu trabalho sirva de ponto de partida para outros, que certamente e saudavelmente chegarão a distintas conclusões. Espero ainda que num campo complexo e, por isso, naturalmente polémico, se valorize o debate intelectual, evitando-se o clima sempre pouco saudável e fácil de atribuir intenções escusas e desonestas aos que discordam das posições que consideramos correctas. Ninguém resolverá este problema definitivamente e todos seremos algo condicionados pelo contexto: ou não fosse isso mesmo que justifica a importância da história. Quanto a isto não tenhamos ilusões. Por isso, depois de tantas vezes ter tido a última palavra relativamente às pessoas que fui estudando neste trabalho – como manda a boa metodologia – queria aqui, nesta ocasião, inverter as coisas. Termino, por isso, citando Teixeira de Sampaio e Ciriaci: O primeiro (que regista a conversa, tido no quadro da negociação da Concordata) afirma: “Disse-lhe que o Senhor Presidente do Conselho quer sobretudo evitar dificuldades futuras; não quer que numa Concordata destinada a acabar com quaisquer dificuldades existentes fique semente de dificuldades futuras pela imprecisão ou ambiguidade de fórmulas”. Ao que Ciriaci replica: “o intuito era o mais louvável, mas era difícilimo senão impossível atingir fim tão perfeito. A experiência da Igreja diz-lhe que as dificuldades entre o Estado e a Igreja renascem, ou se renovam sempre, ou persistem, através do séculos e sob todos os regimes; varia a intensidade delas, varia a forma, têm longas pausas, mas não se extinguem nunca”. O mesmo sucede com o seu estudo...

JAIME CORTESÃO: POLÍTICA, HISTÓRIA E CIDADANIA

Elisa Travessa

Prémio de História Contemporânea – 2002*

Antes de apresentar uma pequena intervenção sobre a génese e conteúdo do meu trabalho, não posso deixar de, em primeiro lugar, agradecer à Universidade do Minho, ao Conselho Cultural, à Comissão Executiva do Prémio e a todas as personalidades e instituições ligadas ao Prémio de História Contemporânea a promoção deste *evento* e o facto de me terem atribuído este galardão. Agradeço ainda aos prestigiados membros do júri – Professores Doutores António Reis, Norberto Cunha e Luís Alberto Alves – que decidiram sobre a atribuição deste prémio, na edição de 2002. Quero também deixar publicamente uma palavra de agradecimento ao Professor Doutor Sérgio Campos Matos pela indispensável orientação na realização deste trabalho de investigação. Um agradecimento que abrange também os docentes do Curso de Mestrado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sobretudo o Coordenador do Mestrado – Professor Doutor João Medina – pelo estímulo, pelo debate crítico e pelas enriquecedoras perspectivas que me proporcionaram ao longo da minha formação académica. Aproveito ainda a ocasião para dar os parabéns à investigadora Rita Almeida

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 32 (Jul.-Dez. 2002), p. 357-364.

de Carvalho com quem tenho a honra de partilhar este prémio. Recebê-lo constitui uma gratificante recompensa e um estímulo para a continuidade dos trabalhos e pesquisas no domínio da História Contemporânea de Portugal.

O trabalho de investigação agora premiado, intitulado – *Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)* -, constitui a versão integral da dissertação que defendi em Maio deste ano para a obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob orientação do Professor Doutor Sérgio Campos Matos.

Este estudo resultou de um crescente interesse pela figura de Jaime Cortesão a quem conhecia sobretudo enquanto historiador da Expansão Portuguesa, uma vez que a sua obra histórica é mais conhecida e divulgada que as restantes produções e acções em domínios diversos. O que mais me fascinou durante a minha investigação, e penso que será este um dos aspectos mais relevantes deste trabalho, foi a descoberta do poeta, do dramaturgo, do pedagogo, do político e sobretudo do cidadão interveniente numa série de projectos de natureza cívica e cultural. Esta investigação permitiu ainda o contacto com alguma documentação inédita pela pesquisa realizada no Arquivo da Universidade de Coimbra, no Arquivo da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, no Arquivo Histórico Militar e no Arquivo Bernardino Machado em Famalicão e, sobretudo, pela pesquisa realizada no Espólio de Cortesão e de outros seus contemporâneos existentes na Biblioteca Nacional.

Procurámos perceber o lugar que Cortesão ocupa no contexto cultural e historiográfico português; compreender o seu percurso, as problemáticas que levantou, os estudos publicados e a orientação que deu às suas investigações; conhecer as contestações às suas teorias e os debates em que interveio; definir as suas preocupações cívicas e éticas; indagar sobre a coerência entre o cidadão e o historiador; compreender qual o lugar da história na formação de uma certa consciência cívica, a forma como ela se projecta na escrita e determina a sua acção cívica. Este olhar retrospectivo pela acção e pensamento de Cortesão define-se cronologicamente entre os primeiros anos do século XX – período

durante o qual Cortesão conclui a sua formação académica e regista as primeiras intervenções sociais com alguma visibilidade – e o final da década de 30. Arriscamos mesmo a indicar um ano para o término do nosso estudo – 1940 – porque, pensamos, constitui um dos anos mais conturbados e de viragem na sua vida.

Não pretendendo construir um simples roteiro biográfico, na generalidade explorado e conhecido, os nossos objectivos canalizaram-nos para a adopção de uma postura crítica e analítica do seu percurso, tendo em conta a intervenção do autor e as linhas de força do seu ideário, que transparecem dos textos que produz e das organizações e movimentos que integra. Procurámos por isso empreender um estudo aprofundado e crítico revelando as múltiplas facetas da sua obra, do seu pensamento e da sua acção, explorando alguma documentação inédita e procurando cruzar o seu percurso com o de outros que com ele conviveram no contexto político, mental e cultural do republicanismo português. Moveu-nos sempre o intuito de descortinar os temas de interesse, as ideias e impulsos iniciais, a imagem que projecta do passado nacional e a forma como evoluiu e interveio no contexto da 1.ª metade do século XX.

Quando se empreende o estudo de uma personalidade polivalente e multifacetada como a de Jaime Cortesão não podemos construir limites estanques, até porque o próprio percurso e diversidade de atitudes do autor não o permitem. O critério que adoptámos foi essencialmente temático articulado com o cronológico. Obviamente estas delimitações incluem uma articulação e um diálogo constantes: quer quando estudámos a produção literária, a acção e pensamento pedagógicos, a acção política, o pensamento histórico, etc. Justifica-se por isso que retomemos, nos diversos capítulos, textos do autor e aspectos da sua obra e intervenção cívica, analisados em perspectivas distintas. O objectivo comum a todos os capítulos define-se na tentativa de extrair das suas produções e da sua conduta cívica traços que permitam compreender o seu itinerário e inventariar os temas e propostas que neles se podem entrever. A personalidade de Cortesão exige também uma constante incursão na dimensão moral e cívica do poeta, do historiador e do cidadão, que percorre a sua vida e este estudo.

Procurámos compreender o universo mental do poeta, do dramaturgo, do pedagogo, do político e do historiador. Que podemos reter deste Homem? Como defini-lo e situá-lo no contexto convulsionado do Portugal da I República, da Ditadura Militar e do Estado Novo?

A primeira das ilações que tiramos do seu percurso é a de que foi uma personalidade singular, por vezes liderante, mas que privilegiou a reflexão e a acção, sem que o possamos considerar, no contexto dos grupos que integrou, um doutrinador político, como o foi, por exemplo, Raul Proença. O impulso dinamizador e o sentido da convergência foram os traços mais característicos da sua personalidade. Foi sobretudo um “catalisador de ideias”, como o definiu Aquilino Ribeiro, mais “congraçador” do que “hostilizador dos homens”, como o considerou Rodrigues Miguéis¹. Sem descurar a reflexão crítica face aos debates existentes na época, procurou definir e situar o seu pensamento sem adoptar posições extremas ou radicais. Desde o início da sua intervenção pública definiu uma linha de orientação e acção, que embora sofrendo alterações, permanece no essencial ao longo do seu itinerário. Foram as permanências e as transformações que procurámos revelar ao longo do nosso estudo.

A indecisão na escolha da sua formação académica não se define como uma ausência de convicções antes como uma inquietação interior, uma procura de caminhos e formas de intervenção na sociedade, numa tentativa de não se estrangular em fronteiras estanques do conhecimento. A sua tese de licenciatura em Medicina – *A Arte e a Medicina. Antero de Quental e Sousa Martins*, 1910 – espelha muito desta polivalência e é o primeiro prenúncio de uma comunhão intensa com António Sérgio e Raul Proença, ainda que posteriormente se verifiquem divergências entre eles. Revela ainda a preferência por diversas áreas do conhecimento humano, numa abordagem muitas vezes pluridisciplinar, e por várias formas de expressão que encontrou na poesia a sua primeira concretização. A presença do poeta será uma constante em toda a sua produção literária e nas iniciativas de natureza cívica em que colabora, a par da tendência para o idealismo e espiritualismo que sempre revelou.

¹ Aquilino Ribeiro, “Reencontro com Jaime Cortesão” e Rodrigues Miguéis, “Uma visita à Ibituruna”, ambos integrados no número de homenagem a Cortesão publicado pela *Seara Nova*, 27/XII/1952, pp. 189 e 202, respectivamente.

Vislumbra-se, desde cedo, a consciência da decadência do presente e importa afirmar este aspecto porque ele justifica a intervenção cívica constante, o ideal de cidadania participativa, uma espécie de ética do heroísmo, bem visível no seu poema *A Morte da Águia*, e determina também o valor que atribui à consciência histórica nacional e a forma como ela se projecta na escrita. É exactamente pela expressão poética e dramática, intimamente relacionada com a diversidade de projectos que ao tempo integra, que procura despertar a vontade adormecida ou paralisada o por sentimentos decadentistas. Era a ideia de uma pedagogia cívica aliada a uma consciência moral e histórica, presente na criação da Renascença Portuguesa, que pudesse dar à revolução republicana, como o próprio Cortesão afirma, um “conteúdo renovador e fecundo” e possibilitasse a tão proclamada revivescência da Pátria e a revelação do carácter nacional. O objectivo pragmático de intervenção na sociedade moveram Cortesão e os que acompanharam na dinamização de projectos comuns. Neles se encontra implícita uma ideia fundamental: o papel a desempenhar pelas elites em todo o processo e a consciência de uma espécie de missão superior que lhes estava cometida: a acção comum a desenvolver com vista à formação de uma opinião pública consciente, esclarecida e interveniente.

Na Renascença Portuguesa distingue-se pela acção pedagógica que imprime ao movimento – a acção cultural e educativa junto das camadas populares – reeditando, em parte, a ideia do grupo dos Amigos do ABC, constituído antes da I República, pela dinamização das Universidades Populares e dirigindo a revista *A Vida Portuguesa*. Singulariza-o ainda a forma como concilia esta acção com a intervenção directa na vida política como deputado, destacando-se na campanha intervencionista – dirigindo o diário democrático *O Norte* – e na participação efectiva no conflito de 1914-18.

No exílio, para onde parte em 1927, empenha-se essencialmente em duas actividades, tendo como esteio fundamental a imperatibilidade da intervenção cívica: a luta pelo restabelecimento da democracia em Portugal (mais uma vez adoptado uma posição conciliadora procurando a convergência entre os republicanos opositores/revolucionários a

par de uma intensa actividade junto das elites políticas espanholas de forma a viabilizar a revolução em Portugal), e o prosseguimento da investigação e produção histórica, certamente um dos aspectos mais profícuos da prolongada ausência da pátria.

A história entendeu-a sempre como uma lição de moral, adquirindo um propósito moralizante e pragmático. Era uma opção de pensamento que se radica nos inícios da sua vida pública e uma exigência cívica. A partir dos finais da segunda década do século XX passa também a encarar a história como uma exigência de pesquisa, como construção fundamentada e alicerçada no esforço documental e crítico. Nela se revela um progressivo esforço reflexivo de interrogação que supera, embora não anule, o universo da divulgação histórica com intencionalidade doutrinária e pragmática.

O lugar proeminente de Cortesão na cultura política e na cultura histórica do seu tempo (princípios do século XX a 1940) fica demonstrado neste estudo pela existência permanente de um duplo combate – político, afirmando a prioridade da revolução moral e espiritual, e de reavivar a consciência histórica e cívica – presente na produção escrita e na acção cultural e cívica. Que evoluções registamos nesta posição? A fundamental é a de juntar ao seu patriotismo inicial, revolucionário, romântico e idealista, uma componente mais realista e de maior abertura às influências do exterior, posição que esboça no final da sua participação na Grande Guerra, na escrita das *Memórias* e do drama *Adão e Eva*, e que concretiza na colaboração na *Scara* e na produção histórica.

Como síntese destas considerações pensamos essencial insistir que a exigência de cultivar o sentimento patriótico da continuidade nacional e a necessidade de alimentar a memória histórica percorrem o espírito de Cortesão nos anos em que incidem o nosso estudo. A coerência do seu percurso, enquanto político, escritor, historiador e cidadão, pontuam pela constante incorporação destes sentimentos e ideias. O que se destaca em todo este percurso e o que o singulariza é a forma como a consciência histórica, o conhecimento do passado, determinaram a sua conduta cívica e a forma como integra a sociedade do seu tempo.

Uma outra reflexão que aqui gostaria de deixar prende-se com a importância que tiveram para a elaboração deste estudo os testemunhos pessoais deixados pelo autor. Foi sobretudo da correspondência particular, trocada com alguns dos seus amigos e companheiros em projectos comuns, que retiramos muitos dos informes sobre o seu pensamento, os seus anseios, as suas expectativas, as suas preocupações cívicas e éticas. Basta recordar um caso particular: a forma como comunica a Pascoaes, a Proença e a Álvaro Pinto a ideia da formação de uma associação de artistas e intelectuais – a Renascença Portuguesa. Sem esta correspondência e apenas suportados nos textos que se publicam nos periódicos nesse período não seria fácil determinar os impulsos iniciais, as intenções íntimas que presidiram à criação desta associação de intervenção cultural e cívica e o papel proeminente desempenhado por Cortesão na idealização e concretização do projecto.

Na sociedade da informação, da globalização e da comunicação em que vivemos importa questionar sobre a perda dessa hábito de escrita que se dilui na comunicação efémera, que se estabelece pelos meios tecnológicos de comunicação pessoal, e que não deixam para a posteridade o registo escrito para que outros com ele possam contactar. Foi esse contacto privilegiado que mantive com essa documentação que possibilitou o estudo mais crítico e aprofundado da personalidade de Jaime Cortesão. Como será a investigação destas questões daqui a alguns anos? É a questão que vos deixo, uma entre muitas outras que a sociedade da nossa contemporaneidade introduziu.

Queria ainda referir que, embora vinculados à interpretação do percurso de uma personalidade, procuramos considerar sempre as diversas dimensões da sua vida e obra, integrá-las no contexto em que viveu e apreender a visão de conjunto da sociedade e do tempo que integrou. Este conhecimento do passado não se estrangula, nem se encerra, na espessura temporal em que nos movimentámos. A singularidade do percurso de Jaime Cortesão e das suas ideias permitem questionar a própria sociedade em que vivemos, sobretudo o papel das elites intelectuais da contemporaneidade, a possível acção comum a desenvolver junto de opinião pública e o incentivo às necessárias

reformas sociais, culturais, educativas e políticas; o papel assumido pela vulgarização da história e o modo de intervir cívica e politicamente, de forma crítica e construtiva, nos debates do presente. Possibilita ainda avaliar a pertinência e a actualidade das suas ideias e dos seus combates cívicos e culturais.

Agradeço mais uma vez a todos a honra e a felicidade que me concederam ao me atribuírem este prémio.

A ASSEMBLEIA NACIONAL NO PÓS-GUERRA (1945-1949)

Rita Almeida de Carvalho

Prémio de História Contemporânea – 2002*

Antes de apresentar uma breve síntese sobre o conteúdo do meu trabalho, gostaria de prestar homenagem ao Professor Doutor Victor de Sá, promotor do Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho. A esta Universidade gostaria de agradecer também, em particular, ao Sr. Reitor – Prof. Doutor António Guimarães Rodrigues, ao Sr. Presidente do Conselho Cultural – Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva, ao Sr. Presidente da Comissão Executiva do Prémio – Prof. Doutro Hélio Alves, e aos restantes membros do Júri do Prémio de História Contemporânea (Prof. Doutor António Reis e Prof. Doutor Luís Alberto Marques Alves), a atribuição do referido prémio ao livro intitulado “A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)”.

Este livro corresponde, no essencial, à minha dissertação de mestrado realizada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e defendida em 1999.

Procurou-se com este trabalho desmontar alguns chavões clássicos referentes à Assembleia Nacional do Estado Novo: simples órgão decorativo sempre desprezado por Salazar, destinado a manter a “fachada

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 32 (Jul.-Dez. 2002), p. 347-349.

constitucional” do regime. Para tal apoiiei-me na escassa bibliografia disponível e numa recolha de fontes que se pretendeu exaustiva.

Nas Partes I e II deste livro demonstra-se a escassa relevância da Assembleia Nacional no exercício das funções tradicionalmente confiadas aos parlamentos – controlo do Governo e da acção legislativa – funções que lhe eram, aliás, reconhecidas pela constituição de 1933.

Assim sendo, e entramos na Parte III deste livro, havia que garantir a sua fidelidade a Salazar, através de um criterioso recrutamento, que passou, entre muitos outros aspectos, pelo predomínio dos agrários, dos militares e dos professores universitários, e por uma forte dependência económica desta elite dirigente relativamente ao Estado.

A composição da câmara parece assim ter sido desenhada para ajudar resistir à mudança decorrente da vitória dos aliados na II Grande Guerra.

Com um carácter transitório no sistema constitucional português, a Assembleia Nacional permanece porque não existiam condições para que fosse transformada num simples órgão de aconselhamento.

Contudo, nesta parte do texto, demonstra-se também que a Assembleia era um espaço importante de socialização e treino das elites, que operava como centro de influência política, e que consolidava a base social de apoio ao regime.

A Assembleia foi assim necessária como instância legitimadora do regime, quer externa quer internamente. Externamente, dissimulando um parlamento; internamente; enquanto consolidação da sua base social de apoio.

A LEITURA PÚBLICA NO PORTUGAL CONTEMPORÂNEO (1926-1987)

Daniel Melo

Prémio de História Contemporânea – 2003*

É uma grande honra ter sido distinguido novamente com o Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho. Devo agradecer tamanha consideração aos digníssimos júri do Prémio, Conselho Cultural da Universidade do Minho e Prof. Doutor Victor de Sá, este o seu mentor emérito.

O estudo que apresentei a concurso, intitulado *A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*, reproduz na íntegra a minha dissertação de Doutoramento, orientada pelos professores doutores António Costa Pinto e António Firmino da Costa e aprovada no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 2003.

O texto premiado foi o resultado duma investigação sobre o desenvolvimento da leitura pública no Portugal novecentista. Teve como objetivo principal analisar a génese e consolidação das bibliotecas públicas no sentido moderno do termo, i.e., com leitura gratuita para todos, com empréstimo domiciliário e com livre acesso às estantes. Paralelamente, abordei o processo que conduziu à instauração duma estrutura de leitura pública a nível nacional, por via estatal. Tal perspectiva não

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 34 (Jul.-Dez. 2003), p. 215-226.

pretende assumir uma maior qualificação do Estado para esta função, mas sim que é só através dele que a comunidade assume para si a leitura pública como um projecto nacional. Além disso, a dimensão nacional das bibliotecas públicas modernas de ri vou geralmente da sua assunção histórica pelo Estado-Nação.

O âmbito cronológico deste estudo vai de 1926-27, marcos da instalação da Ditadura Militar e do primeiro projecto duma estrutura nacional de bibliotecas para a maioria da população, a 1987, data do projecto estatal duma “rede” nacional de bibliotecas públicas do regime democrático. Pela análise das distintas propostas da ditadura e da democracia para o sector bibliotecário também se pretende averiguar a existência duma eventual diferença radical de políticas. No meio destes extremos, surgiu o projecto nacional metropolitano das bibliotecas “itinerantes” e “fixas” da FCG.

Para materializar este projecto, conjugou-se o estudo das concepções teóricas com os resultados práticos.

Relativamente às concepções teóricas, concentrei a análise no âmbito legislativo, pois será aí que se encontra o essencial das distintas políticas.

Quanto aos contributos práticos, optei por articular 4 abordagens: a análise da estatística sobre as bibliotecas portuguesas (sobretudo quanto aos seus movimentos de leitura), bem como o seu confronto com o movimento de alfabetização; o inventário crítico dos problemas que afectavam as bibliotecas bem como as suas propostas bibliográficas; a análise crítica dos estudos e inquéritos existentes sobre as bibliotecas e a leitura, após um levantamento o mais exaustivo possível, com vista a determinar os perfis das bibliotecas e dos leitores; o estudo de caso, que serviu para abordar o contributo das bibliotecas da FCG para a leitura pública, visto que esta teve um projecto autónomo e singular e influenciou o projecto estatal democrático.

Tal orientação metodológica implicou a assunção duma perspectiva histórico- sociológica, pois esta seria a via mais pertinente para complementar o estudo da evolução da leitura pública no seu contexto político, ideológico e cultural com a determinação das principais características sociais e sócio-culturais do público leitor.

Em termos gerais, a Ditadura Militar e o Estado Novo prolongaram algumas das grandes linhas desenvolvidas pela I República para o sector bibliotecário: primado da conservação documental e dicotomia entre as bibliotecas eruditas e as populares. Todavia, não aproveitaram os projectos lançados por este regime para potenciar as bibliotecas populares e as municipais através dum centro coordenador, a BPL. Durante o período ditatorial, privilegiaram-se as bibliotecas eruditas (incluindo aqui as unidades especializadas). Tal comprovou-se na produção legislativa, na hierarquização tipológica, no destino dado ao depósito legal e aos acervos bíbliacos confiscados às ordens religiosas no século XIX, na ausência duma política de aquisições sistemática e no primado da conservação (patente até nas unidades híbridas como as bibliotecas distritais). Manteve-se a BPL e foram apresentados novos projectos de âmbito nacional para as bibliotecas populares. Porém, nestas, a leitura foi sujeita a vigilância e a oferta submetida a controlo ideológico (vd. legislação de 1927 e 1931). Além disso, a censura, instaurada logo em 1926, impôs o seu arbítrio não só à imprensa como aos livros e às revistas, ou seja, a toda a edição. Esta obsessão com a censura, a vigilância e o controlo ideológico das leituras (muito para além da liberdade de expressão) é uma novidade relativamente ao passado recente, e terá um impacto negativo na leitura pública. Este impacto não é possível de comprovar no movimento de leitura nas bibliotecas, pois este teve um sentido ascendente, mas foi possível verificar a redução da pluralidade da oferta patente nas escolhas oficiais, sobretudo as mais centralizadas.

A ambição de apresentar grandes projectos para o sector foi uma constante (já vinha do período republicano), tal como o seu âmbito nacional metropolitano. Foi também uma constante a inxequibibilidade de tais projectos, dada a falta de planificação, de contratualização ou, muito simplesmente, de vontade política efectiva. Os projectos oficiais mais importantes do período ditatorial foram juridicamente consagrados em 1927, 1931, 1936, 1947, 1952, 1965 e 1973. Acima dum por década, o que deixa antever alguma desorientação estratégica.

A Ditadura Militar avançou com um primeiro projecto (decreto 13726, de 27/V/1927) de estrutura bibliotecária nacional de bibliotecas

populares, cuja iniciativa remetia para as juntas gerais distritais, enquanto que ao Estado central caberia somente o abastecimento bibliófilo. Como este projecto não teve grandes consequências, foi pouco depois proposta nova legislação (decreto 19952, de 27/VII/1931). Este diploma, que se tornaria de referência para o sector durante longo tempo (em parte, dada a sua abrangência e extensão), continha um novo projecto de âmbito nacional, mas com indicações contraditórias. Assim, ao mesmo tempo que se consagrava uma nova cúpula específica pretensamente uniformizadora, a IGBA (resultante da fusão dos institutos para as bibliotecas eruditas e populares), mantinha-se a separação prática entre aquelas unidades e cria-se outra tipologia, a das bibliotecas gerais (que eram sobretudo unidades mistas de âmbito distrital, embora originalmente mais inclinadas para um público erudito). Parte das inovações do segundo projecto consubstanciavam faltas implícitas do primeiro. Com efeito, o diploma de 1931 reforça a escala municipal como ponto de referência (pelo menos, para a estrutura nacional de bibliotecas populares), co-responsabiliza as câmaras municipais no fomento das bibliotecas (saem de cena as juntas gerais distritais) e obriga a um maior comprometimento estatal central. A sua principal limitação residia na expectativa da iniciativa local para despoletar uma dinâmica nacional. Em ambos os projectos, ressaltava uma referência explícita para a vigilância e proibição de livros e de leituras afrontosas da perspectiva ideológica oficial, nomeadamente os contrários à moral e religiões ou propagando doutrinas consideradas subversivas. Este controlo ideológico, porém, apenas era prescrito para as bibliotecas populares, pois estas unidades serviam sobretudo os operários e outros trabalhadores que mais tinham sido atraídos pelo ideário progressista.

O Estado Novo prossegue e acentua esta tendência fundamentalista (decreto-lei 26611, de 19/V/1936), consagrando um novo organismo central, a JNE, que não só apoiaria a literatura benquista (antiga e actual) como perseguiria aquela que tivesse um pingão de crítica a qualquer aspecto da vida nacional ou que fosse de algum modo prejudicial ao governo. O organismo a que se imprimia um cunho ultra-nacionalista era também responsável pela reiteração duma estrutura nacional bibliotecária

popular municipal, mas agora na modalidade de bibliotecas-arquivos. O carácter segregacionista da concepção bibliotecária oficial era reforçado pela prescrição de bibliotecas próprias para as escolas.

Este último intento será mais tarde especificado de acordo com a ideia dum conjunto de “bibliotecas junto das escolas primárias”, destinadas sobretudo ao meio rural (decreto-lei 36147, de 5/11/1947). Estas unidades, contudo, só seriam lançadas em 1953, com o impulso do PEP (vd. decreto-lei 38968 e decreto 38969, ambos de 27/X/1952). Este plano, que vigorou entre 1952 e 1956, representa um legado relevante, apesar da sua efemeridade: consagra a leitura pública e as bibliotecas como complementares da alfabetização e da educação de adultos; lança os fundamentos duma estrutura nacional bibliotecária rural (pois as bibliotecas das escolas primárias deixam de ser uma coutada dos alunos e abrem-se às comunidades locais); concebe e materializa um programa editorial oficial (centrado na “Coleção Educativa”) e dinamiza a edição comercial, articulando assim a promoção do impresso com a sua acessibilidade através de bibliotecas; apresenta as vantagens da articulação entre diferentes tipos de bibliotecas (fixas e itinerantes), o que foi pioneiro no país; promove a complementaridade de várias modalidades culturais na educação popular (teatro, cinema, livro, jornal, palestras, etc.). Além disso, muitas destas medidas serão integradas na rotina da Direcção Geral do Ensino Primário.

A principal inovação específica conseguida pelo PEP foi a ligação especial estabelecida entre bibliotecas, alfabetização e educação extra-escolar. Todavia, a aposta na educação popular de adultos tinha sido desvalorizada numa primeira fase, com a recusa por Salazar das propostas parlamentares específicas de 1935-36. Mesmo nos anos 50, a aposta na educação popular de adultos seria efémera, apesar das propostas de Veiga Macedo de 1954 e 1964 para prolongar o PEP.

No final do consulado salazarista, surge um novo projecto bibliotecário metropolitano (decreto-lei 46350, de 22/V/1965), desta feita propondo o padrão distrital, através das unidades que partilhavam a designação “biblioteca pública e arquivo distrital” (e similares). No entanto, o mesmo diploma apenas determinava a criação de mais duas unidades,

a juntar às 5 existentes, o que estava longe de cobrir os 22 distritos metropolitanos. Este diploma sentenciava à morte inglória o organismo superior responsável pelas bibliotecas portuguesas em geral, a ISBA, dada a sua excessiva burocratização e ineficácia. De resto, este diploma era bastante crítico para a situação no sector bibliotecário, sem inventariação e catalogação atempadas, com falta de cuidados na salvaguarda física da documentação, etc. As bibliotecas distritais, que haviam surgido no início do século XIX para acolher os fundos bibliográficos confiscados às ordens religiosas, podiam ter representado uma estrutura nacional viável e racional, para abastecimento bibliográfico das unidades de escala municipal e para centralização de eventuais unidades itinerantes, muito dispendiosas e de gestão complexa. Porém, a falta de vontade política no fomento efectivo da descentralização regional, na cobertura nacional e num projecto activo multi-polarizador, condenou estas unidades ou a uma vida vegetativa ou à função de simples depósito documental.

Na fase marcelista ensaiam-se mudanças. Através do diploma orgânico da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais (decreto-lei 582/73, de 5/X I/1973) – órgão que substituíra o IAC e a DGESBA na tutela bibliotecária desde 1971 – pretende-se atenuar o peso da concepção bibliotecária prevalecente, conservacionista, pois a salvaguarda do património cultural é apenas um dos seus 3 fins culturais. Paralelamente, e ainda em 1973, é relançada a educação básica de adolescentes e adultos (decreto-lei 489/73, de 2/X). Tal como nos anos 50, a aposta na educação de adultos far-se-á em articulação com as bibliotecas, mas agora implicando a reforma das bibliotecas das escolas primárias (doravante bibliotecas “populares”), uma mudança que não era só semântica mas que pretendia abrir ainda mais estas unidades às comunidades locais, através da sua desescolarização do âmbito institucional tradicional (decreto-lei 490/73, de 2/X). Além disso, a respectiva selecção bibliográfica cabia doravante à novel Direcção-Geral da Educação Permanente, bem como a tutela da BPL enquanto centro de apoio e coordenador logístico. Não obstante, nem mesmo o esforço renovador do marcelismo conseguiria cercear os atavismos bloqueadores, persistindo as dicotomias e a evolução a duas velocidades.

Com a instauração da democracia, e após um turbulento e difícil processo, dá-se a consagração jurídico-conceptual das bibliotecas públicas modernas e duma estrutura nacional de leitura pública e de escala municipal. Para este desfecho foram indispensáveis 3 medidas políticas: a co-responsabilização entre poder central e poder local municipal; a existência dum organismo superior exclusivamente encarregue da coordenação, planificação e estímulo a nível central; a defesa da biblioteca para todos, ligada às comunidades locais.

A decisão política que determinou o desenvolvimento duma “rede de bibliotecas municipais” foi directamente baseada em dois relatórios (determinados pelos despachos 155/85 e 23/86), sobretudo no último. Para a génese destes estudos contribuiu decisivamente o longo e persistente trabalho de sensibilização por parte da classe bibliotecária (donde eram oriundos os membros do segundo grupo de trabalho) e a relevante acção formativa da APBAD (bastante intensa após a revolução de 1974). Para a decisão política também pesou o novo enquadramento internacional do país, com a entrada na Comunidade Económica Europeia, que conjugou a necessidade de se assumirem novas responsabilidades nas políticas públicas com o surgimento duma nova fonte de recursos financeiros para investimentos contratualizados.

As autoridades governamentais democráticas apresentaram uma primeira proposta definidora dum centro coordenador e co-financiador (o IPPC) e com plano de articulação nacional dos 3 níveis de poder político (decreto-lei 149/83, de S/IV). Esta foi, porém, uma oportunidade perdida, pois, embora contemplasse as unidades sob a designação de “biblioteca pública e arquivo distrital” (bem como as só com a última parcela), apenas previa uma dimensão nacional para os arquivos distritais.

Assim, só em 1987 são publicados os diplomas fundamentais da leitura pública, relativos à contratualização entre Estado e municípios para o estabelecimento duma “rede de bibliotecas municipais” em todo o território nacional (decreto-lei 111/87 e decreto regulamentar 24/87/A, respectivamente de 11/III e de 3/VIII) e à criação dum organismo central de apoio e coordenação, o I PLL (decreto-lei 71/87, de 11/II).

O próprio IPLL, sucessor do IPL e hoje prosseguido pelo IPLB, é o término dum conturbado e contraditório processo de autonomização dum estrutura estatal central para a área cultural, que se centrou basicamente na afirmação da SEC e, posteriormente, se consolidou no Ministério da Cultura. Ou seja, este instituto só foi viabilizado no momento em que a área cultural na administração central obteve a sua carta de alforria.

A consagração dum estrutura nacional de bibliotecas estatais de âmbito municipal representa o corolário da evolução de dois movimentos: o da democratização política (com o reforço do poder local municipal e a aceitação pelo Estado central dum maior partilha de poderes e competências) e o da democratização cultural (apostando no desenvolvimento individual e social, numa estrutura difusora de várias actividades culturais e próxima das populações). Representa igualmente a recuperação dum ambição oficial implícita desde finais do século XIX, que atravessou regimes e épocas diferentes, mas que só foi viável em democracia, o que decorre do próprio carácter democratizante da instituição biblioteca pública. Representa ainda a integração dum parte do legado da FCG: do modelo nacional assente em unidades fixas e itinerantes repescaram-se as primeiras (embora alguns municípios também operem na actualidade com unidades itinerantes) e o seu legado moderno e democratizante. Além disso, as bibliotecas da FCG foram apoiadas por parte da sociedade civil organizada, sobretudo pelo associativismo cultural independente. O que remete para a relevância do contributo da sociedade civil, para a sua indispensabilidade, sobretudo em certos momentos-chave do desenvolvimento da leitura pública em Portugal. Para a sua indispensabilidade, enquanto exemplo, lição, mas também enquanto apoio material e logístico. Eventualmente, enquanto suporte da necessária complementaridade entre Estado e sociedade civil.

O comprometimento oficial efectivo no fomento das bibliotecas assumido nos anos 80 e assente na contratualização entre Estado e municípios limitou-se a aprofundar o esquema que a FCG avança ra para a maioria das suas unidades fixas (embora sendo inovador na aposta em equipamentos modernos de raiz). Daí a necessidade do estudo de caso das bibliotecas da FCG.

O estudo de caso permitiu identificar a política específica da FCG para as bibliotecas: aposta num serviço moderno para todos (gratuito, com empréstimo domiciliário e livre acesso às estantes), originalmente assente nas unidades itinerantes, mas quase de seguida estendido às unidades fixas (também por pressão dos municípios), ambas destinadas às povoações mais desfavorecidas, com uma lógica de transferência das unidades fixas para os municípios que se foi acentuando à medida que o poder local se ia fortalecendo e interiorizando a importância duma política sócio-cultural. O procedimento subjacente à criação e gestão das unidades fixas, que significava uma partilha de responsabilidades entre FCG e parceiros interessados (crescentemente as câmaras municipais), decorria num quadro de articulação entre a criação de novas unidades e a transferência de unidades para os parceiros (sobretudo para os municípios, pois possuíam maior capacidade material que as micro-associações da sociedade civil). Este processo foi -se gradualmente esvaziando de sentido, devido ao maior activismo dos municípios e do Estado central (via “rede de bibliotecas municipais”) e à evolução estratégica da FCG, que paulatinamente passou duma Fundação de serviços directos para uma Fundação de subsídios (o período revolucionário funcionou em contra-corrente, pois houve necessidade de colmatar a herança dum Estado pouco interventivo na área sócio-cultural e então em crise).

Embora colmatando uma lacuna do Estado, o projecto da FCG recebeu influências de organismos ou representantes daquele: em primeiro lugar, das bibliotecas “ambulantes” do SNI (1945-49) e das bibliotecas “circulantes” do MEN (no quadro do PEP dos anos 50); em segundo lugar, da biblioteca municipal de Cascais sob a liderança de Branquinho da Fonseca, na dupla vertente da renovação bibliográfica e da proposta dum serviço itinerante. Branquinho da Fonseca e a sua biblioteca itinerante representam os grandes elos de ligação entre a iniciativa oficial e a particular, pois ambos ‘transitaram’ para o projecto da FCG. O primeiro director das bibliotecas da FCG encarna então o intelectual com experiência de difusão cultural, um tipo de perfil procurado no departamento específico da FCG. Recebeu também a influência de iniciativas da sociedade civil, bem personificadas na biblioteca móvel de Vítor de

Sá (1942-50). Não obstante, o primeiro projecto de âmbito, cobertura e ambição nacionais (metropolitanas), estruturado e de longa duração, foi o da FCG. A experiência da biblioteca municipal cascalense serviu ainda para demonstrar que as iniciativas municipais vingaram apesar da falta de apoio central, muitas vezes graças a direcções afoitas, equipas solidárias e à clarividência de beneméritos (como ainda nos casos da Biblioteca Municipal de Coimbra, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, etc.). Tudo obra casual e imprevisível, mas que, progressivamente, foi conferindo consistência e influência às bibliotecas municipais.

A influência do contexto político ditatorial e da mentalidade conservadora na política de selecção bibliográfica da FCG determinou a prescrição dum conjunto de mecanismos para atenuar a sanha censória e persecutória, de que se destacam: a sinalética nos livros consoante os grupos etários (crianças, adolescentes e adultos), a aposição de graus de dificuldade de leitura nos livros, o aconselhamento da leitura, a existência duma Comissão de Leitura formada por intelectuais e/ou funcionários da Fundação (parte deles situacionistas) para avaliar os novos livros saídos no mercado, e o atraso na integração ou menor representatividade de certos livros, autores, temáticas ou tendências nos fundos bibliográficos ou o seu desvio para a BCE. Este procedimento estava também relacionado com a necessidade de conferir à FCG um carácter apolítico e eminentemente patriótico, que levara inclusivamente ao estabelecimento dum complexo equilíbrio interno de poderes.

A selecção e posterior oferta bibliográfica da FCG foram ainda condicionadas por outros factores: os gostos e inclinações dos responsáveis do Serviço (na escolha do fundo original mas também nas indicações dos nomes para a Comissão de Leitura), dos membros da Comissão de Leitura e dos trabalhadores (sobretudo no período revolucionário, mas também através da orientação nas requisições especiais), a censura oficial aos livros, revistas e jornais, e a oferta e as disponibilidades do mercado editorial.

Por sua vez, a procura nas bibliotecas da FCG acentuou as tendências da oferta, ou seja, primado da literatura de ficção e crescimento progressivo das outras áreas, designadamente das mais ligadas à reflexão e à ciência. Ambas também acompanharam certas tendências

conjunturais, como a ânsia revolucionária de temáticas reprimidas pela ditadura, como a política e a sexualidade.

Mas a procura foi estudada neste trabalho dum modo mais abrangente, pois interessava verificar como o público leitor correspondia à oferta que lhe era destinada, qual o seu perfil, interesses e expectativas.

Em primeiro lugar, recorri a uma panorâmica estatística dos movimentos de leitura pública e de alfabetização no país, que permitiu comprovar um crescimento sustentado de leitores atendidos e de requisições de leitura, sobretudo a partir dos anos 50, pois só nessa altura os fundos bibliográficos existentes conseguiram atingir níveis razoáveis de oferta. Sintomaticamente, este ponto de viragem correspondeu ao período de aposta na alfabetização e nas bibliotecas através do PEP.

Em segundo lugar, procedi à análise de 35 estudos sobre bibliotecas ou sobre a leitura e os leitores com vista a determinar aspectos do perfil do leitor português. Mais do que conclusões definitivas sobre identidades bem delimitadas, a sua análise permitiu identificar várias tendências, o que se deveu à irregularidade qualitativa e quantitativa da matéria-prima.

O confronto dos estudos sobre as bibliotecas indicou a existência de vários públicos, consoante o tipo de bibliotecas em presença (municipais, distritais, populares ou eruditas). A composição sócio-profissional revelou-se mais popular na BPL do que na BNL, embora o período analisado não tivesse sido o melhor (anos 50/60), dado o encerramento temporário do estabelecimento da BPL. Daqui derivavam diferentes preferências de leitura, detectadas na distribuição das requisições pela CDU, com o público da BPL mais atraído pela literatura de ficção. Por outro lado, as escolhas evoluíram ao longo do tempo: constatou-se assim que nas 4 bibliotecas municipais inquiridas (Belém: 1977/78; Figueira da Foz: 1977-80; Cascais: 1980/81; Seixal: c.1984) o público era essencialmente jovem e estudantil, donde a preferência por obras ligadas ao estudo, fossem obras de consulta e de referência, literatura de ficção de leitura obrigatória na escola, mas também ensaística. Esta tendência também foi entendida como um indício da combinação da maior atractividade de certas bibliotecas, do aumento da escolarização e da carência de bibliotecas escolares. Este perfil do público das bibliotecas

municipais tem grande afinidade com as bibliotecas da FCG, onde também predominou um público jovem (c. de 80% entre 1958 e 1990) e estudantil, e um tipo de procura análogo.

O tratamento dos inquéritos sobre o leitor e a leitura confirmou a predominância da literatura de ficção (sobretudo romances e novelas) e possibilitou novos enfoques. Observou-se o comportamento de grupos mais delimitados e/ou abrangentes (a juventude, os estudantes jovens, os universitários, os estudantes adultos, estes com referência a “bibliotecas populares”, ou mesmo a comunidade nacional no seu conjunto, etc.). A inclusão (e correspondente análise) de todos estes inquéritos serviu sobretudo para demonstrar a existência de diversos públicos e de diversos tipos de leitores, independentemente da sua maior ou menor representatividade. O seu confronto apontou especificidades não só quanto à estratificação sócio-profissional da comunidade como à sua composição etária ou sexual: p.e., os estudantes mais jovens revelaram um interesse maciço na ficção, mas as raparigas tendem a uma leitura mais variada e em maior quantidade (estudos de Grácio e Boudru). O estudo sobre as escolhas dos estudantes-sócios do “Círculo de Leitores” de Santiago do Cacém (1973-76) revelou mudanças acentuadas nas opções de compra após a revolução de 1974, com maior indicação de obras sobre política, actualidade, sexualidade e ciências sociais, embora a tendência maioritária permanecesse a ficção. Constatou-se ainda que a leitura é um hábito enraizado numa grande parte da população e que faz parte do seu quotidiano (estudos da APEL, do CEG-INIC e do CIES-ISCTE), embora enfrentando uma concorrência crescente, sobretudo após 1974, reflectindo uma maior massificação e diversificação da oferta cultural.

VIAGENS E EXPOSIÇÕES D. PEDRO V NA EUROPA DO SÉCULO XIX

Filipa Lowndes Vicente

Prémio de História Contemporânea – 2004*

Senhor Vice-Reitor da Universidade do Minho, Senhor Presidente do júri do prémio Victor de Sá em História Contemporânea e também Vice-Reitor da mesma universidade, Prof. Doutor Oliveira Ramos, que tão bem soube evocar a memória de Victor de Sá, Senhor Presidente do Conselho Cultural da Universidades do Minho, Senhoras Professoras e Senhores Professores, colega distinguido, a quem saúdo especialmente, minhas Senhoras e meus Senhores, gostaria de tornar público o quanto me honra a atribuição deste prémio. Gostaria também de recordar aqui o nome do Professor Victor de Sá, que tão generosamente criou este prémio para encorajar o trabalho de jovens historiadores, além dos muitos outros gestos que teve para com a cultura da sua cidade e do seu país.

Estou também muito contente por estar em Braga, centro académico que tem dado provas da sua qualidade, além de ser um caso exemplar das vantagens em descentralizar os lugares da cultura e do ensino. Desde há mais de quatro anos que vivo em Itália, um país onde existem inúmeras cidades com universidades de prestígio constituindo um exemplo de como um país pode ter muitos centros sem que isto implique uma menor força ou projecção internacional.

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 36 (Jul.-Dez. 2004), p. 173-181.

O livro *Viagens e Exposições – D. Pedro V na Europa do século XIX*, publicado há pouco mais de um ano, constitui uma versão revista, traduzida e reescrita da minha tese de doutoramento que concluí há quase cinco anos na Universidade de Londres. Como sabem todos aqueles que se dedicam à investigação, os caminhos pouco lineares que antecedem a escolha de um tema tendem a desaparecer do processo de escrita final, que apaga os passos lentos da construção do objecto histórico com as certezas da palavra impressa. Tendo ido para Londres para estudar arte contemporânea, logo após concluída a minha licenciatura em história – variante história da arte (não existi a ainda em Portugal a licenciatura em História da Arte), foi com alguma perplexidade que algum tempo depois me encontrei a escrever sobre um rei português do século XIX.

No departamento de história, história da arte e cultura visual do Goldsmiths College, a maior parte dos seminários encorajava uma abordagem temática, como por exemplo, “arte abstracta”, “arte e feminismo” ou “museus e instituições de arte”, ou até um seminário em que se analisava em profundidade a obra de um único artista contemporâneo durante um ano. Assim, a uma história da arte centrada numa análise de exemplos de pintura, escultura e arquitectura, empenhada numa classificação de estilos e contextos que se sucedem uns aos outros cronologicamente, propunha-se um modo de olhar e de questionar o objecto histórico ou artístico, que muitas vezes ultrapassava barreiras disciplinares. Tratava-se, pois, de uma história da arte onde, desde a década de 1970, se cruzava a antropologia, a psicanálise, a literatura ou os estudos de género. Por exemplo, ao estudar os quadros ditos “primitivos” de Picasso, estudava-se o pintor enquanto coleccionador de objectos africanos, a chegada de objectos africanos e asiáticos aos museus europeus ou os usos da antropologia nos países colonizadores; para abordar o movimento surrealista tornava-se imprescindível proceder a uma abordagem conjunta dos objectos visuais e da palavra escrita, assim como olhar para as múltiplas representações femininas do surrealismo com os instrumentos da crítica feminista.

De início, os seminários que frequentei despertaram o meu interesse para a história dos museus e colecções, para a forma como os

objectos adquirem significados, para os diferentes espaços de exposição e classificação que se multiplicam no século XIX, para os discursos ideológicos que estão subjacentes a tudo aquilo que se expõe e para os significados invisíveis dos espaços onde impera a visibilidade. Se esta abordagem me levou a estudar os artistas contemporâneos que utilizam a ideia de coleção e museu nas suas instalações, também me levou, inadvertidamente, ao século XIX.

No século XIX encontrava-se a origem de uma cultura visual moderna – a multiplicação de espaços de exposição, a popularização da história através de múltiplas formas de representação visual, a invenção dessa grande ruptura nas formas de apreensão do mundo que foi a fotografia, ou o desenvolvimento de métodos de reprodução como a litografia, tão determinantes nos jornais ilustrados que surgem em todos os países, e que possibilitarão àqueles que lêem e àqueles que não sabem ler a forma mais fácil de viajar pelo mundo. O século XIX conheceu também o desenvolvimento de outras práticas culturais, sociais e políticas. Por um lado, é então que se solidificam ideais de direitos humanos universais, em que a escravatura é condenada de forma cada vez mais organizada, e em que os movimentos feministas vêm levantar questões fundamentais acerca da outra metade da humanidade. Por outro lado, encontramos também a legitimação do colonialismo, essa viagem sem intenções de regresso, que tão bem soube utilizar múltiplas formas visuais para exprimir a sua ideologia e justificar a sua violência. Há que considerar também a profunda transformação da viagem em meados do século XIX, a democratização do movimento e, portanto, do olhar. É talvez o momento histórico em que se dá um maior movimento de objectos, com toda uma cultura material a ser escavada, saqueada, transportada, exposta a um número cada vez maior de seres humanos.

Além das pessoas que se movimentam, também objectos, plantas e animais, viajam em nome da ciência, do conhecimento e da curiosidade. Museus de história natural, museus de cera, museus de antropologia, de etnologia, de arte ou de anatomia, jardins botânicos ou zoológicos deixam de ser locais fechados a um olhar aristocrático ou académico, para abrirem as suas portas ao olhar anónimo de quem se quer instruir

e divertir – esse binómio que o discurso oitocentista não se cansava de repetir. De igual modo, o século XIX inventa novos espaços expositivos e novos instrumentos de ilusão óptica para representar o real. Além da fotografia, as exposições universais e coloniais ou os panoramas e dioramas, extremamente populares ao longo de todo o século XIX e princípios do XX, surgem como elementos estruturadores de novas formas de pensar e ver o mundo, tornando-se fundamentais para compreender a presença maciça de imagens no mundo contemporâneo.

A perspectiva com que li, pela primeira vez, os diários de viagem de D. Pedro V, publicados pela Academia das Ciências no princípio do século XX e, mais tarde, por Ruben Andresen Leitão, veio a revelar-se determinante na minha abordagem a um tema que aparentemente não podia ser mais tradicional. Foi, aliás, uma multiplicidade de sentidos que encontrei na sua descrição de uma Europa de meados do século XIX. Ao concentrar-me nas viagens enquanto prática cultural e fenómeno histórico que é vivido, escrito e representado, optei por viajar por outros aspectos do século XIX. Obviamente, não pretendi explorar todos os aspectos da viagem, optando por seguir o caminho dos meus interesses. Por isso, não analisei as implicações estritamente políticas da viagem, nem os seus encontros com soberanos e familiares. Também não dei destaque ao pensamento político de D. Pedro V, patente em longos parágrafos num diário que pretendia ser também a sua autobiografia.

Durante o processo da escrita, surgiram alguns temas recorrentes: as ligações entre viagens e exposições, a indissociabilidade entre palavra e imagem, as dificuldades em isolar os diferentes aspectos da viagem. Inseparável da leitura de diários, os de D. Pedro V e os de muitos outros viajantes oitocentistas, portugueses e estrangeiros, foi a consulta da bibliografia secundária. Cedo constatei que a viagem era um objecto de estudo académico desde algumas décadas mas que as diferentes formas como era abordada tendiam a corresponder às diferentes disciplinas do leque das denominadas ciências sociais e humanas. Assim, a história da literatura tendia a analisar as formas de escrever a viagem, a história da arte dedicava-se a analisar as representações visuais levadas a cabo por viajantes e a antropologia dedicava-se, por exemplo, à análise

da prática fotográfica empreendida pelos antropólogos viajantes da segunda metade do século XIX. Os livros de história, por outro lado, tendiam a analisar a prática cultural do *Grand Tour* protagonizada por ingleses e franceses ao longo do século XIX.

No entanto, nos últimos anos, é visível como a bibliografia sobre as viagens é cada vez mais difícil de classificar segundo as tradicionais divisões das ciências humanas, ilustrando assim uma tendência geral para a interdisciplinaridade e para a abertura a novas formas de ver. No entanto, penso que mesmo nos exemplos de estudos mais recentes se tende a privilegiar o olhar da civilização sobre as muitas periferias do mundo, ou seja, persiste uma tendência em analisar casos de viajantes provenientes de lugares como Inglaterra, com destino a lugares distantes, onde o exótico ou o primitivo são os adjectivos mais usados. Ora, ao inverter os itinerários de viagem mais comuns e ao substituir os seus habituais protagonistas, procurei sublinhar a especificidade do olhar proveniente das margens da Europa e dirigido aos centros civilizacionais.

Todas estas perspectivas foram fundamentais para o meu trabalho e aprendi muito com os diferentes olhares que procurei integrar no meu exercício de análise. Dividi, então, a minha abordagem em três perspectivas. Em primeiro lugar, procurei analisar as transformações da viagem em meados do século XIX. Em D. Pedro V, encontrei um caso excepcional que, paradoxalmente, incorporava novas e velhas práticas do viajante e do viajar. O príncipe viajava para finalizar a sua educação e se preparar para o seu futuro papel de soberano, era acompanhado por um vasto séquito e retratado pelos mais famosos pintores e fotógrafos; mas, por outro lado, os espaços geográficos e institucionais, onde a sua educação prática é levada a cabo, são muito distintos daqueles procurados pelos aristocratas do século XVIII, que viajavam em Itália para consolidar a sua formação teórica. Num momento de multiplicação dos motivos e interesses da viagem, D. Pedro V exemplifica bem o tipo do viajante que procura a modernidade do século, o futuro já presente, a civilização industrial em movimento nas fábricas do Norte de Inglaterra ou nos impressionantes pavilhões de máquinas das exposições universais.

Enquanto vê ou enquanto relembra o que viu, o viajante escreve, um diário, uma carta ou um postal, pinta, desenha, fotografa, coleciona. Na segunda parte do livro, procurei analisar a forma como o viajante constrói o seu museu pessoal. Ver não chega, é preciso provar que se viu. O viajante publica um livro ou, pelo menos escreve o seu nome num dos monumentos por onde passa, num processo de musealização do seu caminho. O viajante trava a efemeridade da passagem com marcas perenes – aquelas que ficam lá ou aquelas que regressam a casa pela mão do viajante. D. Pedro V não precisa de inscrever o seu nome na pedra. Depois de ascender ao topo da basílica de S. Pedro, no Vaticano, o príncipe assiste ao descerramento de uma placa encrustada na parede, em sua honra. Da mesma forma, é fotografado pelos mais prestigiosos fotógrafos de Paris e vê o seu retrato exposto na primeira grande exposição universal da mesma cidade. Num momento de transição entre a pintura e a fotografia, D. Pedro posa para as duas formas de representação. Mais para o fim do século, qualquer turista passa a ter acesso a uma prova visual da sua viagem. Tal como os viajantes ingleses que na Roma do século XVIII se deixavam pintar rodeados de esculturas clássicas ou com um coliseu em ruínas a emergir por detrás de uma cortina, os turistas modernos posavam para o tempo mais veloz do fotógrafo, tendo como cenário de fundo a torre Eiffel ou uma pirâmide egípcia.

No caso de D. Pedro, a escrita dos diários tem também um outro significado. Afinal partira de Portugal com o murmúrio das críticas dos que ficavam e tinha que provar que o tempo passado lá fora não tinha sido desperdiçado. Apesar das diferenças óbvias que distinguem D. Pedro dos outros viajantes portugueses da época, os seus discursos partilham muitos traços comuns. Em primeiro lugar, este é um discurso essencialmente masculino, pois, ao contrário daquilo que acontecia em Inglaterra, por exemplo, as mulheres portuguesas viajavam pouco e eram muito raros os relatos de viagem que publicavam. Este é também um olhar desejoso de conhecer aquela Europa onde o futuro era visível e regressar a Portugal com o “saque de conhecimento” adquirido no estrangeiro.

Os *travels* europeus de D. Pedro V, assim como os de muitos portugueses, entre os quais se destacam alguns dos principais escritores

oitocentistas, convertem-se assim no espaço de aproximação, ou de distanciamento, entre Portugal e o resto da Europa. Penso que esta análise atravessa território pouco explorado, pois em contraste com o elevado número de estudos sobre a forma como Portugal foi visto por estrangeiros, quase sempre de um ponto de vista literário ou descritivo, pouco tem sido feito na outra direcção. Historiograficamente, os portugueses viajantes são os do século XV ou XVI e, sobretudo, aqueles que vão para lá da Europa. Não aqueles que foram a Paris ver Exposições universais, escrever relatórios sobre os mais diversos assuntos para usar esse conhecimento em Portugal, ou participar nos inúmeros congressos internacionais que proliferaram na segunda metade do século.

As exposições universais, objecto oitocentista por excelência, ao qual dedico um dos capítulos do livro, tornam visíveis as fronteiras fictícias de um mundo classificado segundo critérios de progresso, um mundo cada vez mais dividido em colonizadores e colonizados. Como as exposições universais, que, não por acaso, no fim do século, começam a ser chamadas “coloniais”, o século XIX desenvolve ou inventa muitas outras formas de exposição – assunto que atravessa todo o livro mas ao qual dedico especial atenção no último capítulo. As particularidades da viagem de D. Pedro V e a primazia da instrução visual como forma de conhecimento levaram-no a visitar as principais colecções europeias. Utilizando D. Pedro V como testemunha privilegiada da cultura visual oitocentista, procurei analisar as muitas relações entre a viagem e a formação de colecções, assim como os paralelismos entre muitos espaços diferentes de exposição – do museus ao jardins zoológicos, das exposições universais aos jardins botânicos. A metáfora da viagem pelo mundo possibilitada por este tipo de espaços é repetida até à exaustão pelos viajantes do século XIX que, cada vez mais, viajam não para ver o mundo, mas para ver as representações do mundo e para as trazer para casa.

Como acontece frequentemente, apesar da suposta objectividade da análise histórica, às vezes tive a sensação de estar a escrever sobre o meu próprio percurso. Depois de 15 anos fora de Portugal, é difícil não me rever nos textos irónicos e desencantados de tantos viajantes portugueses do século XIX que, de longe, olhavam para o lugar de onde

partiam, com tantos sentimentos contraditórios. As saudades e os afetos misturadas com as críticas impiedosas; a sensação de que o país podia ser mas não é; a frustração de achar que se vai mudar alguma coisa mas ninguém quer ouvir as palavras pretensiosas daqueles que vêm de fora com a ilusão de que vão mudar aquilo que é assim, portanto fica assim. Parti por um ano e fui ficando porque o ser estrangeira pode ser um vício perigoso que achamos sempre que podemos abandonar quando assim o desejarmos. Até porque, é sempre mais fácil sermos estrangeiros fora do nosso país do que sentirmo-nos estrangeiros em casa própria.

Por outro lado, o meu percurso de estrangeirada é inseparável de uma conjuntura política e cultural portuguesa específica que, nos últimos 15 anos, tem procurado minorar as profundas falhas que Portugal apresentava na área da investigação em todas as áreas. Assim, este livro só foi possível graças à bolsa de doutoramento no estrangeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia e, obviamente ao excelente trabalho realizado pela editora Gótica. Do mesmo modo, o livro que estou neste momento a escrever foi apoiado pela Fundação Oriente e neste momento é levado a cabo no âmbito de uma bolsa de pós-doutoramento também da FCT, no Instituto de História da Arte dirigido por Victor Serrão. Mas esta conjuntura positiva, que tanto tem beneficiado a minha geração de historiadores, tem um outro lado que é necessário notar: a investigação paga é um privilégio, mas é também uma forma de colmatar uma realidade académica, pelo menos na área das ciências sociais e humanas, em que não há “lugar” para a geração que tem agora 30 e poucos anos. Assim, apesar da ideia subjacente às bolsas de doutoramento no estrangeiro ser precisamente a do beneficiado regressar a Portugal e, de alguma forma, pôr em prática o “saque de conhecimento” trazido do estrangeiro, a realidade é que muitas vezes, esta inserção não é fácil. Conscientes que, por vezes, aqueles que partiam eram prejudicados em relação àqueles que ficavam no que se refere à inserção académica, a FCT propõe desde há algum tempo as bolsas de pós-doutoramento como forma de obrigar os centros académicos a acolherem os muitos académicos estrangeirados. Tenho esperança que, finalizados estes incentivos materiais da FCT, as

universidades e outros centros de investigação, saibam integrar aqueles que se doutoraram em Portugal ou no estrangeiro.

Gostaria de finalizar com umas breves notas sobre algumas das mudanças que considero essenciais para uma renovação do ensino universitário e da investigação histórica em Portugal: o incentivo a uma história crítica, que vá para além do trabalho de arquivo e de publicação de documentos inéditos, para questionar o objecto histórico; a análise da história portuguesa numa conjuntura internacional, a qual implica o recurso a uma história comparativa; escrever e ensinar sobre assuntos não portugueses; procurar publicar em línguas que não a portuguesa e, simultaneamente, desenvolver o recurso à tradução de textos escritos em português; incorporar os estudos de género, sobretudo os estudos sobre as mulheres, em todas as áreas da investigação histórica (neste aspecto, a história e a história da arte em Portugal, são muito mais pobres do que outras áreas das ciências humanas, e parece-me urgente acabar com este sinal de atraso); dar um outro sentido aos documentos visuais – da fotografia, à litografia, à gravura ou à pintura – não no sentido de uma ilustração do texto, como tantas vezes acontece, mas no sentido de tratar a imagem como mais um documento histórico. Enfim, atribuir uma nova atenção aos usos ideológicos das imagens e dos espaços de visualidade.

É com esta nota de optimismo nos caminhos da criação histórica e de uma história criativa, e com a consciência de que uma universidade viva é resultado tanto das experiências acumuladas pelos seus membros como por uma constante renovação dos seus programas, projectos e pessoas, que termino exprimindo, aqui, publicamente, o meu reconhecimento e o quanto me honra ter recebido o Prémio Victor de Sá.

AS “CÔRES” DO IMPÉRIO. REPRESENTAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO DO “IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS” NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO ESTADO NOVO

Patrícia Ferraz de Matos

Prémio de História Contemporânea – 2005*

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a presença das individualidades que representam a Universidade do Minho.

Quero ainda agradecer a presença dos restantes membros do Conselho Cultural dos familiares do Prof. Doutor Victor de Sá, mentor deste Prémio, dos representantes dos patrocinadores do mesmo, nomeadamente do Governo Civil de Braga, da Fundação Cupertino de Miranda, da Fundação Eng^o António de Almeida e das Câmaras Municipais de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. Quero deixar também uma palavra de agradecimento aos restantes elementos do Júri do Prémio, Prof. Doutora Irene Vaquinhas e Prof. Doutor António Ventura, e a todos aqueles que vão permitindo dar continuidade a este tipo de iniciativas.

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 38 (Jul.-Dez. 2005), p. 153-160.

Sinto-me muito lisonjeada e é de facto para mim uma honra receber o Prémio português mais prestigiado no campo da História Contemporânea.

A obra *As “Côres” do Império. Representações raciais no contexto do “Império Colonial Português” nas primeiras décadas do Estado Novo* constituiu na íntegra o texto apresentado em 2004 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre, sob a orientação científica do Prof. Doutor José Manuel Sobral, a quem agradeço o seu estímulo sempre presente.

A motivação para analisar a problemática da “raça” no contexto do “império colonial português” vem de 1998, altura em que comecei a trabalhar como Assistente de Investigação, a convite da Prof. Doutora Susana de Matos Viegas e do Prof. Miguel Vale de Almeida, e tive a oportunidade de tomar contacto com estes temas. Tive posteriormente a possibilidade de desenvolver e aprofundar o meu interesse científico por eles, pois a problemática do sofrimento, que dá o título ao IV Curso de Mestrado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, permitia acolher um estudo sobre as representações raciais inerentes à discriminação racial, sem dúvida fonte de sofrimento para uma grande parte da humanidade.

Nos últimos tempos, ao nível nacional e internacional, têm surgido organizações e instituições (como a SOS Racismo, a Frente Anti-Racista e a Amnistia Internacional) que têm como objectivo a defesa dos direitos de grupos discriminados. A UNESCO proclamou o ano de 1995 como o Ano Internacional da Tolerância e este foi designado o Ano Europeu da Juventude Contra o Racismo e Xenofobia. O Conselho da Europa promoveu em 1994 uma Campanha Europeia da Juventude integrada num plano intitulado “Todos Diferentes, Todos Iguais”. E o dia 23 de Março foi eleito como o Dia Internacional Contra o Racismo.

Fenómenos como a questão da maior ou menor aptidão das “raças” para determinadas tarefas continuam a ser debatidos. Embora no campo científico a ideia de “raça” esteja desacreditada, os preconceitos a ela associados continuam vivos.

Sobre o contexto português têm sido produzidos trabalhos científicos sobre a existência, ou não, de racismo, como as recentes publicações

organizadas por Jorge Vala, em 1999, que denunciam o “racismo subtil” dos portugueses. Porém, a nível nacional há ainda uma parca investigação no que diz respeito às representações raciais e, especificamente, as produzidas no âmbito do contexto do “império colonial português”.

No âmbito deste trabalho, os nossos objectivos principais foram, por um lado, analisar as representações raciais vinculadas à política do Estado Novo e a sua relação com o contexto internacional, que é simultaneamente o do tempo político deste regime e o da produção de saberes sobre “raça” em Portugal. Por outro lado, pretendemos averiguar se as formulações raciais, que encontrámos na primeira metade do séc. XX em Portugal, foram ou não influenciadas pelas teorias raciais dos séculos XVIII e XIX que circulavam pela Europa e pelos EUA.

Em primeiro lugar, pretendemos analisar a fundamentação da discriminação racial a partir de registos sobre a representação dos grupos humanos desde a Antiguidade, passando pelo período do racismo científico, até à contestação científica das teorias raciais. Em segundo lugar, debruçámo-nos sobre os discursos, imagens e “saberes” produzidos nas primeiras décadas do Estado Novo para indagar qual o lugar das colónias e das suas populações no todo que constituía o “império colonial”. Por fim, pretendemos analisar o modo como foi exibido o império e imaginada a nação, a partir das representações das colónias e dos “portugueses” de além-mar, nas grandes exposições em que Portugal participou ou organizou.

Neste estudo tivemos em conta essencialmente os trabalhos realizados no âmbito da antropologia, mas também da história – os dois saberes académicos mais envolvidos na elaboração de representações das populações colonizadas.

Foi fundamental a análise de mensagens coloniais transmitidas não apenas a partir de textos, mas também de imagens e sons. A divulgação destas, através de vários meios e para diferentes públicos, terá contribuído para a construção de ideias sobre as colónias e os seus habitantes.

Optámos por limitar a nossa análise às primeiras décadas do Estado Novo, por razões de circunscrição temporal e possibilidade de aprofundamento dos temas tratados, e à análise das representações raciais, e não

tanto da discriminação racial ou étnica que, como constatámos, era relativamente generalizada durante o período analisado, sobretudo até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

As fontes primárias utilizadas foram os documentos e livros existentes em arquivos e bibliotecas nacionais, os filmes e documentários e, por último, as entrevistas e as memórias daqueles que cordialmente aceitaram colaborar com esta investigação. Como fontes secundárias destacamos os trabalhos de literatura científica, quer estes digam respeito às problemáticas globais da “raça” e das representações de diferentes grupos humanos ao longo do tempo, quer se reportem especificamente às populações do “império colonial português”.

Sendo Portugal um país colonial, algumas das teorias raciais produzidas nos séculos anteriores ao século XX foram aplicadas às populações ultramarinas. A partir dos finais do séc. XIX começaram a desenvolver-se “saberes coloniais”, tendo tido um lugar de destaque os de âmbito antropológico. Por outro lado, o início do séc. XX – e principalmente as décadas de 30 e 40 – foi marcado por uma grande produção intelectual e de propaganda relativamente às colónias. É nesta altura que surgem vários exemplos de literatura, publicações periódicas, postais, filmes, exposições e outros eventos relativos à temática colonial. No sentido de dar conta dos “saberes coloniais”, que estavam a ser produzidos no país, foram organizados também vários congressos, em que a temática colonial era a principal ou uma das principais, e onde se procurou revelar alguns conhecimentos sobre os “tipos humanos” das colónias e os seus “usos e costumes”.

Ao nível da produção iconográfica realizada no âmbito das exposições, alguns cartazes evidenciam a diferença de “côres” e os traços fenotípicos de cada um dos “tipos” humanos que fazem parte do “império português” ou de outros. A “côr”, enquanto elemento tido como objectivo e natural, reenvia-nos, contudo, para a “raça” – uma ideia mais abstracta e pretensamente científica. Para além da “côr”, e do exagerar dos traços fenotípicos, são adicionados a essas “figuras” adereços no sentido de as identificar melhor. O facto de os nativos poderem surgir mais ou menos despídos podia indiciar também o seu estágio de civilização.

Era em África que estava a ser feito o maior investimento, sobretudo em Angola e Moçambique, não só pela vastidão destes territórios, como pelas suas riquezas naturais, com os nativos incluídos. Normalmente, é destacada a robustez das populações coloniais africanas, consideradas elementos preciosos ao nível de mão-de-obra. Delas pouco se sabe e, frequentemente, são descritas como “raças” “bizarras” e “multicoloridas”. Uma vez procuram distinguir-se os caracteres fenotípicos das populações como se de facto fossem muito diferentes entre elas, mas outras reconhece-se que alguns “traços somáticos” se confundem e não é possível saber quais serão de um ou de outro “tipo”. Além disso, é comum associarem-se a determinados caracteres fenotípicos diferentes aptidões e comportamentos. Por vezes, é feita a distinção entre homens e mulheres dentro do mesmo grupo. Práticas como a tatuagem, a circuncisão ou a feitiçaria, são consideradas por alguns autores absurdas.

Existem aspectos destacados em todas as exposições. É o caso da obra de evangelização e ensino das missões, da assistência médica e do combate às doenças tropicais. Apesar da ideia que se faz passar acerca do investimento que se estava a realizar em África, e principalmente em Angola e Moçambique, vamos encontrar uma grande desigualdade ao nível do tratamento dado às populações nativas e aos colonos. Foi o que verificámos, por exemplo, a partir dos dados divulgados na Exposição Colonial Internacional de 1931, em Paris, sobre o investimento que era feito ao nível do ensino primário, secundário e profissional em Lourenço Marques. Uma ideia frequente é a de que era sobretudo no ensino profissional dos nativos que mais se estava a investir. No entanto, como demonstra esse exemplo, apesar do número de nativos inscritos nesse ensino ser 27 vezes superior ao número de colonos (“brancos”), o investimento no ensino dos “brancos” era quase o triplo do que o despendido no ensino dos nativos.

Nestes eventos também eram apresentados estudos de antropologia física, baseados em mensurações e tabelas, cuja classificação é inspirada nos teóricos raciais de finais do século XIX, e esqueletos ou moldes do crânio. Cada um desses “tipos” era a exemplificação do seu lugar na humanidade e no “império português”, um lugar inferior ao dos colonizadores.

Em conclusão, podemos dizer que as teorias raciais que circularam no campo intelectual – em particular, entre os finais do séc. XIX e as primeiras décadas do séc. XX, – foram influentes em Portugal. “Raça” é um vocábulo polissémico ao qual se atribuíram significados diversos, consoante os contextos e os autores que o utilizam. Embora o sentido dado por diversos autores possa variar, ele tem subjacente uma postura etnocêntrica (assim como eurocêntrica e nacional), segundo a qual quem conduz a análise se encontra numa posição superior que é a da sua própria “raça”.

Foram sobretudo os estudos dos antropólogos e biólogos do séc. XIX, que viam na “raça” um critério de diferenciação, que vieram influenciar o desenvolvimento das práticas antropológicas em Portugal. O modelo de referência a partir do qual foram avaliados os nativos foi dado pelo “branco” (cidadino), ao nível das suas medidas físicas, “cor” ou comportamento, pois este representava a “normalidade” a partir da qual eram catalogados todos os outros humanos. Lembre-se que este contexto (até ao fim da II Guerra Mundial) não é só o do questionamento do valor explicativo do factor racial; é também o da afirmação da sua valia.

No Acto Colonial (1930) foi institucionalizada a ideia de “império” e foram integrados os princípios orientadores da política colonial que determinaram a diferença entre “cidadãos”, “assimilados” e “indígenas”. Os nativos de Angola, Guiné e Moçambique passaram a ser “indígenas”, enquanto os de S. Tomé e Príncipe e Timor adquirem esse estatuto em 1946. Já os de Cabo Verde, Macau e Índia não chegam a adquirir tal estatuto e foi-lhes reconhecido desde sempre uma posição social mais elevada. Contudo, nas exposições todos, sem excepção, são considerados “indígenas”.

A referência às colónias era quase inexistente nos “livros de leitura”, apesar de iniciativas como as “semanas das colónias”, os cruzeiros, ou o intercâmbio escolar entre alunos da metrópole e das colónias. Nestes manuais destaca-se a distinção entre “selvagens” e “civilizados”, a partir da valorização de aspectos da sociedade ocidental e da associação que é feita entre “religião” e “civilização”. A ideia de que os nativos podem ser civilizados encontra-se sobretudo nos textos dos missionários que assim

procuravam conferir sentido à sua obra. Nos filmes encontrámos uma representação que integrava na noção de território nacional as colónias, mas nunca se fala em interacção cultural ou algo aproximado. Os nativos são sempre personagens secundárias ou ao serviço dos colonos.

No campo do discurso escrito das elites portuguesas, encontrámos ideias recorrentemente associadas às populações colonizadas. As mais comuns reportavam-se ao atraso, preguiça, lascividade, desleixo, poligamia, superstição sem fundamento, folia excessiva, proximidade com o mundo animal e/ou parecença com o macaco, irracional idade, espírito guerreiro, canibalismo, robustez, infantilidade ou hiper-sexualidade. Apesar de muitas vezes consideradas sexualmente permissivas, as africanas também podem ser associadas à maternidade e aos sentimentos positivos por ela despertados.

Outra ideia comum é a de que os nativos só poderiam evoluir social, material e moralmente em contacto com o europeu. Porém, o “contacto” com a civilização, conducente à criação de elementos novos podia ter efeitos destrutivos. O mestiço era um ser ambivalente entre o mundo dos brancos e o dos negros. Para alguns académicos, ele representava uma ameaça e, por isso, a miscigenação devia ser evitada. Contudo, um dos tópicos frequentemente associados à colonização portuguesa é o de que os portugueses não são racistas e, sobretudo durante o período colonial, não estabeleceram barreiras raciais com outros povos, havendo neles uma certa originalidade.

Com a vinda dos nativos para a Exposição do Mundo Português em 1940, procuraram mostrar-se todos os “tipos” humanos do império; porém, essa variedade quase desaparece depois para dar lugar não ao “tipo” angolano ou timorense, mas sim ao “tipo indígena”. No entanto, embora tratados genericamente como “indígenas”, eles podiam ser colocados em distintos estratos civilizacionais. No estrato mais baixo os angolanos, os moçambicanos e os guineenses. Depois os são-tomenses que, embora fossem fruto de vários cruzamentos, e portanto potencialmente mais próximos dos brancos, eram considerados preguiçosos, sendo necessário mandar vir mão-de-obra de outras colónias. Em seguida, surgiam os cabo-verdianos, na sua maioria mestiços, que já

tinham incorporado elementos da “civilização” (língua, trajes, prática do catolicismo e outros elementos que denunciavam a sua “assimilação”). Acima de todos os africanos estavam os timorenses.

No entanto, aos povos das ilhas asiáticas, e também aos timorenses, eram associadas práticas guerreiras que lhes retiravam a elegância e a sofisticação que era encontrada nos povos da Índia e de Macau. A existência dos nativos de Macau e da Índia é tornada exótica e considerada muito diferente da europeia; no entanto, é talvez também porque os africanos pareciam estar muito longe dos europeus, mesmo em termos de “côr”, que os asiáticos eram considerados mais próximos dos europeus.

No processo de civilizar e evangelizar as populações “exóticas” e “atrasadas” ocorre um paradoxo. Por um lado, defendia-se a necessidade de proteger os “usos e costumes” dos nativos; por outro, alertava-se para o interesse de conduzir os nativos a um processo assimilatório. Quem organizava as exposições seleccionava nativos que denunciasses um estágio de civilização não só reconhecido nas suas comunidades de origem, como também pelos portugueses (pelo facto de se vestirem “à europeia”, por exemplo). Contudo, os nativos escolhidos deveriam indiciar um estágio de civilização diferente e anterior ao representado pelos portugueses, não só pelo facto de serem considerados mais “atrasados” como pelo facto de serem exóticos. Tal modo de os representar devia ser ilustrativo do muito que ainda havia a fazer nos territórios ultramarinos, sobretudo entre os africanos. A colonização encontra uma justificação no processo de evangelização e civilização – torna-se necessária e desejável.

Para terminar, gostaria ainda de referir o facto de considerarmos que as questões tratadas neste trabalho continuam a ser pertinentes neste tempo pós-colonial, sobretudo tendo em conta os problemas sociais não resolvidos e as ideias discriminatórias que, de vez em quando, apesar de as podermos tomar inicialmente como esquecidas, insistem em brotar. Os preconceitos associados às representações raciais continuam vivos, apesar da contestação científica de que o conceito de “raça” tem sido alvo. Esperamos assim que, ao termos investigado sobre um passado relativamente recente, possamos contribuir para uma melhor percepção de problemas actuais.

O DIVÓRCIO NO PORTO (1911-1934): “E AOS COSTUMES DISSE NADA”

Sandra Cristina Martins Costa

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2006*

As minhas primeiras palavras visam demonstrar o quanto me sinto honrada por receber o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – atribuído pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho e testemunho da grandeza de um homem da História. Gostaria, pois, de começar por agradecer ao júri que mo concedeu; ao Conselho Cultural da Universidade do Minho, que o tem organizado de há quinze anos a esta parte; a todas as entidades que têm colaborado com a Universidade do Minho e que contribuem para que este Prémio continue a incentivar ou a valorizar a produção de trabalhos no âmbito da História Contemporânea de Portugal; à Professora Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira por, para além da constante atenção crítica que dispensou à orientação deste trabalho, no âmbito do Curso de Mestrado em História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, me ter chamado ao seu gabinete numa tarde de Verão mostrando-me um folheto de candidatura a um Prémio, até então, para mim, desconhecido. E, finalmente, agradecer à Fernanda, à Joana, ao Francisco

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 40 (Jul.-Dez. 2006), p. 195-201.

e ao Albino a íntima e cúmplice certeza da sua indispensabilidade; ao João Paulo, à Cristiana e ao José Mário, um especial agradecimento pelo apoio amigo e a colaboração num ou noutro momento deste trabalho. E à minha família, o amparo dos afectos.

“Palavra por palavra se ergue tudo.! O que aqui vejo é chama é vento é pedra/ mas só depois do meu olhar morrer/ ou nascer, não sei bem – é a primeira vez.”, escreveu o poeta Nicolau Saião. Ainda que ao historiador seja impossível reconstruir os factos e os processos históricos, *palavra por palavra* como na realidade aconteceram, porque tudo o que diz respeito ao tempo se faz com a matéria quase invisível do passado; ainda que esse ideal de transparência evocado pelo poeta, onde o *olhar* de quem observa tem de *morrer ou nascer* para que tudo se erga de verdade pela *primeira vez*, esteja vedado, na sua imagem total, a qualquer investigador: pelo ser social e emocional que todo o Homem é; ainda que o que se procura *ver* não seja *chama* nem *vento* nem *pedra*, mas comportamentos, afectos, conflitos; ainda assim, ousou-se que estas palavras abrissem este estudo sobre o divórcio no Porto, entre 1911 e 1934 – o investigador quer-se o mais próximo possível da verdade.

Tendo-se conhecimento que o fundo do Tribunal da Comarca do Porto conservava um importante espólio de processos judiciais de divórcio: 135 processos que abarcam um período balizado entre os inícios da Primeira República e os primeiros anos do Estado Novo -1911/1934 – e, dos quais, 126 são processos de divórcio litigioso e 9 constituem processos de divórcio por mútuo consentimento; Sabendo-se que, na sequência da leitura do estudo de Maria da Conceição Meireles Pereira, *Separação de Pessoas e Bens do Código Civil à 1ª República*, o trabalho iniciado por esta investigadora sobre o núcleo documental de processos judiciais de separação de pessoas e bens e de divórcio pertencentes àquele Tribunal da Comarca não havia sido continuado e constatando-se que, apesar dos diversos trabalhos académicos realizados nos últimos anos sobre o divórcio, a perspectiva da análise de casos concretos de divórcio apresentados a tribunal só superficialmente fora levada a cabo por Rui Cascão, a partir de um conjunto de 30 processos judiciais de divórcio da

Comarca da Figueira da Foz – elegeram-se como objecto de estudo deste trabalho de investigação o *Divórcio no Porto – 1911/1934*.

O que se pretendia era analisar casos concretos de divórcio litigioso e por mútuo consentimento apresentados ao Tribunal da Comarca do Porto, na sequência da publicação da Lei do Divórcio de 3 de Novembro de 1910 até meados dos anos 30. Assim, para além da análise demográfica que se poderia retirar da leitura e tratamento dos dados que os processos apresentavam, o objectivo essencial deste trabalho consistiu no dilucidar dos quadros sociais, mentais e comportamentais subjacentes às estratégias de dissolução conjugal, logo à família, no Porto, durante o período de influência da legislação republicana em matéria de Direito de Família.

Quais as idades dos envolvidos? Quais as idades do casamento? Qual a duração do casamento dissolvido por divórcio? Qual a caracterização sócio-profissional destes agregados familiares? Até que ponto o benefício de Assistência Judiciária proporcionaria o acesso ao divórcio a grupos sociais economicamente menos favorecidos? Que reconstituição dos ambientes sociais, comporta mentais e psicológicos se poderia fazer a partir dos relatos das testemunhas intervenientes nos autos, do dirimir de argumentos pela voz dos advogados e de todo o encadeamento e pensamento processual que constituem estas fontes judiciais? Que “caixas negras” do casamento, recuperando uma imagem de Anália Torres, revelariam estas rupturas conjugais do primeiro terço do século XX português? Eram, então, algumas das questões iniciais.

Assim, ponderando os objectivos a atingir, as fontes a consultar e algumas das problemáticas já inventariadas, optou-se por organizar este exercício em torno de cinco vectores principais: contextualização sócio-histórica do divórcio no Porto, entre 1911 e 1934; caracterização dos divorciados a partir do estudo estatístico dos 135 processos judiciais de divórcio; análise das causas de divórcio; reconstituição das soluções encontradas sobre os filhos menores e os bens e a reconstituição das sociabilidades, estratégias familiares e percursos individuais subjacentes à dissolução conjugal.

Que conclusões se obtiveram? De modo a não prolongar esta intervenção, destacam-se apenas as que, quase um ano volvido do *terminus* desta dissertação, continuam a vislumbrar-se como as mais pertinentes.

O divórcio no Porto parece acontecer numa idade mais precoce do que no resto do País. Relativamente à estrutura social destes divorciados, os dados obtidos por exemplo, a existência de uma preponderância das classes médias no divórcio masculino mas com forte pendor interclassista, patente na categoria sócio-económica mais representada, a dos operários e artífices, com 26,2% – parecem atenuar o retrato sociográfico delineado por Rui Cascão, de que “o fenómeno divórcio mal toca as franjas inferiores da sociedade portuguesa”.

No que diz respeito à geografia do divórcio, a cidade do Porto é o local de residência predominante nas duas modalidades; no momento da colocação da acção de divórcio litigioso, a ausência de coabitação é quase total apesar de 49,1% destes casais residirem ou na mesma cidade, ou na mesma freguesia, ou na mesma rua, facto que se detectou como factor de agravamento da beligerância entre os cônjuges, durante a fase processual e se a maior parte dos autores dos divórcios habitava nas freguesias da zona oriental e burguesa da cidade, no rol de ruas do Porto identificadas, surgem também referências a *ilhas* ou vielas populares que parecem comprovar que o divórcio, no Porto, também penetrou nas suas camadas sociais mais baixas.

Sobre as causas do divórcio: nos processos por mútuo consentimento, é a vontade consensual dos cônjuges que aqui acaba por funcionar como única causa ou motivo de divórcio. Já na via litigiosa: corroborou-se a predominância das “sevícias ou injúrias graves” como principal fundamento do divórcio, principalmente nos autos de iniciativa feminina, assim como uma considerável importância do adultério e do abandono do domicílio conjugal como motivos para a dissolução do casamento.

Quanto aos filhos, nos autos de divórcio litigioso, a decisão mais frequente consistiu na entrega do exercício do poder paternal ao cônjuge autor do processo. Por outro lado, se é certo que se encontram situações de evidente preocupação e protecção ao bem-estar dos filhos, não é menos verdade que existem mães que com uma aparente facilidade,

voluntariamente ou por acordo, prescindiam da guarda de alguns dos seus filhos ou detectou-se o recurso a internatos ou colégios, para onde os filhos eram enviados, vivendo a maior parte do tempo longe dos pais. Ou seja, o que se percepcionou pela leitura destes processos é uma certa indiferença de ambos os progenitores, onde o sentido da posse dos menores parece ser mais importante do que a afectividade.

Quanto aos bens, se só numa situação provocam uma aturada luta processual até ao Supremo Tribunal de Justiça, casos houve onde o interesse pelo outro cônjuge antes do casamento terá sido mais “patrimonial” do que afectivo, fruto de heterogamia social, e aí poderá ter residido um dos factores de conflito conjugal que, mais cedo ou mais tarde, conduziu a estas situações de ruptura.

De facto, no que concerne aos factores do divórcio, confirmou-se, como aventava Rui Cascão, que a precocidade no casamento, uma acentuada diferença de idades entre os cônjuges e, embora com menor abrangência, situações de heterogamia social podiam ter potencializado a dissolução conjugal e que esta também poderá ter sido a única forma de legitimar situações de facto que persistiam sem solução legal até 1910; constatou-se também que o facto do Porto ser um lugar de passagem de projectos emigratórios também terá contribuído para. situações de desestabilização conjugal.

Sobre as “caixas negras” do casamento, vislumbraram-se diversos indícios de um certo dimorfismo sexual relativamente ao modo como a sociedade portuguesa, no início do século XX, concebia, vivia e julgava a infidelidade – por exemplo, só o adultério feminino surge referenciado como um crime ou como um perigo moral para a sociedade e para a imagem que a mulher deve ter de si própria, enquanto que a masculina é um vício e um perigo apenas para a saúde do casal. Ao mesmo tempo percepcionou-se uma afectividade de certa forma apática no casamento e uma sexualidade algo impetuosa no adultério; e, finalmente, encontrou-se uma beligerância conjugal e familiar que atravessa toda a sociedade portuense – centrada, durante o casamento, essencialmente em questões de honra pessoal – e que recorre às palavras, aos gestos e à indiferença para atingir o outro de uma forma mais ou menos violenta.

Como se depreende pelas conclusões acabadas de enumerar, as fontes eram, efectivamente, riquíssimas e possibilitavam diversos dados passíveis de tratamento estatístico mas também variado material de leitura, descrição e análise.

As intervenções dos advogados através dos requerimentos e das alegações finais; os depoimentos das testemunhas que “aos costumes diziam nada” mas tanto diziam nas suas intervenções perante o juiz; as próprias sentenças dos juizes que, embora raramente, deixavam escapar algum juízo de valor, recordando o caso, por exemplo, da sentença que entrega o filho menor ao pai autor do processo porque, como escreve o magistrado, “atendendo a que a ré foi condenada por adultério (...) não tem autoridade moral necessária para ser uma boa educadora”; os postais ofensivos dirigidos a um dos cônjuges ou seus familiares, como é o caso dos postais ilustrados ofensivos sobre a figura da sogra enviados pelo réu aos filhos e à mulher, num processo iniciado em 1916; a fotografia do autor de um processo iniciado em 1912, com uma princesa africana e que se pretendia constituir como prova do adultério no processo de reconvenção apresentado pela esposa.

Dada a riqueza documental, tentou-se sempre que a análise descritiva dos processos, pelo próprio conteúdo dos autos, resultasse da necessidade de responder a questões históricas pertinentes e que as informações reveladas, as expressões, os afectos, as injúrias, os actos de violência ou de paixão surgissem sempre num contexto relevante, de exemplificação, comprovação ou refutação de alguma conclusão, e não como mero adereço descritivo, impressionista ou voyeurista. Pelo próprio teor das fontes, poderia ser fácil cair nessa tentação, tanto mais que os processos mais polémicos eram, evidentemente, um verdadeiro “lavar de roupa suja” como é vulgar dizer-se. A título de exemplo, destacam-se os casos de divórcio pelo adultério da mulher iniciado em 1919 onde esta teria caído nas malhas “de um homem conhecido no Porto pelo sport de conquistar mulheres casadas” e a quem o marido golpeia com uma navalha, numa confeitaria da cidade, ultrajado na sua honra de homem casado e o caso da jovem de 13 anos que tendo sido “raptada” e desflorada no Hotel Príncipe em Amarante, casa em Tui com essa idade e se divorcia dois anos depois, com 15 anos;...

Mas se o teor do conteúdo destes processos podia ser problemático, não o era menos a questão da linguagem judicial usada. De facto, no decurso do trabalho realizado, percebeu-se que, apesar de se conseguir reconstituir diversas vicissitudes relacionadas com o fenómeno do divórcio, no Porto, na I República, diversos ângulos da questão poderiam estar ligeiramente encobertos pela objectividade técnica e processual, tanto mais que o objectivo da linguagem jurídica usada no caso dos divórcios litigiosos era o de culpar o outro cônjuge – por exemplo, os depoimentos das testemunhas estão impregnados de fórmulas preconcebidas, que se repetem de auto para auto e que vão muito para além da tabeleónica frase “e aos costumes disse nada” – “por ouvir ‘dizer’; “é público e notório”; “génio irascível”... Fica a percepção que, em determinadas situações, os advogados não davam grandes margens de liberdade às suas testemunhas instruindo-as com fórmulas mais ou menos repetidas.

Finalmente, em termos de história do fenómeno do divórcio em Portugal, no que diz respeito também à história social e da família, tendo por referência este conjunto processual, fica a sensação que era importante saber, como se adiantou nas considerações finais, quais teriam sido as trajectórias de vida destas famílias. Que percursos pós-divórcio vivenciariam estes cônjuges e os menores afectados pela dissolução do casamento dos pais? Pontualmente, os processos dão uma ou outra resposta muito breve: o caso da mulher que requer um segundo divórcio em 1929 por abandono conjugal superior a três anos, depois de já se ter divorciado em 1920 pelo mesmo motivo (terá ela voltado a casar?); as diversas situações de facto que passam a poder ser legitimadas (terão sido todas?)... Mas porque não aparecem referências às famílias monoparentais resultantes do divórcio ou da separação nos estudos de Gaspar Martins Pereira, para o início do século XX, e de Wall e Lobo para os anos 60? Como se confronta a sociedade republicana com estes homens e estas mulheres depois do divórcio? E como reagem eles a essa sociedade?

Parece, pois, que “palavra a palavra” muito se pode continuar a “reerguer” sobre a realidade do divórcio no Porto e em Portugal, cativando múltiplos olhares iniciais, “depois do meu olhar morrer”.

OS JESUÍTAS NAS VÉSPERAS DA I REPÚBLICA: O “NOVO MENSAGEIRO DO CORAÇÃO DE JESUS” (1881-1910)

José António Ribeiro de Carvalho

Prémio de História Contemporânea – 2007*

Boa tarde!

Antes de mais, gostaria de cumprimentar e agradecer a presença de todos.

Caro colega nas lides da investigação histórica e amigo Mestre Rui Manuel Pinto Costa, os meus parabéns pela tão merecida menção honrosa desta sessão do Prémio Professor Victor de Sá; Senhora Professora Doutora Maria da Conceição Meireles, a si, mais uma vez, quero dizer-lhe isto: está e ficará, para todo o sempre, no meu coração. Muito obrigado pelo tempo que passamos juntos para levar este trabalho até ao fim.

Bem-haja pela exemplar competência, generosidade e disponibilidade (mesmo paciência) com que aceitou o desafio de me orientar neste projecto.

Escusado será dizer que este prémio, hoje atribuído, também é de Sua Excelência!

Permitam-me, por favor, que me dirija a todos os amigos e familiares que tiveram a amabilidade de me acompanhar neste dia especial. Obrigado a todos pela vossa preciosa companhia e apoio. Como eu costumo dizer,

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 42-43 (Jul. 2007-Jan. 2008), p. 323-337.

podem faltar-nos muitas coisas ao longo da vida, mas Deus permita que nunca nos faltem os amigos! Vocês estão sempre presentes, eu sei disso! Faço votos para que continuemos neste espírito afectuoso.

Por fim, agradeço aos meus alunos aqui presentes. Uma das coisas mais maravilhosas nesta vida de professor é vermos o reconhecimento dos nossos alunos com a sua presença e simpatia. Mas também às minhas antigas professoras da Licenciatura, mestres com quem continuamente aprendi, e aprendo, e de quem guardo as melhores recordações. Bem como a todos os presentes.

Mas passemos à apresentação do nosso trabalho, que é disso que todos estão à espera.

Considerando que no panorama da historiografia portuguesa, relativa aos finais séculos XIX e inícios do XX, as questões político-religiosas e sociais têm sido um campo de estudo menos trabalhado nestes últimos tempos, sobretudo, se o compararmos com as questões políticas e religiosas da I República e do Estado Novo, esta constatação acabou por ser um facto que nos levou a levar a cabo este estudo.

Consideramos ainda pertinente trazer para a ribalta esta temática, uma vez que se estão a preparar as grandes comemorações do centenário da República portuguesa (1910-2010).

Também pelo facto de raramente em Portugal se fazer a História daqueles que são os “vencidos”, mas esses mesmos que também marcaram uma página na História. Na presente investigação procuramos mostrar a forma como os Jesuítas nacionais viram os finais do século XIX e inícios do século XX em Portugal.

Este trabalho, como tantos outros de História, pretende ser um contributo para a “História” dos Jesuítas em Portugal nas vésperas da I República. E estando a História sujeita a todo o género de interpretações, ela terá de ser plural de acordo com a perspectiva que se observa, a época e as crenças, e diferente ainda porque distinto é cada um dos estudiosos que empreende essa tarefa.

E antes de avançar gostaria de fazer a seguinte declaração: o presente estudo está escrito por um católico praticante. Católico por tradição e formação, mas também, sublinhe-se, por convicção. No entanto, nem

sempre crê como acertadas as decisões da hierarquia da Igreja, nem no passado, nem no presente. Como católico, acata o que a Igreja manda; crê no que a Igreja ensina como Doutrina de Fé; mas no pleno uso da liberdade, da cultura e da inteligência de que Deus o dotou, sejam estas grandes ou pequenas, se sabe obrigado a analisar e a exprimir opinião.

Este trabalho pretende, acima de tudo, compreender melhor a História da Ordem Religiosa mais emblemática e talvez a mais discutida da gesta católica – os Jesuítas – no contexto português, na fase final do século XIX e inícios do seguinte. Para esse efeito, seleccionamos a revista mensal Jesuíta *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*, publicada entre 1881 e 1910, tendo sido suspensa a sua publicação, nesta sua 2ª série, por causa da expulsão da Companhia Inaciana aquando do 5 de Outubro de 1910.

E a propósito da propaganda republicana, feita em pleno regime monárquico, referem os Jesuítas do *Novo Mensageiro*, em jeito de denúncia, que esta não passa de uma mera ilusão e oportunismo, como se a milagrosa solução para todos os problemas do país estivesse na mudança de regime.

“Os nossos republicanos já se entende que andam a apregoar a sua república como panaceia de todos os males da pátria, como a mais floriente idade de oiro que nunca sorriu a Portugal”.

Nesta linha de pensamento, ironizando sobre a prosperidade material, propagandeada pelos republicanos, dizem os Inacianos que não faltará muito tempo para que, por uma espécie de passe de mágica, o barrete vermelho de Bernardino Machado “se converta numa cornucópia a jorrar de si para o Zé-povinho libras, sal picões, vinhaça, liberdade, igualdade e fraternidade, vidinha sem trabalho, papança sem paga, moradia sem renda, abolição do exercito, de senhorios, de impostos, de privilégios e talvez até de pulgas, mosquitos e piolhos”¹. O quanto não seria maravilhosa esta República!

Os redactores do periódico pressentem, claramente, o fim da Monarquia e o alvorecer da revolução republicana.

Nas páginas do órgão Jesuíta são alertados os católicos, variadíssimas vezes, para o perigo do movimento republicano que alastra pelo

¹ *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 330 de 1908, p. 351.

país e que estes republicanos não se cansam de deixar “arrotos de jacobinismo” por todo o lado, que trazem sempre presente a palavra liberdade. Liberdade que é que é dada aos “militares que se revoltam, aos republicanos que apedrejam, aos anarquistas que põem tudo a ferro e fogo: mas fóra os Jesuítas, fóra associações religiosas, fóra o ensino congregacionista, fóra o Apostolado da Oração, fóra a direcção dos Bispos nos seus seminários e o seu clero, fóra os exercícios espirituais do clero (...) fóra a publicação de letras pontificias sem autorização expressa do governo, fóra procissões que transponham os umbraes do templo, fora círculos catholicos de operarios”². Aqui fica uma amostra do tipo de posições e postura veiculadas pelo *Novo Mensageiro*.

1. Linguagem e tom usado pelo novo mensageiro do coração de Jesus

Não nos surpreende, desta forma, que a Revista assumia um tipo de linguagem bélica, recorrendo mesmo a termos menos próprios para um órgão católico. Que tome determinado tipo de posições que se encontram próximas do espírito de cruzada. Da análise, depreende-se que a Revista tem a consciência clara do acentuado combate politico-ideológico em que Portugal vivia, e que este não se limita apenas á defesa mas também a um ataque claro. Verifica-se um espírito de luta e de guerra que se inicia com os primórdios da Revista e se mantém até ao último número.

2. Objectivos da revista

Tendo em conta a situação da sociedade contemporânea de “destruição do Reino de Jesus Christo”³, o *Mensageiro* propõe-se, como primeiro objectivo, contribuir para a derrota das ideias e dos princípios

² *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 306 de 1906, p. 361.

³ *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 7 de 1881, p. 405.

revolucionários que têm como fim a destruição da própria sociedade. Deste modo, a grande intenção do órgão Jesuíta seria a Instauração do Reinado Social de Cristo⁴.

Apela à participação e empenho público dos católicos. Que estes se apresentem com espírito militante em todas as situações. Que não tenham medo de ser católicos e militantes da causa da Igreja.

Uma característica recorrente é a fraqueza e apatia dos católicos face à onda demolidora da sociedade e das mentalidades do seu tempo. As causas de tal letargia seriam ainda a influência sectária da maçonaria, o sensualismo, o orgulho, a cobiça e o ódio tendo estas atitudes vindo a progredir desde a reforma protestante, passando pela revolução de 89, até ao presente; mas sem esquecer a própria fraqueza e má formação dos católicos e da sua hierarquia. O remédio a adoptar, para alterar esta situação, seria a firmeza na Fé⁵ e mais estudo da Doutrina Social da Igreja.

Qual a forma de conseguir criar e instaurar o Reinado Social de Jesus Cristo?

Quais as acções a desenvolver? Por onde começar? O que cabe fazer a cada católico para o conseguir?

As perguntas, as questões, são muitas, cujas respostas são fáceis e rápidas. Para que o Reinado Social de Jesus Cristo seja estabelecido a primeira coisa a fazer, dizem-nos os Jesuítas, depende da capacidade de cada católico em o estabelecer na vida de cada um, começando cada um por

⁴ Referem este seu objectivo ao longo de toda a publicação. Refira-se, a título de exemplo, o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 91 de 1888, p. 385-394. Continuam a tratar esta questão nos números seguintes: *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 92 de 1888, p. 449-458. *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 93 de 1888, p. 513-522. *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 94 de 1888, p. 577-584. *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 95 de 1888. *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 96 de 1889, 705-717. Entre outros. No ano de 1896 citam a fórmula da consagração do Reino de Portugal ao Sagrado Coração de Jesus. *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 184 de 1896, p. 401-402.

⁵ *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 119 de 1891, p. 123-127. Como não citar aqui Henri Delassus. DELASSUS, Henri – *A Conjuração Anticristã. O Templo maçónico que se quer erguer sobre as ruínas da Igreja Católica*. Tomo I (1 910) (tradução livre do original francês: *La Conjuración Antichrétienne. Le temple maçonnique voulant s'élever sur les ruines de l'église catholique*. Lille: Société Saint-Augustine, 1910). Lutar contra a grande conspiração anticristã que está montada pela seita maçónica e sobre esta conspiração referem que parece estar próxima a sua completa vitória, porém quanto mais parecer ser a vitória garantida aí está a sua derrota. Para combater esta grande conspiração nada melhor que a união de esforços por parte dos católicos e se nada mais pode ser feito, restará, pelo menos, a oração dos associados da Liga do Apostolado da Oração (A.O.). *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 9 de 1881, p. 523.

si. Ou seja, uma responsabilização pessoal primeiro e depois partir para a sociedade. Como se dissessem: se queres mudar o mundo, muda-te a ti próprio primeiro, depois mudas a sociedade! Como se dissessem: se queres a mudança sê tu próprio agente dessa mudança que queres nos outros!

O segundo grande objectivo do *Novo Mensageiro* é lutar pela organização da “União Católica”, pelo que clamam pelo fim das discórdias entre os católicos. As divisões no seio dos católicos constituíam, na óptica do *Mensageiro*, a principal razão da sua fraqueza: criar dois campos no mesmo exército de Cristo é um erro. Mas, como se sabe, os Jesuítas acabariam, eles próprios, por contribuir para essa desunião; cite-mos o caso da polémica com os Franciscanos da *Voz de Santo António*.

A Revista tinha uma intenção: lutar contra os males do século e servir de fractura político-ideológica, daí o pragmatismo dos Jesuítas. Assim sendo, não nos pode causar estranheza o facto dos articulistas dedicarem uma grande atenção às questões da intervenção político-religiosa, sócio-cultural e ideológica dos católicos, e menos o realçar do aspecto religioso e da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, como se comprova facilmente; mas também a nossa intenção, sublinhe-se, foi tratar as questões de índole cultural e ideológica e menos as questões estritamente religioso-piedosas.

Os Jesuítas do *Novo Mensageiro* caracterizam Portugal como imbuído de um profundo ambiente de *clerofobia* crónica, que invadiu o país de Norte a Sul; denunciam que essa doença tem sido feita “na torrida dos vermelhos, quer na menos ferosa, mas não temperada, dos branco-azues”. Ou seja, desde os republicanos, maçónico-jacobinos (apontados como os vermelhos), passando pelos monárquicos (os brancos e azuis). Assim sendo, não defendem, nem querem, uma Monarquia como estava nem muito menos uma República como aquela que se anunciava através dos seus arautos.

A grande recomendação aos católicos é a seguinte: apesar das dificuldades é necessário ter Fé no triunfo e na vitória. Apesar do presente ser pouco auspicioso, o importante é acreditar que o futuro será melhor, isto desde que os católicos se empenhem na construção do tão esperado e desejado “Reinado Social de Nosso Senhor Jesus Cristo”. O futuro,

que se deseja melhor, é construído a partir do presente e este depende apenas da tenacidade dos católicos, dizem os Inacianos.

Atento aos sobressaltos da época e às complexas transformações das consciências e da sociedade, o *Novo Mensageiro do Coração de Jesus* não ficou passivo à espera que a intempérie passasse para dar lugar à tranquilidade cómoda de quem prefere deixar-se arrastar pelo tempo em vez de nele intervir. O órgão Jesuíta intervém e de forma activa na sociedade em que se insere.

O *Novo Mensageiro* que surgiu na viragem do século XIX e continuando no início de outro, conturbado social, política e ideologicamente, como vimos, pelo papel que desempenhou inscreve-se numa luta contra a sociedade nascida da revolução francesa e da sua irmã mais nova, a liberal, a qual subtraía o lugar que a Igreja Católica sentia ter por direito. É na confluência das críticas que faz à sociedade, ao individualismo, ao socialismo, à secularização, à maçonaria, ao liberalismo, etc. que podemos inscrever a sua atitude. Trata-se de uma Revista de combate, de uma Revista de luta pela militância católico-jesuíta. Dai que critique mais o que considera estar errado e incida menos a sua análise sobre aquilo que considera correcto. Esta postura de militância não surpreende pois tratando-se de um órgão de imprensa de uma Ordem religiosa, pressupõe-se uma forte intervenção apostólica e piedosa, mas o curioso é que o *Novo Mensageiro*, como se viu, também apresenta um forte carácter de intervenção cultural e ideológica.

Uma ideia chave que perpassa ao longo de todo o periódico é que o problema não está na força dos adversários da Igreja e nos revolucionários, mas sim na fraqueza dos católicos⁶ e que entre estes se encontram os maiores inimigos da Igreja. Deste modo, o mito do *complot* e da conjuração maçónica deixa de ser referido com a insistência que o era nos inícios da publicação. Os Inacianos deixam de acusar os outros, os adversários da Igreja, e criticam mais a apatia dos católicos pelas perseguições de que estão a ser alvo. Desta forma, o periódico faz o *mea culpa* e um forte apelo à mobilização e acção pública católica.

⁶ *Novo Mensageiro do Coração de Jesus*. Lisboa. Número 336 de 1909, p. 146.

Este periódico encontra-se imbuído de um espírito de missão, entendido enquanto empresa de Deus para uma nova evangelização e recristianização, as quais são a resposta ao contexto da crise. Apresentam uma leitura da História e da sociedade em que se inserem com e para Deus! Quase como se dissessem: lermos o curso da História sem Deus é ler a História de modo superficial, porque a procura de Deus pelo Homem e a resposta deste à busca divina é a parte central da História. Ou seja, todas as coisas são observadas numa perspectiva religioso-católica; numa mundividência cristã e que o Homem não pode organizar o mundo sem Deus e sem Deus, o Homem só organiza o mundo contra si próprio e esvaziado de sentido.

O paradigma da regeneração oitocentista encarnado por esta Revista Inaciana afirma-se como obrigação da Igreja no estabelecimento de uma nova mundividência católica alicerçada no pensamento neo-tomista. Aquilo que os Inacianos pretendiam seria uma recuperação dos valores morais e espirituais da Cristandade. Além disso, existe por parte dos Jesuítas, uma clara convicção de que as correntes mais profundas da História são espirituais, ideológicas e culturais, não políticas e económicas, sem deixar de defender que “as falhas da consciência humana, privada da sua dimensão divina, têm sido o factor determinante de todos os grandes crimes cometidos neste século”⁷. Presentem, claramente, como se vê, uma crise civilizacional e moral grave que ia despoletar, em 1914, com a I Guerra Mundial.

Uma questão: se Portugal, nas vésperas da República, tinha cerca de 99% de Católicos⁸, como foi possível toda a luta anticatólica? Como é possível que, aparentemente, menos de 1%, da população conseguiu perseguir uma imensa maioria? Terá sido pela falta de envolvimento dos católicos na sua própria defesa?

Com efeito, a desunião e a conflitualidade entre os católicos acabou por ser, na nossa opinião, a principal razão para esse estado. Mas também,

⁷ WEIGEL, George – *O Cubo e a Catedral. A Europa. A América e a política sem Deus*. Lisboa: Aletheia Editores, 2006, p. 29, 31, 42, 136.

⁸ Ao findar a Monarquia, a grande potência religiosa de Portugal era a Igreja Católica. O censo de 1900 atribuiu-lhe 5416.204 fiéis, 99,8% da população do país. MARQUES, António Henrique de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. XI. Da Monarquia para a República. Lisboa: Editorial Presença, 1991, p. 479.

na esteira de Gomes dos Santos e de Sena de Freitas, a falta de formação do clero e dos Bispos. Como nos diz Sena de Freitas seria necessário um clero mais instruído e interveniente na sociedade e na cultura⁹. Além disso, por paradoxal que pareça, em momentos como estes de fins do século XIX e inícios do XX, nunca, como até então, se tinha falado tanto da necessidade de “União” católica acabando esta por originar e trazer consigo o grave problema da “Desunião” e da “Divisão”.

Ficou mostrado que grande parte da “energia católica” foi desperdiçada em guerras intestinas, em discussões e debates que não só dividiram mas, mais grave do que isso, permitiram o fortalecimento dos adversários. Veja-se o caso do nosso periódico que, ao longo de milhares de páginas, sempre falou da necessidade da “União Católica” e acabou por contribuir, paradoxalmente, para a divisão no seio do movimento católico nacional, como o atesta a já citada polémica com a *Voz de Santo António!*

Outras razões que devem apontar-se para a perseguição aos católicos são: a apatia do clero e dos fiéis, afastamento dos católicos da Igreja tradicional, agitação social e as novas utopias. Daqui se depreende a eficácia da união e espírito de militância das forças anticatólicas e a apatia da maioria silenciosa católica que levou a um abatimento do prestígio e influência da Igreja e do cristianismo, as quais, mais tarde, seriam recuperadas (ou tentadas recuperar!), revelando, todavia, algumas cicatrizes.

Com a I República abrir-se-ia, segundo algumas correntes historiográficas, um novo ciclo histórico e, sob o ponto de vista político-religioso e ideológico cultural, este não seria menos controverso nem menos apaixonante¹⁰, mas terá de ficar para um próximo estudo...

O culminar desta questão chega pelas posteriores declarações de Afonso Costa de “extermínio” da religião católica em Portugal em apenas duas gerações. Esta questão da declaração, ou suposta declaração, deu azo a muita polémica, até que Fernando Catroga deu (aparentemente) o

⁹ SANTOS, Gomes – *Catholicismo em Portugal*. Póvoa de Varzim: Livraria Povoense Editora, 1906. FREITAS, Sena de; e SPALDING, Mons. Jonh Lancaster – *A alta educação do padre*. Prefácio de D. Manuel Clemente. Nova edição coordenada por José Eduardo Franco. Lisboa: Roma Editora, 2003.

¹⁰ NETO – *O Estado, A Igreja e a Sociedade em Portugal ...*, p. 586.

caso por encerrado¹¹. As declarações teriam sido proferidas. Embora não possamos garantir que elas tenham sido proferidas naqueles termos, existe pelo menos, na nossa opinião, uma certeza: a intenção de Afonso Costa, a sua actuação, o seu projecto político-ideológico-filosófico e pessoal caminhava no sentido das referidas afirmações. Porém, não nos esqueçamos que o ambiente de perseguição à Igreja Católica em geral e aos Jesuítas em particular já se manifestara nos últimos anos da Monarquia¹², numa certa tentativa de a “republicanizar” tentando, com isso, combater a oposição ao regime real. Assinale-se que o Governo de Teixeira de Sousa, o último da Monarquia, tinha preparado no dia 4 de Outubro de 1910, na véspera da revolução, um decreto para encerrar as casas dos Jesuítas, e esta teve como corolário a decisão do governo

¹¹ CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000, p. 357-359.

¹² Os últimos anos da Monarquia tinham sido férteis em legislação e atitudes antijesuítas. Relembremos, a este propósito, as seguintes: em 1888 a proposta de José Luciano de Castro viria, à semelhança do decreto de 8 de Outubro de 1910, relembrar a legislação de Pombal e de Aguiar. No início de 1901, durante o Governo de Hintze Ribeiro, são produzidos uma série de diplomas adversos às Congregações e Ordens religiosas. Em simultâneo os anticlericais organizam uma série de campanhas públicas. Hintze encerra várias residências religiosas, algumas delas ligadas à Companhia de Jesus (casas da Boavista no Porto; e do Quelhas em Lisboa), além dos estabelecimentos do Apostolado da Oração. Foi também o ano dos incidentes em Coimbra, a propósito das provas de Doutoramento em Teologia de Oliveira Guimarães, envolvendo o Bispo do Porto, D. António Barroso. O decreto de 18 de Abril de 1901 leva à instituição de inúmeras associações. Este decreto não passou de um equívoco, nos termos de António Araújo, porque o diploma não só não recusou o registo de nenhuma associação religiosa mas aumentou o número de Ordens religiosas que pretenderam constituir associações. Entre elas as dos Jesuítas: Associação Fé e Pátria, Associação Promotora da Instrução e Educação Popular (vocacionada para a formação das classes operárias) e a Associação Social Cristã (vocacionada para as mulheres). A batalha anticongregacionista de 1901, tendo o Caso Calmon por epicentro, deixou sequei as que se manifestaram depois nas vésperas do 5 de Outubro, sobretudo por acção da Junta Liberal e da Associação do Registo Civil. Estas, em Agosto de 1909, juntamente com o Grande Oriente Lusitano, a Associação dos Lojistas, grupos de republicanos, socialistas e a participação activa da Carbon ária, promoveram a manifestação anticatólica de 2 de Agosto de 1909 em Lisboa, onde se reclama, entre outras coisas, o restabelecimento das leis antijesuítas de Pombal e Aguiar. Já em 1908 Afonso Costa apresenta um projecto lei em que assinala que estão em vigor as leis antijesuítas de Pombal e Aguiar. Também a realização do I Congresso Nacional do Livre Pensamento, em 1908, assume uma posição claramente descristianizadora. Sem esquecer, porque directamente ligada aos Jesuítas em geral, e ao *Novo Mensageiro do Coração* de Jesus em particular, a questão da *Voz de Santo António*. O último governo da Monarquia, encabeçado por Teixeira de Sousa, mostra algum ressentimento em relação aos Jesuítas e ao Partido Nacionalista a quem responsabiliza pelos fracassos da Monarquia. ARAÚJO – *Jesuítas e Antijesuítas ...*, p. 65-74. Assinale-se que o Governo de Teixeira de Sousa tinha preparado, no dia 4 de Outubro de 1910, na véspera da Revolução, um decreto para encerrar as Casas dos Jesuítas. FERREIRA, António Matos – *A Constitucionalização da religião*. In, AZEVEDO, Carlos Moreira de – *História Religiosa de Portugal*. Vol.III – Religião e Secularização. Mem Martin s: Círculo de Leitores, 2002, p. 53. SOUSA, Teixeira de – *Para a História da Revolução*. Vol. II. Coimbra: Livraria Editora Moura Marques & Paraísos. p. 13-66. MARTIN S, Rocha – *D. Manuel II. Memórias para a História do seu reinado*. Vol. II. Lisboa: Sociedade Editora José Bastos, p. 49-94.

provisório da República que a 8 de Outubro de 1910 restaurou os decretos do Marquês de Pombal e de Joaquim Aguiar¹³ – o mata frades –, determinando a expulsão dos Jesuítas¹⁴.

3. Metodologia

Este estudo foi elaborado a partir da leitura exaustiva da Revista e sua caracterização, aplicando uma grelha de análise onde foram seleccionados os temas fundamentais. Entre estes destacam-se: o liberalismo, o socialismo, a laicidade a secularização, a separação do Estado da Igreja, o ensino, a imprensa, a maçonaria, a revolução, a autoridade, o protestantismo, a intervenção política dos católicos, a união católica, a República, a Monarquia, a situação político-religiosa e sócio-cultural de vários países, entre outros.

Através desta pesquisa, pretendemos apresentar uma reflexão acerca do papel dos católicos em geral e da Companhia de Jesus em particular, na sociedade portuguesa do final da Monarquia Constitucional. De acordo com este objectivo procuramos, no essencial, responder às seguintes questões:

- Quais as representações dos Jesuítas do mundo em mudança em que viviam?
- Como viram os Jesuítas o fim da Monarquia e as vésperas da República em Portugal?
- Qual a intervenção político-religiosa e sócio-ideológico-cultural que tiveram?
- De que forma veiculavam as suas mensagens através de um boletim mensal?

Isto sem esquecermos de ter presente, naturalmente, o facto do século XIX liberal ser caracterizado pelo síndrome antijesuítico, pela

¹³ Para uma visão geral destes Decretos ver: AGUIAR, Joaquim António d' – *A propósito da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal. Relatório e Decreto*. Porto: Typographia Central, 1899.

¹⁴ FERREIRA, Manuel de Pinho – *A Igreja e o Estado Novo na obra de D. António Ferreira Gomes*. Porto: Fundação SPES, 2004, p. 120-121.

obsessão de diagnosticar os focos de jesuítismo, e pela preocupação constante de o atacar e irradiar. Se quisermos, e para sermos mais claros, a fobia pelo jesuitismo e mesmo o próprio uso do termo “Jesuíta” neste período é idêntico ao de “fascista” na altura do pós-25 de Abril de 1974 e com um sentido absolutamente pejorativo, como se sabe!

Foi de intenso combate político e ideológico a época em que decorreu a existência desta Revista. No campo das doutrinas filosóficas e científicas, as correntes racionalista, positivista, evolucionista e materialista marcaram profundamente as mentalidades;

No terreno social e ideológico, as ideias liberais, socialistas, comunistas, anarquistas, e o movimento sindical;

No político, os confrontos dentro do espaço monárquico entre legitimistas e constitucionalistas, e entre monárquicos e republicanos;

No plano do catolicismo, a questão romana, o anticlericalismo, os desafios do laicismo na educação e da aceitação das Ordens e Congregações Religiosas, o catolicismo social, a separação do Estado da Igreja, a questão do Partido Católico, o *modernismo*, etc.

Tudo isto num verdadeiro clima de *clerofobia* fácil e barata! Quase se podia falar de uma *clerofobite* crónica, que inundava a sociedade portuguesa de fins do século XIX e inícios do XX. E isto para não falar, claro está, da “jesuitofobia” que era uma “bandeira” e slogan agitado e gritado por todo o lado e a toda a hora!

4. Estrutura do trabalho

Num primeiro capítulo, as principais questões abordadas são de natureza religiosa, política e social; no contexto histórico-ideológico e sócio-religioso, particularmente a análise dos diversos Pontificados que acompanham a existência da nossa fonte de estudo e sua ligação com a questão Jesuíta. Ou seja, desde o papa Pio IX a Pio X.

No segundo capítulo apresentamos uma breve resenha Histórica da Companhia de Jesus, no seu contexto internacional e nacional. Seguidamente, debruçamo-nos sobre uma referência ao movimento antijesuítico, desde os inícios da sua fundação até às vésperas da I

República portuguesa, sem deixar de nos referirmos ao movimento anticlerical português e à reacção católica.

O terceiro capítulo aborda considerações várias sobre a Imprensa, articulando esta temática com a análise da fonte e um conciso historial da Revista *Novo Mensageiro* usada para a investigação, bem como a ideologia e posição que lhe está subjacente.

Pretendemos, posteriormente, destacar a posição da Revista sobre as várias questões acima referidas.

Por fim, apresentamos uma breve conclusão onde se abordam algumas questões que nos mereceram preocupação, ao longo da elaboração deste texto. Entre elas a atitude dos Jesuítas nas vésperas da I República e a posição das autoridades e da sociedade portuguesa perante estes.

Finalmente, permito-me deixar a seguinte questão: abrir-se-ia, de facto, com a I República um novo ciclo histórico, ou temos e assistimos, sob o ponto de visto político-religioso, a uma continuidade? Pergunta que se faz, resposta que não se dá, por agora...

COMUNISMO E NACIONALISMO: POLÍTICA, CULTURA E HISTÓRIA NO SÉCULO XX

José Neves

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2008*

Reabrir o “conjunto maciço abrangido pelo conceito de ‘povo’”

1. Ao incidir as luzes numa determinada obra, um prémio tende a ensombrar a actividade aquém e além da própria obra premiada. Por isso nesta ocasião gostava de começar por contextualizar brevemente a investigação de doutoramento que desenvolvi entre Setembro de 2001 e Julho de 2007. Na historiografia e nas ciências sociais portuguesas assistimos nas últimas décadas a um aumento mais ou menos significativo do número de estudos acerca de representações, imagens, narrativas, discursos e saberes. Directa ou indirectamente alguns destes estudos procuraram problematizar temáticas centrais aos estudos sobre nacionalismos – da questão colonial à cultura popular – e exerceram um efeito aliciante sobre quem se licenciava em História na segunda metade dos anos 90, como era o meu caso. Este aliciamento deveu-se a razões de ordem científica, é certo, mas também de natureza mais ampla. Na verdade, investigações que propuseram desconstruir a aparente perenidade dos nacionalismos vieram de algum modo alentar quem, como

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 44-45 (2009-2010), p. 297-305.

eu, se apoquentava com os renovados esforços de celebração da nação empreendidos por jornalistas, académicos e governantes ao longo dos anos 90. Eram estes esforços que à época davam nova ênfase a vários nacionalismos portugueses, num processo que teve o seu primeiro momento alto na Expo'98 e que conheceria um segundo momento épico aquando do Euro 2004. Foi neste país que me interessei pelos estudos sobre nacionalismos.

2. A princípio, a intenção de estudar o nacionalismo remeteu-me para o estudo das ideologias políticas dominantes no século XX português, do republicanismo ao fascismo. A hipótese de fazer cruzar as duas palavras que presidem ao título da tese e do livro que lhe corresponde – comunismo e nacionalismo – não se colocou de imediato. Todavia, as vantagens em fazer intersectar a história do comunismo com os estudos sobre nacionalismo foram-se evidenciando. Aponto apenas uma dessas vantagens. Em conformidade com a tradição de um grupo de historiadores marxistas britânicos, nomeadamente o historiador E.P.Thompson, tornava-se claro que estudar o passado a partir do passado dos que se encontravam na *periferia* do poder político-institucional obstaría, de algum modo, a que se perdesse de vista o *todo* histórico. Se quando nos instalamos no *centro* da História não raras vezes olhamos apenas e só para esse *centro*, tomando-o como um lugar todo-poderoso que a si mesmo sempre se satisfaz, quando nos colocamos na *margem* olhamos necessariamente para a *margem* mas também para a *margem* na sua relação com o *centro*. Se é possível escrever um livro sobre salazarismo sem referir por uma única vez a acção de um dirigente histórico da oposição comunista como Álvaro Cunhai, será altamente improvável que um livro sobre o comunismo em Portugal ignore a figura de Oliveira Salazar.

3. Ao longo dos últimos anos não foram muitas as vezes em que consegui explicar facilmente o tema da tese. Além de deméritos pessoais, creio que tal igualmente se deveu ao facto de muitos dos meus interlocutores, quando abreviadamente lhes dizia que a tese era sobre “comunismo e nacionalismo”, prontamente pressuporem que esta seria

uma tese em torno de um confronto entre nacionalistas e comunistas. As duas palavras, comunismo e nacionalismo, eram tidas como elementos antagônicos. Ora, a tese aqui premiada não é apenas relativa ao confronto entre nacionalismo e comunismo mas é também uma tese acerca da hipótese de um nacionalismo comunista – a sua formação, as suas tensões, os seus limites. A nível da historiografia, o reconhecimento da existência de um nacionalismo comunista não é uma novidade completa e mesmo em Portugal, onde os estudos sobre comunismo se resumem às obras de um reduzido leque de autores, há quem aponte a existência de um Portugal comunista – ou de um Portugal antifascista – que se constrói contra o Portugal estado-novista. A tese que apresentei considera uma e outra vez esta oposição, assim mapeando uma oposição entre um *nacionalismo dominante*, de um lado, e um *nacionalismo alternativo*, de outro. A tese procura mostrar, por exemplo, que enquanto o rural celebrado pelo regime é um rural mais camponês e mais pacificado, o rural comunista é um rural mais assalariado e mais conflituoso. Ou, para dar um outro exemplo, que enquanto a historiografia próxima do regime ensombra o século XIX português, a historiografia comunista comemora o advento do liberalismo assinalando assim a promessa (nuns casos) e a premência (noutros casos) de eclosão da luta de classes contemporânea. Ou seja, creio que ao longo da tese se encontra bem patente esta oposição entre um *nacionalismo dominante* (de teor mais conservador ou de teor mais liberal, de índole fascista ou de índole republicana) e um *nacionalismo alternativo* (o nacionalismo comunista), oposição que a tese ademais reencontra em várias áreas, das relações internacionais à educação física, da música à ciência, das questões de género à questão colonial, enfim, em áreas que ainda não haviam sido debatidas pela historiografia ou que haviam sido parcelarmente investigadas e que nesta tese são analisadas com maior ou menor profundidade. Entretanto, ao longo da tese recusei reduzir a história do nacionalismo comunista a esta oposição entre *nacionalismo dominante* e *nacionalismo alternativo*. Aliás, tivesse que definir uma questão *contra* a qual esta tese foi sendo escrita e creio que a redução do problema aos termos de uma tal oposição seria uma escolha acertada.

4. À argumentação dos que restringem a história do nacionalismo comunista à referida oposição preside uma lógica de faseamento em que a cada etapa corresponderá uma dada problemática. Seguindo esta lógica de faseamento, haveria uma primeira etapa histórica marcada pela incompatibilidade entre comunismo e nacionalismo, incompatibilidade que grosso modo reflectiria um antagonismo genérico entre classe e nação. Esta etapa, esta primeira fase marcada pelo antagonismo classe/nação, teria sido de certo modo ultrapassada algures na época contemporânea (e aqui há lugar a várias interpretações, dos que dizem que esta etapa terá sido ultrapassada com a passagem da estratégia de “classe contra classe” para a estratégia das frentes populares até aos que entendem que ela ficou resolvida ainda no quadro da capitulação nacionalista dos partidos da II Internacional, ao tempo da I Guerra Mundial). Seguindo a lógica do faseamento, seria apenas depois desta primeira etapa, uma vez resolvido o antagonismo classe/nação, que emergiria o nacionalismo comunista, no quadro de uma estratégia comunista de resposta aos nacionalismos dominantes, nomeadamente os nacionalismos de cariz imperialista e fascista. Se aceitássemos esta divisão por etapas, o nosso estudo dispensar-nos-ia de atender ao antagonismo classe/nação, uma vez que este só guardaria significado histórico no quadro daquela etapa (ultrapassada) de incompatibilização entre comunismo e nacionalismo. Bastar-nos-ia atender à oposição *nacionalismo dominante/nacionalismo alternativo*.

5. Esquecer o antagonismo/classe nação revelou-se insustentável. Ao longo da investigação, foram vários – e bem mais significativos do que estava à espera os indícios de presença, no século XX, de um veio comunista não-nacionalista (e inclusivamente, mas esta é uma discussão que agora deixo de lado, um veio anti -nacionalista e pós-nacionalista). A investigação tornou possível verificar a persistência de um ténue fio vermelho que nos conduz desde *A Revolução de Setembro de 1936* – obra de Victor Sá datada de 1969 e onde o historiador aponta para a necessidade de destrinçar em classes esse “conjunto maciço abrangido pelo conceito de ‘povo’”¹ – até às palavras de Rosa Luxemburgo em 1908: “ao falar do

¹ Victor de Sá, *Perspectivas do Século XIX*, Lisboa, Portugalíia, 1964, p. 13.

direito dos povos à autodeterminação referimo-nos generosamente à totalidade de um *povo*, a uma unidade social e politicamente homogênea, mas exactamente tal noção de *povo* corresponde a certas categorias da ideologia burguesa que foram objecto de uma revisão radical por parte da teoria marxista, que demonstrou fielmente que por detrás dessas cortinas de fumaça, tais como *a liberdade do cidadão, a igualdade diante da lei*, etc., esconde-se em cada caso um conteúdo histórico bem definido². A tese dá por isso notícia, entre outros elementos, do Mitchurin inventado por Alves Redol em *A Vida Mágica da Sementinha*, da leitura política da questão colonial feita por Francisco Martins Rodrigues, do sovetismo de Carlos Rates (primeiro secretário-geral do PCP), do cosmopolitismo obreirista de Maria Lamas em *As Mulheres do Meu País*, ou, ainda, para dar um último exemplo, do primeiro Fernando Lopes-Graça, aquele que critica o fado com o intuito de criticar a ideia de “canção nacional” e não de lhe contrapor a canção rural como a verdadeira canção nacional. Desconsiderar estes elementos, de que a tese dá conta, faria desta uma simples consagração historiográfica daquilo que hoje é dado como uma *evidência: a necessidade histórica* – a suposta inevitabilidade histórica – de um nacionalismo comunista e de um patriotismo antifascista. Desconsiderar estes elementos, em nome de uma qualquer ambição de síntese, incapaz de – nas palavras de Michel Foucault – “manter o que se passou na dispersão que lhe é própria”, faria desta tese um exercício de normalização da razão dos que *vencem* e de estranhamento da razão dos que *perdem*.

6. Existem ainda outras razões para não descurarmos a importância histórica do antagonismo classe/nação. Desde logo não podemos ignorar historiograficamente um conjunto de sinais habitualmente tidos como elementos da ordem do natural. À semelhança de Michael Billig, que não se limita a analisar as bandeiras nacionais agitadas nos comícios de extrema-direita ou nos estádios de futebol, mas que também considera o nacionalismo banal que se reproduz quotidianamente a partir das bandeiras nacionais discretamente presentes um pouco por todo o

² Rosa Luxemburgo, “O Direito dos Povos à Autodeterminação”, 1908. Em Rosa Luxemburgo, *A Questão Nacional e a Autonomia*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1988, p. 39.

lado, da estação de correio à sala da universidade ou do museu, devemos também nós exigir que um estudo sobre nacionalismo comunista não menospreze o mais clarividente – e por isso banalizado – sinal de internacionalismo classista: a simbologia da foice e do martelo sobre o pano vermelho. Por fim, mas não menos importante, não foi possível ignorarmos o antagonismo classe/nação porque mesmo quando os sinais de vida de uma tendência comunista não-nacionalista se fragilizaram sob a força de tendências comunistas nacionalistas, mesmo nestas circunstâncias, as tendências antinacionalistas não se limitaram simplesmente a sair de cena. Por vezes, encontramos estas tendências “recuperadas” pelo próprio nacionalismo comunista, sendo que, nestes casos, este último só se tornou compreensível à luz dessa mesma recuperação. Grosso modo, é isto que vemos suceder com o slogan comunista “Portugal não é um país pobre”, slogan cuja análise é fulcral a toda a primeira parte da tese. Se, à primeira vista, o slogan surge em *Rumo à Vitória* como uma exaltação nacionalista das potencialidades da economia nacional, exaltação que visava responder ao nacionalismo estado-novista, com a sua “humildade” económica da “Casa Portuguesa” e a sua retórica colonialista do “Portugal não é um país pequeno”; uma análise historiográfica porém mostrou que o slogan se constituiu no quadro das exigências de distribuição imediata de bens manifestas nos anos 40, no clima de conflituosidade classista da época, quando o *Avante!* escreve “Ir buscar géneros onde houver” e incita à ilegalidade do roubo e à apropriação social dos bens. Assim, o nacional-desenvolvimentismo que caracteriza o discurso económico comunista, e que em parte *continua* uma tradição desenvolvimentista dominante, de Alexandre Herculano a Ezequiel de Campos, procede aqui mas integrando a conflituosidade social. Através da ênfase que irá colocar no desenvolvimento científico-tecnológico enquanto *promessa* de superação da actual situação de desigualdade económico-social, o nacional-desenvolvimentismo comunista recicla em seu proveito a dinâmica de confrontação classista que emergira com particular evidência no contexto das greves dos anos 40, acabando por se *diferenciar* no contexto da tradição desenvolvimentista dominante. Uma história do nacionalismo comunista precisa então de “regressar”

permanentemente ao antagonismo classe/nação, não se podendo limitar à questão da oposição *nacionalismo dominante/nacionalismo alternativo*. É a partir da *actualidade* do antagonismo classe/nação – isto é, é a partir da irresolução deste antagonismo – que se forma a tensão que dá vida ao nacionalismo comunista. Longe de o *preceder*, o antagonismo nação/classe é sua condição permanente; dir-se-ia mesmo que é a principal fonte de energia que alimenta o nacionalismo comunista, assim colocando-se a energia de quem trabalha e de quem protesta ao serviço do progresso da nação.

7. Pelos motivos até aqui elencados, a tese assinala com recorrência a *actualidade* do antagonismo classe/nação, levando-nos a considerar o nacionalismo comunista como um nacionalismo *diferente* do nacionalismo fascista e do nacionalismo republicano. Mas a *actualidade* daquele antagonismo também obriga a que tomemos o nacionalismo comunista como algo que se contrapõe ao anti-nacionalismo proletário. Neste sentido, o nacionalismo comunista, mas o mesmo é válido para todo o *nacionalismo alternativo* – desde logo os nacionalismos anticolonialistas –, deve ser tido enquanto alternativo mas também enquanto nacionalismo. Aliás, só desta forma conseguimos aproximar-nos da importância histórica da contribuição do nacionalismo comunista para a pluralidade ideológica do nacionalismo. É que, por ser comunista, o nacionalismo comunista está em condições de nacionalizar os grupos sociais que se encontram mais afastados do centro do poder político-institucional ou que dele se revelam mais antagonistas. Instituído-se o partido leninista como aquele que intermedeia a relação entre classe e nação, procurando levar a primeira até à casa da segunda no quadro dos seus projectos de tomada do poder de Estado, o PCP tem de ser olhado como um agente político de primeiro plano, que contribuiu para a integração da revolta operária no quadro da ordem nacional. Este movimento de integração da revolta operária na ordem nacional, por sua vez, deve ser observado como parte de um processo maior. Contrapondo-se a uma ideia de caos que começa a ser configurada no contexto da crise de 1929, da conflituosidade político-social dos

anos 30 e da primeira metade dos anos 40 – das guerras entre Estados nacionais às lutas entre classes sociais –, o nacionalismo comunista em Portugal surge nos anos 40 como vértice de uma tripla reorganização: reorganização do próprio PCP no quadro da disputa pela legitimidade de direcção do Partido no início da década; reorganização da nação portuguesa no quadro de uma Nova Ordem Internacional que emerge no fim da guerra; e reorganização geopolítica do mundo no âmbito do segundo pós-guerra e da Guerra Fria.

8. O nacionalismo comunista afirma-se por isso como meio preferencial a uma tripla ordenação: ordenação do mundo sob o respeito pela soberania das nações; ordenação da sociedade através do poder de administração do Estado; e ordenação das lutas de classe através da ciência política da direcção partidária. O estudo do nacionalismo comunista remete-nos assim à problemática da centralização do poder, problemática que se desdobra na questão do Estado e na questão do Partido. Um e outro (Estado e Partido) concentram o poder, em contraste com uma sociedade a que são atribuídas características católicas e em contraste com uma classe que luta mas a quem não é reconhecida a autonomia operária. Desta remissão do estudo do nacionalismo comunista à problemática da centralização do poder e deste desdobramento da problemática da centralização do poder na questão do Estado e do Partido, dá-nos conta António José Saraiva em 1964, numa carta³ que desde Paris envia a Óscar Lopes, e com a qual termino. Assim comentava Saraiva um episódio do conflito sino-soviético: “Na Rússia e na China o público só conhece o que pensa o outro Partido na medida em que o Partido do próprio País o permite. E, assim, assiste-se à situação absurda de todos os Russos defenderem uma tese, e todos os chineses defenderem a tese contrária. Como se fosse uma questão de nacionalidade”.

³ Carta de António José Saraiva a Óscar Lopes, 4 de Outubro de 1964. Em Leonor Curado Neves (org.), *António José Saraiva e Óscar Lopes – Correspondência*, Lisboa, Gradiva, 2004, p.96.

ANGOLA: OS BRANCOS E A INDEPENDÊNCIA

Fernando Tavares Pimenta

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2009*

É para nós uma honra receber o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, que constitui um importante estímulo para os jovens investigadores da nossa História. Queremos, por isso, agradecer à Universidade do Minho, nomeadamente ao Conselho Cultural e à Comissão Executiva do Prémio, e, simultaneamente, prestar a nossa homenagem à memória do Professor Victor de Sá, um dos mais insignes historiadores portugueses do século XX.

Falando no específico do livro premiado, *Angola. Os Brancos e a Independência*, importa antes de mais referir que ele constitui uma adaptação da nossa tese de doutoramento em História e Civilização apresentada ao Instituto Universitário Europeu de Florença em 2007. No âmbito geral, a obra aborda a problemática das identidades e dos comportamentos políticos dos colonos portugueses em Angola desde 1910 até 1975. Mais concretamente, o livro analisa uma forma específica de nacionalismo elaborado pela população branca de Angola durante o domínio colonial português, o nacionalismo euro-africano. O nacionalismo euro-africano foi um protesto político que exigiu a independência de Angola, definida no âmbito das suas fronteiras coloniais, e que

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 44-45 (2009-2010), p. 317-322.

considerou a nação angolana como o resultado do encontro das esferas europeia e africana, pelo que atribuiu aos brancos um papel dinâmico na luta pela independência e na construção do Estado-Nação. Tratou-se de um fenómeno multifacetado, cujas causas e características foram o produto da intersecção de vários factores. Vejamos quais.

Por um lado, o nacionalismo euro-africano foi o produto directo do colonialismo demográfico português em Angola, na medida em que muitos dos colonos portugueses, que se estabeleceram nesse território, se consideravam os obreiros duma nova nacionalidade de matriz europeia em África. Uma concepção que estava em sintonia com as ideias que enformaram o povoamento branco de vastas regiões da África Austral na primeira metade do século XX, nomeadamente na África do Sul e na Rodésia do Sul. Como tal, os colonos brancos exprimiram, desde os tempos da 1ª República, um protesto político tendente à autonomia de Angola. Uma reivindicação que nunca foi bem entendida, nem muito menos aceite por grande parte do espectro político português e que originou algumas tensões entre os colonos e o governo de Lisboa. Por outro lado, a política centralista, autoritária e repressiva da ditadura militar e, depois, do Estado Novo de Salazar acabou por apressar – antes que evitar – a emergência do nacionalismo euro-africano, no sentido em que provocou uma radicalização – em termos nacionalistas – do protesto autonomista da população branca de Angola. Factos salientes desse nacionalismo foram a rebelião dos colonos em Luanda, em Março de 1930, as conspirações separatistas de colonos durante a 2ª Guerra Mundial e a formação de vários movimentos políticos clandestinos de carácter nacionalista, como por exemplo a Organização Socialista de Angola (OSA) e a Frente de Unidade Angolana (FUA).

Neste sentido, o nosso é um estudo sobre a elaboração de identidades políticas nacionalistas por parte daquele sector da população angolana racialmente definido como branco, mas cujo nacionalismo não correspondeu necessariamente a um nacionalismo de base racial. Tentámos assim explicar o processo político de transformação dos colonizadores europeus em nacionalistas africanos, ou melhor em nacionalistas euro-africanos. Várias foram as questões que colocámos ao longo do trabalho.

Em termos internacionais, a questão que colocámos foi a de que forma o estudo da minoria branca angolana – e no concreto do nacionalismo euro-africano – pode contribuir para uma melhor compreensão da história e das identidades políticas das comunidades brancas em África. A este respeito, demonstrámos que a colonização branca no continente africano era considerada uma continuação do povoamento europeu nas Américas e na Austrália. Portanto, tal como tinha acontecido nestes dois continentes, entendia-se que as colónias de povoamento europeu em África dariam origem a Estados autónomos ou mesmo independentes sob a hegemonia dos colonos e seus descendentes. No caso de Angola, verificámos que os colonos esperavam construir uma espécie de segundo Brasil, senão mesmo uma “Nova Lusitânia”. E foi com base neste ideal que os colonos elaboraram as suas identidades políticas e legitimaram os seus protestos políticos tendentes à aquisição duma autonomia política da metrópole, quando não do *self-government* (governo próprio ou auto-governo) e até da independência.

Mas falando no específico do colonialismo português, abordámos, por exemplo, o problema do relacionamento político entre o governo português e os colonos brancos, designadamente quanto ao controlo da administração colonial em Angola. Para o efeito, analisámos as relações políticas que se estabeleciam entre os quatro principais elementos da situação colonial: a) o Estado central metropolitano, que exercia a soberania política sobre a colónia; b) o Estado colonial¹, que era responsável pela manutenção da ordem e da autoridade; c) a população colonizada, em particular as suas elites europeizadas, que pretendia a supressão das estruturas do colonialismo; d) a comunidade dos colonos brancos, que almejava o controlo da economia, da sociedade e da administração coloniais. A este respeito, demonstrámos que as relações políticas entre o Estado central e os colonos brancos foram marcadas por um aceso

¹ Por Estado central entende-se o conjunto de órgãos de poder com sede na metrópole, que governa directamente o território metropolitano e superintende á governação da totalidade do Império colonial. Por Estado colonial entende-se o conjunto de órgãos políticos e administrativos com sede numa dada colónia e que administra o território dessa mesma colónia em nome da potência colonizadora. Muito embora esteja politicamente dependente do Estado central, o Estado colonial possui uma dinâmica própria semi-autónoma, a qual por vezes se exprime por meio de divergências e de tensões com o poder metropolitano.

conflito pelo controlo do Estado colonial em Angola. Após 1930, os colonos procuraram contrastar as tendências centralistas e autoritárias ditadura salazarista, mas o êxito do protesto político dos brancos foi muito limitado. De facto, as dinâmicas políticas protagonizadas pelos colonos brancos acabaram quase sempre por refluir para um estado político latente e o poder permaneceu solidamente nas mãos do governo de Lisboa, o qual favoreceu o capital metropolitano e internacional em detrimento dos interesses dos colonos. Isto porque a política colonial de Salazar teve sempre como objectivo impedir a autonomização política de Angola, quer pela mão dos colonos, quer pela mão das populações colonizadas. Salazar pretendia assim evitar em Angola uma evolução análoga à do Brasil.

Noutro âmbito, procurámos esclarecer as relações políticas entre nacionalistas euro-africanos e as guerrilhas africanas que conduziram a guerra de independência de Angola após 1961. Em primeiro lugar refutámos a ideia que as três guerrilhas africanas (FNLA, MPLA e UNITA) eram os únicos receptáculos políticos do nacionalismo angolano, demonstrando a existência política de outros movimentos, nomeadamente da Frente de Unidade Angolana (FUA). Fundada em 1961, a FUA foi o mais importante movimento nacionalista euro-africano. Perseguida pelo poder colonial, muitos dos seus membros foram presos e deportados pela PIDE. O movimento sobreviveu até 1975, tendo desaparecido já depois da assinatura do acordo de independência de Angola, porque foi posto fora da legalidade política estabelecida no Alvor. Procurámos também perceber porque motivo não foi possível estabelecer uma plataforma nacionalista unificada ou, pelo menos, um entendimento político entre nacionalistas africanos e euro-africanos em função anticolonial. A verdade, neste caso, foi que as guerrilhas africanas procuraram afastar os brancos da luta pela independência e, por esta via, excluí-los da construção do Estado-Nação em Angola. Por isso, não lhes reconheceram o direito à nacionalidade angolana pelo menos até 1975. A raça desempenhou aqui um papel muito significativo na delimitação da categoria política de branco e na alienação da sua legitimidade nacionalista. Para muitos nacionalistas africanos, o branco, só porque era branco, não era

um autêntico angolano, logo não tinha legitimidade política para lutar pela independência e até para aceder à nacionalidade angolana.

Por outro lado, Portugal, através do acordo de independência (o Acordo de Alvor, de 15 de Janeiro de 1975), considerou que a FNLA, o MPLA e a UNITA eram os únicos representantes legítimos do povo angolano e, por conseguinte, os únicos movimentos autenticamente nacionalistas. Todos os outros movimentos políticos foram considerados partidos “fantoques”, “reaccionários” e sem legitimidade política para continuar a existir. Portugal decidiu assim transferir o poder exclusivamente para as mãos das guerrilhas africanas, excluindo os brancos do processo de transição para a independência. Assim, reflectindo a concepção política autoritária da ditadura, pelo menos no âmbito da governação colonial, o novo poder revolucionário português impediu a participação dos representantes da população branca no processo de independência de Angola. Isto significa que o centralismo político da ditadura gerou uma descolonização ditada exclusivamente por um entendimento entre o novo poder revolucionário na metrópole e as guerrilhas nacionalistas na colónia, não deixando espaço político nem para o elemento branco, nem para as demais componentes da sociedade civil angolana. O resultado dessa exclusão foi o êxodo maciço dos brancos para o exterior, o qual foi, no imediato, impulsionado pela eclosão da guerra civil entre as três guerrilhas em Março de 1975.

Relativamente às fontes, julgamos oportuno sublinhar o carácter inédito de alguma documentação consultada para a elaboração do livro. Desde logo, analisámos um conjunto inédito de processos políticos do Arquivo PIDE/DGS, cuja disponibilização para efeitos de investigação solicitámos em primeiro mão à Torre do Tombo. No Arquivo Histórico Ultramarino trabalhamos com documentos do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar e da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos. No *Public Record Office*, em Londres, fomos pioneiros na consulta de documentação diplomática sobre a descolonização de Angola relativa ao ano de 1974. Trata-se de material produzido pelo antigo Consulado Britânico em Luanda e pela Embaixada Britânica em Lisboa, que nos deram uma perspectiva diferente – possivelmente

menos apaixonada do ponto de vista político e mais rigorosa em termos factuais – do processo de independência. No que diz respeito às fontes propriamente angolanas, conseguimos aceder aos espólios pessoais de alguns políticos angolanos, em especial o de Adolfo Maria, que contém documentação inédita sobre a FUA, os Movimentos Democráticos de Angola e o MPLA. Consultámos também a imprensa angolana do período colonial, em especial os jornais *A Província de Angola* e *Jornal de Benguela*, que revelaram um enorme manancial de informação sobre o protesto político dos colonos. Por fim, realizámos uma série de entrevistas a colonos e a nacionalistas angolanos, os quais constituem autênticos “arquivos vivos” da história de Angola.

Por último, julgamos necessário salientar a elevada politização do tema que tratámos neste livro: o das identidades políticas e do nacionalismo dos colonos brancos em África. Para essa politização contribuiu o carácter traumático da descolonização de Angola e de Moçambique e o êxodo maciço das respectivas populações brancas, bem como as controvérsias políticas em torno da secessão rodesiana e do regime do *apartheid* na África do Sul. Assim, a historiografia tem tratado os colonos brancos ou como um grupo politicamente amorfo – uma espécie de espectadores (passivos) dos fenómenos colonial e nacionalista – como no caso das colónias portuguesas; ou como um grupo colonialista e reaccionário, que procurou evitar por todos os meios as independências das respectivas colónias, nomeadamente na Argélia e na Rodésia. Esta perspectiva simultaneamente negligente e maniqueísta tem dificultado uma reflexão mais aprofundada sobre a história política das comunidades de extracção europeia em África. Procurámos com o nosso estudo ultrapassar esse maniqueísmo e esperamos sinceramente ter contribuído para a construção de um conhecimento mais estruturado do colonialismo português e do nacionalismo angolano. De qualquer das formas, duma coisa estamos certos: trabalhámos com honestidade intelectual, seriedade académica e rigor científico. Por isso temos a consciência tranquila.

GOVERNO DE PIMENTA DE CASTRO UM GENERAL NO LABIRINTO DA I REPÚBLICA

Bruno J. Navarro

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2010*

Governo do general Pimenta de Castro – breve análise politológica

Queria começar por agradecer ao digníssimo júri a atribuição deste prémio que me dá a honra de poder ver o meu nome associado a uma das distinções historiográficas mais prestigiadas em Portugal e a um dos mais insignes historiadores contemporâneos, figura modelar de dedicação à Cultura, à Academia e à Ciência, autor de um conjunto de obras de referência para todos aqueles que se interessam pelo estudo da história contemporânea e ele próprio fundador da área de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o saudoso doutor Victor de Sá.

Posso afirmar, sem qualquer espécie de exagero, que este prémio representa para mim o presente de Natal mais estimulante que alguma vez recebi; razão que me obriga a louvar e a agradecer o esforço de todas as entidades públicas e privadas que, apoiando esta iniciativa

* O discurso de apresentação da obra premiada foi publicado originalmente em *Forum*, Braga, 46. (2011), p. 165-180.

da Universidade do Minho, incentivam a produção historiográfica nacional, reconhecendo os trabalhos dos seus mais jovens cultivadores. Agradeço, por isso, também, à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, às Câmaras Municipais de Braga, Guimarães, e de Vila Nova de Famalicão, ao Governo Civil de Braga, à Fundação Cupertino de Miranda, e à Fundação Eng. António de Almeida.

Quis um feliz acaso que o trabalho vencedor desta 19ª edição do prémio Victor de Sá de História Contemporânea tivesse como objecto o período governativo do General Joaquim Pereira Pimenta de Castro, nascido nesta região do Minho, na freguesia de Santiago de Pias, no concelho de Monção e oriundo de uma das mais ilustres famílias portuguesas, com solar na freguesia de Friestas, concelho de Valença, ambos integrados do distrito vizinho de Viana do Castelo.

Tomei contacto pela primeira vez com este personagem histórico no meu último ano de licenciatura em História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa quando, por sugestão do Prof. Ernesto Castro Leal (prezado orientador da minha dissertação de mestrado), me dediquei ao estudo do jornal legitimista *A Nação* durante os anos de 1915-1916. E, desde logo, a percepção dos conturbados acontecimentos políticos que envolveram este curto período governativo, da já de si febril e desconcertante experiência da I República Portuguesa, me entusiasmaram a prosseguir no aprofundamento do seu conhecimento histórico, procurando aclarar a sua relevância relativa no contexto daquele regime político.

Incompreensivelmente, a importância do Governo do General Pimenta de Castro, foi reiteradamente secundarizada pela historiografia contemporânea portuguesa. Não obstante a existência de abundantes fontes documentais, dispersas entre correspondência oficial e particular, órgãos de imprensa e memórias de alguns dos principais actores da cena política da época, a verdade é que até aos nossos dias apenas chegaram abordagens marcadamente deficitárias, fragmentadas e parcelares, ou porque ideologicamente comprometidas, ou porque feitas genericamente, sem a necessária profundidade de análise, ao sabor de conveniências interpretativas e da contextualização histórica dos respectivos objectos de estudo, tantas vezes susceptíveis de caucionarem persistentes erros e vícios de apreciação.

Os factos históricos que percorrem este período de governação republicana são, contudo, suficientemente elucidativos: o consulado de Pimenta de Castro tem origem na primeira sublevação militar bem-sucedida da I República: o denominado “Movimento das Espadas” (sublinhe-se, de resto que, a partir daqui, os movimentos militares constituirão, até ao fim do regime, a única solução para alterar a situação política da República, cuja configuração político-partidária, consensualmente caracterizada por um “multipartidarismo imperfeito ou de partido dominante”¹, associada à excessiva preponderância do parlamento e à inexistência de um poder moderador, conduzia a uma situação insustentável de eternização no poder do partido preponderante. Neste caso o Partido Democrático, afecto a Afonso Costa, herdeiro da organização do velho Partido Republicano Português, para onde acorreram maioritariamente as redes de cacicato de província, no célebre e contestado movimento de *adesivismo* monárquico);

Mas será também com o Governo de Pimenta de Castro que se assistirá, também pela primeira vez, à reorganização das forças monárquicas e católicas no novo regime, agora dispostas a intervir legalmente na vida política republicana depois de goradas as tentativas de restauração pelas armas, lideradas por Paiva Couceiro, a partir de Espanha;

Paralelamente, regista-se, ainda, uma tentativa de reorganização do movimento operário, que até então se revelara manifestamente inactivo, na sequência dos ataques, particularmente severos, que lhe foram infligidos pelo primeiro governo de Afonso Costa;

No campo partidário republicano o governo de Pimenta de Castro conseguiu conciliar o apoio condicional e interessado dos líderes conservadores António José de Almeida (líder do Partido Republicano Evolucionista) e Manuel de Brito Camacho (líder da União Republicana) e, ainda do pequeno grupo de apoio ao “herói da Rotunda”, António Machado Santos (os denominados *reformistas*), todos eles apostados na liquidação da putativa supremacia política do Partido Republicano Português (*Partido Democrático*), nas primeiras

¹ Marcelo Rebelo de Sousa, *Os partidos políticos no Direito Constitucional português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 173.

eleições gerais do regime (aquele que seria o primeiro grande momento de clarificação política do regime republicano) que decorreriam, por vicissitudes várias, justamente, neste ano de 1915.

No plano externo, assiste-se a um agudo recrudescimento da *questão ibérica* (lançada vigorosamente nos círculos intelectuais e políticos de Espanha, com repercussão inflamada em Portugal, no debate político, nos órgãos de imprensa e nas polémicas conferências da Liga Naval promovidas pelo emergente movimento *integralista*), assinalando-se, ainda, uma inflexão na determinação intervencionista portuguesa na Grande Guerra, ao lado das forças aliadas.

Finalmente, Pimenta de Castro é o primeiro chefe de governo da I República a ordenar o encerramento do parlamento, permitindo, assim, que, pela primeira vez, se falasse em ditadura no regime republicano.

Este ministério extrapartidário durou apenas cento e dez dias, culminando com a revolução mais sangrenta do regime republicano (a Revolução de 14 de Maio). Os vencedores haveriam de justificar o acto revolucionário com a necessidade de apagar do poder uma afrontosa ditadura, alegadamente incompatível com os intangíveis ideais republicanos e de resgatar a legalidade constitucional. Os vencidos nunca deixaram de olhar para aquela revolução como um dos maiores crimes cometidos contra o país, denunciando a simples ambição partidária pelo poder, como a grande causa determinante do sacrifício de tantos portugueses. Entre estes últimos encontramos, nomeadamente, Fernando Pessoa que, poucos anos depois, consideraria a Revolução de 14 de Maio como a mais antinacional das revoluções portuguesas reconhecendo que “Pimenta de Castro foi o mais puro representante das classes-médias que foi ao poder em Portugal. Reflectiu perfeitamente a sua ânsia de paz, de tolerância e de liberdade”².

Tratando-se de um vencido, o Governo de Pimenta de Castro não conseguiu evitar a costumada condenação política, reclamada pelas forças vencedoras, que apressadamente cuidaram de relevar a alegada obra redentora da República (e do seu partido), denegrindo, com inusitado

² Fernando Pessoa. *Pessoa Inédito*, Orientação, coordenação e prefácio de Teresa Rita Lopes, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p. 208.

afinco, os seus “detestáveis” opositores, ainda que circunstanciais. Bastará referir que a data de 14 de Maio passou a ser celebrada anualmente, a partir de 1915, como um momento de catarse e refundação do regime, para se compreender a dimensão da campanha veiculada pela imprensa afecta ao partido dominante, que haveria de condicionar as futuras abordagens historiográficas.

Não surpreende, por isso que, desde então, sobre o Governo do General tenha pairado a suspeita de traição à República, por lhe ter infligido o primeiro desvio ditatorial, descobrindo-se-lhe até a secreta intenção de restituir os selos da nação à Monarquia e, no plano internacional, de pretender enjeitar as importantes responsabilidades do País, diante da conflagração mundial, decorrentes da nossa tradicional situação de aliados de Inglaterra, sobre ele pesando o sentencioso anátema de germanófilo.

Os testemunhos da época contribuíram, definitivamente, para o adensar da polémica em redor desta experiência governativa, revelando, frequentemente, juízos extremados e irreconciliáveis, que foram recebidos de forma mais ou menos apaixonada por uma linha historiográfica acentuadamente tendenciosa.

Importa, por isso, conhecer, desde já, as especiais circunstâncias que envolveram a governação de Pimenta de Castro (25 de Janeiro – 14 de Maio de 1915) e, para isso, teremos que recuar na História da I República até 7 de Agosto de 1914, dia em que numa sessão extraordinária da Câmara dos Deputados, convocada com urgência pelo Governo de Bernardino Machado, na sequência do início da Grande Guerra, foram atribuídas ao Poder Executivo as faculdades necessárias para, naquela conjuntura, “garantir a ordem em todo o país e salvaguardar os interesses nacionais, bem como para ocorrer a quaisquer emergências extraordinárias de carácter económico e financeiro”³. Nesse momento, os líderes partidários pronunciaram-se unanimemente a favor dessa autorização, notando previdentemente Machado Santos que se estava a confiar ao Governo um mandato ditatorial. Mais tarde, a 11 de Janeiro de 1915, a mesma câmara manteria em vigor as disposições daquela concessão especial enquanto persistissem as “circunstâncias que as

³ *Diário da Câmara dos Deputados*, 7 de Agosto de 1914.

determinaram²⁴. No poder encontrava-se agora o ministério *democrático* de Victor Hugo de Azevedo Coutinho (também conhecido no *bas-fond* da época, como o governo dos “miseráveis de Victor Hugo”), cuja constituição, censurada desde o início no Senado da República, parecia desagradar a amplos sectores da sociedade portuguesa, porventura ainda marcados pela deriva radical-jacobina de grande confrontação política e social, introduzida no regime pelo primeiro governo partidário de Afonso Costa.

Desenhou-se então uma aproximação estratégica entre Machado Santos e Manuel de Brito Camacho destinada a forçar a demissão daquele governo que resultou no concertado abandono parlamentar das forças políticas por eles dirigidas e que teve como consequência imediata a perda do *quórum* necessário para o funcionamento das duas câmaras, não sendo constitucionalmente possível preencher os lugares vagos, situação que não estava sequer prevista naquela lei fundamental. Em suma, o poder legislativo republicano atribuíra, desde Agosto de 1914, poderes especiais ao Poder Executivo que, na prática, consubstanciavam o exercício de um mandato ditatorial e permanecia em funcionamento muito para além do seu mandato de três anos, concluído a 2 de Abril de 1914, e legislando em condições de constitucionalidade muito duvidosa, não preenchendo sequer os requisitos de *quórum* deliberativo.

É pois neste contexto de crise política, agravada por uma tensão latente no meio militar, que deixava antever um quadro conflitual de dimensões alarmantes e consequências imprevisíveis para a vida do regime republicano (devida essencialmente ao gorar das expectativas reformistas colocadas no novo regime, rapidamente defraudadas pela propagação da indisciplina interna e agravada pela crescente intromissão de elementos civis nas instituições militares), que haveria de ter lugar a ascensão de Pimenta de Castro à Presidência do Ministério, convido, numa carta suplicante e quase pueril, pelo seu amigo pessoal, o Presidente da República, Manuel de Arriaga, para um mandato governativo com limites previamente estabelecidos: o General deveria presidir a um governo extrapartidário para acudir “com firmeza e prontidão”

⁴ *Diário da Câmara dos Deputados*, 11 de Janeiro de 1915.

à barafunda política do regime e ao crescente antagonismo entre a República e o Exército. Ao seu Governo caberia zelar pela pacificação e conciliação da família portuguesa, garantindo ainda a genuinidade do sufrágio que se avizinjava.

Pimenta de Castro era nesta altura o decano dos generais do Exército, amplamente reconhecido como um republicano *histórico*, embora declaradamente apartidário e, na verdade, muito crítico do estado de abatimento moral das novas instituições. Tendo granjeado prestígio no seio da instituição militar era, contudo, praticamente um desconhecido da vida política portuguesa, contando apenas no currículo com uma passagem fugaz e polémica pelo primeiro governo constitucional da República, chefiado por João Chagas, de onde foi compulsivamente exonerado (por alegadamente ter reagido com passividade à primeira incursão monárquica, liderada por Paiva Couceiro). Esta fragilidade, decorrente deste arresado passado político, (que seria, mais tarde, elucidativamente assinalada por um jornalista da época) expunha-o “a quanta cabala de desconfiança, a quanta reticência lhe quisessem arremessar sobre o nome e sobre as intenções, sem ter relações com a opinião pública suficientes a sustentá-lo. Para os republicanos passionais [e esta era efectivamente uma época de políticos passionais], o republicanismo do general não bastava: seria republicano histórico, mas a multidão só agora o sabia”⁵.

Organizou um ministério constituído, maioritariamente, por militares, mais ou menos distanciados das intensas lutas político-partidárias, sendo a todos reconhecida uma pouco recomendável inexperiência governativa.

Iniciada a actividade do Ministério, tratou de libertar os oficiais reclusos; levantou as suspensões de jornais, em nome da liberdade de imprensa; aboliu a censura telegráfica; proibiu a entrada nos quartéis a quaisquer elementos civis estranhos às instituições militares; extinguiu os Tribunais Militares Territoriais e aprovou um novo regulamento disciplinar para a instrução militar. No plano económico procurou enfrenar a grave crise de subsistências, ordenando a importação urgente de

⁵ *O 14 de Maio por um contemporâneo. Imparcial bosquejo histórico dos acontecimentos ocorridos em Portugal no dia 14 de Maio de 1915 e seguintes. Queda do governo Pimenta de Castro*, Porto, Tipografia Lusitânia, 1915, p. 11.

trigo exótico para venda a preços controlados; a execução de um conjunto de obras públicas que permitissem atenuar o crescimento galopante do desemprego; e a proibição da exportação de matérias-primas que fossem necessárias à indústria nacional. Ainda no plano das liberdades e garantias, pretendeu desagrar a Igreja Católica e, por inerência, as classes mais conservadoras da sociedade portuguesa, das inúmeras perseguições de que tinham sido vítimas, ao determinar a extinção das *cultuais*, oferecendo-lhes total liberdade de culto. Por outro lado, determinou uma amnistia aos “crimes, delitos e infracções disciplinares praticados por motivos políticos” que, na prática permitia o regresso ao país aos líderes das conspirações monárquicas. Manifestando um propósito genuinamente pacificador, procurou abrir um novo ciclo de tolerância política, para o qual considerava necessário assegurar todas as garantias para a reintegração social, profissional e política no regime, a todos os seus opositores, como forma de consolidar as novas instituições, adoptando assim, porventura ingenuamente, a proposta programática *evolucionista* de republicanização pela via da “atracção”.

Paralelamente, Pimenta de Castro decidiu interferir no processo eleitoral, alterando as suas disposições regulamentares, procurando o apoio necessário para concretizar a sua velha aspiração de instituir a efectiva adopção do sufrágio universal (que era aliás uma das principais reivindicações do Partido Republicano Português, na fase final da Monarquia Constitucional) e a criação de círculos uninominais, factores que considerava determinantes para a resolução dos problemas crónicos do país⁶. Em vez do apoio esperado contou imediatamente com a oposição generalizada dos restantes ministros e de todos os dirigentes político-partidários republicanos para quem aquelas duas alterações na Lei Eleitoral eram susceptíveis de ferir a República, podendo transformar o acto eleitoral num plebiscito que impusesse a restauração da Monarquia. Vencido na defesa das suas convicções recusou-se, no entanto, a adoptar

⁶ V. Joaquim Pereira Pimenta de Castro, *O projecto eleitoral do governo. O Sufrágio Universal e o proletariado. O nosso mal e a sua verdadeira causa. O triste futuro da Pátria. Um novo projecto eleitoral*, Portalegre, Tipografia de Francisco Cortes Sanches, 1883; V. tb. do mesmo autor, *Solução de problema importante*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1905; *Remédio aos males pátrios*, Famalicão, Tipografia Minerva, [1908]; e *O Ditador e a Afrontosa Ditadura*, Weimar, Wagner G. Humboldt, 1915.

o código eleitoral de 11 de Janeiro, elaborado à medida da conveniência do governo *democrático* de Azevedo Coutinho e aprovado sem quórum constitucional, apenas com os votos dos seus correligionários, optando por recuperar a Lei de 3 de Julho de 1913 (assente no voto capacitário e nos círculos plurinominais de lista incompleta), a que acrescentou a concessão do direito de voto aos militares. Adiou para 6 de Junho o acto eleitoral; alargou os prazos de recenseamento, para permitir a inscrição do maior número possível de eleitores e reduziu o número de círculos eleitorais, adoptando a delimitação administrativa distrital (procedimento que fora anteriormente instituído nas ilhas adjacentes e províncias ultramarinas, e que já regulava a eleição do Senado).

Efectivamente, quase todas estas leis, decretadas por iniciativa do Governo, representavam uma evidente intromissão nas competências constitucionais exclusivas do poder legislativo. Mas Pimenta de Castro e os seus defensores não hesitaram em justificá-las formalmente com a referida autorização especial da Câmara dos Deputados, aprovada a 7 de Agosto de 1914 (a tal que, na prática, conferia ao Governo as faculdades para governar ditatorialmente) e, politicamente, pela constatação do funcionamento irregular do Congresso da República, potencialmente susceptível de agravar a tensão política e social.

Impunha-se, por esta razão, obstar o funcionamento daquele órgão de soberania cujo mandato deveria estar já concluído, permanecendo em funcionamento irregular. Assumia-se objectivamente uma “ditadura de comissário”, teorizada por Carl Schmitt, caracterizadora de um modelo governativo de excepção, subsidiário da ditadura da Roma republicana, que é accionado “para resolver problemas decisivos e conjunturais, com carácter de emergência” e durante um curto período de tempo”, sem condicionalismos decorrentes da “dispersão de centros de poder”⁷. Esta pareceu-nos ser a melhor caracterização formal deste período governativo, depois de analisados vários modelos e sobretudo depois de avaliada

⁷ José Miguel Júdice, “Ditadura” in *Polis. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política*, Vol. II, Lisboa, Verbo, 1983, pp. 636-637. V. tb. Jorge Pais de Sousa, *Guerra e Nacionalismo na I República e no Estado Novo, entre a Democracia e a Ditadura (1914-1939)*, Dissertação de doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Prof. Doutor Luís Reis Torgal, Coimbra, 2008, p. 96.

a conjuntura política inerente. Tratava-se, na prática, de uma suspensão das garantias constitucionais, feita no plano da legalidade, através de uma autorização especial do órgão de poder competente. Poder-se-ia, porventura, classificar de “ditadura técnica”, como sugeriu, recentemente, José Adelino Maltez, para caracterizar um modelo ditatorial, conjuntural, originado “numa mera vontade de poder e na ousadia e ambição de uma pessoa ou de um grupo”. Parece-nos, contudo, uma classificação inapropriada para o Governo de Pimenta de Castro, uma vez que a sua ascensão, decorrente de um movimento de oficiais, não visava conquistar o poder para o meio castrense, sendo, antes, um gesto de insubordinação contra a orientação política da governação. De resto, a formação deste governo não foi imposta, sequer, pelos oficiais do Exército, tendo partido de uma iniciativa individual do Presidente da República, no âmbito das suas prerrogativas constitucionais, ficando deste modo contraditada a ideia veiculada por alguma historiografia de que este governo resultou de um golpe de estado presidencial.

Quanto à natureza do poder, não poderia, por motivos óbvios, ser classificada como ditadura “totalitária” (à imagem dos regimes nazi e estalinista), ou como ditadura “cesarista” (ao estilo napoleónico), nem sequer de ditadura “autoritária (ou simples)”, que politólogos como Mario Stoppino atribuem aos modelos de governação similares aos de Oliveira Salazar e do Generalíssimo Franco. Do mesmo modo, não seria plausível considerá-la uma “ditadura conservadora ou de ordem”, quanto à sua finalidade, uma vez que este conceito se destina a experiências governativas que visam essencialmente “defender o *status quo*, do perigo de mudança”. Muito menos a poderemos considerar, também por motivos óbvios, uma ditadura democrática, como consta no subtítulo de uma reedição recente da obra do proficiente jornalista, Rocha Martins, dedicada àquela governação (parecem-nos de facto duas palavras incompatíveis).

Manuel de Arriaga referenciou-a, na época, como uma “ditadura comezinha”, o próprio Rocha Martins dizia tratar-se de uma “ditadura mansa” e alguma imprensa moderada invocava a memória de Basílio Teles para ali reconhecer uma “ditadura consentida”.

No entanto, a sua face expôs-se rudemente, diante da população lisboeta, no dia 5 de Março, previamente agendado para a realização de uma despropositada sessão ordinária do Congresso (não deixa de ser curioso que o poder legislativo, depois de ter terminado oficialmente o seu mandato e de ter conferido poderes especiais ao poder executivo para assegurar o funcionamento institucional, tivesse, como que precavidamente, agendado uma reunião extraordinária, dois dias antes da projectada realização do acto eleitoral). Pimenta de Castro mandou cercar o Palácio de S. Bento por um forte dispositivo policial, negando, “corajosamente” (como notou o próprio doutor Victor de Sá), o acesso ao edifício, aos deputados e senadores que ali se apresentassem. Discretamente, os *democráticos*, inteirados da decisão do governo, tinham já acertado a realização daquela sessão em Santo Antão do Tojal (Loures), onde, à margem de todas as disposições regimentais internas, trataram de desancar a afrontosa ditadura, declarando o Presidente da República e o chefe do Governo fora da lei e apelando à insubordinação de todos os agentes públicos a autoridades administrativas. Rapidamente se verificou a adesão da sua clientela partidária, rebelando-se, sobretudo, no poder local, contra o cumprimento das determinações eleitorais. O Governo, vendo-se forçado a reagir com uma nova violência institucional, decretou a dissolução dos corpos administrativos refractários e a sua substituição por comissões administrativas, propostas pelos governadores civis, dando ordem de prisão a todos aqueles que se recusassem a fazer a entrega de bens em sua posse.

A inexperiência política dos governantes e a sua obstinação por formalismos legais que, sistematicamente e atabalhoadamente, expunham a ditadura, oferecia-se como um irresistível trunfo, para o directório do Partido Republicano Português (*Partido Democrático*), a maior organização partidária da República, muito experimentada nas técnicas de propaganda política e agitação popular. Nos seus órgãos de imprensa, em comícios e demais eventos públicos, orquestraram uma campanha formidável de descrédibilização da acção do governo, que sumariamente condenava a existência aviltante de uma ditadura odiosa, despótica,

discricionária, persecutória, germanófila, inimiga da liberdade e da constituição, pérfida traidora do regime e da nacionalidade.

Secretamente, foi constituída uma Junta Revolucionária, destinada a aliciar elementos civis e militares para um movimento revolucionário que apeasse os “tiranos”, dissimulando-lhe a vinctada inspiração partidária, com a aparência de uma insurreição conglutinadora do espírito republicano, disposta a refundar o regime e a sanear as suas instituições.

Pimenta de Castro, dotado de uma personalidade impetuosa e excêntrica, ignorou todos os sinais de conspiração, bem como todas as atoardas de traição à República, demagógicamente lançadas sobre o seu nome, confiando, obstinadamente, no apoio que lhe fora oferecido no início da governação e apostando, porfiadamente, numa orientação governativa moderada que, verdadeiramente, não agradava a ninguém.

Confiava na lealdade dos oficiais, que o elevaram ao poder e que, logo a seguir, lhe prestaram uma imponente homenagem no Terreiro do Paço, não percebendo que esses oficiais já não dispunham de prestígio, nem de autoridade disciplinar nas casernas, capazes de influenciar os seus subordinados.

Julgava dispor de um amplo apoio na sociedade civil (que também lhe dedicou uma manifestação popular), sentindo-se firmemente suportado pelos partidos republicanos conservadores, pelas forças operárias, pelos católicos e pelos monárquicos, desconhecendo a volatilidade desse apoio, sempre dependente da satisfação dos seus interesses pessoais e de facção, apenas concordantes no ódio aos democráticos e na necessidade de desmantelar o seu presumido predomínio político nas instituições.

Os monárquicos, atraídos para a luta política dentro da I República, com todas as garantias de cidadania e de intervenção pública, rapidamente se esqueceram da fragilidade da sua condição, aventurando-se numa acintosa reorganização interna, com o objectivo declarado de derrubarem o regime por dentro. Inadvertidamente, prestavam uma preciosa colaboração à campanha demagógica e revolucionária que, justamente, apresentava o governo de Pimenta de Castro como símbolo das forças reaccionárias e anti-republicanas.

Unionistas e evolucionistas travavam uma guerra silenciosa pelos favores do Governo, procurando utilizá-lo como trampolim para a sua ascensão ao poder. O apoio concedido a Pimenta de Castro periclitava a cada nomeação ministerial ou administrativa, avolumando-se a emidência de crise se acaso essa distribuição de cargos contemplasse também alguns monárquicos. A evolução da conjuntura governativa acabaria por demonstrar que Pimenta de Castro, reactivamente, hostilizava o partido de Afonso Costa. Por outro lado, revelava uma crescente cumplicidade com António José de Almeida e com Machado Santos que determinaria o progressivo afastamento de Brito Camacho (líder do partido que congregava um número significativo de oficiais do Exército). A ruptura definitiva aconteceria depois de fracassadas as negociações para a constituição de uma lista conjunta, patrocinada pelo governo e constituída por independentes, *evolucionistas, unionistas e reformistas*, destinada a assegurar uma maioria conservadora-moderada no futuro Congresso da República.

Os *democráticos* jogavam aqui a sua sobrevivência política. Do seu lado tinham todas as forças que em Portugal estavam disponíveis para se baterem por razões políticas: o grupo de soldados, cabos e sargentos, que não aceitavam submeter-se aos seus superiores hierárquicos e as forças civis, seduzidas maioritariamente pelas promessas de saneamento das repartições do estado. Ou seja, praticamente os mesmo que garantiram o êxito da revolução de 5 de Outubro. O resto do país que, como notou Raul Brandão, era a sua grande maioria, não se deixava impressionar, verdadeiramente, com este tipo de questões, e muito menos estaria disponível para se bater por elas.

O movimento revolucionário não teve, por essa razão, grandes dificuldades para impor o derrube do frágil ministério de Pimenta de Castro, conseguindo, desse modo, abrir caminho para uma vitória retumbante do Partido Republicano Português (*Partido Democrático*) nas primeiras eleições gerais do regime, não havendo, efectivamente, outro objectivo na sua génese. Podemos por isso afirmar que o 14 de Maio, enquanto revolução engendrada por conveniência partidária, que não hesitou em sacrificar a vida de mais de duzentos portugueses, ferindo mais de mil, representa, ainda hoje, uma das páginas menos edificantes da história nacional, bem

reveladora dos excessos que podem ser motivados pela ambição desmedida de poder. E veio também confirmar que o novo regime, timidamente nascido a 5 de Outubro de 1910, nunca seria um lar franqueado a todos os portugueses, daqui resultando a sua breve e convulsa existência.

Algun tempo mais tarde, um elemento ligado à Junta Revolucionária do 14 de Maio, admitiria a injustiça cometida contra aquele homem contraditório que, sendo fidalgo, abraçara a República e sendo republicano, fora amigo pessoal do Rei D. Carlos: “É um homem bom — e o povo revolucionário acreditou-o um perseguidor. Supondo dispor de um exército, recusou-se a empregar a sua ilusória força — e o povo revolucionário julgou-o uma ferocidade despótica. É general — não conhece os seus soldados. É republicano — não conhece os seus correligionários. É um ancião — e nada conhece da vida nem dos homens. É um esteio leal do regime — dão-o por traidor. Imagina-se querido — e tem quem o odeie (...). Quer pacificar — e levanta barricadas. É um republicano que quer sinceramente salvar a República — e é acusado de a comprometer. Quer salvar um ancião que se lhe entrega e lhe entrega o Estado, e perde esse ancião. Para que tudo pareça contradição, neste verdadeiro espírito de contradição, é um militar e quer governar à paisana, é um ditador e prende-se, embrenha-se, enleia-se, detém-se nas teias de aranha da legalidade”⁸.

Entrevistado pelo jornalista republicano espanhol Félix Lorenzo que, nas suas crónicas, não escondia uma grande admiração pelo chefe do Governo deposto, Pimenta de Castro reafirmava-se de consciência tranquila: “não fiz mal a ninguém, não persegui ninguém. Estou certo de ter governado de um modo amplamente liberal. Indultei os expatriados, dei à imprensa uma liberdade absoluta. Acreditei sempre que a liberdade não era liberdade se não fosse para todos”. “Tudo isto é verdade”, afirmava Félix Lorenzo que, nesse momento, recordava que o general Pimenta de Castro fora republicano toda a sua vida, desde a juventude, quando eram monárquicos alguns dos que nesse momento dizia pretender salvar a República. “Serviu a sua Pátria com lealdade, sem abdicar jamais das suas ideias. E agora quis prestar-lhe o último

⁸ *O 14 de Maio por um contemporâneo*, p. 33.

serviço. Mas agora são tantos a servi-la que ele ficou de fora”⁹ (não deixa de ser significativo que a revolução do 14 de Maio fosse liderada pelo capitão de fragata, Leote do Rêgo, um fervoroso apoiante da ditadura *franquista* no tempo da Monarquia).

A propalada *afrontosa ditadura* não se sentia nas ruas, onde, durante este período, viveu mais sossegadamente a população portuguesa. Não se sentia na imprensa a quem foi permitido todo o tipo de liberdades. Não era sequer condenada pelo poder judicial, a quem competia verificar o cumprimento da lei, e que, na sua maioria, se pronunciou pela validade e legalidade dos decretos governamentais. Sentia-se apenas no directório do Partido Democrático, onde verdadeiramente se temia a liquidação da sua discutível preponderância nacional, forjada no afunilamento do sufrágio, na fraude eleitoral e na consolidação de uma rede clientelar de caciques.

O novo governo, saído da revolução, não submeteu os “ditadores” a um julgamento pelos crimes alegadamente cometidos. Esta decisão, longe de representar uma manifestação de condescendência, ou comiseração, pelos vencidos, servia, essencialmente, para evitar que o movimento revolucionário ficasse manchado por uma mais que provável condenação judicial e se assistisse a uma indesejável absolvição dos putativos tiranos.

Ao Ministério Pimenta de Castro era assim vedada qualquer hipótese de defesa, diante das violentas acusações que sobre si impendiam. À cautela, os revolucionários preferiam não revolver os fundamentos do 14 de Maio, bastando-lhes ver os ditadores punidos com o afastamento dos respectivos serviços civil e militar e, deste modo, relegados para uma merecida obscuridade, pela enxurrada revolucionária.

Uma última nota, necessariamente breve, para abordar o posicionamento do ministério de Pimenta de Castro no plano internacional.

Durante algum tempo, parecia consensual a ideia de que este Governo teve uma orientação tendencialmente germanófila, no contexto do conflito europeu. Por detrás desta corrente de opinião, suportada, objectivamente, por alguma historiografia nacional, encontrava-se obviamente a propaganda *democrática*, que desejava destacar os seus

⁹ Félix Lorenzo, *Portugal, cinco años de República. Impresiones de un periodista español*, Madrid, Est. Tip. de la Sociedad Editorial de España, 1915, p. 167.

patrióticos propósitos intervencionistas e *aliadófilos*, por oposição àqueles que, alegadamente, prejudicavam os interesses nacionais no contexto externo por não manifestarem idêntica determinação. A espuma dos dias da vida política da época encontrava razões para descobrir as inclinações *germanófilas* de Pimenta de Castro no simples facto de este ter enviado, pelo seu ajudante de campo, num simples gesto de cortesia diplomática, um cartão de felicitações pelo aniversário do Kaiser, ao ministro alemão em Portugal. Paralelamente seria lançada na imprensa a atoarda de que Pimenta de Castro recebia até lições de língua alemã.

No entanto, a publicação, em 1920, do denominado *Livro Branco*, relativo à participação de Portugal na Grande Guerra e, mais recentemente, da compilação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Portugal na Primeira Guerra Mundial*, veio aclarar o posicionamento deste governo, relativamente às relações estabelecidas com aquelas potências em confronto.

Provida destes novos elementos, a historiografia mais recente tem classificado o governo de Pimenta de Castro como defensor da neutralidade nacional, no contexto da guerra europeia.

O nosso trabalho demonstra, com recurso a um significativo conjunto de fontes históricas, que o Governo de Pimenta de Castro, além de nunca ter manifestado qualquer intenção de se aproximar da Alemanha, jamais demonstrou vontade de agir, na política externa, sem o acordo político da Inglaterra, facto que foi sempre muito bem recebido pela diplomacia britânica. Como notou, recentemente, Armando Malheiro da Silva, “a tensão nas relações luso-alemãs não diminuiu com o recuo táctico da “ditadura” pimentista, [ao ordenar o licenciamento da força militar em preparação para combater na frente europeia da guerra], e tendeu mesmo a crescer ou a agravar-se dentro do quadro da neutralidade beligerante”¹⁰.

No plano das relações peninsulares ficou também demonstrado que Pimenta de Castro procurou eliminar todos os focos de tensão política entre os dois países, estrategicamente aproveitados por certas

¹⁰ Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, Vol. 1: *História de uma vida*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 356-365.

correntes de opinião clericais, ultra-direitistas e imperialistas, na corte de Alfonso XIII, para alimentarem os seus propósitos intervencionistas para uma ambicionada anexação de Portugal.

Em Madrid, a acção diplomática de Augusto de Vasconcelos, concertada com o Governo português, junto da classe política espanhola, não apenas inviabilizou o agravamento das relações, mas pautou-se sobretudo por uma vontade assumida de aproximar as duas nações vizinhas, com o objectivo de superar o permanente ambiente de desconfiança. Augusto de Vasconcelos, por sua iniciativa individual, empenhou-se em sensibilizar os principais responsáveis políticos espanhóis para a necessidade de estabelecer uma aliança luso-espanhola, pela assinatura de um Tratado de Aliança Política e Militar, que obtivesse o necessário beneplácito da Inglaterra, com o qual pretendia solucionar todos os problemas da defesa territorial portuguesa.

A Revolução de 14 de Maio haveria de inviabilizar também este projecto, do mesmo modo que, rapidamente, a diplomacia portuguesa retomaria os seus propósitos intervencionistas com os resultados devastadores que hoje conhecemos.

Estas são, em síntese, algumas das principais conclusões da obra que, em boa hora, decidi submeter à apreciação do digníssimo júri do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, e que, apesar da sua honestidade, não representa mais do que um contributo modesto e desprezioso, para juntar ao esforço historiográfico de tentativa de compreensão de um dos períodos mais conturbados, contraditórios e, por isso mesmo, mais fascinantes, da história de Portugal.

MARGEM DE CERTA MANEIRA. O MAOISMO EM PORTUGAL: 1964-1974

Miguel Cardina

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2011*

Foi com imensa alegria que recebi a informação, há algumas semanas, da atribuição do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea a *Margem de Certa Maneira. O maoismo em Portugal: 1964-1974*. Este é um dos mais antigos e prestigiados prémios concedidos em Portugal na área das ciências sociais e basta consultar a lista de vencedores ao longo destes vinte anos para aí reconhecermos nomes e trabalhos hoje de inegável importância no campo da História Contemporânea portuguesa. O meu primeiro agradecimento vai, por isso, para o Conselho Cultural da Universidade do Minho, que afincadamente tem sabido manter esta iniciativa, que constitui sem dúvida um importante estímulo para a afirmação continuada da História Contemporânea tal como vai sendo produzida pelas novas gerações.

Este estudo consistiu inicialmente numa tese apresentada à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de doutor. Compete-me desde logo agradecer ao professor Doutor Rui Bebiano, orientador científico do projecto e que sempre acompanhou o seu desenvolvimento de forma próxima e crítica. Cabe-me também agradecer aos restantes membros do júri das provas, professores Doutores Fernando Rosas, José

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 14 de Dezembro de 2011, no Salão Nobre da Universidade do Minho.

Manuel Lopes Cordeiro, Amadeu Carvalho Homem e Paula Godinho, que souberam transformar aquele momento académico numa sessão de efectivo debate. Muitas das sugestões aí efectuadas foram integradas numa versão posterior do trabalho, que corresponde já à versão submetida ao prémio. Gostaria igualmente de agradecer ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ao Centro de Documentação 25 de Abril, instituições onde desenvolvi muito do trabalho de investigação e de escrita que dá corpo a este estudo.

Como todas as investigações, também esta tem uma história interna e um percurso prévio. Em Novembro de 2005 defendi a minha dissertação de mestrado sobre a politização dos movimentos estudantis em Coimbra no declínio do Estado Novo e apercebi-me então que, logo após a crise académica de 1969, era possível reconhecer um outro período crítico. Se a “crise de 69” havia dado origens a formas de protesto muito participadas, onde a tónica política se colocava na democratização do ensino e da sociedade, o período seguinte fora marcado por lógicas de protesto mais fragmentadas, pelo despontar de novas bandeiras de luta mais contundentes e pela afirmação de uma cultura de empenhamento político que se mostrava bastante afastada dos modelos mais tradicionais de sociabilidade estudantil. Essa ambiência rebelde – naturalmente permeável ao eco das contestações juvenis que iam ocorrendo um pouco por todo o mundo – impulsionava e ao mesmo tempo era alimentada por um complexo radical nem sempre orgânico mas profundamente ideologizado. Ao compreender então que o maoismo constituía um dos mais activos e mais diversificados eixos desse radicalismo, decidi dedicar-lhe uma investigação de maior fôlego.

Esta é, de certo modo, a pré-história deste estudo que examina o modo como o universo maoista se materializou em Portugal, quer em termos organizativos, quer ao nível da construção de um dado imaginário político. Dividido em duas partes, a primeira concentra-se na análise detalhada dos diferentes grupos maoistas – ou “marxistas-leninistas”, como mais vulgarmente se autodesignavam – existentes no país entre 1964 e 1974. Cada capítulo debruça-se sobre cada uma das organizações, destacando a sua génese, configuração programática e radicação

social e política. Na medida em que a história do maoísmo português estava praticamente por fazer, esta parte adquiriu necessariamente uma componente amiúde descritiva, mas que me pareceu fundamental para contrariar alguns lugares-comuns que frequentemente surgem sobre este tempo e este activismo específico, bem como para suportar uma análise de cariz mais interpretativo que empreendo na segunda parte.

O nascimento da corrente “marxista-leninista” não pode ser desligado da definição de um campo ideológico pró-chinês que mundialmente se edificou através da concordância com a linha de demarcação delineada por Mao Tsé-Tung relativamente aos soviéticos. Se o ano de 1956 – com a denúncia dos crimes de Estaline no decorrer do XX Congresso do PCUS – assinala o momento inicial da “degeneração” denunciada pelo PC chinês, os anos seguintes vieram aprofundar e tornar irreversível o processo de afastamento. Em cada país, os emergentes comités m-l procuraram em regra verificar de que forma esse processo se plasmava no respectivo partido comunista, afirmando ao mesmo tempo uma linha política alternativa derivada da crítica chinesa à “coexistência pacífica”.

Em Portugal, Francisco Martins Rodrigues, antigo membro do Comité Central e da Comissão Executiva do PCP, foi o condutor fundamental dessa demarcação, que se iria materializar organizativamente na constituição da Frente de Acção Popular (FAP) e no Comité Marxista-Leninista Português (CMLP). Sintetizada no documento *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, e posteriormente na série de artigos publicados no jornal clandestino *Revolução Popular*, a crítica de Martins Rodrigues desdobrava-se em três tópicos. O primeiro dizia respeito à via para o levantamento nacional e à questão da luta armada, que se considerava necessário preparar, nomeadamente após o agitado biénio de 1961-62 e o início das guerras coloniais em África. O segundo referia-se ao estabelecimento de uma linha que se afastasse da política de unidade nacional antifascista, assente numa “aliança de classes” e na tese da “revolução democrática e nacional”. Na leitura de Martins Rodrigues, este laço de fundo com sectores da burguesia liberal e democrática era capitulacionista pois escamoteava a importância do combate ao capitalismo e ao colonialismo em detrimento da construção de uma

frente anti-salazarista que, em última análise, englobaria exploradores e explorados, colonialistas e anticolonialistas, burguesia e proletariado. O último dos tópicos ocupava-se de questões internacionais, defendendo uma linha para o movimento comunista internacional sintonizada com a crítica ao “revisionismo” e ao “imperialismo”, numa referência óbvia ao diferendo sino-soviético.

Não obstante a vida breve da FAP e do CMLP, fortemente atingidos pela PIDE em 1965 e 1966, o legado teórico elaborado nesta primeira fase do maoismo português não deixou de se reflectir na configuração programática das organizações que despontaram no momento seguinte. Caracterizadas por um crescente cisionismo, elas revelaram traços distintos a partir de 1970, sobretudo com a irrupção de grupos como o MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) e *O Grito do Povo*, transformado em OCMLP (Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa) após a fusão com os núcleos *O Comunista*, actuanes sobretudo na emigração europeia. Apostadas na afirmação de uma “linha de massas”, estas organizações desenvolveram um activismo aguerrido, particularmente enraizado nos meios juvenis e estudantis, mas que logrou igualmente assomar a alguns terrenos populares e operários.

De facto, o campo estudantil teve um papel destacado na fermentação da ecologia radical m-l. Foi nas universidades e nos liceus que muitos activistas tomaram contacto com o rudimentos ideológicos do comunismo, ao mesmo tempo que desenvolveram competências ligadas à organização e à argumentação política e teceram solidariedades prolongadas. Aliás, pude beneficiar no decorrer deste trabalho de algumas dessas malhas de conhecimentos e amizades, que faziam com que cada entrevista, contacto ou conversa se prolongasse numa outra entrevista, num outro encontro, num outro depoimento, que desocultava vivências com cerca de quatro décadas.

Apesar da importância do ambiente estudantil na emergência do campo maoista em Portugal, procurei igualmente dar conta do desenvolvimento de dinâmicas militantes que extravasaram claramente os terrenos limítrofes das escolas. Exemplo disso foi a presença do MRPP, desde a sua fundação em 1970, na margem norte

de Lisboa, sobretudo na zona de Vila Franca de Xira e de Alverca; a radicação de *O Grito do Povo* em zonas populares na área do Porto e o seu aparecimento noutros territórios nos quais fez trabalho de “implantação” (fenómeno ao qual dediquei um capítulo específico); a acção de grupos como a URML (Unidade Revolucionária Marxista-Leninista) ou os CCR (m-l) (Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas) na margem sul; a direcção do Sindicato dos Químicos por parte de militantes afectos ao CRML (Comité Revolucionário Marxista-Leninista); a influência de grupos como o PCP (m-l) (Partido Comunista de Portugal marxista-leninista) e *O Comunista* junto de sectores populares emigrados, sobretudo em França. Para se compreender esta influência crescente, é importante ter em conta o influxo de momentos como as “eleições” de 69 ou de opções de fundo como a vontade de eleger a guerra colonial como o principal eixo de contestação, ao qual aparecia frequentemente associado um discurso legitimador da deserção.

Mais do que uma declaração genérica de pacifismo, a deserção aparecia como uma recusa moral em engrossar o lado colonialista do combate. Tenham ou não sido tentados pela sombra da luta armada, os grupos maoistas portugueses foram sem dúvida marcados por um desejo de ruptura no qual a presença das armas era observada como um elemento necessário para o derrube da ditadura e para a instauração de uma sociedade sem classes. A isto não é alheio, naturalmente, a difusão de um imaginário de teor terceiro-mundista, confiante na capacidade emancipatória das populações colonizadas, e que se alimentou de elementos diversos, que iam desde os ensinamentos de Mao aos exemplos de combate abnegado e sem tréguas como os protagonizados por Guevara ou Ho-Chi-Minh. Se Cuba e o Vietname não configuravam no presente o mundo por vir – papel reservado à Albânia e, sobretudo, à China – as coordenadas éticas e políticas do radicalismo alimentaram-se fortemente da simpatia perante estes fenómenos. Absorvida pela esquerda radical, da qual o maoismo foi um dos frutos mais evidentes, esta sedução pela imagem do povo colonizado em revolta inseria-se no que Michael Löwy e Robert Sayre classificaram como “romantismo revolucionário”, ou seja, o

repúdio pelos valores sociais e culturais da moderna civilização capitalista em nome de sonhos de futuro libertadores e igualitários.

Constituem eixos principais da segunda parte deste trabalho: 1. a imaginação de lugares-outro; 2. a visão do papel dos operários e dos camponeses nos processos de transformação social; 3. as diferentes dinâmicas de construção das subjectividades militantes; 4. a imbricação entre política e práticas artísticas e culturais neste campo ideológico; 5. o posicionamento perante a guerra colonial; 6. O activismo político no exílio; 7. as temáticas da tortura, do porte e do conflito político na prisão. Esta segunda parte ancora-se no conceito de “imaginário”, entendido – na esteira de autores como Cornelius Castoriadis, Michel Maffesoli ou Bronislaw Baczko – como magma dinâmico de significados que, simultaneamente, resulta do agir humano e o impulsiona. Através da documentação escrita, mas sobretudo por intermédio do testemunho oral, foi possível perceber como a adesão a um ideário político, os modelos de militância adoptados ou os comportamentos em contexto de tortura e prisão, por exemplo, não foram independentes de motivos sociais, económicos e políticos, mas também não foram alheios às dinâmicas interaccionais que se estabeleceram no interior dos grupos, às convicções partilhadas pelos sujeitos e às circunstâncias e percursos de cada indivíduo.

O número significativo de organizações e a pluralidade de modos de pensar, sentir e agir que enformaram esta galáxia ideológica, faz com que se tenha de enfrentar a questão da unidade ou diversidade deste terreno, tema ao qual dediquei uma parte significativa da conclusão. De facto, os próprios termos “marxista-leninistas” (ou “m-l”) e “maoista”, utilizados por vezes como sinónimos, podem referir-se a momentos ou mesmo linhagens distintas do movimento. Com efeito, se a primeira fase do maoismo – historicamente coincidente em Portugal com a experiência da FAP e do CMLP – foi autocaracterizada como “marxista-leninista”, a partir de 1970 começaram a aparecer as expressões “marxismo-leninismo-maoismo”, “maoismo” ou “pensamento Mao Tsé Tung”. Não tendo sido o único, o MRPP foi o grupo que mais se distinguiu na utilização de “maoismo” como rótulo caracterizador. Ambas pró-chinesas, as duas linhagens evocavam duas Chinas

diferentes: a China do conflito sino-soviético, no primeiro caso; a China da Revolução Cultural, no segundo caso.

Uma linha divisória também pode ser traçada entre os grupos que consideravam que o PCP havia sofrido um processo de degenerescência, pelo que se tratava de “reconstruir o Partido”, e o MRPP, que a partir de 1972 é claro na sua afirmação de que nunca existira em Portugal um partido verdadeiramente comunista. Um outro traçado possível consiste em dividir o movimento entre uma vertente mais “burocrática” e outra mais “espontaneísta”. A primeira colocava o acento tónico na organização, nos cuidados conspirativos e na formação política dos “revolucionários profissionais”, enquanto a segunda, muito notória no MRPP e na OCMLP, acentuava a ideia de “construção do partido na luta”. Uma outra distinção ainda seria realizável entre um maoísmo que, na ânsia de identificação com “as massas”, observava com reverência uma mais ou menos imaginada “moral proletária”, de traços conservadores, e um maoísmo mais alinhado com o carácter filolibertário da época. Neste caso, o que vale para os colectivos vale também para os indivíduos: no âmbito das mesmas organizações ou no corpo dos mesmos sujeitos, o imaginário de rebelião como festa debateu-se muitas vezes com o puritanismo e o refreamento do quotidiano em nome da abnegação política; a busca de linguagens estéticas fora do neo-realismo conviveu com o entendimento da arte como elemento imediato da luta de classes; a defesa de práticas mais informais e participadas de decisão política chocou com o dirigismo e o controlo organizativo.

Uma última palavra para as fontes e a metodologia. Utilizei três grandes conjuntos de fontes ao longo deste trabalho: documentação oriunda das organizações e publicações da época, maioritariamente consultadas no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, mas também na Biblioteca-Museu República e Resistência, na Hemeroteca Municipal de Coimbra e no Arquivo da Fundação Mário Soares; processos oriundos do arquivo da PIDE/DGS, depositado na Torre do Tombo; e, por fim, entrevistas e depoimentos de antigos activistas.

Recolhi, no total, oitenta e cinco testemunhos que assumem ao longo do estudo um papel bem maior do que a simples corroboração da informação escrita previamente acessível. Tenho a plena consciência de que não só não conseguiria traçar um retrato do imaginário da extrema-esquerda maoista sem recorrer a eles, como a própria análise da génese e do desenvolvimento de cada organização ficaria seriamente comprometida se se confinasse exclusivamente às fontes da época procedentes dos grupos ou da polícia política. Cada uma delas tem, à sua medida, lacunas comprometedoras para o conhecimento histórico, resultantes do seu contexto de produção e da intencionalidade que buscavam. A incorporação de um terceiro núcleo de fontes – as fontes orais, com limites hermenêuticos próprios, de que se procura dar conta ao longo do trabalho, mas também com inegáveis potencialidades para uma investigação deste género – obrigou-me a contactar com aqueles e aquelas que foram sujeitos desta história e que comigo acederam a partilhá-la.

Não pretendendo este estudo resultar numa composição de várias biografias de activismos, espero no entanto ter feito uma história na qual figuram os vincos ideológicos, as lideranças e as elucubrações teóricas, tal como figuram os corpos, os sentimentos e as convicções. Consta que o poeta espanhol José Bergamín disse um dia: “se eu fosse um objecto, era objectivo; como sou um sujeito, sou subjectivo”. Entendo que uma das grandes tarefas do empreendimento historiográfico consiste precisamente em resolver este dilema: produzir uma narrativa que busque a objectividade sem ao mesmo tempo cair na tentação de reduzir os sujeitos a objectos, os actores a figurantes, o plural ao indistinto.

O CAPITAL DA ARQUITECTURA (1929-1970). ESTADO NOVO, ARQUITECTOS E CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS: UMA VISÃO GLOBAL

Joana Rita da Costa Brites

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2012*

O objecto de análise da tese de doutoramento distinguida com o Prémio de História Contemporânea - Victor Sá/2012 é o conjunto de filiais e agências da Caixa Geral de Depósitos (CGD), edificadas e/ou remodeladas entre 1929 e 1970. As balizas cronológicas adoptadas, pese embora o inevitável carácter de artificialidade que sempre comportam, resultam da selecção de dois momentos marcantes na história institucional da CGD: os anos de 1929 e 1970.

Embora o Estado Novo apenas se formalize em 1933, com a aprovação da nova Constituição, situou-se o arranque da investigação em 1929, dada a importância de que se revestiu a reforma então operada, pelo Ministério das Finanças, na orgânica da instituição, a partir dessa altura designada como Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP). O limite fixado a jusante assinala a promulgação do Decreto-Lei nº 693/70. Este diploma, ao completar o quadro de disposições

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 17 de Dezembro de 2012, no Salão Nobre da Universidade do Minho. Publicado originalmente em *Forum*, Braga, 47-48 (2012-2013), p.227-237.

legais atinente à modernização da Caixa, determinou a extinção da Comissão Administrativa das Obras da CGDCP, criada em 1942 pelo MOPC para administrar e fiscalizar a construção dos edifícios da CGD.

O período em análise corresponde, assim, à “era” salazarista. Entendem-se os motivos. Com efeito, foi com o advento da “ordem nova” que se desenvolveu, sem hesitações, o processo de transferência das dependências da Caixa para edificações levantadas de raiz para o efeito. À excepção da filial portuense, cujo projecto remonta a 1924, as restantes encontravam-se até então instaladas em imóveis adaptados, quer comprados ou arrendados às autoridades locais ou a particulares, quer cedidos, gratuita e temporariamente, pelos municípios.

Entre 1929 – momento da remodelação salazarista da CGD – e 1970 – data da publicação do novo regulamento interno da instituição que culmina o processo de reestruturação orgânica iniciado em 1969 –, construíram-se de raiz, para a CGDCP, 21 filiais e 61 agências. Estamos perante um total de 82 edifícios em Portugal continental e ilhas adjacentes, ou seja, face a um dos mais vastos programas construtivos dinamizados em Portugal até ao fim do Estado Novo. Aos 82 edifícios construídos de raiz (filiais e agências), somam-se 29 remodelações de vulto, justificando projectos e orçamentos significativos. Estas destinavam-se ou a ampliar e “beneficiar” imóveis projectados anos antes para a instituição, ou a promover a adaptação à função de filial ou de agência de prédios já existentes, adquiridos pela Caixa.

A existência de um edifício da Caixa, construído de raiz no centro de uma vila ou cidade, em geral junto de outros serviços públicos (Câmara Municipal, Tribunal ou CTT), lia-se como presença do Estado Novo e acto de valorização económica e estética do município em causa. A construção das dependências desta instituição – em número muito significativo para a escala do país, quer comparando com outras entidades bancárias nacionais, quer estrangeiras – arranca, sem hesitações, no período entre os dois conflitos mundiais, momento de retracção de edificações no sector financeiro. Assim sucedeu porque a CGDCP deteve a particular circunstância de co-patrocinar a campanha de obras públicas do regime e de, simultaneamente, ser alvo desse mesmo ímpeto

modernizador, apostado em apetrechar o país de infraestruturas e equipamentos vitais. Participou, assim, como causa e consequência, na “regeneração nacional” trazida pela “ordem nova”.

O retrato global do processo de difusão territorial da CGDCP, tutelado, de forma directa, pelo Ministério das Obras Públicas (e Comunicações) entre 1942 e 1970, foi planeado, fiscalizado, avaliado e conduzido, em larga escala, por engenheiros. Constitui um exemplo acabado da faceta modernizadora do Estado Novo, representada por aqueles que Fernando Rosas reuniu sob a designação de “direita das realizações”. Esta elite tecnocrática, embora não se revisse na faceta tradicionalista e conservadora do regime, estava convicta da indispensabilidade de um Estado forte, capaz de intervir na e de arbitrar a vida económica, de liderar o processo de modernização do país.

No intuito de caracterizar as esferas de decisão a que este conjunto construtivo foi submetido importa, previamente, esclarecer qual foi a intervenção do Estado Novo no sub-universo da arquitectura pública. Ela regista-se a dois níveis. Por um lado, assumiu uma feição técnica, quer de estudo dos projectos, quer da sua orientação e aprovação superior. Por outro, prendeu-se com a comparticipação financeira do Estado. Deste modo, embora se verifique a envolvimento menor de outras pastas ministeriais, a legislação concernente à arquitectura pública foi, no essencial, emanada por dois Ministérios – o das Obras Públicas e Comunicações e o das Finanças –, respectivamente associados às funções citadas.

Dos diplomas produzidos entre 1926 e 1933 ressalta um esforço de concentração de competências e de especialização funcional e técnica. Estabeleceram-se nestes anos os alicerces do que viria a constituir um sistema coerente e eficaz, capaz de potenciar, pese embora a heterogeneidade das linguagens estéticas perfilhadas durante o salazarismo, uma identidade arquitectónica para o regime. A formalização do Estado Novo em 1933 trouxe um acréscimo de regulamentação que complexificou a avaliação de um edifício público, reduzindo a “margem de erro”. Assim, garantiu-se, a nosso ver, uma maior previsibilidade do resultado final e uma melhor inserção da arquitectura na política cultural que o regime foi burilando e adaptando às circunstâncias internas e externas.

Ao longo do período em análise, verifica-se a existência de dois modelos no âmbito dos mecanismos de decisão. O primeiro, menos complexo, mais interno, vigora até 1942 e tem como entidade fundamental a CGDCP. A relação do Conselho de Administração da CGDCP com os arquitectos internos e externos que responsabilizou pelo projecto das suas agências e filiais pautou-se por dois critérios fundamentais: economia de custos e cumprimento dos prazos estipulados. Além disso, independentemente de se tratar de um artista mais ou menos consagrado, o Conselho nunca tolerou sobrançeria nem abdicou da postura de encomendante. Fixado o que pretendia, esperava ver satisfeitos os seus desejos. Portanto, nesta fase, é a Caixa a definir a sua arquitectura. Cabe ao Conselho de Administração escolher ou validar tanto as opções arquitectónicas como os arquitectos autores. O único universo com que, nesta altura, a Caixa tem de lidar é o das Câmaras Municipais, às quais eram submetidos para apreciação os projectos.

Este cenário modifica-se com a criação da Comissão Administrativa das Obras da CGDCP (CAOCCGDCP) em Outubro de 1942 e a consequente deslocação de parte do orçamento do Estado para a construção dos edifícios da Caixa. O processo complexifica-se e torna-se mais burocrático. A CAOCCGDCP inseria-se dentro do quadro da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), ela própria formada por outras Comissões, nomeadamente, no seu cume, a Comissão de Revisão, pela qual os projectos dos edifícios tinham de passar.

A DGEMN inscrevia-se, por sua vez, na orgânica do Ministério das Obras Públicas (MOP), constituído por outros departamentos, nomeadamente a Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, com a qual a Comissão de Obras tinha de lidar para se decidir a localização e implantação dos edifícios. O próprio MOP tinha no seu topo uma elite técnica – o Conselho Superior de Obras Públicas – ao qual, por vontade do respectivo ministro, se submetiam os projectos dos imóveis destinados à Caixa.

A Comissão de Obras tinha ainda de lidar com o Ministério da Educação Nacional, cujo parecer era necessário no caso de os edifícios se inscreverem em zonas de protecção de monumentos nacionais ou

imóveis de interesse público. A fechar o conjunto, a minuta do contrato de empreitada tinha ainda de ser visada pelo Tribunal de Contas, depois de aprovada em Conselho de Ministros, entenda-se pelo presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Seria, portanto, com grande dificuldade que uma proposta arquitectónica “desalinhada” sobreviveria à extensa e poliédrica triagem montada. Independentemente do *input* (um arquitecto com uma mundividência e preferências específicas), o regime detinha a capacidade de normalizar – no grau desejado e com a margem de tolerância permitida pelas esferas de decisão envolvidas – o *output*.

Em relação ao papel desempenhado por António de Oliveira Salazar, embora este controlasse o último dispositivo de aferição de um projecto de uma obra pública, não se adere à ideia de que definiu *como* deveria ser a arquitectura do Estado Novo. No limite, o Presidente do Conselho não sabia “falar” arquitectura, não detinha o *know-how* para a discutir, não estava preparado para prescrever receitas arquitectónicas. Pelo que pudemos verificar no âmbito das agências e filiais da CGDCP, nunca modificou um resultado final arquitectonicamente fundamentado.

Contudo, não temos dúvidas de que acompanhou e condicionou o processo e os seus agentes, obrigando-os a repensar as suas decisões, levantando alvites e dúvidas, interrompendo o andamento, exigindo explicações. Garantiu, enfim, para si, o lugar, a oportunidade e a legitimidade de um ulterior controlo de danos.

A análise do aparato burocrático estatal – teia de comissões, delegações, direcções, juntas e conselhos que o projecto de um imóvel público tinha, infalivelmente, de peregrinar até se concretizar – convence-nos de que António de Oliveira Salazar poderia ter imposto um *diktat* estilístico. De forma fácil, acrescente-se. Ora, um poder em potência é, na realidade, um dos mais eficazes e económicos. A auto-censura por parte dos arquitectos constitui, pois, uma realidade a reconhecer e a ter em conta no estudo do património edificado durante o Estado Novo.

O “apagamento” de António de Oliveira Salazar acabou por constituir uma mais-valia táctica, similar à ensaiada por outros regimes fascistas. A não definição de uma estética oficial uníssona permitia que, sem contradições e de forma contínua, se actualizassem os fins e

se ajustassem os meios da política cultural estadonovista. Uma directriz monolítica contrariaria uma das chaves do sucesso do salazarismo: a ambiguidade, a coligação de forças aparentemente contraditórias, a busca de uma base alargada de consenso. Este sincretismo ou “hegemonia plural”, longe de resultar de incongruências ou da ausência de uma “política cultural total” própria, assenta numa lógica consciente de inclusão, característica dos fascismos.

Em termos arquitectónicos, esta postura traduziu-se num cultivo de linguagens heterogéneas, cuja utilização dependeu, entre outros factores, do local, do destinatário e do conteúdo a transmitir. O vocabulário formal do Movimento Moderno foi, assim, apenas um entre os vários dialectos usados para falar Estado Novo. A sua definitiva assumpção ou abandono nunca se verificaram.

O mesmo *modus operandi* conciliatório confirma-se na estratégia de compromisso que domina a apreciação dos projectos das agências e filiais da CGDCP pela Comissão de Revisão da DGEMN e pelo Conselho Superior de Obras Públicas. Não se recusa de imediato um projecto, mas propõe-se, sim, a sua remodelação orientada. Quando nos confrontamos, num parecer, com um reparo ou “sugestão” de melhoramento – regra geral, a exigência da “adaptação ao local” ou a ênfase na indispensabilidade de conferir ao edifício a “nobreza” e/ou a “dignidade” correspondentes à sua função pública –, raramente se encontram prescrições concretas. Deparamo-nos, sim, com fórmulas vagas, cujo significado, nunca definido, oscilou ao longo do tempo.

A relação do Estado Novo com os arquitectos ilustra, igualmente, o hibridismo e a polivalência do regime. A escala diminuta da classe, a par de laços de parentesco, de amizade ou de admiração que aproximavam os arquitectos de personalidades pertencentes aos quadros médios e superiores do regime com capacidade de decisão e/ou influência, contribuíram, de forma decisiva, para justificar a “cautela” com que se lidou com estes profissionais e a margem de manobra que se permitiu a alguns opositoristas.

A cooptação de “avançados”, que a actividade da CAOCGDCP comprova, testemunha, cremos, a lógica inclusiva, própria do Estado Novo em particular e dos fascismos em geral. Extremismos políticos,

tal como radicalismos artísticos, dificilmente se instrumentalizavam. O restante exigia “apenas” o grau certo de flexibilidade e a ponderação das desvantagens (por norma, o nível de contágio de outros) aquando da sua aglutinação. Em vez de se combaterem os arquitectos progressistas, optava-se pela sua domesticação. Fornecia-se-lhes enquadramento imediato, de modo a prevenir a potencial dispersão e subversão.

Detemo-nos agora na evolução dos modelos estéticos perfilhados nas filiais e agências da CGDCP ao longo do período cronológico em estudo. A produção arquitectónica do início dos anos 30 é caracterizada por experimentações formais arrojadas, próximas do classicismo modernizado e do Estilo Internacional, colocando a Caixa em posição estética pioneira no âmbito da, então por norma conservadora, arquitectura bancária.

O impacto da “ousadia estética” das dependências projectadas para a CGDCP entre 1929 e 1936 deve ser ponderado. Estamos perante a absoluta novidade de um edifício público moderno, de volumes puros e semi-despidos, construído com recurso ao betão armado e projectado por um arquitecto para o coração cívico de uma vila ou cidade. Entre a incompreensão e o aplauso da inovação, entre o choque da diferença e o ar de actualidade, entre a sensação de perda do “pitoresco” local e a curiosidade pela coisa estranha e “na moda”, a sua construção era interpretada como sinal inequívoco de modernização. Despertava, portanto, quer atitudes de adesão, quer de repúdio, espectáveis num país periférico, onde as estruturas socioeconómicas do mundo rural tradicional resistiam e a taxa de urbanização era fraquíssima, onde a população permanecia na sua maioria analfabeta (na ordem dos 44% ainda em 1950) e a percentagem de activos agrícolas se mantinha claramente dominante (e assim continuou até à década de 1950).

Este modernismo, na sua versão “fabril” ou “monumental” – independentemente de constituir ou não uma absorção superficial dos modelos franceses e alemães, conhecidos em primeira-mão ou (sobretudo?) através de periódicos –, só foi possível (de conceber e de concretizar) com o enquadramento do Estado. Fora da sua órbita – imagine-se um indivíduo particular ou uma câmara municipal perante o desafio de erigir um edifício bancário –, duvidamos que o resultado tivesse sido

o mesmo. Basta verificar o quão mais conservadoras são as agências do Banco de Portugal, então uma sociedade por acções de natureza privada.

A aposta na linguagem racionalista, por vezes mesclada com a *art déco* e com o monumentalismo tão apetecido na Europa entre-guerras, inscrita num plano de construções guiado por critérios de eficácia, higiene e economia só poderia, nesta altura, ter sido o fruto do trabalho de uma secção especializada pertencente a uma entidade do Estado. Mesmo estando em causa a obra de arquitectos, é o espírito do que Fernando Rosas designa por “engenheirismo” estadonovista que encontramos presente.

A partir de meados dos anos trinta e no decurso da década de quarenta, saliente-se que o percurso registado é paralelo ao de outras realidades políticas distintas (liberais conservadores, demoliberais e democráticas). A busca de uma linguagem nacional prolonga uma atitude eclética que procura conciliar elementos das (frequentemente inventadas) tradições construtivas nacionais com um ar de actualidade.

Chaminés e beirados, telhas “à portuguesa” e coruchéus piramidais ao jeito pombalino, aletas barrocas simplificadas e fileiras de cachorros decorativos, cata-ventos e esferas armilares, pilastras e pináculos estilizados, arcarias no rés-do-chão, gradeamento em ferro forjado e janelas com aventais mistilíneos geometrizados a lembrar o recorte dos vãos dos solares do século XVIII, eis os elementos que, em conjunto com óculos e fachadas posteriores ainda a reter traços do Estilo Internacional, veremos caracterizar tanto as edificações novas, como as intervenções em agências e filiais até à recta final dos anos quarenta.

Cumpre salientar que a depreciação do racionalismo arquitectónico e a reivindicação de uma especificidade portuguesa não nasceram em 1936, 1938 ou 1940. Para a sociedade civil em geral e para os críticos de arte e arquitectos em particular, os conceitos de “moderno” e “portuguesismo” sempre saltitaram entre si – e não raro se ensaiaram em conjunto –, pelo que uma definitiva assunção ou um irrevogável abandono nunca se verificaram. Aliás, esta flutuação acompanha, desde a génese, a edificação das dependências da CGDCP. Lembre-se que, no mesmo ano em que projecta a filial de Santarém (1932) em moldes “internacionais”, Raul Martins finaliza o projecto da de Bragança optando por um barroco simplificado.

A evolução das formas, o progresso técnico era, reconhecia-se, inevitável. Congelá-lo nunca foi uma ambição sustentada oficialmente. Desejava-se, “apenas”, o melhor dos dois mundos: uma arquitectura actual que não deixasse de revelar um cunho português. Poder-se-á discutir o carácter acrítico ou superficial com que se praticou esta linha de pesquisa, mas não restam dúvidas de que constituiu, para críticos, arquitectos e regime, um itinerário alternativo de modernidade.

Nos anos 50 assistimos a um fenómeno de estabilização de um modelo de edifício que, com parcas variantes e independentemente da autoria, veremos repetido de Norte a Sul do país. Trata-se de uma construção de enorme regularidade, limpidez e austeridade, ritmada por vãos sempre emoldurados. Assume, sugere ou denota, na sua pureza livre de acessórios, classicismos passíveis de associar a diferentes séculos. Embora a gramática clássica não esteja ausente como fonte de inspiração nas décadas anteriores, ela adquire agora um peso maioritário. Por sua vez, elimina-se a contaminação de elementos presentes até então nos alçados das dependências da Caixa.

Desaparecem os pináculos e as arcarias, as filas de cachorros e os coruchéus piramidais, as aletas depuradas e os cata-ventos, os aventais mistíleos de espírito barroco e os óculos destacados. Mesmo o ideário do regionalismo apenas sobrevive no cuidado colocado no projecto das chaminés e na elaboração decorativa de grades em ferro forjado para protecção das janelas do piso térreo. À mistura de linguagens sucede a regularidade e severidade, com panos ritmados por vãos sempre emoldurados.

Esta constância clássica verificada entre 1948 e 1959 é expressa, apesar do natural hibridismo entre variantes, em três protótipos. O primeiro pode considerar-se o grau zero do modelo, estrutura na qual assentam as duas remanescentes composições estilísticas, mais complexas, embora sempre dentro da simplicidade clássica. Este arquétipo base, de escala quase doméstica, consiste numa planta regular, a partir da qual se erguem alçados claros, regulares e apenas animados por vãos com molduras simples em cantaria ou outro material típico da região.

O segundo protótipo é o que, de modo mais nítido, adopta recursos formais da Antiguidade Clássica. É sistemática a insinuação

de pilastras e, de forma mais rara, incluem-se pórticos estilizados. A terceira variante do referido modelo que domina a década de 1950 recupera um classicismo que, tendo a sua matriz no século XVI, se difunde no século XVII e se prolonga pelo XVIII. É um formato reservado para agências de pequenas ou médias dimensões. Caracteriza-as a presença esmagadora de vãos com molduras simples dotadas de resalto superior. Trata-se de um conjunto de influências clássicas ancoradas em diferentes séculos. Mas renascimento, maneirismo, “estilo-chão” e “arquitectura pombalina” partilham um filão da cultura arquitectónica em Portugal. Em primeiro lugar, o profundo e duradouro impacto que o tratado (o primeiro profusamente ilustrado) de Sebastiano Serlio, conhecido entre nós no século XVI, deteve. Em segundo lugar, a prática de uma simplicidade e despojamento construtivos, presente na arraigada tradição da engenharia militar portuguesa.

A última década de funcionamento da CAOCGDPC (1960-1970), com a qual se encerra o nosso estudo, coincide com a segunda e decisiva crise do salazarismo, impulsionada com a forte vaga de manifestações anti-salazaristas que a candidatura oposicionista do general Humberto Delgado às eleições presidenciais de 1958 gerou em todo o país.

Sob a aparência de uma normalidade administrativa, o contexto político-social e económico do decénio de 1960 reflectiu-se no ritmo de trabalho da CAOCGDPC. Nunca se projectou nem construiu tão pouco como nesses dez anos. As opções estéticas e conceptuais adoptadas nos edifícios riscados para CGDCP ainda menos impermeáveis foram às correntes e debates que caracterizaram os plurais anos sessenta em termos arquitectónicos. Com efeito, o processo de fragmentação do regime teve um curioso paralelo na desagregação registada no campo da arquitectura.

Entre 1960 e 1970, projectaram-se de raiz 9 dependências para a CGDCP. A homogeneidade detectada na década de 1950 deu lugar, neste período, a uma arquitectura de autor mais vincada. Cada edifício revela, pois, a mundividência pessoal do arquitecto perante a resolução dos desafios funcionais, bem como as suas referências estéticas, teóricas e visuais. Pese embora esta disparidade, é, ainda assim, possível identificar tendências ao longo destes dez anos.

A primeira decorre da alteração do programa das agências e filiais, no sentido do acréscimo de pisos destinados a arrendamentos e/ou habitações. A segunda advém do impacto da divulgação, em 1961, dos resultados do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa.

O equilíbrio entre as funções pública e residencial (um piso para cada uma ou dois pisos para a primeira e um para a moradia do gerente) garantira, até cerca de 1960, que a dimensão comercial de uma dependência da CGDCP se destacasse em relação ao conjunto e dominasse a composição. A visibilidade reforçada da entrada principal, o investimento formal mais rico e o emprego de materiais nobres tornavam imediato o seu reconhecimento. Esta relação de forças, que já nos anos cinquenta se começava a esbater nas agências de escala mais modesta, altera-se, na década de sessenta, de modo irreversível. A imagem de edifício público apaga-se perante a da moradia (quando não há um elevado número de pisos) ou a do prédio de rendimento com vários andares e um rés-do-chão destinado a fins comerciais.

A documentação permite-nos avançar com possíveis motivos para fundamentar esta realidade. Mais do que o potencial usufruto de rendas nos pisos superiores – mais-valia que parece ter prevalecido sobre as demais razões no âmbito da arquitectura bancária internacional –, no caso português foi, sobretudo, o desejo de não minorar a presença da Caixa no contexto urbano que ditou o alargamento dos programas.

Tal como se verificou no cenário da arquitectura bancária além-fronteiras, a diluição do núcleo de necessidades específicas da Caixa, num edifício com dimensões exponenciadas e múltiplos propósitos, provocou um enfraquecimento da identidade imagética associada ao “instituto de crédito do Estado”. O paradoxo é evidente: a procura de uma maior imposição urbana, capaz de expressar, como pretendido, a “dignidade” e o “carácter” da instituição, conduziu à dispersão da outrora presença distinta da CGDCP no universo da arquitectura residencial ou comercial.

Desafio comum a qualquer instituição bancária, a busca de um cunho arquitectónico reconhecível – que pautou a filosofia de edificação da rede de dependências da Caixa entre 1929 e 1970, ainda que, contraditoriamente, tenha acabado por potenciar, no final da década de 1960, a sua dissolução – só encontraria uma resposta sólida nos anos noventa, com a uniformização total das agências da Caixa.

ESPELHO FRATERNAL. O BRASIL E O REPUBLICANISMO PORTUGUÊS NA TRANSIÇÃO PARA O SÉCULO XX

Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea - 2013*

Antes de passar a apresentação da obra queria apenas fazer umas brevíssimas considerações prévias. Em primeiro lugar agradecer à Universidade do Minho e em particular ao júri da edição de 2013 do Prémio (constituídos pelos professores Viriato Capela, António Pires Ventura, Maria Antónia Lopes), a atribuição do prémio Victor Sá de História Contemporânea 2013 à minha dissertação de doutoramento. Em segundo, cumprimentar os meus colegas Ismael Cerqueira Vieira e Tiago Brandão Mascarenhas de Azevedo pelas menções honrosas que o mesmo júri atribuiu às suas dissertações.

Naturalmente é para mim uma enorme honra receber este prémio, tanto pelo prestígio académico do seu fundador, professor Victor de Sá, e da instituição que o atribuiu, Universidade do Minho, como pela qualidade dos trabalhos que desde há 22 anos têm sido galardoadas com ele. Recebo-o com sincera alegria e responsabilidade.

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 18 de Dezembro de 2013, no Salão Nobre da Universidade do Minho. Publicado originalmente em *Forum*, Braga, 49-50, (2014-2015), p.155-163.

Gostaria ainda apenas de dizer que este prémio não é só meu, mas também de todos aqueles que me auxiliaram na feitura desta tese. É também de todos colegas e professores do PIUDH (Programa Inter-Universitário de Doutoramento em História) e também, particularmente, do professor Rui Ramos, meu orientador. Já que esta tese é em muito devedora de tudo o que aprendi com o seu trabalho, com o nosso convívio académico e com o seu exemplo de independência e integridade intelectual.

Duas palavras de agradecimento são ainda também devidas à Comissão do Ano de Portugal do Brasil e do Brasil em Portugal e à Editora Divina Comédia que permitiram que esta dissertação se transformasse em livro.

O Espelho Fraternal: o lugar do Brasil no discurso político do republicanismo português (c. 1889 – c. 1914)

O objectivo da tese de doutoramento consistiu em tentar perceber como, por que vias e em que modalidades é que o advento da implantação da República brasileira (1889) e o seu modelo político foram interpretados e incorporados no pensamento, no debate e no discurso dos republicanos portugueses desde o período da propaganda até aos primeiros momentos de consolidação jurídico-legal da I República portuguesa (c. 1911/1914).

O modelo concebido para a exploração desta problemática compreendeu sinteticamente três dimensões heurísticas:

1. Análise do discurso republicano em relação ao advento da república brasileira – seus protagonistas, eventos e progressos políticos.
2. Acompanhamento do processo de instrumentalização propagandística deste exemplo da *república irmã* em função de uma agenda política de contestação ao regime monárquico.
3. Reflexão sobre a incorporação do modelo brasileiro no debate político republicano, em particular depois de 1910.

Nesse sentido, para a exploração destas várias dimensões defini um roteiro de investigação que estruturou a tese em duas partes distintas. Uma primeira parte concentrada em acompanhar o discurso republicano português sobre o Brasil, em vários momentos: 1º) no período que separa a implantação da república brasileira (1889) e a intentona republicana de 31 de Janeiro de 1891; 2º) no período dos governos militares de Floriano Peixoto: destacando segundo levantamento da Armada brasileira (1893); 3º) mais panoramicamente no período da república brasileira desde 1898 até 1910 concentrando-me nas percepções portuguesas sobre os modelos políticos em disputa no seio do republicanismo brasileiro: democratismo elitista de Assis Brasil; autocracia positivista de Júlio de Castilhos; pacto oligárquico de Campos Sales; 4º) no período imediatamente após o 5 de Outubro de 1910, dando particular atenção ao debate em torno da Lei da Separação da Igreja do Estado e ao debate sobre os modelos de governação (presidencialismo *versus* parlamentarismo) na Assembleia Nacional Constituinte de 1911.

A segunda parte da tese, por sua vez, é dedicada à análise do papel da comunidade de emigrantes portugueses no Brasil nas dinâmicas discursiva e instrumental estudadas anteriormente. Para o efeito, preocupei-me essencialmente em: a) caracterizar social e culturalmente a elite desta comunidade. Integrando nesta classificação de elite os indivíduos com potencial de mobilização política e consequentemente produtores de discurso político; b) acompanhar o processo de engajamento político desta elite com o o projecto político de João Franco, a partir de 1906: os famosos *talassas*; c) perceber como é que os republicanos geriram este afecto monárquico dos portugueses emigrados no Brasil e como o tentaram contrariar por que meios: antes e depois da implantação da República em Portugal; d) compreender a acentuação desta dinâmica reaccionária depois do 5 de Outubro, quando os *talassas* se tornaram agentes pró-activos da contra-revolução e quando a I República teve de se dedicar seriamente a tentar apaziguar os ânimos conservadores destes emigrados ao mesmo tempo que os tentou conquistar para o seu projecto político.

Com efeito, reportando-me grosso modo à pergunta de partida, a investigação desenvolvida levou-me a concluir que embora tenha sido

recorrentemente exaltado pela propaganda republicana portuguesa a seguir a 1889, o modelo da República Brasileira não foi objecto de análise consistente, nem propriamente de reflexão crítica, por parte dos republicanos portugueses. Salvaguardando algumas excepções (como foram o caso de Sampaio Bruno, de João Chagas ou de António Claro) no cômputo dos 21 anos que separam as duas repúblicas, e mesmo durante os primeiros momentos da I República Portuguesa, o exemplo brasileiro teve uma presença quase exclusivamente retórica no discurso político do republicanismo português; tendo, frequentemente, sido chamado à colação para fins demagógicos e propagandísticos ou para servir a instrumentalização de determinados debates (como foi o caso da Assembleia Nacional Constituinte de 1911).

Tentei analisar explicativamente esta conclusão geral a partir de quatro principais eixos interpretativos. A saber: 1) Republicanismo reformista *versus* republicanismo refundador; 2) Assincronia dos processos políticos; 3) Demagogia *versus* pedagogia; 4) O luso-brasileirismo como discurso político e a colónia portuguesa no Brasil.

1) Republicanismo reformista *versus* republicanismo refundador

A partir da década de 70 do século XIX, o republicanismo brasileiro havia conseguido reunir em seu torno quase todo o reformismo político do Império. Em grande parte devido ao facto da agenda de contestação se ter alicerçado na reivindicação descentralizadora – i.e. federalista. No Brasil, porque uma futura ordem republicana estava garantida por interesses sociais e económicos concretos, o reformismo político conseguiu emancipar-se da ordem imperial, cujo desmantelamento pôde, com efeito, parecer vantajoso a quase todos aqueles que ambicionavam reformas.

O reformismo português, pelo contrário, passou quase sempre por reforçar o voluntarismo do poder central na prossecução de uma agenda de reformas. Por isso, as dinâmicas de modernização social e política desenvolveram-se em círculos concêntricos em torno do Estado. Consequentemente, os partidos com agendas políticas progressistas

mantiveram-se vinculados à ordem monárquica (Partido Progressista, Partido Regenerador Liberal). E a opção revolucionária captou sobretudo os radicais, que se foram gradualmente assumindo como procuradores de um projecto mais integral de modernização da sociedade portuguesa que pressupunha em certa medida um desmantelamento da ordem política do liberalismo.

Ora, a República Brasileira foi sobretudo um triunfo liberal. E revelou-se bem mais influenciada pelo liberalismo à americana do que pela tradição francesa. A ausência de um projecto laicizante à semelhança do francês reforça esta ideia.

A ascensão do republicanismo português em finais do século XIX é indissociável da noção de desgaste e decadência. Num ambiente cultural finissecular de abatimento, os republicanos portugueses tentaram monopolizar a centelha da imperiosa refundação nacional. A questão de regime serviu, essencialmente, de guarda avançada de um projecto cultural bem mais vasto e profundo que seguia de perto o messianismo da própria *ideia republicana em França* – a um tempo universalmente redentora e edificadora do Estado-nação francês.

2) Assincronia dos processos políticos

Os movimentos republicanos português e brasileiro seguiram também, temporalmente, rumos quase em contra-corrente um em relação ao outro. Se a República Portuguesa tivesse sido implantada a 31 de Janeiro de 1891 talvez não houvesse dúvidas em reconhecer a quota-parte do exemplo brasileiro nessa mudança política, já que é indiscutível que o Brasil teve um papel de relevo na campanha patriótica e anti-dinástica que se formou a seguir ao Ultimato e que conduziu à revolta republicana do Porto. A proposição de Luís de Magalhães que identificou a revolta do Porto como uma sangrenta paródia do 15 de Novembro ajuda a reconhecer que no Portugal de 1891, para se reproduzirem os acontecimentos de 15 de Novembro faltavam algumas coisas. Faltava uma elite militar subversiva e confiante disposta a correr riscos. Faltava também um corpo social com poder suficiente para sustentar a

nova ordem. Em Portugal não havia (como no Brasil tinham sido, por exemplo, os republicanos paulistas) uma elite de grandes proprietários ou industriais dispostos a entrar revolucionariamente na arena política em defesa dos seus interesses. Faltavam, enfim, chefias partidárias verdadeiramente decididas a seguir a via revolucionária.

Com efeito, num tempo em que em Portugal o PRP era ainda dominado pela geração dos doutrinários evolucionistas, o Brasil viveu os seus anos de maior radicalismo e instabilidade. Quando o regime brasileiro consolidou a sua estabilidade e conservadorismo, através da fixação do modelo político de Campos Sales (a partir de 1898), em Portugal uma nova geração revolucionária começou, de dia para dia, a ganhar projecção e assumir a liderança do movimento republicano.

Nas vésperas do 5 de Outubro de 1910 a distância que separava os republicanos portugueses dos brasileiros era provavelmente maior do que aquela que alguma vez havia separado as várias facções do espectro político português na segunda metade do século anterior.

Percebe-se que esta aparentemente inconciliável bipolarização de tendências tenha sido fonte de angústia para os republicanos portugueses. A república conservadora e elitista que se havia revelado a brasileira causava confrangimento àqueles a quem certamente pesava a ideia de desperdiçar o potencial mobilizador que o exemplo da *república irmã* podia exercer na opinião pública.

3) Demagogia *versus* pedagogia

Mesmo a demorada presença em Portugal de uma figura cimeira do republicanismo brasileiro como Assis Brasil (1895-1897), a visita de Campos Sales em 1898, ou a comemoração do quarto centenário da descoberta do Brasil em 1900, não serviram para alterar o cenário de uma espécie de deslembração reflexiva dos republicanos portugueses em relação à República Brasileira. Se é certo que houve muitas ocasiões – como todos os aniversários da República Brasileira – para expansivas celebrações republicanas – uma vez mais, tal não significou que se

tivessem aproveitado esses momentos para perscrutar o exemplo do modelo político brasileiro.

Após 5 de Outubro de 1910, houve, de facto, diligências no sentido de se introduzir o exemplo da Lei da Separação brasileira no debate sobre o processo de laicização do Estado, mas esses esforços foram envidados por aqueles que se revelaram mais insatisfeitos com o tipo de Separação defendida pelo Governo Provisório português.

Na Constituinte de 1911, apesar de numerosas, as referências ao Brasil foram essencialmente de carácter superficial, sem que tivesse havido lugar para uma rigorosa e consistente discussão sobre o modo de funcionamento das instituições daquele país. A sua presença mais significativa terá sido no debate acerca da coordenação entre Executivo e Legislativo, acabando por o modelo brasileiro por ser usado como arma em auxílio daqueles que se debateram contra o projecto da Comissão da Constituição Política que redigiu o primeira proposta de constituição para ser discutida pela assembleia, acusando-o de ser presidencialista por reproduzir muitos artigos da Constituição brasileira de 1891.

Na verdade, tendo em conta o que vimos no ponto anterior (republicanismo reformista *versus* republicanismo refundador) a evocação do exemplo brasileiro estava destinada a ser infértil, porque as clivagens de fundo entre as duas concepções republicanas tolhavam as hipóteses de pedagogia. Para o projecto de revolução cultural do republicanismo português, fazer uma Separação à brasileira era impensável, descentralizar e diminuir o poder do parlamento era imprudente.

Mas a feição eminentemente demagógica do discurso dos republicanos portugueses sobre o Brasil não se deveu apenas a estratégia ou tacticismo políticos. Durante o período da propaganda, e mesmo depois de 1910, os republicanos apostaram claramente no tipo de legitimação simbólica da força política. O lugar do Brasil neste processo não foi despreciando. As virtualidades da sua evocação alegórica souberam ser aproveitadas pela propaganda republicana: em “aclamações populares” que, durante a Monarquia constitucional se fizeram à República nas pessoas dos representantes diplomáticos brasileiros; mas também na psicologia da comoção patriótica que se soube canalizar na direcção de uma escatologia

republicana e que passou por um redimensionamento simbólico da nacionalidade portuguesa, implicando inevitavelmente o Brasil.

4) O luso-brasileirismo como discurso político e a colónia portuguesa no Brasil

O Brasil manteve-se pois sempre em contingente ambivalência no seio do discurso republicano: por um lado, como um incómodo modelo de uma república aristocrática e conservadora; por outro, como um exemplo fértil para explorar com fins propagandísticos.

A acentuar esta ambiguidade esteve ainda a existência da colónia portuguesa do Brasil. O apego das elites destes portugueses emigrados à Coroa foi mais uma frustração a juntar a outras que os republicanos portugueses tinham em relação ao Brasil. A situação não só embaraçava a propaganda – como convencer os portugueses que o regime político brasileiro era um exemplo a ser seguido, se os compatriotas que lá viviam se mantinham inabalavelmente fiéis à instituição monárquica? – como privava o movimento republicano do que poderia ser um precioso auxílio para a sua auto-promoção.

Como dissera Bernardino Machado depois do seu regresso do Rio de Janeiro em 1914, existia do lado de lá do Atlântico “outra nação portuguesa”. Mas apesar de se apresentar como sugestivo exemplo de organização republicana, essa nação insistia em resistir à república.

Esta resistência ganhou proporções mais sérias depois de 1910, quando os *talassas* se assumiram como agentes activos da contra-revolução. O momento que é comumente evocado como o da apoteótica comunhão entre as duas repúblicas irmãs revelou-se um desafio complicado para a diplomacia do novo regime português.

Neste desafio, colónia portuguesa no Brasil e governo brasileiro constituíram-se como dois níveis distintos mas indissociáveis. Era impossível pensar num estreitamento de relações com o Brasil sem a colaboração da elite de emigrantes portugueses, que continuava a ter uma forte presença na política e na economia daquele país. O peso português na imprensa do Rio de Janeiro fazia com que a simpatia

da opinião pública brasileira para com a nova República Portuguesa dependesse, no mínimo, da abstenção dos *talassas*.

Depois de sucessivas tentativas falhadas de doutrinação republicano, foi a aposta no discurso do patriotismo cultural a estratégia que revelou melhores resultados na harmonização entre colónia e governo portugueses. Neste ensejo, as vontades de estreitamento da amizade luso-brasileira impregnaram-se de nacionalismo e de consciência imperial, fazendo com que o discurso do luso-brasileirismo assumisse definitivamente um carácter político. Os *talassas* fizeram tréguas à República na latinidade. Participando na consolidação de um projecto de renovação nacional que implicava a cativação simbólica do Brasil e da sua própria gesta como emigrantes/novos colonizadores para a fundamentação da ideia de uma portugalidade difusa e conseqüentemente de um Portugal Maior.

“NOS BASTIDORES DA CORTE”: O REI E A CASA REAL NA CRISE DA MONARQUIA 1889-1908

Pedro Urbano da Gama Machuqueiro

Prémio de História Contemporânea - 2014*

O tema desta tese surgiu na sequência da inexistência de estudos acerca daquela que foi uma das mais antigas e duradouras instituições portuguesas, acerca da qual pouco se sabia durante a monarquia constitucional.

Efectivamente, para a idade Média e Idade Moderna existiam já alguns estudos que, directa ou indirectamente trataram a questão da Casa Real Portuguesa, embora o mesmo não sucedesse para a época posterior.

A bibliografia estrangeira, mais abundante, permitiu compreender quais as questões de análise relativas à Casa Real, reflectidas na divisão interna do nosso estudo: a definição da instituição; a reconstituição e caracterização dos diferentes serviços que compunham a sua estrutura institucional; o recrutamento e a composição social dos seus

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 11 de Dezembro de 2014, no Salão Nobre da Universidade do Minho. Publicado originalmente em *Forum*, Braga, 49-50, (2014-2015), p. 173-184.

funcionários e a relação destes com a figura régia; o funcionamento financeiro da instituição e as cerimónias da monarquia.

Aquando da implantação da República, na Europa apenas a França e a Suíça apresentavam um regime republicano e grande parte das monarquias europeias só caíram após a primeira guerra mundial. Algumas, como a nossa, tinham também passado por regicídios: a Rússia, a Itália e a Sérvia. Contudo, todas elas sobreviveram durante mais tempo que o caso português.

A historiografia justificou a precoce queda da monarquia portuguesa neste contexto europeu, por um lado, pela crise e o desprestígio do sistema monárquico e, por outro, pelo crescimento do partido republicano. A ingovernabilidade política, o rotativismo dos partidos políticos, o caciquismo e a oligarquização do sistema governamental conducentes ao desprestígio da monarquia, provocaram o afastamento das habituais bases sociais de apoio do regime e o crescimento do próprio Partido Republicano, cujas acções se pautaram como resposta às fragilidades apresentadas por aquela. Portanto, a monarquia encontrava-se encurralada em duas frentes: pela “revolução de baixo”, ou seja, pelo avanço crescente do republicanismo e pela “revolução de cima”, nomeadamente as tentativas de reforma do sistema levadas a cabo por João Franco.

Mais concretamente, Fernando Rosas e Vasco Pulido Valente aludiram ao desprestígio e corrupção dos cortesãos e Rui Ramos defendeu a ideia de republicanização da monarquia, ou seja, uma monarquia sem monárquicos.

No entanto, a crise do final da monarquia não foi estudada a partir de dentro da própria Casa Real. Na verdade, tornou-se necessário compreender o possível contributo da própria Casa Real, ainda que inconsciente, na derrocada das instituições monárquicas e do próprio regime. Procurámos por isso compreender o contributo desta instituição para a queda da monarquia, dando preferência não só a fontes oficiais, mas sobretudo a documentação pouco conhecida e trabalhada, como o são os arquivos de família, de diversas personalidades que estavam directamente relacionadas com a Casa Real, nomeadamente os Condes de Sabugosa, Ponte, Arnoso e Marquês de Soveral.

As raízes desta instituição vamos encontrá-la logo na Idade Média, como um órgão de apoio às necessidades domésticas do Rei e de apoio às suas actividades governativas, sendo o direito consuetudinário o principal regulador das práticas simbólicas e rituais da Casa Real.

A monarquia Constitucional trouxe, no entanto algumas reformas legislativas, em particular a Carta Constitucional de 1826, que limitou o poder do Rei ao poder moderador e à chefia do poder executivo; estabeleceu uma divisão entre Erário Público e Real, cedendo à Família Real uma dotação fixada pelas Cortes e vários Palácios para sua residência. Em 1833 foram extintas as Casas do Infantado e da Rainha, e outorgado o regulamento da Casa Real. Era, no entanto, um regulamento bastante sumário, que incidia sobretudo na questão da gestão financeira e não tanto na composição da Casa

Destacam-se também as sucessivas reformas da Secretaria de Estado do Reino, verificadas a partir dos finais da década de 30 do século XIX, que procuraram trazer para a sua esfera de influência algumas das antigas funções da Mordomia-mor, nomeadamente a emissão de cartas de mercê. Todavia, apesar deste conflito de atribuições, a Mordomia-mor da Casa Real continuou a ser a responsável por esta emissão.

Finalmente, evidenciam-se as reformas da Casa Militar, iniciadas já no final do reinado de D. Luís e finalizadas no de D. Carlos, em consonância com o que se verificara em outras cortes europeias, nas quais se assistiu a uma crescente militarização.

A reconstituição das diversas repartições permitiu verificar a existência de várias casas ao serviço de cada uma das pessoas reais. A Casa do Rei era mais complexa, tendo outros serviços, de que se destaca o oficialato-mor, a Casa Militar e a Mordomia Mor, esta com amplas competências. Além destes serviços, existiam outros, de natureza diversa e comuns a toda a Família Real; responsáveis pelo seu alojamento, alimentação transporte e segurança.

A evolução do número de oficiais-mores foi semelhante ao que acontecera em França. Aumentou durante o Antigo Regime até meados do século XVIII, estabilizando-se até 1826. A partir dessa data e até 1850 o seu número reduziu-se estabilizando-se a partir de então.

Durante o reinado de D. Carlos seriam cerca de 16. Desde finais de Antigo regime, que as funções de alguns deles eram simbólicas, estando presentes exclusivamente nas cerimónias de cortes, embora isto não possa ser entendido como uma diminuição da sua importância.

Os ofícios que continuavam a exercer funções efectivas, nomeadamente na gestão de alguns dos serviços referidos anteriormente eram denominados Grandes Cargos. Eram estes oficiais-mores que embora não coabitando com a Família Real, tinham acesso privilegiado à sua intimidade. Esta parece ser uma particularidade da Monarquia Constitucional, uma vez que há indícios de que, durante o Antigo Regime, não haveria precedência entre oficiais mores, à excepção do Mordomo-mor.

Os ofícios da Câmara nomeadamente Gentes-homens ou Camaristas ao serviço do Rei, Vedores e Damas ao serviço da Rainha, tinham ganho importância durante o Antigo Regime, embora o seu número tivesse diminuído durante a monarquia Constitucional. Neste reinado constituíam um grupo de cerca de 15 indivíduos desempenhando funções quotidianas, embora rotativas, junto da Família Real, cuja proximidade lhes oferecia um estatuto privilegiado.

Aos oficiais-mores e camaristas, somavam-se 15 militares e seis médicos, que desempenhavam um serviço rotativo. Para além destes, existiam os funcionários inferiores, cujo número oscilou ao longo de todo o reinado, rondando as 5 centenas de indivíduos.

O Rei era o responsável pelas nomeações para os ofícios superiores, ao contrário de Inglaterra, onde alguns destes ofícios eram de nomeação política. No entanto, houve algumas tentativas de intromissão por parte do poder político, a que o Rei procurou não ceder.

Os ofícios mores foram desempenhados por 30 indivíduos, maioritariamente de origem nobre e pertencentes à Grandeza do Reino. Os títulos que ostentavam tinham sido outorgados maioritariamente durante a quarta dinastia, anterior à Monarquia Constitucional.

Os ofícios-mores dividiam-se entre hereditários e não hereditários. Os hereditários eram inerentes a determinadas casas titulares, não sendo resultado da escolha do Rei. Os não hereditários estavam dependentes dessa escolha, o que permitiu avaliar os critérios da sua selecção através

da análise das suas carreiras individuais. Apresentavam, comparativamente aos hereditários, uma melhor formação académica; o maior número de carreiras militares ou diplomáticas; o desempenho de maior número de cargos políticos, nas Câmaras dos Deputados e dos Pares, em Ministérios, Conselho de Estado ou Governos Civis; como também apresentavam maiores fortunas. Isto significava que quando o Rei tinha possibilidade de escolher, preferia a aristocracia com maior formação académica e militar, que tivesse desempenhado funções diplomáticas e cargos políticos. O alinhamento político dos antepassados destes oficiais durante a guerra civil não terá sido levada em conta nessa escolha.

A carreira diplomática e o exercício do Pariato são também indicadores significativos nos ofícios da Câmara. As maiores diferenças surgem quando se comparam os Gentis-homens com os Secretários Particulares e os Veadores. Enquanto os primeiros pertenciam à Grandeza de Antigo Regime, os restantes apresentavam uma maior abertura a uma nobreza mais recente, inclusive a não titulares.

O traço comum mais significativo a todos estes ofícios era a existência de familiares que exerciam também ofícios na Casa Real. A tradição deste serviço, os laços de afectividade e as fidelidades mantinham-se, tal como acontecia durante o Antigo Regime. Ora, além do número de ofícios ser reduzido, o rei permitira a acumulação num grupo muito restrito de famílias e até de indivíduos, deixando de fora grande parte da aristocracia e a esmagadora maioria da nobreza. Embora fosse um fenómeno comum à grande parte das cortes europeias desde finais de Antigo Regime, foi certamente um factor de instabilidade, ao deixar de fora grande parte das tradicionais bases de sustentação da monarquia, assente apenas num grupo muito restrito de indivíduos, alvo da crítica por parte de alguns membros da aristocracia.

As vantagens do desempenho destes ofícios não eram necessariamente económicas. Dos oficiais-mores, apenas o Mordomo-mor do Rei e o Aio recebiam vencimento. Era o único verdadeiramente significativo, sendo superior ao ordenado do presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Os Camaristas eram igualmente remunerados. Os do rei com

vencimento inferior ao dos Governadores Civis de Lisboa e Porto e os da Rainha inferior ao dos oficiais do Governo Civil.

As vantagens eram sobretudo simbólicas por este serviço continuar imbuído na lógica de engrandecimento das Casas aristocráticas, como acontecia no Antigo Regime. A proximidade à Família Real permitia o acesso a condecorações, à titulação e que estes oficiais funcionassem como elementos redistribuidores das graças e mercês daquela. Assim se explicam os diversos pedidos por parte de diversos sectores da sociedade, onde se incluía a administração pública e que resumiam essencialmente a auxílios financeiros e ao pedido de emprego ou promoções ou então a convites para os festejos mundanos das cerimónias da corte, nomeadamente bailes.

O serviço no Paço apresentava algumas desvantagens, desde o afastamento temporário da família, uma queixa recorrente na documentação privada a que tivemos acesso. Outra, o serem alvo da atenção por parte da imprensa. No entanto, a maior desvantagem era serem alvo principal da intriga no seio da Casa Real, que reflectia a necessidade da manutenção das boas graças régias para a conservação do seu estatuto privilegiado. O favoritismo dispensado pela Rainha a uma das suas Damas foi bastante notório e criticado nas cortes ibéricas, em certos círculos aristocráticos e pelo poder político, prejudicando a imagem da soberana e a da própria monarquia junto da imprensa e do poder político. Sobretudo após o regicídio, há indícios muito pontuais nestes meios de um alinhamento político que opunha, por um lado, D. Carlos e o Conde de Arnos, apoiantes de João Franco e, por outro, a Rainha e a sua favorita.

A situação financeira da Casa Real foi uma questão muito debatida na época, constando que a Família Real gastava mais de metade do défice do Estado. A historiografia deu especial relevo à questão dos adiantamentos do Tesouro Público à Administração da Fazenda da Casa Real, atribuindo-lhe em parte a queda do regime monárquico. No entanto, os historiadores não se debruçaram sobre as razões que levaram os sucessivos governos a autorizarem esses adiantamentos, nem analisaram as receitas e despesas da mesma Casa e a sua situação financeira durante este reinado.

A Monarquia Constitucional, nomeadamente o texto constitucional de 1826, estabeleceu uma divisão entre Erário Público e Real, cedendo à Família Real uma dotação fixada pelas Cortes que variava de acordo com o número e qualidade dos seus membros. No reinado de D. Carlos totalizava 525 contos anuais.

Ainda que no contexto nacional não ascendesse a um montante desprezível, era na realidade uma das mais baixas dotações existentes nas diversas cortes europeias, sobretudo quando comparada com a de reinos de pequena dimensão.

Para além de exígua, a dotação não fora actualizada desde 1821, a primeira vez que fora atribuída. Como resultado, a normal inflação produziu um efeito de desvalorização da mesma, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, que se agravou ligeiramente durante o reinado de D. Carlos.

Como se não bastasse, a crise financeira de 1892 levou, como tinha sido habitual em reinados anteriores, à cedência de parte da dotação por parte da Família Real. No entanto, nunca o Erário Régio tinha estado tão depauperado pela perda de poder de compra e por esta cedência. Os esforços contínuos de uma Administração constituída por um grupo de funcionários profissionalizados e experientes, no sentido do controlo das despesas e da realização de economias, não se revelaram suficientes.

A contabilidade da Casa Real era uma contabilidade de caixa, registando somente os fluxos de entrada e saída de fundos, não considerando os montantes das dívidas a fornecedores, ao Tesouro Público ou as contraídas junto de instituições bancárias.

A receita e a despesa apresentaram quase sempre valores muito próximos, dependendo os montantes pagos dos fundos existentes no cofre. Por isso os saldos eram em geral insignificantes. Além disso, eram na sua maioria positivos, o que denota uma preocupação em deixar dinheiro em caixa de um ano para o outro.

A despesa, sempre com valores acima dos 600 contos de réis, mostrou flutuações cíclicas, irregulares, apresentando três picos em três anos distintos, que em parte são explicados pela variação anual dos preços, ou por receitas e despesas extraordinárias.

A receita registou um comportamento muito idêntico ao da despesa, inclusive na média, também rondando os 800 contos de réis e exibindo igualmente os mesmos três picos de aumento.

O normal funcionamento da Casa, nomeadamente os gastos com os serviços, funcionários e bens imóveis, constituíam a grande maioria das suas despesas ordinárias. Repare-se, no entanto, que os gastos com os funcionários inferiores tinham, no seu conjunto, um maior peso que os dos funcionários superiores, uma vez que o número daqueles era muitíssimo superior, ainda que os seus vencimentos fossem mais baixos. As despesas pessoais da Família Real, embora significativas, tinham um menor peso.

Existiu também um conjunto de despesas extraordinárias, muito variável quantitativamente, composto pelas transferências para o Tesouro, respeitantes a pagamentos de adiantamentos ou à cedência de dotação; despesas de representação, despesas diversas e ainda um conjunto de saídas de dinheiro relacionadas com depósitos em instituições bancárias ou aplicações financeiras.

As despesas da Casa Real eram inferiores às apresentadas pela maior parte dos Ministérios, à excepção dos Negócios Estrangeiros. Comparativamente aos poderes legislativo e judicial, a Casa Real gastava quase tanto quanto este último, mas distanciando-se bastante do legislativo, que apresentava valores muito reduzidos.

As receitas ordinárias eram constituídas sobretudo pelas transferências do Tesouro Público, nomeadamente a dotação e a verba destinada à manutenção dos Palácios Reais.

Muito menos significativas eram as receitas de bens móveis e imóveis. Embora se verificassem alguns esforços na capitalização de bens, este investimento foi casual e pouco expressivo. Recorreu-se também ao crédito para obtenção de receita, o que originava mais despesa, com o pagamento de juros e das amortizações de crédito.

Para equilibrar as contas recorreu-se aos adiantamentos aos sucessivos ministros das Finanças, prática já existente no final do reinado de D. Luís. Embora extraordinários, apresentam um comportamento regular, uma vez que surgem em todos os anos do reinado de D. Carlos. Esta regularidade é indicadora da dependência da Casa Real destas verbas, que lhe permitiram equilibrar as despesas.

Estas transferências foram justificadas de diversas formas: as despesas de representação (viagens oficiais e cerimónias); pelo arrendamento de bens da Coroa no usufruto do Estado; e adiantamentos extraordinários, sem explicações detalhadas.

A dotação representava em média 59% do total da receita que, somada à média de 14% apresentada pelas transferências extraordinárias, totalizavam 73% do total das receitas, havendo anos em que esse patamar foi ultrapassado. Ou seja, ainda que as transferências ordinárias do Tesouro fossem bastante significativas, não eram suficientes, sendo necessário recorrer regularmente a transferências extraordinárias para fazer face às despesas. Isto porque as outras fontes de receitas, quer ordinárias, quer extraordinárias eram muito reduzidas.

Além da sua regularidade, são também bastante significativas a nível quantitativo, totalizando mais de mil e oitocentos contos de réis. Este total não é coincidente nem com o decreto de João Franco de 30 de Agosto de 1907, que saldava as contas da Casa Real com o Tesouro público, nem com o relatório publicado em 1915. De facto, o valor registado pela contabilidade da Casa Real faz ascender os adiantamentos à Casa Real a mais do dobro dos apresentados no decreto e em menos de metade do valor apresentado pelo relatório exclusivamente a D. Carlos, pois se tomarmos em consideração as dívidas dos outros membros da Família Real, a diferença seria bastante superior. O que não é nenhuma surpresa, uma vez que, cada um dos documentos traduzia uma vontade política diferente e necessária para o contexto no qual foram produzidos.

Os sucessivos governos nunca levaram a questão ao parlamento para discutir uma possível reforma financeira da Casa Real. Pelo contrário, foram autorizando os sucessivos adiantamentos, mesmo quando estes deixaram de ser pagos, a partir de 1895, demonstrando a falta de vontade política de resolver a questão. Na verdade, porque esta situação se mostrava bastante útil aos sucessivos governos, que viam nela uma forma de subjugar o vértice do poder político – o Rei – ao poder executivo. Nada mais restava ao Rei senão continuar na dependência do poder político e a pedir os adiantamentos.

Em 1906, João Franco expôs a situação no Parlamento, para saldar as contas entre Casa Real e o Tesouro Público, e não no sentido de uma reforma financeira da Casa Real. O debate político pautou-se pela crítica sobretudo por parte dos partidos regenerador e republicano, à forma como o assunto fora tratado pelos sucessivos governos à proposta de resolução apresentada por João Franco. Os principais alvos do ataque foram este e o seu governo e, de certa forma, o Rei.

Na opinião deste, o decreto que solucionava a questão, do final de Agosto de 1907, vinha em má altura, uma vez que o Parlamento se encontrava encerrado. Efectivamente, embora transferindo para o Estado algumas despesas, não solucionou em definitivo o problema financeiro da Casa Real.

Para além das dificuldades económicas que a Casa Real atravessava, a questão dos adiantamentos serviu também como um factor de enegrecimento da imagem pública da monarquia. Agravando esta situação, a aristocracia parece não ter apoiado os soberanos neste momento de grande instabilidade política, quando a imagem da monarquia era atacada e posta em causa.

As dificuldades financeiras da monarquia repercutiram-se no fausto das suas cerimónias públicas. Enquanto que, sobretudo em Inglaterra, se assistiu à exploração da imagem régia; ao revivalismo das suas tradições rituais, incorporando elementos nacionais; ao esforço de um planeamento e organização das cerimónias a cargo de peritos, e ao enaltecimento da vertente imperial da monarquia, o mesmo não se passou em Portugal, nem em Espanha.

O cerimonial manteve-se praticamente imutável ao longo deste reinado. O exemplo mais emblemático é o da aclamação do Rei, em que alguns dos seus elementos constitutivos remontam à primeira dinastia. As alterações trazidas pela Monarquia Constitucional resumiram-se ao conteúdo do juramento efectuado pelo Rei sobre a bíblia, apresentada pelo Presidente da Câmara dos Pares, ao uso de um novo ceptro e a transferência da sua realização do espaço público para o interior do Palácio das Cortes, onde era observada exclusivamente pelos membros da Casa Real e pela classe política. A sobrevivência de elementos medievais e modernos

contrasta com a coroação de Eduardo VII, na qual se apostou em diversas inovações, ainda que devidamente justificadas com a tradição.

Grande parte das cerimónias continuava a ser as de Antigo Regime: os aniversários da Família Real, o dia dos Santos respectivos, e inúmeras festividades religiosas. Além disso, mesmo em festividades não religiosas, este elemento continuava presente, gerando um ligeiro desgosto mesmo no seio da aristocracia. Mas era por parte da imprensa republicana que as críticas se fizeram ouvir, sobretudo no que respeita ao aparato das cerimónias, que encarava os cortejos e as vestes utilizadas anacrónicas, tornando-se por isso patéticas e ridículas.

As inovações trazidas pela Monarquia Constitucional foram a redução dos dias de grande gala e a dispensa do ritual de beija-mão. Surgiram novas festividades, como a abertura anual do Parlamento e o festejo de algumas datas relacionadas com o regime liberal. Contudo, algumas deixaram de ser celebradas, mantendo-se as relativas à Carta Constitucional e as exéquias a D. Pedro IV.

Durante o reinado de D. Carlos, estes festejos foram perdendo importância. O juramento da Carta Constitucional foi ofuscado pelo aniversário do infante D. Afonso; o aniversário da outorga deixou de ser mencionado em certos periódicos; a recepção no Paço por essa ocasião era pouco concorrida e em certos anos a Família Real nem sequer celebrou a data, como acontecia com o primeiro de Dezembro, a cujas cerimónias o Rei nunca assistiu nem se fez representar.

Estes festejos, que poderiam ter congregado em seu redor os ânimos nacionalistas, não foram aproveitados pela Família Real, como acontecera sobretudo em Inglaterra, onde se assistiu à exploração da própria imagem régia e ao revivalismo das suas tradições rituais incorporando elementos nacionais, nomeadamente a nível musical e no enaltecimento da vertente imperial da monarquia. No caso português, o reinado iniciara-se da pior maneira deste ponto de vista, nomeadamente com o ultimato inglês ao país e apesar das diversas campanhas africanas, o elemento colonial ou imperial nunca foi aproveitado para as cerimónias, perdendo terreno para o republicanismo que se transformara no principal pólo congregador do nacionalismo desde o Centenário de Camões.

Outra inovação trazida pela Monarquia Constitucional foi o alargamento do tecido social das cerimónias, nomeadamente a entrada concorrencial da elite política, militar e administrativa no espaço da corte. Esta diversificação dos grupos sociais também não se traduziu numa maior afluência às cerimónias da corte, que apenas eram realmente concorridas na recepção de Ano novo e nas visitas oficiais de soberanos estrangeiros, que possibilitavam a obtenção de presentes ou condecorações.

Os grupos populares continuaram apenas a assistir à passagem dos cortejos nas ruas de Lisboa ou das cidades esporadicamente visitadas pela Família Real. Aguardavam os soberanos nos adros das Igrejas nas cerimónias religiosas, podendo pontualmente assistir a estas celebrações. As cerimónias continuavam a ser o que sempre foram e não se desenrolando no espaço público.

Em conclusão, a Monarquia Constitucional trouxera à Casa Real alguns desafios que se vieram a revelar obstáculos fatais ao seu funcionamento.

Desde logo, a evolução da sociedade. O aumento do número de efectivos da nobreza e a emergência de novas elites política, financeira e militar potenciaram o aumento do número de pretendentes ao desempenho dos ofícios superiores da Casa Real. O alargamento deste universo contrastava com a contracção da dimensão da Casa Real, verificada desde os finais de Antigo Regime. O Rei afunilou as vias de acesso à Casa Real, permitindo a acumulação de ofícios nas mesmas famílias e pessoas, não tendo conseguido criar um mecanismo de integração satisfatório das suas bases tradicionais de apoio, nomeadamente a aristocracia. A esta exclusão somava-se também a instabilidade causada pela intriga que enegrecia a imagem da Monarquia, nos círculos aristocráticos, da política e até na imprensa.

Outro dos desafios foi trazido pela separação entre finanças estatais e régias, com a fixação de uma dotação por parte do poder político e agravado pela redução significativa do seu valor real. Esta era a mais significativa fonte de receita, apesar de algumas tentativas de investimento. Face a um conjunto bastante significativo de despesas fixas relacionadas com o próprio funcionamento interno da Casa Real, recorreu-se aos

adiantamentos do Tesouro Público, com a conivência dos sucessivos governos. Quando a questão foi tornada pública, a crítica pautou-se essencialmente como os sucessivos governos lidaram com os adiantamentos, e a resolução apresentada por João Franco.

Finalmente, a Casa Real não conseguiu afirmar-se através das suas cerimónias públicas. Os rituais próprios da monarquia não foram actualizados e não se soube tirar partido das datas festivas que a vitória do regime liberal oferecia. Numa época em que os nacionalismos emergiam, a Casa Real permanecia encapsulada nas festividades próprias de um regime absoluto. A monarquia falhava portanto, como força centrípeta dos sentimentos patrióticos e na afirmação do Rei, como soberano dos seus cidadãos, continuando a apresentar-se como Rei dos seus súbditos e, ainda assim, de muito poucos.

Por tudo isto, às explicações tradicionais da crise final da Monarquia Constitucional há que ter presente também o papel que a Casa Real desempenhou nesse processo, nomeadamente pela sobrevivência de estruturas arcaizantes e a sua conseqüente incapacidade de adequação à conjuntura que então emergira.

MEMORIAL DE UM COMPLEXO ARQUITETÓNICO ENQUANTO ESPAÇO MUSEOLÓGICO: MUSEU MACHADO DE CASTRO (1911-1965)

Duarte Manuel Roque de Freitas

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea - 2015*

Gostaríamos, em primeiro lugar, de agradecer aos membros do júri a atribuição do prémio Victor Sá de História Contemporânea, uma distinção que muito nos honra. A investigação que submetemos a concurso resulta de uma tese de doutoramento em História (regime pré-Bolonha), na especialidade de Museologia e Património Cultural, apresentada à Universidade de Coimbra no dia 20 de maio de 2015. Foram nossas orientadoras a Doutora Irene Vaquinhas e a Doutora Regina Anacleto, às quais enviamos o nosso preito de gratidão, pela disponibilidade e o pelo incentivo que nos deram para levar o plano avante, bem como pela sua leitura crítica e atenta dos textos que, aos poucos, fomos produzindo.

Podemos situar a génese do trabalho de investigação, alvo desta tão nobre distinção, há precisamente dez anos. Entre os meses de Setembro e Dezembro de 2005 frequentámos um estágio no Museu Nacional de Machado de Castro, inserido no âmbito do protocolo de colaboração

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 15 de Dezembro de 2015, no Salão Nobre da Universidade do Minho. Publicado originalmente em *Forum*, Braga, 51, (2016), p. 209-214.

entre este e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o objetivo de proporcionar aos alunos do III curso de Mestrado de Museologia e Património Cultural um complemento à formação teórica prestada naquele estabelecimento de ensino. À época, o espaço museológico encontrava-se encerrado ao público, num breve compasso de espera para o início das, tão desejadas, obras de beneficiação e ampliação do edifício. Foi pela mão de Pedro Redol (então diretor do museu) que ficámos a conhecer algumas das suas especificidades arquitetónicas que nos fizeram recordar a alegoria literária da mítica cidade de Fedora, a “metrópole de pedra cinzenta”, saída da imaginação do escritor Italo Calvino – presente no romance *Cidades Invisíveis* –, sobretudo na descrição do seu museu instalado no “palácio das esferas”. Nas paredes do congénere conimbricense – assente no mundo real, não ficcionado – vislumbram-se reminiscências dos rostos que a cidade tomou ao longo de dois milénios, desde o período do domínio romano sobre a *civitas aeminiensis* até às alterações mais próximas no tempo, já enquanto espaço museológico.

Perante a oportunidade de avançar para a elaboração de uma tese de doutoramento, o MNMC foi o objeto de estudo apetecido e efetivamente escolhido, partindo-se de um plano inicial que procurou percorrer a sua história a partir do momento fundador. Em termos pragmáticos, preferiu-se uma divisão por assuntos do que propriamente alicerçada na pura lógica cronológica, almejando compreender, em capítulos distintos, a progressão efetiva das conceções museológicas (idealizadas pelos diferentes responsáveis da instituição), do contexto arquitetónico (assente nas obras de adaptação e de beneficiação, intervenções de restauro e a descoberta de preexistências), do primado da peça (pelo estudo das coleções e as opções museográficas, em contexto de exposição permanente ou temporária) e, por fim, da interação do museu com o meio (nas componentes do foro educativo, passando pelos fenómenos de associação em torno do museu).

Os obstáculos, desde cedo, se ergueram por sustentar um programa demasiado ambicioso – que se estenderia não em uma mas em, pelo menos, quatro teses de doutoramento – e nunca fez tanto sentido a sentença, à maneira proverbial, “Os deuses são avaros e castigam sem

piedade os pecados da *hybris* [...]”, escrita pelo académico José Ribeiro Ferreira, aquando de um labor do mesmo âmbito.

Decidimos fixar-nos somente nos aspetos arquitetónicos do objeto de estudo, sendo este um caso peculiar no panorama museológico nacional. Podemos mesmo asseverar que, em Portugal, nenhuma instituição da mesma índole se instalou numa estrutura espacial em que se encontram presentes várias componentes arquitetónicas que foram classificadas com o estatuto de Monumento Nacional, ainda que somente o antigo paço dos bispos de Coimbra tenha sido erguido na área atual. As restantes, edificadas originalmente noutros pontos da cidade, são fruto de integrações no edifício do museu, que partiram de decisões concretas, fundamentadas na sua preservação e salvaguarda.

Estabelecemos, desde logo, como objetivo principal, conhecer as transformações ocorridas no complexo arquitetónico que atualmente sustenta o Museu Nacional de Machado de Castro, durante o período temporal que medeia o seu nascimento (1911) até à elevação ao estatuto de museu nacional (1965). A análise das várias fontes coligidas (escritas e icononímicas) permitiu:

- a) apresentar as diferentes conceções museológicas dos diretores do museu. Foram eles António Augusto Gonçalves, Vergílio Correia e Luís Reis Santos;
- b) identificar as premissas basilares da adaptação de um antigo paço episcopal a espaço museológico;
- c) compreender os ditames do processo de anexação do paço episcopal da igreja de São João de Almedina;
- d) destacar o surgimento e a integração no discurso expositivo de preexistências da civitas aeminiensis e dos tempos medievos;
- e) discriminar os procedimentos de incorporação, no edifício do museu, de elementos arquitetónicos provindos de outras edificações da cidade de Coimbra;
- f) enaltecer a posição do espaço museológico no âmbito do plano de obras da cidade universitária, posto em prática a partir da década de 1940;
- g) especificar os diferentes momentos de demolição, reparação, adição e restauro aplicados ao edifício;

h) evidenciar o almejado equilíbrio da dualidade museu/monumento, procurado a partir da década de 1950.

As conclusões a que chegámos levam-nos a enaltecer a relevância do objeto de estudo no panorama museológico português por se constituir, em mais do que qualquer outro exemplo, numa verdadeira sobreposição de diferentes memórias edificadas ao longo de dois mil anos de história, cuja existência nos dias de hoje em tudo se deve à atenção e sensibilidade de vários intervenientes e às consequentes medidas então tomadas durante o período cronológico estudado.

No que concerne às fontes utilizadas, destaca-se, num primeiro plano, o acervo documental do próprio espaço museológico e o vasto arquivo da antiga DGEMN, sito no Forte de Sacavém, abrindo-se igualmente o espaço à análise de outros fundos quando muitas das informações obtidas se revelavam insuficientes. Remetemos para os anexos, coligidos no segundo volume, um manancial significativo de fontes, em particular as icononímicas de diferentes tipologias, no qual se inclui uma filmagem registada no ano de 1931.

Um dos aspetos essenciais que procuramos incutir na presente investigação refletiu-se no “tomar o pulso” da opinião pública sobre os mais variados temas respeitantes ao museu, em particular as diferentes intervenções efetuadas no edifício, não olvidando a participação ativa, no panorama do jornalismo conimbricense, dos dois primeiros diretores do museu (António Augusto Gonçalves e Vergílio Correia) enquanto cronistas eminentes. Os jornais portugueses dos finais de Oitocentos e de meados da centúria seguinte – até à institucionalização da censura prévia durante o Estado Novo – constituíam-se em verdadeiras praças públicas onde se discutiram os mais variados assuntos do foro político e cultural e as posições antagónicas se digladiavam de modo acérrimo, apresentando-se como fontes essenciais para a apreensão do conhecimento histórico do referido período, por vezes mais “sumarentas” quando comparadas com a esterilidade de alguns dos documentos oficiais de âmbito administrativo.

Debrucemo-nos, por ora, na atualidade. O recente projeto de requalificação do Museu Nacional de Machado de Castro tornou-o rejuvenescido sem, com isso, perder a especificidade histórica da sua

estrutura que contém a maior concentração de monumentos nacionais agregados a um só edifício. Arquétipo de memória por excelência, a referida instituição preserva as características arquitetónicas de um espaço eminentemente sensorial, onde o novo e o antigo se fundem numa espécie de jogo de espelhos que refletem as atenções do presente e as formas que a cidade de Coimbra tomou em tempos pretéritos.

Finalmente, termino com duas notas pessoais que gostaria de partilhar convosco. Em primeiro lugar, dedico esta investigação à memória da minha avó paterna Adelaide Gonçalves (bordadeira) e do meu avô materno António Pereira Roque (pescador), ambos naturais de Câmara de Lobos (ilha da Madeira). Em segundo lugar, ao receber o presente prémio, recordamos os dias de maior frustração a que este trabalho muitas vezes nos levou. Chegámos mesmo a pensar em abdicar desta empreitada, o que, em boa hora, não fizemos e procurámos prosseguir o sonho de incidir o nosso labor sobre os estudos históricos. Vem-nos à memória um pequeno poema de Sophia de Mello Breyner Andersen que nos ajudou a desbloquear os vários impasses e tormentas por que fomos passando:

Apesar das ruínas e da morte,
Onde sempre acabou cada ilusão,
A força dos meus sonhos é tão forte,
Que de tudo renasce a exaltação
E nunca as minhas mãos ficam vazias.

Obrigado, mais uma vez, a todos. Estou imensamente grato pelo vosso reconhecimento, através deste prémio tão significativo para a História Portuguesa, que faz com que as minhas mãos nunca fiquem vazias.

NOVO ESTADO MARCELISTA (1929-1974)

Márcio Sérgio Costa Barbosa

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea - 2016*

Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar todos os senhores e todas as senhoras participantes e presentes no Colóquio que acabou de encerrar e nesta cerimónia. Quero, de forma muito especial, expressar o meu profundo sentimento de gratidão: ao Magnífico Reitor da Universidade do Minho, Prof. Doutor António Cunha; ao Sr. Vice-reitor da Universidade do Minho, Doutor Rui Vieira de Castro; a todos os membros e profissionais do Conselho Cultural, presidido pela Prof.^a Doutora Maria Eduarda Keating; à Comissão Executiva do Prémio Victor de Sá, constituída pelo Prof. Doutor José Viriato Capela, Prof.^a Doutora Fátima Moura Ferreira e Dr. Henrique Barreto Nunes; ao júri do Prémio, composto também pelo Prof. Doutor Viriato Capela, pelo Doutor Luís Alberto Marques Alves e pelo Doutor Paulo Jorge Fernandes; aos mecenas do Prémio Victor de Sá. Muito obrigado a todos. Receber este Prémio é verdadeiramente uma honra e um enorme estímulo para o futuro. Prémio depositário do nome de um grande português – Doutor Victor de Sá – e concedido por uma instituição de referência – a Universidade do Minho.

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 13 de Dezembro de 2016, no Salão Nobre da Universidade do Minho.

Sinto, igualmente, deixar aqui uma palavra de reconhecimento à casa onde me formei – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ao meu orientador de doutoramento – Prof. Doutor Rui Martins, a todos os meus professores e, em particular, aos que marcaram as minhas pós-graduações: Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e Prof. Doutor Fernando Catroga.

Novo Estado Marcelista (1929-74) constitui uma tentativa objetivante de interpretação do marcelismo e de Marcelo Caetano enquanto objeto de estudo autónomo no amplo quadro da Ditadura Militar e do Estado Novo. Ou seja, enquanto reprodução do regime instituído com a Constituição de 1933 distinta do Estado Novo salazarista. Partiu-se do estudo sistemático do quadro decisório de Marcelo Caetano – possível através da análise integral, contextualizada e cruzada do seu arquivo pessoal (AMC) – e não de uma definição apriorística. Reduzindo, desta forma, o risco calculado inerente ao processo base da produção científica. Considera-se, aliás, que a ideia de que a ciência deve começar com definições, porque desde o início trabalha com conceitos, é insustentável e nociva para a própria ciência.

Nesse sentido, com a base possibilitada por trabalhos anteriores, constituiu-se uma linha problematizante alternativa. Desde logo porque o natural trabalho de explicação lógica e consequente de processos de rutura política não esgotara todas as questões. Pelo contrário. Seria forçosamente lógico que os agentes de rutura consubstanciassem uma efetiva e integrada aspiração de mudança? A criação de condições de rutura por parte dos poderes estruturais de uma sociedade denunciaria necessariamente um desejo de novo ou comportaria, por outro lado, uma reação formal (imediate e aparente) a mudanças reais (lentas e efetivas) que ameaçassem as relações de poder estabelecidas?

No mesmo sentido, visou-se construir um quadro interpretativo o mais amplo possível do projeto socio-político-económico marcelista. Quadro que inclui: a relação entre Caetano e os itinerários do Estado Novo; os problemas fundamentais do seu tempo histórico; os poderes ou grupos de poder; a análise crítica da evolução do contexto internacional como tentativa concreta de resposta à questão de saber porque

pode falhar uma experiência de correção, purificação ou restauração de funcionalidade num sistema até aí anquilosado, corrompido e disfuncional, mas bem-sucedido quanto à preservação do poder.

Segundo esse quadro, questionou-se porque é que o agente político central (Marcelo Caetano) se arruinou face a forças, grupos e poderes díspares ou mesmo contraditórios. Quer no prisma da continuidade quer no da evolução, do confronto com as oposições ou das tensões internas do regime, a ideia de que Marcelo Caetano falhou, acomodada a uma certa inevitabilidade, reunia consenso. No entanto, dado que tudo depende da capacidade de questionar e em virtude das dificuldades suscitadas pela conjugação de ambos os elementos, mais do que justificar porque “tinha de falhar”, enunciação que pressupõe o princípio de que todos os sistemas “têm inevitavelmente de falhar”, a questão mobilizadora residiu em inquirir porque “falhou”, uma vez que, na realidade e por princípio, todos os sistemas são concebidos para “durar”.

A demarcação entre “fim” e “móbil”, no sentido em que os motivos não têm de ser necessariamente concordantes com os fins, permitiu alargar o espectro de interrogações, equacionando-se temas e discussões de maior complexidade e dimensão, numa visão integrada da realidade histórica.

Em função das características particulares do objeto de estudo, procurou-se contribuir para o enriquecimento da produção historiográfica segundo uma orientação alternativa e complementar da vertente na anteocupação da “definição” em relação à “interpretação”, e esta, por sua vez, embora não de uma forma rígida, à “análise sistemática” de acervos documentais/arquivos. Não obstante a tendência, obras recentes de grande dimensão apresentam evidente desproporção entre a manifesta aspiração científica e a base documental/arquivística que a sustenta.

Quanto aos princípios epistemológicos, requisitados pelo extenso e complexo leque de questões que estruturam o trabalho, procurou-se ascender da experiência quotidiana (no sentido de complicada, contraditória e pontual) à experiência científica (no sentido da aplicação da razão ao estudo dos fatos até se alcançar uma estrutura de conhecimento). Isso criou a necessidade de avançar profundamente (com os limites inerentes à natureza do projeto) na observação da realidade concreta, sem

relativizar ou empobrecer documentos, fatos e acontecimentos antes duma efetiva estruturação. A definição e interpretação não ficaram deste modo reservadas para o início ou fim do estudo, mas encontraram espaço no centro do próprio processo de conhecimento. Nesse sentido, indagaram-se relações necessárias e unidade onde, eventualmente, se poderia somente antever contingência e inconciliação.

Daí resultou a opção por uma abordagem estrutural e interpretativa, apoiada numa sólida fundamentação documental. O eixo estruturante de todo o estudo residiu na análise integral do colossal Arquivo Marcelo Caetano (AMC), depositado na Casa Forte do ANTT, do qual somente uma reduzidíssima parte foi publicada, e o *Diário do Governo* (I Série). Com esta base, por um processo crítico de permanente problematização e confrontação, procedeu-se à análise de um extenso leque de outras fontes impressas e documentais.

A determinação dos limites cronológicos foi natural, uma vez que consistem em dois momentos perceptíveis do percurso político de Marcelo Caetano: o início da colaboração com o seu antecessor, em 1929, e o 25 de Abril de 1974. A obra divide-se em três partes, subdivididas em quatro capítulos. Organizou-se, do ponto de vista temático-cronológico, em função do Poder: antes de MC ser chamado para um cargo político (até 1939); as condicionantes de acesso ao poder geradas por e para MC desde 1940 até 1968, quando assumiu a chefia do governo; a ação governativa propriamente dita, segundo as articulações, determinadas pelas fontes e pelos fatos, entre as experiências ministeriais dos anos 40/50 (Ministério das Colónias e Ministério da Presidência) e o governo de 1968-74. A complexa realidade resultante do cruzamento das várias fontes solicitou rigorosa e exigente solução de compromisso entre a cronologia dos acontecimentos e a articulação coerente das problemáticas.

O exaustivo trabalho de consulta e análise possibilitou a construção integrada de uma visão simultaneamente global e pormenorizada do objeto de estudo, pelo que, tanto as opções metodológicas, como as opções epistemológicas se revelaram profícuas. A formulação do “Novo Estado Marcelista” encontrou plena adesão na interpretação da documentação e no estudo dos factos. O mapeamento detalhado do quadro decisório de

Marcelo Caetano permitiu, por um lado, apurar com maior precisão as coordenadas demarcadoras do novo, bem como, por outro lado, do ideal.

A organização temático-cronológica em torno do Poder proporcionou um enquadramento adequado e fecundo para as respostas ao enunciado. A percepção da mundividência do pioneiro teorizador do corporativismo em Portugal, antes de integrar as estruturas do regime e antes do acontecimento crucial do século XX, permitiu traçar um retrato concomitantemente impressivo e estruturado, quer do seu pensamento sobre os problemas centrais (corporativismo, Ultramar, ordem mundial), quer do seu posicionamento em relação à construção real do regime, às entidades e estruturas de poder.

O exame das condicionantes cumulativamente edificadas por e para Caetano no sinuoso caminho que o conduziu ao poder em 1968 por uma porta efetivamente estreita, comprovou a oportunidade e validade da opção. O enquadramento teórico-histórico permitiu perceber o *modus operandi* de MC quando no Poder e o posicionamento dos poderes (político-económico-sociais-religiosos) na sua esfera crítica.

As ideias de continuidade, evolução, imutabilidade ou retorno, embora possam facilitar a compreensão das complexidades e dificuldades de construção do novo, não respondiam à questão de saber porque é que o agente político central perdeu o desafio colocado pela liderança política face a forças, grupos e poderes díspares ou mesmo contraditórios. O substantivo prestígio académico e político de Caetano, laboriosamente construído, tornavam-no, independentemente das (o)posições ideológicas, imprescindível. No entanto, a intransigência, independência e incorruptibilidade, tornaram-no, como se pôde verificar, numa figura verdadeiramente incómoda. A incompatibilização de Caetano com os designados poderes de corrupção económicos, as naturais pretensões de poder da Santa Sé na nova ordem mundial pós-guerra e o complexo e heterogéneo setor militar foi tão ou mais relevante, segundo a investigação permitiu apurar, para o fim das duas primeiras experiências ministeriais do que eventuais divergências políticas.

O estudo do período de afastamento do governo, principalmente após a demissão de Marcelo Caetano da Reitoria da Universidade de

Lisboa (a única demissão de sua iniciativa), permitiu completar o panorama circunstancial em que aceitou a nomeação para a Presidência do Conselho de Ministros. O fato de ser esperado e ter uma voz muito ouvida não influiu no essencial: as contradições em torno do problema ultramarino. O contexto de equívocos, forças e dificuldades iniciado nesse período não se alteraria substancialmente até ao governo marcelista.

O enquadramento crítico daquele tempo histórico e dos principais vetores internacionais a partir do ponto de fuga marcelista permitiu alargar e complexificar o campo de visão, bem como expor aspetos sombrios, convergentes para a luta pelo poder, o próprio poder (sobretudo o económico) e a sua concentração. Compreender o marcelismo em função das idiosincrasias e acontecimentos do seu tempo histórico, num quadro de reflexão liberal, demonstrou ser tanto ou mais clarificador do que a sua perspetivação como simples forma evolutiva do Estado Novo salazarista.

Quanto às questões fundamentais do enunciado, introduziram-se novos elementos de compreensão. De forma sintética, não parece ter sido a insuficiência de correção e mudança/novidade que proporcionou as condições para a ruína de Caetano, segundo terminologia de Maquiavel, e fracasso do marcelismo. Pelo contrário, parece ter sido a efetiva, embora não semântica, materialização conjugada de ambas que potenciou, por um lado, a fragilidade inicial e, por outro, desencadeou hostilidades mais ou menos exteriorizadas, no sentido em que chocou com estruturas de privilégios e de poder.

A investigação exaustiva da realidade que se deparou a Caetano no Ministério das Colónias e do seu trabalho à frente dessa pasta crucial, seguida da interligação estruturada com o marcelismo, constituiu um elemento explicativo determinante e, a partir de agora, indispensável para qualquer leitura. Primeiramente, a noção, concreta e abstrata, de corrupção dos sistemas – corporativo, económico-social, religioso e internacional – e o impulso de ação e reação contra esse fenómeno.

Evidenciou-se a incompatibilização irreversível entre uma visão para o país e as soluções para os seus problemas fundamentais com os poderes ou grupos de poder e com as “mentiras” escarpadas, resultantes das divergências entre as práticas, orientadas para a conservação e

acumulação de poder, e as palavras, direcionadas às massas. Evitando-se generalizações, sempre abusivas, não parece que as aspirações de grupos ou setores progressistas nos vários quadrantes e domínios, a par do combate ideológico, tenham sido mais determinantes do que a hostilidade resultante da abertura e mudança preconizadas pela liderança marcelista.

A correção ou superação do sistema corporativo partilhou dificuldades, problemas e desafios colocados pelo modelo de globalização em afirmação. O contexto internacional construído após 1945 propiciou outras convergências: entre os designados erros cometidos por MC em relação aos dois problemas centrais (a solução do problema ultramarino e a evolução do regime) e os constrangimentos impostos pela nova ordem mundial à formulação de soluções de médio/longo prazo. Consideramos que este é um problema crucial do século XX e, porventura com maior intensidade, do século XXI.

Noutra direção, demonstrou-se que a gradual (dis)funcionalidade global tendeu a impossibilitar a implementação de processos e a mobilização dos instrumentos necessários aos fins unanimemente defendidos nos próprios foros internacionais; referimo-nos a tempo, consciência nacional ou consenso.

A mobilização do conceito de transição, pacífica e posteriormente estabelecido no quadro de reflexão liberal, confirmou a inseparabilidade entre transição política e económica. Conforme se demonstrou, a estratégia marcelista prosseguia um caminho concordante com “o” modelo. Paralelamente, a fundamentação apresentada expôs nova antinomia: a incompatibilização do ascendente neoliberalismo com os diversos modelos político-económicos intervencionistas, única via, segundo essa mesma linha de pensamento, para uma transição real bem-sucedida.

A invocação da austeridade e crise democrática ou a criativa reformulação de conceitos foi partilhada com idêntico grau de oportunidade quer pelo discurso marcelista quer por destacados setores da inteligência demoliberal europeia. Assim sendo, a transição económica em curso no marcelismo não constituía uma alternativa à transição política, mas uma condição para a sua concretização (com ou sem Caetano). Parecendo ignorar essa dimensão, tanto os críticos integrados no regime como

colaboradores mais ou menos heterodoxos não ofereceram, ao governo marcelista, respostas integradas a este problema.

A atualização operada no sistema económico alicerçou-se nas suas duas pedras angulares buriladas durante décadas por Marcelo Caetano: institucionalização de métodos e estruturas públicas independentes de planeamento e modernização dos instrumentos de coordenação económica. Noutro plano, mas na mesma dimensão, colocou-se a integração, quer na dinâmica global, quer no espaço europeu.

Tendo em consideração o peso do passado e as condicionantes dissecadas, pôde verificar-se que o “Novo Estado Marcelista” não deixou de apresentar um quadro de respostas coerente com os complexos desafios daquele tempo. A ação efetiva em domínios fundamentais, aponta assim no sentido de que, em parte, Marcelo Caetano também terá perdido o desafio de mudança e os designados confrontos precisamente por estar a agir para esse fim. Aliás, à guisa de sugestão, talvez o aprofundamento do conhecimento dos insucessos, contradições, dificuldades e desafios do nosso regime democrático também passe pelo amplo leque de questões e respostas aqui trabalhado.

Pensamento que me conduz, para terminar, a uma reflexão mais introspetiva ou mesmo pessoal.

Schopenhauer referiu que “o nosso interesse, qualquer que seja a sua natureza, exerce uma força oculta sobre os nossos juízos; o que lhes é conforme, parece-nos a breve trecho equitativo, justo e razoável; o que se lhe opõe apresenta-se-nos, sem sombra de dúvida, injusto e execrável ou inoportuno e absurdo. Assim, o nosso intelecto é diariamente iludido e corrompido pelos passes de prestidigitador da nossa inclinação.”

Em idêntico sentido, Walter Eucken salientou que “quando a ciência e as ideologias de interesses se confundem, a ciência perde o seu valor e a influência das ideologias de interesses sai reforçada.”

Ambas as citações inspiram uma analogia. Do mesmo modo que se avançou entusiasticamente para um vago pós-modernismo, esquecendo-se que quanto mais desesperados são os esforços para se ser moderno, mais rapidamente se cai no obsoletismo, parece ansiar-se já por uma espécie de pós-verdade, ignorando-se também que todos os

movimentos de ideias que desde o século XIX se empenharam em relativizar a ideia de verdade esbateram com isso a enormíssima e decisiva distância entre experiência quotidiana e experiência científica.

Creio que ninguém poderá falar de Verdade com a mesma autoridade de Jesus Cristo, Pessoa central na minha vida, quando diz: “Eu Sou o caminho, a verdade e a vida”. Mas não será por ser difícil ou mesmo impossível enquanto absoluto que podemos ignorar a palavra e a ideia de verdade. Pelo contrário, creio que é precisamente por ser tão difícil que ela é tão necessária.

“PARA QUE MARTE NÃO AFUGENTE AS MUSAS”. A POLÍTICA CULTURAL ALEMÃ EM PORTUGAL E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO (1933-1945)

Cláudia Sofia Ninhos da Fonseca

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea - 2017*

Na dissertação apresentada à FCSH e defendida em provas públicas em Junho de 2016, procurámos analisar as relações entre o Estado Novo e o Nacional-Socialismo, centrando a nossa atenção nos intercâmbios e transferências culturais e académicas, com base numa abordagem transnacional.

Um das principais teses que defendemos é que a diplomacia nazi em Portugal procurou instrumentalizar o prestígio que a ciência e a cultura alemãs há muito gozavam entre os meios intelectuais e académicos nacionais. A segunda diz respeito ao papel central que o ministro da Alemanha em Lisboa, Oswald von Hoyningen-Huene, teve na aproximação do Portugal salazarista à Alemanha nazi, e que coincidiu com o período de maior radicalização do regime português, que atingiu o auge com a eclosão de uma guerra civil em Espanha, em 1936. Numa conjuntura marcada pela agitação da bandeira anti-bolchevique, a

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 13 de Dezembro de 2017, no Salão Nobre da Universidade do Minho.

proximidade ideológica dos dois regimes tornou-se ainda mais óbvia, ao mesmo tempo que o país se distanciava da Grã-Bretanha. Foram os anos da propaganda mais vistosa, das visitas da Juventude Hitleriana e da KdF a Portugal, acompanhadas de uma intensificação da propaganda cultural, que obrigará os ingleses a responder.

Huene, representante diplomático da Alemanha em Portugal entre 1934 e 1944, conseguiu, por um lado, demonstrar junto do *Auswärtiges Amt* que Portugal era importante na geopolítica europeia e mundial - sobretudo por causa das suas colónias - e que, por isso, deveriam intensificar as relações com este país. Conseguiu, por outro lado, conquistar a admiração e a confiança inequívoca do ditador português. Ao longo dos quase dez anos em que permaneceu em Portugal, a sua agenda político-diplomática esteve sempre muito centrada nas elites, que pretendia ver rendidas à suposta superioridade cultural alemã, condição que conduziria à aceitação do regime nazi. Por isso, trabalhou intensamente junto dos meios científicos e académicos portugueses, até porque os docentes universitários lhe davam acesso a um “público” mais amplo, uma vez que exerciam um ascendente muito grande sobre os alunos, acabando por funcionar como um fator “multiplicador” da influência alemã. Tratava-se, portanto, de um plano a executar em longa duração, que conduziria à construção de uma elite germanófona e germanófila.

Sendo os jovens e as elites académicas um dos mais importantes focos da política externa alemã, uma das principais formas de fomentar a aproximação passou, naturalmente, pela promoção do ensino do alemão, que queriam impor como língua obrigatória nas escolas portuguesas, e que levou à criação de leitorados da Academia Alemã, ao reforço do Grémio Luso-Alemão ou à intensificação das atividades do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra. O papel desempenhado por este último foi, na verdade, essencial para a política cultural alemã em Portugal, até porque era em Coimbra que se localizava a mais importante universidade do país. Os diplomatas alemães desde cedo reconheceram esta proeminência e deram todo o seu apoio à instituição, deslocando-se em diversas ocasiões à Universidade para participarem nas suas atividades. Era o mais importante centro de informações sobre

a Alemanha em Portugal, e até mesmo sobre o Nacional-Socialismo. Na década de 1930 voltou a publicar o seu Boletim, organizou exposições e representações, deu à estampa vários livros e ensinava o idioma alemão. Para a própria Legação, os seus leitores – Joseph Piel e, sobretudo, Albin Beau - desempenharam um papel relevante na transmissão de informações sobre o país e na difusão da cultura alemã em Portugal. Beau, em Coimbra, e Johannes Roth, em Lisboa, foram as figuras que mais auxiliaram Hune na condução da sua estratégia.

Para além do ensino do alemão, outro dos aspetos relevantes foram as viagens de portugueses à Alemanha e de alemães a Portugal, quer fossem dirigentes de organizações estatais, jornalistas, cientistas ou bolseiros. Estes périplos transformaram-se num dos melhores meios de doutrinação, sendo preparados ao pormenor de maneira a criar uma impressão positiva sobre a Alemanha nazi. No âmbito da propaganda cultural, as repetidas visitas dos navios da KdF e dos próprios navios de guerra - símbolos do poderio naval alemão - foram outro elemento fundamental já que permitiram uma aproximação “informal”, dando aos representantes do Reich, em especial a Huene, a possibilidade de sublinhar, publicamente, a amizade e a proximidade ideológica entre a Alemanha e Portugal. Estas demonstrações da amizade luso-alemã mais exuberantes foram, no entanto, progressivamente silenciadas com o início da guerra e a intransigência de Salazar em manter a neutralidade, ao contrário do intercâmbio cultural e académico que esteve assegurado até ao final do conflito, o que permitiu que os alemães continuassem a participar nos congressos portugueses, a realizar conferências nas universidades nacionais ou a organizar exposições, que eram amplamente noticiadas na imprensa.

Os fenómenos de intercâmbio e de transferência estiveram muito ligados às ambições políticas do país. Através da difusão dos seus “produtos” culturais e científicos, procurava fomentar a compreensão pelo seu regime e pelas suas políticas, divulgando os seus cientistas, os seus laboratórios e institutos, as suas revistas, a sua arte e até o seu próprio idioma. Todas as atividades promovidas, as visitas ao Reich, as conferências, as exposições, as receções, o intercâmbio juvenil e académico, na década de 30 e 40, visavam promover a imagem do regime nacional-socialista

junto das elites portuguesas e, por intermédio delas, influenciar a própria orientação diplomática do governo de Salazar. Através da sedução, conseguida pela cultura e pela ciência, aspirava ainda a que o seu programa expansionista a imperialista fosse encarado como legítimo, sobretudo à medida que este se radicalizava e era alvo de uma crescente contestação nas chancelarias europeias. Esta estratégia ajuda a compreender por que motivo, no relacionamento luso-alemão, as “Musas” - isto é, a cultura e a ciência, que não foram neutras e muito menos apolíticas - ajudaram a “afugentar”, ou pelo menos a atenuar, o fantasma de uma Alemanha bélica e imperialista (simbolizada, nas Notícias Culturais que a Legação Alemã publicou, na figura de “Marte”) até 1945.

Não é por acaso que, em 1937, propôs ao *Auswärtiges Amt* a assinatura de um Acordo Cultural com Portugal, que visava a expansão da cultura alemã em Portugal e a promoção das relações culturais. Como Marcelo Caetano muito bem compreendeu e escreveu num parecer redigido na qualidade vogal da direção do IAC, ao reconhecer a ascendência cultural da Alemanha, o país tornava-se permeável à sua influência, que passava a ser aceite e bem recebida. Rapidamente a admiração e o respeito pela cultura e a ciência alemãs se transformariam em influência. E a influência que a Alemanha poderia exercer em Portugal angustiava alguns dirigentes portugueses. Angustiava-os, por exemplo, a possibilidade de difusão da língua portuguesa na Alemanha, uma vez que visava o fortalecimento das relações comerciais da Alemanha com o Brasil e com as colónias portuguesas. O que de facto temiam não era a penetração económica alemã em Portugal continental, mas sim que a Alemanha procurasse impor-se no espaço de língua portuguesa, utilizando o país como ponte de acesso ao Brasil e às colónias, nomeadamente a Angola e a Moçambique. É que as colónias, na verdade, foram sempre um fator de dissensão nas relações luso-alemãs.

A & ETC DE VÍTOR SILVA TAVARES - NARRATIVA HISTÓRICO-SOCIOLÓGICA

Emanuel Chaves Pimenta Cabral Cameira

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2018

O prémio foi atribuído *ex-aequo*, e este premiado justificou exaustivamente a indisponibilidade para apresentar o texto.

A ARQUITECTURA DOS SANATÓRIOS EM PORTUGAL: 1850-1970

José Carlos Duarte Rodrigues Avelãs Nunes

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2018*

Perante as bondosas palavras dos elementos do Júri do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, é a minha vez de as retribuir, espero que com a mesma ênfase e gratidão.

Agradeço a presença do Magnífico Reitor da Universidade do Minho, o Professor Doutor Rui Vieira de Castro, nesta cerimónia. Cumprimento e agradeço profusamente o Professor Doutor Viriato Capela, na figura de Presidente do Júri, e os Professores Doutores Jorge Alves e Raquel Henriques, que compõem este júri do ano de 2018. Igualmente, umas palavras de gratidão ao Conselho Cultural da Universidade do Minho e aos vários Promotores e Mecenias deste prémio.

É com incomensurável orgulho que recebo esta distinção. Foi atribuído em *ex-aequo* com o colega Emanuel Cameira, como aos colegas Gonçalo Antunes e Tânia Alves, também premiados, os quais muito felicitado e aos quais desejo o maior sucesso.

Louvo também todos os presentes nesta sessão.

Estou particularmente honrado por esta atribuição provir de um desejo vivo do Professor Victor de Sá. Oito vezes *kafkianamente* julgado

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 12 de Dezembro de 2018, no Salão Nobre da Universidade do Minho.

pela PIDE, se não me falharam as contas, foi presença assídua e força constante no combate contra o fascismo. Historiador de renome e estudioso de temas *quentes*, foi impedido de leccionar. Acrescentando a sua força e o seu carácter ao confirmado medo da tutela em ter um democrata *vermelho* numa sala de aula, Victor de Sá foi vilipendiado.

Foi também perseguido, enquanto criou uma livraria com livros tão apetecíveis como proibidos. Adicionalmente, criou uma biblioteca móvel e acessível a todos, reduzindo, ou tentando reduzir, a tão *salazarista* ideia do necessário afastamento entre as pessoas e os livros. As páginas e as mãos ficaram, então, mais próximas, e menos bafentas. Homenageio o Prof. Victor de Sá pela sua força e consistência, cujo combate contribuiu para estarmos nesta sala sem qualquer controlo das palavras aqui ditas. Sem esta condição, não haveria historiografia como hoje a conhecemos, e a história seria, certamente, outra – recorde a audácia da conferência com o *sui generis* título “Profilaxia e bibliotecas”, por Victor de Sá que, em 1955, contou com a presença da PIDE na audiência – sem que o conseguissem silenciar.

Não me posso esquecer do que me foi pedido: apresentar um sumário (ou uma sabatina) da minha tese intitulada “Os sanatórios para a tuberculose em Portugal: 1850-1970”.

A tese de doutoramento apresentada a concurso foi defendida neste mesmo ano de 2018, na Universidade de Coimbra. Confesso que ao solicitarem-me uma concisa apresentação deste meu trabalho, várias dificuldades assolaram-me de imediato. Foi, talvez, o receio de apresentar as ideias que foram desenvolvidas no trabalho a um júri de elevado mérito científico, na área da História. Eu sou arquitecto de formação e as minhas deambulações na área da história contemporânea são, por assim dizer, bastante recentes.

Decidi, assim, ir buscar os dois volumes à estante – onde aguardavam o tão necessário lastro de pó – para estruturar um possível trilha para uma coerente explicação.

Abri, languidamente, o primeiro volume, com medo de ver mais alguma gralha, mais uma vírgula fora do sítio, ou alguma ideia aparentemente descabida. O medo foi-se desvanecendo, mas as gralhas não...

A dedicatória é o momento, para mim, mais comovente em todo o processo de escrita da tese: é aquele em que, claramente, a luz do farol é acesa na tempestade. É dedicada ao meu Pai, que já não está entre nós, mas está presente a *tinta difusa* entre cada uma das linhas. No papel está a minha Mãe, que me apoiou em momentos difíceis da escrita e da vida – quando pelas lágrimas escreveu actos. Aos dois dedico este trabalho e, também, este prémio.

Não poderei deixar de agradecer, sem menor importância, à minha família. Não está, aqui, totalmente representada, mas entre os presentes estão pessoas muito especiais na minha vida. Posso assegurar que essas mesmas pessoas são responsáveis por ter conseguido terminar esta viagem, em forma de um porto seguro.

Aos meus amigos e companheiros de doutoramento, ao Ruben e à Micaela, agradeço a paciência e o ombro amigo. Esta atribulada, mas profícua viagem é, também, a viagem deles. Estou penhoradamente grato à sorte de ter todas estas pessoas comigo, neste percurso por vezes solitário e conturbado.

Propositadamente, e quebrando o mais formal protocolo, deixo umas últimas palavras de um muito profundo agradecimento aos meus orientadores, o Professor Doutor José António Bandeirinha e o Professor Doutor Paulo Providência, aos quais presto o reconhecimento pelo acompanhamento e pelas várias batalhas pela maior qualidade que me foi possível alcançar. Umas palavras finais à Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que financiou este projecto com uma Bolsa Individual de Doutoramento.

Não me querendo perder na nostalgia da leitura, folheio mais umas quantas páginas. Encontro, finalmente, as mais difíceis palavras que, até agora, escrevi.

Foi objectivo desta tese, tal como o título indica, compreender e sistematizar os sanatórios para a tuberculose em Portugal, no arco cronológico compreendido entre as primeiras experiências de sanatórios (1850) e a consolidação do seu declínio (1970). Ao mesmo tempo, contextualizaram-se as observações e justificações dos sanatórios na história da arquitectura e na história da medicina, numa perspectiva sempre interdisciplinar. Estes cruzamentos revelaram-se, para mim, fundamentais.

A estruturação da tese apresentada assim o reflecte. Inicia-se com uma primeira parte, contextualizada e interpretativa dos mais hegemónicos momentos da história da medicina e da tuberculose portuguesas e dos relacionados acontecimentos da história da arquitectura, dos arquitectos e dos (seus) sanatórios – num sistema de importante paralelismo simbiótico. Seguiu-se um conjunto de capítulos-síntese das vicissitudes dos sanatórios, das suas arquitecturas e dos seus intervenientes, compreendendo-se também um grupo de temas de análise.

Uma primeira abordagem não poderia descurar os resultados da investigação e das suas referências, que se julgam cabais para a análise e indispensáveis para um mais aprofundado estudo destes edifícios. Apesar de ter sido encontrado um notável número de documentos e referências e, em particular, de registos gráficos, a dificuldade conotou-se perante a disparidade, as duplicações e as incongruências cronológicas da história dos sanatórios. Três anos de arquivo, em regime diário, resultaram em mais de 2000 plantas e registos gráficos, e uma quantidade considerável de fontes primárias. Assim, a organização do volume de anexos permitiu uma construção sincrónica dos edifícios, passível de comparação com os capítulos introdutórios às duas disciplinas científicas.

Foi, portanto, exequível uma esquematização mais sumária e direcionada ao questionamento – à tese – que se pretendeu resolver. Assumiu-se a transmutação de lupa para um telescópio: o aumento de escala permite uma visão mais global e até intermodal sobre a arquitectura dos sanatórios num horizonte transdisciplinar.

Foi neste momento que se estabeleceu a primeira grande interrogação: o que foi um sanatório para a tuberculose?

O sanatório é um sistema arquitectónico, diferenciado do hospitalar nas suas bases, programas, e concepções arquitectónicas, consequentemente resultando numa espacialização própria. Foi apenas na transição para o século XX que foi assumido como fundamental e como tratamento. Foi nesta charneira em que os sentidos médicos foram apurados com os desenvolvimentos tecnocientíficos: foi possível ouvir (estetoscópio), ver (raios X e microscópio) e sentir o doente como nunca antes fora experimentado. A tuberculose – a peste branca que consumiu milhares

de pessoas em Portugal – necessitava de ser compreendida à luz de uma teoria dos germes. Clarificou-se assim o contágio e o diagnóstico e, assim, foi possível tomar medidas de controlo sanitário. A cura, sempre esperançosa, tardava em chegar: antes dos tuberculoestáticos, a arquitectura foi medicamente prescrita, através dos sanatórios.

A partir do século das luzes para a tuberculose, o século XX, o espaço de tecnociência, ou seja, com um funcionamento específico e programático baseado em métodos científicos e com resultados de prova, apenas se iniciou com os sanatórios marítimos, em primeira instância e, posteriormente, com os sanatórios de altitude. As duas, na época, manifestações de tuberculose configuraram dois modelos diferenciados de arquitecturas.

O sanatório pode ser lido numa sequência *panopticon-linear*, ou seja, não um vector mas um eixo entre os limites interiores e exteriores dos edifícios. Entre os três grandes pontos espaciais e conceptuais do sanatório, destacam-se os seus espaços interiores (como quartos, enfermarias e serviços), a galeria, a varanda ou o terraço de cura e, finalmente, o jardim ou as cercanias. Este eixo bidirecional é o elemento unificador de todas estas características, e que permite a compreensão – axial – do sanatório como sistema diferenciado.

A sua configuração espacial dos seus programas próprios (salas e jardins de inverno, a título de exemplo) constituíram uma *primeira pele*, ou plano, que destrinça o sanatório.

Seguidamente, as primeiras expansões destes espaços para o exterior são protagonizadas e possibilitadas pela *galeria de cura*, numa primeira exposição, e seguidamente pelo prolongamento do jardim. Estas estruturas, palcos ou limites são definidoras do conceito médico e arquitectónico do sanatório, enquanto permitem justificam as premissas de vigilância e controlo, permissibilidade e permeabilidade, e atestam o carácter terapêutico por prescrição, antes da tuberculoterapia eficaz.

Seguidamente, ligar os pontos de uma teia complexa de vários actores (médicos, arquitectos e decisores) a vários palcos (médicos, arquitectónicos e políticos) e a um aporte documental extenso permitiu compreender algumas vicissitudes histórias que considero importantes. Entre as estudadas neste trabalho, destacam-se dois pontos:

(o primeiro)

Em linhas gerais, o Estado Português, independentemente dos sistemas governativos que o trespassam desde início do século XIX a meados do século XX, reserva para si, em regime de exclusividade, o exercício tutelar no que diz respeito a equipamentos de saúde e assistência. Mas colocar em causa a lógica centenária da sustentabilidade pela caridade, seria colocar em risco todo o sistema para o qual as finanças públicas não estavam preparadas para suprir. É a Assistência Nacional aos Tuberculosos que assume, a título próprio, estas condições – o privado e a caridade são instituições que passam incólumes sobre a Monarquia e os diversos Estados Novos. Ao mesmo tempo, a dicotomia público-privado tende a manter-se, suportada num conjunto de interesses claros: poupar o Estado de dispêndios na saúde, atribuindo-os aos privados. Quando a fonte secou, tombaram grandes instituições como o Caramulo – a outrora cidade dos tuberculosos – onde Salazar, Ferro e Bissaya jantavam juntos.

(segundo)

As decisões arquitectónicas – de estilo, de circunstância, de imagem, de peso ou até de escala – são justificadas nos seus contextos políticos, e apenas por estes fundamentadas. Não são, mormente, decisões de gosto ou de escola por um conjunto de arquitectos. São decisões ponderadas nas suas conjunturas.

Nos anos 30 do século XX e depois da instrumentalização da A.N.T. por parte do Estado Novo (nomeadamente por Lopo de Carvalho), a indicação dos arquitectos foi designada por ministros, cuidadosamente justificada pela experiência em arquitectura sanatorial. Nos arquitectos, desde Raul Lino, no princípio do século, a Ramos, a Regaleira ou a Sanchez, observa-se claramente um mapa de passagem de testemunho. Passando pelas instituições governamentais até à cúpula do poder, foi possível comprovar um traço de um plano que acompanhou os ambientes e os ventos políticos da época, a par de transformações sociais e médicas de fundo. Os arquitectos de obras públicas, no Estado Novo, estavam

confinados à sua selecção, e com isso ao seu *estilo*? Sim, mas não havia um claro estilo “português suave” ou de uma arquitectura fascista padronizada. Não existia uma bíblia ou um livro de regras para os projectos, num modelo ou matriz dito de fascista e, mesmo que informal, estas regras não existiram para os sanatórios. Basta compreender que até o médico Bissaya Barreto concordou que uma cama de estilo Luís XIV não poderia ser utilizada num sanatório, por muito que ele a lá desejasse.

Os decisores – últimos em todo o processo – foram, claramente, os vários ministros e o próprio Salazar (quando, na Monarquia, foram D. Amélia e D. Carlos I) que, nunca sozinhos, constituíram alianças tão particulares como importantes para a leitura da arquitectura anti-tuberculose: são ilustrativas as relações com Lopo de Carvalho, Bissaya Barreto, ou ainda Jerónimo Lacerda com Duarte Pacheco e Salazar. Os pareceres são fontes voluptuosas para se compreender o complexo retrocesso e avanço na arquitectura, com ditames de gosto alheios ao poder, mas coerentes com a modernização que a máquina de curar implicou. A sequenciação quase genética de *avant-garde*, modernismos, modernos, modernistas ou contemporâneos não se coadunou, no estudo dos sanatórios, com uma cartilha – um quase *mito urbano*.

Poderia ser a arquitectura para a tuberculose compreendida apenas com a clássica estruturação entre políticas de decisão e a história da arquitectura? Não. Os sanatórios responderam a decisões políticas, a decisões estéticas próprias, mas sobretudo, à medicina. Sem a história da tuberculose nunca se poderia compreender um fenómeno arquitectónico como este.

Enquanto ecos de memórias, são também património sem voz, em forma de sepulturas – aliás, antíteses do seu próprio programa. Enquanto fortificações e símbolos de saúde, de salvaguarda urbana, de aparente cura e de clara profilaxia estão, actualmente, largados ao total abandono. Não só as estruturas, mas também os seus registos, o seu espólio e o seu equipamento estão em risco. É também função do historiador assumir um papel activo na salvaguarda do património, em particular ao considerar-se não só o património arquitectónico, mas também os seus através das janelas abertas de alguns dos sanatórios.

Deixo, assim, uma pequena contribuição com o estudo sobre estas arquitecturas para que, futuramente, outros investigadores possam dedicar-se a ainda melhor compreender estes edifícios, e como podem ser fontes de conhecimento para as novas doenças do século XXI. Quando a serpente morde a cauda, a história repete-se: os doentes incuráveis podem e devem ter o direito a uma melhor qualidade de vida, que não passa pelos inóspitos e frios hospitais, mas por espaços arborizados, por jardins ou por galerias de cura, se assim o entendermos, sobre a vigiância de uma nova medicina.

Termino, assim, fechando o livro, com a esperança que este estudo possa contribuir para um repensar de um hospital mais humano, menos mecanizado e com maior detalhe projectual, num vector arquitectura-doença, onde o programa médico e o programa arquitectónico sejam escutados, nomeadamente quando a débil saúde de alguns doentes está sujeita a longos períodos de internamento – onde, sem dúvida, a arquitectura pode ser tão protagonista como antagonista.

Este prémio é, para mim, um reconhecimento crucial nestes momentos conturbados e preocupantes para todos os investigadores. Muito obrigado.

PARTIDOS E POLÍTICA NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL: O CASO DO PARTIDO REGENERADOR (1851-1910)

Patrícia Isabel Gomes Lucas

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2019*

A investigação apresentada no âmbito do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 2019 debruçou-se sobre o Partido Regenerador, uma organização política da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX. A relevância deste partido político no contexto da época prendeu-se, em grande medida, pela complementaridade entre um conjunto de factores: foi personagem fundamental na governação do país, tendo os seus membros sido nomeados para formar executivo 10 vezes; manteve uma relação umas vezes de hostilidade, outras de colaboração com a oposição, através da qual reforçou a sua posição em termos eleitorais; e foi, em alguns momentos, tratado com visível favorecimento pelos monarcas, chegando inclusive a ser apelidado de “partido do rei”. Tudo isto permitiu aos Regeneradores manter uma posição dominante, e uma longevidade singular na Monarquia Constitucional.

Existia, porém, uma lacuna no que dizia respeito a investigações de fundo sobre esta organização. Apesar de a historiografia nos facultar muitas referências ao Partido Regenerador, estas são curtas e dispersas.

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 13 de Dezembro de 2019, no Salão Nobre da Universidade do Minho.

Não existia nenhum estudo complexo, dedicado exclusivamente à análise deste partido político. E a razão para essa ausência de investigações era bastante simples: a inexistência de um arquivo do Partido Regenerador. Enquanto organização partidária, os Regeneradores não deixaram para a posteridade (que se saiba) nenhum fundo documental. Essa realidade desencorajou, até agora, os investigadores que pudessem ter interesse no tema.

Não existindo documentação específica do partido, a alternativa foi recolher informações das fontes primárias que melhor nos mostravam a acção dos Regeneradores: a imprensa da época, a documentação parlamentar, especialmente os debates do Parlamento, e a correspondência trocada entre diversas figuras políticas, tanto do Partido Regenerador como da oposição. Isto implicou a montagem de um puzzle feito de peças muito diferentes, no que se revelou uma investigação desafiante.

O objectivo central foi perceber como evoluiu o Partido Regenerador, e qual foi o seu papel enquanto instrumento de modernização política. De forma mais específica, pretendia-se avaliar o grau de ligação entre a cúpula do partido e o eleitorado; o tipo de estrutura sobre a qual o partido acentava, ou seja, se se tratava de uma organização moderna baseada em centros locais dispersos pelo país, ou numa rede de caciques e de influências; e, finalmente, o grau de coesão do Partido Regenerador, para perceber se durante a sua evolução esta organização política funcionou como uma entidade sólida, trabalhando de forma concordante, ou se se verificaram dissidências e fragmentações no seu núcleo.

A forma como a investigação evoluiu reflecte, por isso, os elementos mais relevantes para uma compreensão global desta organização política, com todas as suas condicionantes: primeiro, um conjunto de características intrínsecas que nos dão uma representação do partido, como as suas origens, ideologia, estrutura interna, e a relação com o eleitorado através de centros locais ou da imprensa; depois, as dissidências e o confronto de forças dentro dos Regeneradores, para perceber se as tentativas de autonomização de alguns grupos tinham afectado a coesão interna da organização e a autoridade do líder partidário; e, finalmente, uma análise detalhada da composição e comportamento parlamentar dos Regeneradores,

utilizando como pontos comparativos as eleições legislativas de 1881 e 1901. O objectivo deste último ponto foi construir uma visão abrangente sobre quem eram os representantes do Partido Regenerador no principal espaço político da nação, o Parlamento, como funcionava a bancada parlamentar Regeneradora e qual a força da sua liderança.

Para perceber um partido político é necessário perceber a sua origem. O Partido Regenerador emergiu em consequência das transformações políticas provocadas pelo golpe da Regeneração de 1851, funcionando como plataforma agregadora de membros de várias sensibilidades políticas, e recebendo deles algumas influências, o que se irá reflectir tanto na sua deriva ideológica como nas facções que mais tarde vão emergir. Um ponto relevante é o facto de os Regeneradores se terem consolidado, em grande medida, em resposta à progressiva autonomização do sector Histórico, ou seja, a sua origem é um reflexo do desenvolvimento do seu opositor. No que diz respeito ao seu momento de nascimento, a data mais correcta para a fundação do Partido Regenerador é a reunião de apoiantes de 14 de Setembro de 1856, na qual foi escolhida a primeira comissão permanente dos Regeneradores.

No que diz respeito à ideologia, a análise mostra que os Regeneradores actuaram essencialmente através de medidas práticas, e que as adaptaram, roubando inclusive bandeiras ideológicas de outros sectores. Ou seja, o Partido Regenerador apresentou uma concepção ideológica flexível, um conjunto de princípios ajustados a cada momento histórico, o que lhes permitiu em determinados períodos colocar-se como defensores do *status quo*, e noutros como reformadores políticos e sociais. Para traduzir a novidade desta concepção optámos por identificar esta ideologia como “Pragmatismo”, de modo a sublinhar o seu carácter eminentemente prático e utilitário.

Percebemos ainda que, ao contrário do que a historiografia indicava, o Partido Regenerador não só não foi em vários momentos da sua história o representante do conservadorismo na política portuguesa, como foi aliás o responsável por algumas das medidas menos conservadoras a ser implementadas, sendo o caso mais conhecido o alargamento do sufrágio, através da lei eleitoral de 1878, mas podíamos também referir

a descentralização dos poderes políticos, do Código Administrativo de 1878, ou a modernização do sistema político, com o Segundo Acto Adicional à Carta Constitucional, de 1885.

Argumentou-se também que o Partido Regenerador não dispunha de uma estrutura organizativa permanente na qual o líder se amparava para tomar decisões importantes, ou que servisse de elo de ligação entre a cúpula partidária e os apoiantes. O chefe partidário tinha um poder quase total no partido, sendo apoiado por um grupo muito limitado de individualidades de topo, formando um núcleo que tomava as principais decisões sobre a vida da organização.

A isto associa-se ainda a conclusão de que o partido não se desenvolveu através da criação de uma rede de centros locais, e que estes não eram relevantes na mobilização de membros do partido ou na relação das chefias com o eleitorado. Em paralelo, também a imprensa oficial do Partido Regenerador tinha um carácter esporádico, disperso e sem consistência editorial, pelo que não era um instrumento do partido para chegar aos apoiantes ou ao eleitorado espalhado pelo país.

Tendo em conta esta relação frágil com o eleitorado através de centros e imprensa, era preciso perceber de que forma o partido conseguia obter votos e vencer eleições, como sabemos que conseguia. A hipótese alternativa, já apontada pela historiografia genericamente para a Monarquia Constitucional, era o recurso ao caciquismo. Documentação inédita do espólio de Hintze Ribeiro, um dos principais líderes do partido, que está à guarda da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, permitiu-nos obter dados novos que confirmam de forma clara a rede de influentes de que a liderança Regeneradora dispunha na viragem do século, com uma cobertura quase total do território continental.

Encontrámos assim resposta para duas das nossas perguntas de partida, sobre o grau de ligação entre a cúpula do partido e os votantes, que era limitado se pensarmos nos centros e nos jornais, e sobre o recurso ao caciquismo em detrimento de uma estrutura partidária mais moderna, que como vimos era o modelo escolhido.

A questão que nos surgiu então foi: seria o caciquismo uma causa ou uma consequência da fragilidade da organização política? O que se

verifica é que, no caso do Partido Regenerador, o recurso aos caciques foi uma escolha deliberada das lideranças partidárias, que requereu investimento na construção de contactos e apoios. Ou seja, o caciquismo não foi uma opção secundária, depois de a rede de centros e jornais ter falhado. Foi a primeira opção, garantindo sempre os resultados eleitorais desejados.

Quanto à questão do grau de coesão do partido observámos as facções e dissidências que este sofreu ao longo do tempo, que foram várias, e seria demasiado extenso estar aqui a enumerar ou a descrever. Compreendemos que o contexto político e as divergências pessoais tiveram um papel muito mais determinante na concretização dessas dissidências do que a ideologia ou o nível de estruturação dos projectos. Ou seja, na maior parte das situações não existia um grupo político organizado e uma ideia clara antes do momento da cisão, o que evidentemente influiu no seu grau de sucesso. Recorde-se apenas que a única dissidência Regeneradora a chegar ao governo foi o Partido Regenerador Liberal de João Franco, e que esse executivo, depois de menos de 2 anos no poder, saiu com o Regicídio de 1908.

Realizámos ainda um estudo de caso do Partido Regenerador em contexto eleitoral e parlamentar, analisando as eleições de 1881 e 1901, e as respectivas legislaturas. A opção por esses cortes temporais ficou a dever-se às características muito específicas de ambos: decorreram durante governos Regeneradores de longa duração; encerraram ou inauguraram modelos de sufrágio, no primeiro caso o fim dos círculos uninominais, no segundo o início dos círculos plurinominais; e tiveram processos eleitorais marcados por polémicas e uma extensa utilização do caciquismo.

Um dos dados novos que esta investigação trouxe para o debate historiográfico foi uma medida concreta da intervenção da administração central, através do Ministério do Reino, nos processos eleitorais. No caso da eleição de 1881, o governo Regenerador tomou medidas assim que chegou ao poder, substituindo todos os governadores-civis. Depois, entre a dissolução das Cortes e as eleições ocorreram 109 exonerações ou transferências de cargos na administração local, nomeadamente administradores de concelho ou outros cargos semelhantes.

No que diz respeito à eleição de 1901, esta foi combinada com os Progressistas através de uma lei eleitoral que haveria de ficar popularmente apelidada de “Ignóbil Porcaria”, pelo que se revelou menos aguerrida. Foram substituídos apenas 7 governadores-civis antes das eleições, mas ocorreram 84 exonerações ou transferências na administração local. O resultado destas manobras foi a vitória do Partido Regenerador numa grande parte dos círculos eleitorais onde tinham ocorrido mudanças administrativas. Os dados confirmam o grau de interferência do governo na gestão do processo eleitoral e, principalmente, mostram o sucesso eleitoral que os executivos obtinham com estas medidas.

Tentámos ainda perceber quem formava o partido, através de uma análise prosopográfica do conjunto de deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador nas duas legislaturas analisadas. Os dados mostram-nos uma bancada parlamentar composta, em média, por indivíduos na casa dos 40 anos, formados em direito, desempenhando profissões no funcionalismo público ou nas forças armadas. Eram principalmente originários de Lisboa e tinham uma reduzida relação com o círculo eleitoral pelo qual eram escolhidos. Foi também possível perceber o grau de controlo que a liderança partidária tinha em relação à bancada parlamentar e ao posicionamento adoptado em votações nominais, o que nos mostrou, principalmente, o grau de influência do contexto político nas capacidades dos chefes do partido.

Em suma, o Partido Regenerador seguiu o modelo do partido de notáveis, tendo como elemento central o líder e um muito limitado núcleo de indivíduos próximos. Os Regeneradores apoiaram-se de forma determinante numa rede de caciques, não desenvolvendo uma estrutura partidária ou formas modernas de contacto com os votantes. Houve um esforço deliberado no que diz respeito à flexibilidade dos princípios e, principalmente, à aplicação destes à conjuntura, que se traduziu na ideologia do “Pragmatismo”, que, contudo, não deu ao partido uma base ideológica consistente a partir da qual se pudesse reafirmar em momentos críticos. O Parlamento foi o palco ideal de acção dos Regeneradores, mas mesmo dentro da bancada parlamentar houve divergências e cisões. A análise dos processos de dissidência, bem como das capacidades das

lideranças nas duas legislaturas estudadas em detalhe permite-nos concluir que as chefias partidárias foram relevantes no controlo das dissidências, mas a sua acção revelou-se limitada. Em grande medida, o contexto político e social teve um impacto determinante nos comportamentos do partido e nas capacidades dos seus líderes, ambos reflexos das fragilidades da liderança e da fraca coesão interna dos Regeneradores.

Por tudo isto, o Partido Regenerador não teve a solidez necessária para enfrentar as transformações exigidas pela sociedade do início do século XX, fragmentando-se e desaparecendo inevitavelmente com o fim da Monarquia.

“NÃO SEI SE CANTO SE REZO”: AMBIVALÊNCIAS CULTURAIS E RELIGIOSAS DO FADO (1926-1945)

Cátia Sofia Ferreira Tuna

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2020*

Começo por saudar o Professor Rui Vieira de Castro, reitor da Universidade do Minho, a Professora Manuela Martins, vice-reitora da mesma universidade; a Professora Maria Helena Carvalho Sousa, Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho; o Professor Viriato Capela, Presidente da Comissão Executiva do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea 2020; a Professora Maria Fernanda Rolo, primeira vencedora do Prémio na edição de 1994 e vogal do júri desta edição de 2020; saúdo o professor Luís Alberto Alves, também vogal do mesmo júri. Agradeço a presença da família do professor Victor de Sá.

Dirijo finalmente a minha saudação à Doutora Júlia Korobtchenko e ao Doutor Bruno Madeira, felicitando-os pelas investigações construídas e pelo seu reconhecimento.

O objeto escolhido na minha investigação foi a religiosidade que é verificável no fado, nos seus poemas, nos seus gestos, nas suas

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 23 de Abril de 2021, no Salão Nobre da Universidade do Minho.

sociabilidades, na cosmovisão que produziu internamente e no debate cultural que externamente suscitou entre 1926 e 1945.

Ao assumir a religião como vetor epistemológico, ressaltámos não tanto a sua dimensão institucional ou confessional mas essencialmente a sua vertente antropológica. Percecionámos a religião como instância que se funda nas relações com os outros e com o “totalmente outro” (expressão de Rudolf Otto e de Karl Barth). Isto explica o nosso investimento na compreensão das redes em detrimento de percursos individuais, apesar de também a estes atendermos e explica ainda o valor que demos à imprensa fadista, importante motor desses circuitos sociais do fado e o seu grande testemunho. As nossas fontes foram, assim, as publicações periódicas, das quais se destacam a *Guitarra de Portugal* e a *Canção do Sul*.

A tese que construí constitui-se de três partes e cada uma delas constituiu-se de dois capítulos. A primeira parte intitula-se “De maneira de morrer a maneira de viver: a grande metamorfose do fado entre 1926 e 1945”. Nela se procura realizar a história do fado destes vinte anos em estudo, com enfoque para o debate de natureza cultural que o fado suscitou. Desta forma, aborda-se o processo de profissionalização e de mercantilização deste género musical, nas suas causas e efeitos; incide-se por exemplo no conjunto dos seus agentes, nas suas dinâmicas organizacionais e nas suas mobilidades geográficas e sociais. Também analisa as posições de rejeição ou de apreço que se assumiram no âmbito do debate em torno do fado, procurando efetuar uma leitura ideológica e social dos vários argumentos expostos e do modo como os atores religiosos se posicionaram nesta polémica.

A segunda parte denomina-se: “‘Aquilo que Deus destina, bom ou mau, é nosso fado’: o fado como problema antropológico, filosófico e teológico”. Nela são avaliadas as modalidades em que se afirma que o fado é religião ou oração e o modo como são estabelecidas comparações entre o universo fadista e o religioso. O estudo foca-se depois nos dois eixos identitários fundamentais do fado – o destino e a saudade – procurando compreender o modo como foram filosófica e teologicamente produzidos e o percurso, muitas vezes irregular, no qual o fado se assumiu como sua expressão e aqueles como seus substratos culturais.

O título da terceira parte é: “O meu corpo feito grito: fluxos religiosos no repertório e na performance do fado”. Esta parte dedica-se ao que o fado produz, às suas materializações que são de dois tipos: o discurso e a performance, o que corresponde, por um lado, às letras de fado e, por outro, à sua gestualidade. Estes dois planos, que correspondem de certo modo ao teórico e ao fenoménico, respetivamente, tendem a ser separados; considerámos importante realizar ambas as abordagens, e tanto quanto possível, cruzá-las, porque se articulam e enformam reciprocamente.

Apresentada a estrutura da tese, de seguida se expõem as suas principais conclusões. A primeira é a consideração do fado como alternativa nas funções de facultar o acesso a recursos simbólicos, a enquadramentos e vinculações, à produção e expressão de sentido e aos protagonismos aí gerados. Estas funções teriam sido preponderantemente desempenhadas no quadro de uma cobertura institucional católica, convocando uma religiosidade comum mesmo se mais ampla. Esta, na sua organicidade, e por um complexo de razões, não se flexibilizou de modo a acompanhar os velozes desafios decorrentes da industrialização e da urbanização. Foi em alguns contextos substituída nas suas tarefas pelas dinâmicas associativas e conteúdos ideológicos de movimentos de vanguarda política. Porém, na sociedade portuguesa, estes ideais e seus dinamismos coletivos viriam também a perder o ímpeto, por vários motivos, entre eles a repressão e a perseguição políticas. Podemos ponderar que, no período histórico em estudo, o fado como cultura expressiva constituiu uma das realidades que preencheu o que a recomposição do político e do religioso vagou. Assim se cruzam no fado referenciais de transcendência e humanismos de vários matizes ou com diferentes pressupostos.

A segunda conclusão propõe que o destino ou o “fado” foi o primeiro eixo identitário deste género musical, que o nomeou, e a saudade o segundo que o ressignificou acomodando-o ao estatuto de “canção nacional”. O fado exprime o problema de compaginar um Deus acreditado como misericordioso e a aporia das desigualdades sociais e do sofrimento individual. É um desenlace possível para a teodiceia, que permite que Deus saia dela ilibado, mas também a própria sociedade, ao encontrar-se no destino o verdadeiro culpado pelo problema do mal. Por

outro lado, a saudade constitui-se como alternativa à noção de pecado. e às suas consequências enquanto processo de culpabilização como objetivação da responsabilidade individual e social. O pecado é uma falta moral, a saudade uma falta afetiva; ambos se enraízam na convicção da criação divina do homem e ambos são duas hipóteses explicativas para a condição humana e para a necessidade da graça de Deus.

A terceira conclusão respeita ao fado como tópico que teve lugar na opinião pública no período histórico estudado, constituindo fronteiras, gerando amigos, inimigos e estranhos. A nossa investigação permitiu sinalizar os defensores do género musical e os seus críticos e ainda “conversões” (o caso de Norberto de Araújo, Cristiano Lima, Bourbon de Menezes) ou de apostasias, sendo o poeta católico Afonso Lopes Vieira o exemplo mais lamentado de alguém que renegou o fado. Do lado fadistófilo contamos com nomes como Fernando Pessoa, António Botto, Amílcar Ramada Curto, Álvaro Ribeiro, José Régio, Artur Inês, Mário Saa, Fernanda de Castro, Júlio Dantas e outras pessoas ligadas ao mundo da poesia, da dramaturgia e da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses. Do lado dos críticos temos Fernando Lopes Graça e outros músicos do campo da música erudita, Luís Moita e Maciel Fortes, António Sardinha e outros integralistas, também publicistas católicos como Álvaro Zuzarte de Mendonça e Fernando de Sousa (Nemo), o Padre José de Ávila e o médico protestante Leopoldo de Figueiredo. Pode concluir-se de forma muito genérica que os fadistófilos tendiam a pertencer a setores mais libertários, ao passo que os detratores tendiam a preconizar modelos políticos de pendor autoritário. Os argumentos que motivaram o que de crítico se escreveu sobre o fado em jornais vinculados a instituições religiosas, foi a ideia de que ele era um elemento nefasto na formação da mocidade – e da mocidade portuguesa em concreto, o problema da programação que as emissoras radiofónicas deveriam ter em vista a uma educação do povo português, e finalmente, a perspetivação da mulher, censurando a liberdade financeira e social que lhe seria proporcionada pelo fado.

A quarta conclusão corresponde ao esforço de identificação dos extratos religiosos na poesia e na gestualidade do fado desta época. Eles

subsistem, no caso das letras, na reelaboração criativa de elementos religiosos (a cruz, a ermida, alguns santos destacando-se a “Virgem Santa Maria”, o Sacrário) que ocorre em tópicos como a valorização do milagre como facto narrativo de exceção que repara o que foi destinado, a descomplexificação dos comportamentos interditos, ou ainda uma atitude anticatólica ou antireligiosa que se esvaneceu com a implementação da censura, entre muitos outros. Nestes vinte anos estudados, o fado descolou-se da fabricação do boato, do sussurro e da narrativa trágica dos vários sofrimentos que, sendo simultaneamente individuais e de classe, pontuavam a sociedade portuguesa entre as duas guerras mundiais. Ele passa a aflorar a novidade de uma discursividade íntima na qual Deus é evocado de modo pessoalíssimo na *mise en scène* de um “eu” capaz de se dizer na angústia da sua condição relacional. A força mundivisional do religioso denota-se também na construção de gestos, como os olhos fechados ou o rosto erguido, que se fixaram neste período. Com base em Marcel Mauss com a ideia de “técnicas de corpo”, Marcel Jousse com a ideia de “fonte mimética”, ou ainda Didi-Huberman, com a ideia de “migrações das imagens”, atendemos ao processo da imitação das imágéticas do meio físico e social, as coreografias e os ícones que circulam num determinado quotidiano, como mecanismo gerador dos quadros gestuais assumidos por pessoas e grupos. Partindo destas premissas procurámos realizar um trabalho de tipo arqueológico que desembocou, por exemplo, na relevância da influência do Barroco cujo *modus faciendi* do crer, valorativo da emoção, detém no fado uma linha de continuidade subtil designadamente na construção de um êxtase trágico ou numa retórica corporal que visa o alcance de um *pathos coletivo*.

A quinta conclusão atende ao itinerário realizado pelo género musical desde um certo vazio legal em que se encontrava, quando era uma prática musical popular com alguns traços de clandestinidade, para um conjunto de fatores que permitiram que fosse catapultado para o espaço público, atingindo um novo grau de legitimidade e de legalidade. São eles o decreto 13564 nas consequências determinantes que acarretou, ao ser aplicado ao fado; uma relação extremamente imbricada com o mundo do teatro e os desenvolvimentos tecnológicos que em muito

melhoraram a gravação discográfica, a transmissão radiofónica e a projeção cinematográfica. Pese embora a resistência por parte daqueles que lideravam a comunidade fadista, que tinham interiorizados valores contra o capital e a exploração ponderando-se nestas circunstâncias a constituição de um “sindicato de fadistas”, tendo os fadistas passado a serem contratados e remunerados e o fado tornou-se um produto comercial. Este processo de profissionalização e mercantilização do fado, a somar à sua necessidade premente de legitimação cultural, introduzi-lo-ia numa dinâmica rápida de auto-transformação. Deste modo, entre 1926 e 1945, foram realizadas bem mais de 300 digressões, pelo continente, para as ilhas, para as então colónias, para o continente americano. Foram constituídas cerca de 40 troupes de fado, foram criadas perto de 60 associações, e os órgãos da imprensa fadista publicaram mais de 650 números. Em Lisboa, mas não só, os estabelecimentos comerciais onde o fado foi cantado superaram a centena, muitos deles de forma exclusiva, como “cafés de fados” e, paulatinamente, “casas de fado”. A aproximação histórica que esta tese procurou empreender pretendeu ajudar a perceber o fado não como espelho passivo de um conjunto de circunstâncias históricas, tal como qualquer expressão artística tende a ser olhada, mas como produtor de algo historicamente novo e, em grande medida, específico. O fado deixou assim de ser uma boémia masculina, urbana e popular para dar lugar a um protagonismo sobretudo feminino construindo vedetas e recorrendo nessa construção também a uma gramática religiosa.

Como sexta conclusão deste trabalho, sublinhamos o processo de interiorização e de sentimentalização ocorrido neste género musical, mas também de uma certa “moralização” na busca de formas politicamente inofensivas, na subtilização da crítica a interdições de várias espécies, mas também de uma higienização cultural. O fado, deixando uma utopia que tinha como escala a sociedade ou mesmo a humanidade, acantona-se na intimidade da casa, o seu novo lugar utópico; a casa de fado onde a afetividade é expurgada através de códigos e onde talvez é realizado o luto dessas utopias, individuais e coletivas, interrompidas. Este itinerário múltimo, ocorreu em ambivalências: entre o pudor e o poder das mulheres

fadistas, entre o ócio e o negócio sobretudo no campo masculino, e no âmbito político, entre ser veneno e ser remédio social (recorrendo aqui a uma expressão do ensaísta brasileiro José Miguel Wisnik).

Como última conclusão, salienta-se a ideia de que os poetas populares, os fadistas e os músicos que os acompanharam entre 1926 e 1945 já não vivem, tal como o fado que escreveram, cantaram e tocaram possivelmente já não existe, mas subiste no fado atual como matriz identitária, nas suas formas e conteúdos. Nesse sentido, esta tese procurou oferecer um certo luto ou uma certa resistência contra o esquecimento de pessoas como Domingos Pavão que, apesar de ter apenas três dedos em cada mão, tocava guitarra e viola; como Manuel Teixeira, fadista que, sendo cozinheiro no pacote “Colonial”, levou anonimamente o fado a cruzar continentes; como Deonilde Gouveia, presa por cantar versos considerados “propaganda subversiva”; como Júlio Janota que acabou por ter a curiosa profissão de fabricante de caleidoscópios, ou como José Rocha porteiro do Café Luso particularmente estimado pela comunidade fadista.

Quero terminar dizendo que é uma grande honra para mim receber este prémio. Nunca me autorepresentei como alguém genial ou sequer inteligente; esta tese é, por isso, resulta daquilo que me foi dado mais do que daquilo que pude produzir. Este prémio é fruto da generosidade de um historiador – Victor de Sá. É-me dado dizer, como historiadora, mais adotiva ou mesmo bastarda do que legítima, que um historiador se inscreve numa teia de generosidades. Esta tese valeu mais pelos encontros que me proporcionou do que pela reflexão em si que me permitiu fazer e que foi feita para ser ultrapassada. E por isso, num momento como este recorde com muita gratidão pessoas que marcaram o percurso da sua construção. Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, o professor António Matos Ferreira, cuja humanidade e sabedoria foram cruciais neste itinerário, aquilo que mais o marcou e o que de melhor levo dele. Também agradeço ao Tiago Pires Marques, meu coorientador. Recordo e agradeço aos vários amigos do Centro de Estudos de História Religiosa da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa ao qual pertenço. Todos os autores que pude ler e que, vivos ou mortos, me brindaram com a estranha generosidade das ideias que consegue matar algumas

fomes. Estando eu na Universidade do Minho, quero recordar e agradecer ao professor José Ribeiro Dias e à sua esposa Aldina, de quem sou muito amiga há já alguns anos. Recordo-me de um telefonema em que liguei para o José Ribeiro Dias que nessa ocasião lidava com um cancro (felizmente superado) para saber como estava e desejar uma boa recuperação; contudo, durante toda a conversa o José falou apenas da minha tese, encorajando-me a prosseguir e a não desistir, acabando por pouco falarmos da doença. A grandeza das pessoas mede-se pela capacidade de colocarem os pequenos problemas dos outros à frente dos seus grandes problemas. Finalmente, gostaria de dedicar este prémio ao doutor Luís Salgado de Matos. Recordo-me que um dos últimos telefonemas que foi exatamente a felicitar-me por o ter recebido. Dele faço memória, com muita amizade, admiração, grande respeito, e muita gratidão. Acompanhou-me com a sua inteligência acutilante em todos os trabalhos do doutoramento. Devo-lhe muito. O seu funeral foi há exatamente dois meses. Desde que ele faleceu, parece que investigar perdeu metade da graça.

Resta-me desejar tudo de bom para o Doutor Bruno Madeira e à Doutora Júlia Korobtchenko, que comigo receberam este prémio, e deixar os meus votos que continuem com as suas investigações agora estimuladas por este reconhecimento.

A MONARQUIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA E A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL (1835-1914)

Marina Simões Galvanese

Prémio Victor de Sá de História Contemporânea – 2021*

Em 1978, Vitorino Magalhães Godinho entendia a emigração como um fenómeno estrutural da sociedade portuguesa, sintoma de um país economicamente incapaz de fixar sua população. De acordo com Godinho, os mesmos fatores que empurraram os portugueses para a aventura dos Descobrimentos estavam, ainda, atuantes nas décadas de 1960 e 1970, quando milhares de pessoas preferiam a incerteza da travessia dos Pirineus rumo à França à certeza da miséria na terra que as viu nascer. A abordagem de longa duração, atenta aos alicerces socioeconômicos de Portugal, contrapõe-se à mitologia imperial que entende as Grandes Navegações como resultado do heroico espírito lusitano.

A abordagem estrutural de Godinho descarta as especificidades dos diferentes movimentos populacionais que partiram de Portugal rumo a destinos distintos como o Brasil pré e pós independência, as colônias africanas, os Estados Unidos da América e os países europeus. A análise das estruturas tampouco dá conta da atuação dos diferentes governos portugueses no sentido de incentivar, canalizar ou cercear determinados

* Discurso de apresentação da obra, proferido na sessão realizada no dia 6 de Julho de 2022, no Salão Nobre da Universidade do Minho.

deslocamentos. A importância da atuação estatal foi o ponto de partida da tese de doutoramento “Os sentidos da emigração portuguesa: discursos, diplomas e políticas entre Portugal e Brasil (1835-1914)”¹, vencedora da 30ª edição do Prêmio Victor de Sá de História Contemporânea.

A tese não inovou na temática trabalhada. A forma como a emigração foi enquadrada em leis e outros diplomas adotados pelo Estado português foi estudada por Miriam Halpern Pereira, cuja obra “A política portuguesa de emigração (1950-1930)”, de 1981, inspirou trabalhos posteriores e inaugurou um entendimento bastante aceito do problema. A interpretação oferecida pela historiadora, tomada como ponto de chegada e não de partida pela historiografia portuguesa da emigração, entende as leis como resultado dos interesses da classe dominante e o Estado como sujeito que, embora fingisse agradar a elite econômica do país, possuía uma agenda própria e tolerava as saídas clandestinas.

Pela interpretação proposta por Pereira, chamada na tese de ‘teoria do jogo de fachada’, a legislação portuguesa relativa ao fenômeno emigratório tinha caráter restritivo e contrariava os princípios liberais que inspiraram a Carta de 1826. No entanto, ainda de acordo com essa teoria, o próprio Estado que elaborava as leis não tinha qualquer intenção de fazê-las cumprir, ciente da relevância assumida pelas remessas dos emigrantes para a deficitária economia portuguesa. Essa interpretação priorizou, também, as estruturas da sociedade lusitana em detrimento dos fatores conjunturais que motivaram a aprovação de cada uma das leis relativas à emigração. A análise contraiu o tempo histórico e encontrou as mesmas motivações por trás de leis e diplomas adotados em momentos distintos.

A teoria, ao partir de um entendimento monolítico do Estado-sujeito, obliterou as divergências existentes no interior desse mesmo

1 A tese “Os Sentidos da Emigração Portuguesa: discursos, diplomas e políticas entre Portugal e Brasil (1835-1914)” foi realizada sob orientação do Professor Francisco Carlos Palomanes Martinho junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo e defendida, junto a essa instituição, em 21 de novembro de 2021. A pesquisa foi financiada pela CAPES, projeto nº 8887.388124/2019-00. Este texto, que traz as linhas gerais da tese, foi apresentado originalmente na cerimônia de entrega do Prêmio Victor de Sá de História Contemporânea, na Universidade do Minho, Braga, no dia 6 de julho de 2022. Reitero aqui meus agradecimentos ao Reitor da Universidade do Minho, Professor Rui Vieira de Castro, ao Presidente do Conselho Cultural da Universidade do Minho, o Professor Miguel Bandeira e à Presidente Júri do Prêmio, a Professora Fátima Moura Ferreira pela outorga do prêmio à minha dissertação e pela calorosa recepção na Universidade do Minho.

Estado e as disputas travadas em torno das medidas a serem adotadas. Ao buscar nas estruturas da sociedade portuguesa a chave interpretativa das leis que regulamentaram a emigração, a ‘teoria do jogo de fachada’ manteve a análise restrita às fronteiras nacionais portuguesas, desconsiderando o caráter eminentemente transnacional do fenômeno emigratório. Pouca atenção foi dada, assim, ao impacto das informações chegadas do principal destino da emigração portuguesa oitocentista, o Brasil, no processo de tomada de decisões.

Sem negar a importância das estruturas e o peso da pressão de determinados grupos sociais, “Os Sentidos da Emigração Portuguesa” descomprimiu o tempo e entendeu as leis como acontecimentos resultantes da prática de legislar, motivados pela combinação de fatores estruturais e conjunturais. Por isso, a narrativa da tese esteve atenta aos elementos presentes no momento em que novas leis eram propostas e aprovadas. Na tese, o Estado não aparece como sujeito de ação, mas como espaço de disputa. Os agentes estatais responsáveis pela elaboração, aprovação e execução das determinações legais foram, sempre que possível, nomeados e seus cargos identificados. A estratégia teve a finalidade de desconstruir o Estado, mostrar as partes que o compõem, evidenciar a multiplicidade de olhares sobre um mesmo fenômeno e a diversidade de soluções em disputa – as quais precisaram, muitas vezes, ser acomodadas em textos legais recheados de inconsistências e de difícil interpretação.

A identificação dos agentes permitiu conhecer os empecilhos ao desempenho de suas funções, bem como as pressões e interesses a que estavam sujeitos. Foi possível, assim, compreender as contradições entre a vontade de garantir o monopólio estatal dos meios legítimos de emigração e o evidente insucesso da empreitada. A atenção aos indivíduos que agiam no seio do Estado permitiu, ainda, observar a realidade emigratória por eles enxergada, a qual eles almejavam transformar. Um aspecto, então, se destacou. O olhar dos agentes estatais não se restringia às fronteiras nacionais portuguesas, mas acompanhava os navios que transportavam emigrantes e estava atento ao que se passava no principal destino da emigração portuguesa oitocentista, o Brasil. Relatos e informações circulavam pelo Atlântico e influenciavam as decisões tomadas em Portugal, as quais, muitas vezes deveriam se fazer sentir no território da antiga colônia.

Uma abordagem transnacional de um fenômeno que, por natureza, desafia as fronteiras nacionais impôs-se e mostrou-se a mais adequada. Importa sublinhar que uma tal abordagem não ignora a materialidade das fronteiras que passaram a separar Portugal e Brasil após a independência da ex-colônia. Pelo contrário. Ao romper com o nacionalismo historiográfico no estudo das políticas emigratórias portuguesas, a pesquisa alternou entre escalas de análise, abordou diferentes geografias, observou as tensões pós-coloniais entre Portugal e Brasil e demonstrou que os esforços no sentido de monopolizar os meios legítimos da emigração para a ex-colônia foram parte do processo de definição das fronteiras nacionais portuguesas.

Em outras palavras, a atenção dada à circulação de informações entre os dois países, à forma como os agentes estatais portugueses enxergavam a ex-colônia e entendiam a realidade emigratória evidenciou que as histórias de Portugal e Brasil seguiram entrelaçadas e as geografias de ambos os países, sobrepostas (para usar os termos de Edward Said), a despeito da ruptura política. À medida em que a investigação avançava, tornava-se cada vez mais nítida a impossibilidade de entender os esforços no sentido de monopolizar os meios legítimos de emigração e definir as fronteiras nacionais portuguesas sem considerar o Brasil e aquilo que se sabia sobre a experiência emigratória de portugueses no país.

A atenção à conjuntura, a desconstrução do Estado, a identificação dos agentes responsáveis por elaborar e executar as políticas migratórias (e das dificuldades que se colocavam ao pleno cumprimento de suas funções) e a adoção de uma abordagem transnacional permitiram examinar os sentidos dos diplomas que regulamentaram os deslocamentos emigratórios durante a Monarquia Constitucional. Esses sentidos compuseram o objeto da pesquisa, interessada nos motivos que impeliram os agentes estatais a regulamentar as saídas de portugueses para residir e trabalhar no Brasil.

O termo 'sentido' adquiriu, na tese, uma dupla conotação, podendo ser entendido tanto como significado quanto como direção. Por um lado, a pesquisa procurou entender se as medidas propostas e adotadas equivaliam a um esforço de restringir as partidas, ou, pelo

menos, algumas delas. Por outro, examinou para onde os projetos de legislação apontavam e quais os rumos seus proponentes julgavam ser os mais adequados para um país em que a emigração era uma realidade a ser transformada.

Para examinar se as leis relativas à emigração eram sinônimo de proibição e se contradiziam o liberalismo da Carta de 1826, foi preciso reunir e examinar os textos das cartas de lei, dos decretos, das portarias e circulares publicados durante a Monarquia Constitucional Portuguesa. Esses diplomas compuseram o corpus documental primordial da pesquisa e serviram de fio condutor tanto da investigação quanto da narrativa da tese. No entanto, o texto frio das leis não revela os motivos que levaram os agentes estatais a elaborá-los, a realidade que esperavam transformar e, tampouco, as disputas e divergências que precisaram ser acomodadas na redação final dos textos publicados no Diário do Governo.

Para captar os sentidos dos diplomas aprovados, a pesquisa recorreu a fontes diversas. Num primeiro momento, foram levantados os debates parlamentares ocorridos aquando da aprovação de uma nova lei. A empreitada forneceu informações importantes para o entendimento das preocupações que motivaram cada uma das propostas e a posterior transformação dos projetos em textos legais. Não raro, nos debates descortinavam-se problemas e temáticas dificilmente identificados pelos textos frios das leis. Mas a operação rapidamente mostrou-se insuficiente. Os discursos dos deputados e dos pares do Reino não davam conta das dificuldades de execução de medidas anteriores, as quais informavam a necessidade de aprovação de novos dispositivos. O que se pode captar nos discursos performáticos ocorridos no Parlamento é apenas uma pequena fração, longe de ser irrelevante, dos problemas associados aos fluxos migratórios que partiam de Portugal.

Uma segunda etapa de pesquisa foi o levantamento de projetos que jamais chegaram a ser debatidos e nunca se transformaram em leis, bem como daqueles que precisaram de muitas reformulações até finalmente serem discutidos no Parlamento. Muitos deles foram consultados presencialmente no Arquivo Histórico Parlamentar. A visita a esse arquivo foi frutífera, pois nele foram encontrados ofícios e documentos

remitidos pelo poder Executivo ao Legislativo como forma de reforçar a relevância das propostas do governo. Essa documentação permitiu que a pesquisa fosse mais fundo na busca pelos sentidos das medidas que aprofundaram o monopólio dos meios legítimos de emigração.

Para dar continuidade a essa arqueologia da legislação portuguesa que regulamentou o fenômeno emigratório, foi necessário levantar, de forma tão sistemática quanto possível, a verdadeira massa de ofícios e informações que circulavam entre os ministérios mais diretamente envolvidos com a política de emigração: o Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e Ultramar e o Ministério do Reino. No Arquivo Histórico Diplomático e no fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, foi levantada a correspondência consular, a partir da qual foi possível conhecer os aspectos da realidade emigratória que chegavam ao conhecimento das autoridades em Portugal. No fundo do Ministério do Reino, também na Torre do Tombo, foram encontrados ofícios redigidos pelo ministro do Reino, que filtrava as informações fornecidas pelos cônsules, de modo que foi possível perceber as questões que preocupavam os agentes estatais.

A correspondência que chegava ao Ministério do Reino era composta, também, por grande número de ofícios redigidos pelos governadores civis dos distritos de origem dos emigrantes, dando conta dos impactos da emigração nas diferentes regiões do país. Esses governadores encaminhavam, ainda, ofícios redigidos pelos responsáveis por executar localmente muitas das medidas implementadas, por meio dos quais é possível conhecer as limitações e dificuldades à plena realização de suas tarefas. As fontes levantadas no fundo do MR permitem, portanto, a um só tempo conhecer os fatores que conduziram à elaboração de novos projetos de lei e identificar as disputas em torno da redação dessas novas propostas e da execução das medidas adotadas.

Importa notar que a atenção aos nomes dos agentes estatais – e não apenas ao cargo – que assinavam ofícios e proferiam enunciados diversos permitiu perceber em que medida a posição ocupada moldava a produção discursiva e até que ponto esses indivíduos eram capazes de seguir suas convicções. Em outras palavras, a arqueologia da legislação portuguesa de

emigração e o mergulho nos arquivos do governo permitiram questionar a historiografia que entende o Estado como um todo monolítico ou como um leviatã todo-poderoso, capaz de (mas pouco afeito a) monopolizar de forma quase absoluta os meios legítimos de emigração.

Foi no confronto com as fontes que o período cronológico a ser abordado pela tese se desenhou. Nos anos finais da Monarquia Constitucional foram feitos avanços importantes no sentido de aprofundar o monopólio estatal dos meios legítimos de emigração, sobretudo devido à adoção de dispositivos legais que permitiriam aos agentes estatais distinguirem os emigrantes dos viajantes. Apesar das críticas tecidas pelos republicanos, os governos que inauguraram a República portuguesa deram continuidade às medidas previamente adotadas. No mais, a mudança de regime político, em 1910, foi insuficiente para solucionar os problemas estruturais da sociedade portuguesa, dos quais falava Godinho. Em 1912, as saídas atingiram números que só seriam ultrapassados na década de 1960, com a emigração para a França. Por essas razões, encerrar a narrativa no dia 5 de outubro de 1910 seria introduzir um corte estranho ao fenômeno estudado, que não sofreu alterações imediatas. Para garantir a coesão do trabalho, foi necessário estender a análise até o momento em que o último fluxo emigratório iniciado no período monárquico se encerrou, em decorrência da eclosão da Primeira Guerra Mundial.

A escolha do ano de 1835 como marco cronológico inicial tampouco é mais evidente, visto que o acontecimento que provocou o início da Monarquia Constitucional data de 1820. Além disso, o instrumento ao qual os agentes estatais oitocentistas recorreram como forma de assegurar o monopólio estatal dos meios legítimos de emigração, o passaporte, remonta ao século XVII. Como forma de encurtar uma história longa, pode-se dizer que o documento ganhou novos significados após as revoluções burguesas, quando adquiriu a função de manter ativos os fios invisíveis que conectam os cidadãos à comunidade imaginária da nação, dando concretude à pertença nacional. Apesar de a obrigatoriedade dos passaportes ter sido mantida, a emigração para o Brasil não se apresentava como um desafio ao Estado português. Até

1835, os deslocamentos rumo à antiga colônia não eram vistos como um problema que demandasse ações específicas, uma vez que já haviam sido acomodados na sociedade portuguesa. Desde pelo menos o século XVIII, rapazes minhotos eram preparados para atuar como caixeiros nas principais cidades do Brasil – estratégia que se intensificou aquando da transferência da corte para o Rio de Janeiro.

No entanto, após o fim da guerra civil que opôs liberais e absolutistas, um fluxo emigratório de tipo novo chamou a atenção das autoridades. Tratava-se da emigração de açorianos miseráveis que, incapazes de arcar com os custos da passagem, hipotecavam suas vidas, bens e herdeiros aos capitães dos navios e embarcavam levando apenas a esperança de uma vida melhor no Brasil. Chegados ao destino, esses indivíduos despossuídos eram impedidos de desembarcar até que fossem contratados por quem se dispusesse a adiantar o valor das passagens ao capitão. Evidentemente, isso significava que o emigrante assim contratado ficava preso ao contratante até que saldasse a dívida.

Não demorou para que o sistema de contratação de portugueses acendesse um sinal de alerta junto às autoridades em Portugal. Algumas medidas bastante tímidas foram pensadas e implementadas. Ineficazes, elas não conseguiam barrar um movimento diretamente relacionado a um problema maior do período: a pressão britânica pelo fim do tráfico de escravizados e a incerteza quanto à disponibilidade de mão de obra em economias escravistas, como o Brasil e as Antilhas inglesas. Foi nesse contexto que a expressão ‘tráfico da escravatura branca’ foi cunhado, gerando preocupação em Portugal, onde se temia a associação de lusitanos brancos aos africanos escravizados. Foi, portanto, a partir de 1835, que a emigração se apresentou como uma realidade a ser modificada pela prática de legislar.

Esse fluxo migratório de tipo novo resultou tanto dos problemas estruturais da sociedade portuguesa, quanto das estruturas de economias alicerçadas no escravismo. A eles conjugaram-se fatores conjunturais, como o compromisso adotado pelo Brasil independente de encerrar o tráfico de escravizados até 1830 e a aprovação da Lei Feijó, em 7 de novembro de 1831. Temendo o futuro da economia brasileira,

ameaçada pela carência de mão de obra num momento de expansão proporcionado pelo café, foi aprovada a Lei dos Contratos, de 1830. Proposta pelo senador Nicolau Vergueiro, a lei regulamentava a contratação de trabalhadores estrangeiros oferecendo garantias a quem os introduzisse no Brasil. Voltada para assegurar os interesses dos grandes proprietários, a lei previa pena de prisão ao trabalhador que não cumprisse os termos do contrato e abandonasse o local de trabalho antes de saldar as dívidas da viagem.

A lei, aprovada no mesmo ano em que os parlamentares brasileiros recusaram um projeto que previa a concessão de terras para estrangeiros, forneceu o arcabouço legal necessário à formação das primeiras companhias privadas por figuras proeminentes do Império com o objetivo de introduzir imigrantes europeus no país. A atuação dessas companhias foi rapidamente sentida em Portugal, especialmente nas ilhas dos Açores e da Madeira e motivou os primeiros diplomas que encarregavam os párocos de desestimular a emigração promovida por especuladores estrangeiros. Em 1836, a Revolução de Setembro levou à formação de um novo gabinete. No governo setembrista, Sá da Bandeira assumiu interinamente o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O então visconde defendia, há tempos, o fim do tráfico de escravizados como forma de se viabilizar o povoamento e a efetiva colonização dos territórios africanos. Convencido da necessidade de se construir um ‘novo Brasil na África’, o visconde assinou em 10 de dezembro de 1836 o decreto que proibia o tráfico de africanos realizado a partir das colônias portuguesas. No entanto, Sá da Bandeira foi acusado de se preocupar mais com a sorte dos africanos do que com o destino de portugueses ‘escravizados’ no Brasil. Nessa altura, o termo ‘tráfico da escravatura branca’ indignava a elite política, que observava apreensiva a alteração do status dos portugueses na antiga colônia.

Informado acerca das condições de viagem e contratação dos portugueses na antiga colônia, Sá da Bandeira redigiu um projeto de lei que visava pôr fim ao chamado ‘tráfico da escravatura branca’. Enviado à Assembleia Constituinte, o projeto não foi debatido. Não por acaso, em 1843, mesmo ano em que o tratado com a Inglaterra para encerrar definitivamente o

tráfico de escravizados foi assinado, o projeto de Sá da Bandeira relativo à ‘escravatura branca’ foi transformado numa portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, como forma de evitar que os antigos promotores do nefando comércio se dedicassem ao transporte de portugueses.

A portaria de 19 de agosto de 1842 gerou a reação da Associação Comercial do Porto que, em representações ao governo, lembrou que nem toda a emigração poderia ser associada ao ‘tráfico da escravatura branca’. Os signatários chamavam a atenção para um fluxo centenário, formado por rapazes minhotos encaminhados às casas comerciais de conterrâneos no Brasil. Enriquecidos, esses emigrantes contribuíam para o desenvolvimento da terra de origem. A luz lançada sobre esse outro fluxo emigratório inviabilizou a aprovação do projeto de Sá da Bandeira quando ele foi, enfim, discutido na Câmara dos Pares do Reino. Considerado inconstitucional por dificultar a liberdade de emigração, o projeto teve a discussão adiada, o que, na prática significava a sua desaprovação.

Na década de 1850, a emigração se adensou. A atuação de engajadores passou a se fazer sentir também no Norte do país. Navios superlotados deixavam os portos portugueses rumo ao Brasil escandalizando a opinião pública. Tornava-se imprescindível uma lei que regulamentasse as saídas e impedisse os abusos cometidos pelos capitães dos navios. Quando 35 portugueses faleceram a bordo da barca *Defensor*, em 1855, o ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, redigiu um projeto de lei que, tão logo deu entrada no Parlamento, foi discutido e aprovado com algumas modificações.

Como estratégia para evitar que a proposta fosse considerada inconstitucional, o ministro enfatizou que a nova lei não pretendia coibir todos os fluxos emigratórios, mas tão somente aqueles que se faziam à margem dos dispositivos legais, ameaçando o bem-estar dos passageiros. Procurando, portanto, aprofundar o monopólio estatal dos meios legítimos de emigração, a lei deveria atuar sobre os capitães e engajadores da emigração clandestina. Durante o debate parlamentar, foi acrescentado à lei um artigo relativo aos contratos de locação de serviços celebrados pelos emigrantes em território nacional para serem executados no Brasil. Pelo artigo 11º, as autoridades portuguesas deveriam zelar pela validade dos

contratos e assegurar que o instrumento não autorizasse que o contratado fosse transferido a terceiros. O objetivo era impedir que os emigrantes fossem transacionados no Brasil como os escravizados.

A Carta de Lei de 20 de julho de 1855 distinguiu os emigrantes entre livres e contratados, legais e clandestinos, como forma de não contrariar o direito à liberdade de emigração assegurado na Carta de 1826. Em 1855 ficou, assim, estabelecida a linha mestra da política emigratória oitocentista adotada pelos governos da Monarquia Constitucional Portuguesa. As leis e decretos que se seguiram mantiveram e aprofundaram a atuação estatal sobre a emigração contratada e aquela que se fazia à margem dos dispositivos legais. Esses diplomas buscavam colmatar falhas percebidas na execução dos dispositivos anteriormente adotados. A proposta e aprovação de cada um deles devem ser entendidas a partir da análise dos novos desafios colocados pelos fluxos emigratórios ao Estado e das pressões sentidas pelos agentes estatais.

“Os Sentidos da Emigração Portuguesa”, ao examinar os fatores que, combinados, motivaram e possibilitaram a aprovação das leis relativas à emigração durante a Monarquia Constitucional Portuguesa, concluiu que as políticas adotadas não contrariavam os princípios liberais então em voga. As medidas postas em prática estavam em consonância com o liberalismo da Carta de 1826. A distinção entre emigrantes livres e contratados, cujo objetivo era assegurar a tutela estatal para quem celebrasse contratos de locação de serviços a serem executados no Brasil, estava de acordo com as categorias de cidadãos estabelecidas na Carta – que diferenciava os cidadãos ativos, com direitos políticos plenos, dos passivos, aliados da participação política, porém possuidores de direitos civis.

A tese demonstrou, também, que o monopólio estatal dos meios legítimos de emigração não foi, na Monarquia Constitucional, absoluto – e nem pretendeu ser. O passaporte, principal instrumento então disponível para o controle dos fluxos emigratórios, era passível de fraudes. Os emigrantes, longe de serem passivos, encontravam subterfúgios para deixar o país à margem dos dispositivos legais. As fronteiras do Estado-nação eram porosas e não se impunham com facilidade sobre os indivíduos, para muitos dos quais o porto de Vigo estava mais próximo

do que a capital Lisboa. Assim, a pesquisa mostrou que, apesar da ruptura política que completa agora 200 anos, Brasil e Portugal continuavam a ser territórios sobrepostos para muitos portugueses. A travessia atlântica empreendida por milhares de lusitanos ao longo do oitocentos contribuiu para manter entrelaçadas as histórias dos dois países. Cabe à historiografia não se fechar na artificialidade das fronteiras nacionais.

A investigação que resultou na tese premiada em 2022 não teria sido possível sem a colaboração dos funcionários e das funcionárias dos arquivos portugueses consultados entre 2017 e 2020: o Arquivo Histórico Parlamentar, o Arquivo Histórico Diplomático, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Devo um especial agradecimento ao Doutor Paulo Tremoceiro, da Torre do Tombo, pela forma solícita com que me ajudou a encontrar caixas e documentos do Ministério do Reino e à Doutora Odete Duarte Martins, que digitalizou e disponibilizou *on-line* documentos do fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Torre do Tombo, de modo que pudesse consultá-los durante a pandemia de Covid-19. Agradeço também ao meu orientador, o Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho, aos meus pais, Horacio Galvanese e Fátima Simões Galvanese e ao Leon White Nogueira pelo apoio que me deram ao longo da realização da pesquisa e da escrita da tese.

BIOGRAFIA

VÍCTOR DE SÁ: UM HOMEM NA HISTÓRIA*

Henrique Barreto Nunes

*De seguro
Posso apenas dizer que havia um muro
E que foi contra ele que arremeti
A vida inteira.*
(Miguel Torga)

1. Um menino brincava na estrada

O menino de cinco anos brincava na estrada naquele dia 28 de Maio de 1926 quando viu despontar, numa curva, um grupo de soldados e cavaleiros que, em passo tranquilo, de Braga se dirigiam para o Porto.

Um breve susto, uma corrida até casa para avisar a família e o retorno à brincadeira.

Só anos mais tarde o menino descobriu o real significado da passagem daquela coluna militar, que marcaria tão profundamente a sua vida, a vida de todos os portugueses.

Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá nasceu na freguesia de Cambeses, Barcelos, em 14 de Outubro de 1921.

* Publicado originalmente em *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 7-19, excepto a secção 9 que foi escrita propositadamente para este volume, em Novembro de 2011.

O pai, Domingos Gomes de Sá era sargento (depois tenente) do Secretariado Militar, tendo sido expedicionário em Moçambique durante a I Guerra. A mãe, Florinda Baptista da Silva André, professora primária.

A infância foi naturalmente despreocupada, passada na aldeia. Já em Braga, concluiu a instrução primária, com distinção, em 1932.

Uma repentina e precoce crise de misticismo leva-o, em Outubro daquele ano para o Seminário das Missões do Espírito Santo em Godim (Régua). Queria ser missionário em África!

Inicia os estudos liceais no Seminário, mas rapidamente descobre que não era aquilo que procurava. Um sinal de rebelião, encoberto com uma alegada falta de resistência física, obriga-o a regressar a Braga, já em 1934, não tendo concluído sequer o 1º ano.

A sua educação foi rígida, austera, quase castrense, dominada pelo espírito militarista do pai e pela obstinação e o amor da mãe, que pretende que triunfe nos estudos.

Regressado a Braga, Joaquim Victor fez o curso secundário no Liceu Nacional de Sá de Miranda, que frequentará entre 1934 e 1941.

É um aluno médio, nunca ultrapassando os 12 valores, mas começa a distinguir-se noutras actividades.

Cedo se manifesta o seu gosto pela escrita, expresso nos primeiros artigos publicados no “Correio do Minho” em 1937 e na tentativa de ser correspondente do jornal “República”, que mais tarde se concretizará.

Revela-se um líder estudantil sendo, depois de renhidas eleições, presidente de Academia Bracarense e promotor de diversas iniciativas que já nessa altura agitam o marasmo cultural em que o Liceu e a cidade viviam.

Igualmente a sua consciência cívica é despertada por episódios de terrorismo político, de ódio contra os republicanos, a que assiste em Braga, coincidindo com o final da Guerra Civil de Espanha. Começa assim, em contacto directo com a realidade do quotidiano, a descobrir que vivia sob um regime prepotente e repressivo, como era o fascismo salazarista.

É um jovem inquieto, irrequieto, já com uma personalidade forte, seguro de si, confiante.

Confronta-se também com a rígida educação familiar. Em Junho de 1939, numa carta aos pais, motivada pela oposição que o namoro

com a que seria a sua primeira mulher provoca, cita Orson Marden: *as circunstâncias adversas criam forças. A oposição desenvolve em nós a resistência. Vencer um obstáculo torna-nos mais capazes de vencer um outro obstáculo que vier depois.* Esta capacidade de lutar contra todas as dificuldades será uma constante de sua vida.

Não admira assim que, terminado o curso liceal, e contra a vontade dos pais que, contudo acabam por o apoiar, decida interromper os estudos e ingressar na “escola da vida”.

2. Gostava de livros, quis ser livreiro

O interesse pelos livros, pela leitura, pela reflexão dela decorrente, pela sua importância na formação cultural e cívica dos cidadãos era, aliás, uma paixão antiga.

No Liceu tinha criado, com alguns colegas, uma pequena biblioteca que fazia empréstimo de livros, rapidamente boicotada porque o reitor, além de perturbado pela ousadia, temia que a iniciativa produzisse maus frutos entre os alunos.

A frequência da Biblioteca Pública também não era motivadora. Predominava um conceito elitista da cultura, a leitura era desencorajada. O jovem Victor emprega-se então na Livraria Gualdino. Como continuava a viver com os pais, utiliza os magros escudos provenientes do seu modesto salário para comprar livros. Um dia, porém, pareceu-lhe que era egoísmo deixar os livros nas estantes depois de lidos: e decidiu-se *facilitar a sua leitura domiciliária a quem se propusesse pagar uma taxa mensal diminuta.*

Surgiu assim, num período de acentuado obscurantismo cultural, a magnífica e generosa aventura que se chamou Biblioteca Móvel, posteriormente evocada num opúsculo que relata toda aquela experiência de tentar levar o livro, em seleção cuidada, a todos os que, pelo país fora, tinham fome de leitura e não possuíam poder de compra para a saciar, pois praticamente não existiam bibliotecas públicas dignas desse nome.

Os resultados são surpreendentes, mas a reacção do poder instituído também não se faz esperar, e do púlpito aos jornais são inúmeras as vozes que denunciam e perseguem aquela incómoda iniciativa.

O gosto pela escrita não abandona Victor de Sá. Colabora regularmente na imprensa local e regional e abalança-se a publicar os seus primeiros livros, dedicados à divulgação do pensamento de Antero de Quental, a que se seguirá uma bibliografia Queirosiana, que inclui um pequeno ensaio sobre o livro em Portugal.

3. Cultura e acção

Também em 1942 inicia a sua luta contra o regime salazarista. Coincidindo com a actividade do MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), alguns jovens criam em Braga um “núcleo de resistência e de formação ideológica”, entre eles se contando Armando Bacelar, Francisco Salgado Zenha, o engenheiro agrónomo Flávio Martins e Victor Sá.

Entretanto casa-se, continuando como empregado de livraria, já na Livraria Cruz.

Em 1944-45, dedica-se à actividade sindical, de que desistiria dada a impossibilidade de agir, e participa activamente na agitação política que se verifica no fim da Guerra, integrando o MUD (Movimento de Unidade Democrática) desde 1945. Devem datar deste período os primeiros contactos com membros do Partido Comunista Português, embora tal nunca tenha sido devidamente esclarecido.

O ano de quarenta e sete marca a concretização de um grande sonho, a fundação da Livraria Victor, na Rua dos Capelistas, mas é também o ano da primeira prisão, poucos dias antes da abertura do seu estabelecimento: é um primeiro, solene aviso, para tentar dissuadir aquele “perigoso agitador” de prosseguir a sua missão de difundir a cultura através do livro, de incendiar as consciências.

A PIDE detém-no por mais de um mês no Porto, sem explicações, sem direito a defesa. Na prisão está simultaneamente com os seus

conterrâneos e amigos Francisco Zenha e o futuro mestre de guitarra clássica José Gabriel Bacelar.

Começa assim um rosário infindável de perseguições, calúnias e de ódio, de que nem o 25 de Abril o libertará totalmente, que atingirá duramente a sua actividade profissional e intelectual, mas que nunca o conseguirá vergar.

A sua livraria, apesar de todos os obstáculos que as sucessivas prisões (em 1949 e 1950) fazem aumentar, transforma-se num importante centro cultural e de resistência, o que leva à proibição de se dedicar à actividade editorial.

Entretanto, a Biblioteca Móvel, depois de uma actividade ininterrupta durante oito anos, já não tem condições para sobreviver e acaba em 1950.

Casado, com três filhos, livreiro, com ficha na PIDE, alvo da hostilidade dos seus conterrâneos fiéis ao regime, Victor de Sá decide prosseguir os seus estudos e matricula-se no Curso de Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras de Coimbra em 1952.

Continua a escrever e a lutar, a reflectir e a agir. A sua colaboração na imprensa multiplica-se (escreve para a “Vértice”, para a “Seara Nova”, mas também para pequenos jornais), profere palestras, participa em colóquios e congressos, publica em livro trabalhos de divulgação cultural ou sobre questões da actualidade.

Sempre preocupado com os problemas do livro e da leitura, em 1955 lança através das páginas do “Correio do Minho” um “inquérito necessário”, sobre a situação das bibliotecas de Braga, que depois se estende a todo o país. Foi uma autêntica pedrada no charco estagnado da política cultural portuguesa da altura.

Publicado depois em livro, em 1956, “As bibliotecas o público e a cultura” continua hoje a ler-se com grande interesse, pois trata-se de um documento sociológico que nos traça um retrato vivíssimo das práticas de leitura dos portugueses na década de 50, apontando soluções e caminhos que só muito mais tarde viriam a ser percorridos.

A intervenção possível como cidadão, sobretudo nos períodos eleitorais, é marcada por novas prisões, sem julgamento, em 1956 e 1958, pelo impedimento de se dedicar à actividade editorial (1954) e pelos

reflexos que provoca na opção académica que tinha tomado, quando decidiu, com grande sacrifício, ser estudante-trabalhador.

A sua prisão em 1958 (ano das eleições em que participou Humberto Delgado), por 3 meses, acontece quando se preparava para concluir a licenciatura em Coimbra, o que só se virá a verificar no ano seguinte, apresentando uma tese sobre Amorim Viana. Aliás a licenciatura, seguida que foi de uma nova arbitrariedade adiante referida, será pretexto para uma grande festa de homenagem, no Bom Jesus, que reúne centenas de opositoristas ao regime. Os jornais foram coagidos a silenciar este acto público.

4. Proibido de ensinar

Terminada a licenciatura, concorre naturalmente a um lugar de professor no ensino secundário, sendo nomeado para a Escola Comercial de Braga. Só que não chegou a tomar posse. Um telefonema, feito da casa de uma conhecida figura bracarense por um zeloso representante da comissão política situacionista local (União Nacional) alertou o Ministério da tutela quanto ao inconveniente de ver aquele perigoso opositorista como professor na “Cidade Santa da Revolução” e, de imediato, foi dada ordem para a posse não se consumar. Depois de tantos sacrifícios, o direito ao trabalho na função pública foi recusado a V. Sá, porque era desafecto à ordem estabelecida.

E prossegue a sua vida de luta e inconformismo, continuando como livreiro, escrevendo sem desânimo, agindo sempre que possível.

Assim sucedem-se mais duas prisões, a primeira em 1960, por 5 meses, sem julgamento, acompanhada do encerramento e selagem da livraria, contra o que a própria população bracarense, nomeadamente os comerciantes, reagiu com indignação generalizada.

Em 1961 foi candidato a deputado por Braga, nas eleições legislativas. Mas em 1962, a pretexto das Juntas Patrióticas, é vítima de nova detenção por 7 meses, desta vez culminada com julgamento em Tribunal Plenário, em que foi absolvido.

Victor de Sá sofria intensamente, sentia na carne e no pensamento o drama de todos os intelectuais portugueses que se opunham ao regime salazarista e sonhavam construir um país diferente.

Proibido de ser professor por uma lei iníqua, impedido de tomar posições públicas sobre os problemas nacionais, já que a PIDE e a Legião estavam sempre vigilantes, perseguido na sua própria cidade por figuras influentes afectas ao regime, condicionado na própria expressão escrita, de que nunca desistiu, apesar da censura constituir um fantasma castrador, só o seu pensamento permanecia livre e inconformado, embora necessitasse de novos espaços, novos horizontes para se refinar, para se expandir.

Mas, que fazer?

5. Paris: em busca do tempo perdido

Inconformado com a situação de marginalização intelectual e académica a que estava condenado, apesar de possuidor já de um apreciável currículo, com algum trabalho de investigação centrado sobretudo no século XIX, em Abril de 1962 Victor de Sá decide apresentar um pedido de bolsa de estudo em Paris à Fundação Calouste Gulbenkian.

O seu plano de trabalho inicial incide na “actividade cultural dos portugueses em França no período oitocentista”, o que lhe valeu a concessão da bolsa e a discreta (não fosse o diabo tecê-las...) partida para Paris em 15 de Setembro do ano seguinte.

É então que conhece o Prof. George Boisvert que lhe fala detalhadamente na obra já produzida, e o Prof. Leon Bourdon que lhe sugere candidatar-se a um doutoramento. De imediato toma consciência da situação de atraso em que os portugueses se encontravam no domínio da historiografia científica, no seu caso agravada por se ter formado, mesmo na Universidade, *num círculo de estreiteza intelectual e de limitado acesso à informação e ao intercâmbio de ideias*. Assim começa por fazer um exame autocrítico dos conceitos históricos que anteriormente considerava validamente estabelecidos, lançando-se de seguida *na organização sistemática e crítica de conhecimentos sobre a história contemporânea portuguesa*.

Ao fim do primeiro ano de estágio em França *compreendi que as formas de saber história que aqui [em Portugal] nos ministram nas escolas e nas universidades não são na generalidade formas válidas de conhecimento.*

Os problemas de ordem metodológica e científica que o atormentaram naquele período, a ruptura que teve que fazer relativamente à sua formação “histórica” tradicional, as hesitações e as opções finalmente tomadas são exemplarmente apresentadas por Victor de Sá em diversos textos incluídos nos livros “Regressar para quê?” e “A história em discussão”.

De qualquer modo, os resultados são positivos tanto que o projecto de investigação que apresentou e o trabalho realizado levam a que seja admitido à frequência do “3^o cycle de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Paris”, com vista à realização de um doutoramento.

O contacto com mestres como Bourdon, Silbert, Vilar, Labrousse, Gurvitch e outros, a frequência de cursos e seminários, a utilização de bibliotecas bem apetrechadas, o convívio e a discussão aberta com intelectuais de diversa formação, a leitura e a reflexão necessárias a um aturado trabalho de investigação, permitem-lhe adquirir informação, organizar os seus conhecimentos, levam-no mesmo a alterar os seus planos iniciais.

A Fundação Calouste Gulbenkian aposta em Victor de Sá, reconhecendo que cumpre exemplarmente as suas obrigações de bolseiro e acabará por facultar-lhe a permanência em Paris durante 5 anos, no termo dos quais apresenta e defende brilhantemente na Sorbonne a sua tese de doutoramento, finalmente intitulada, depois de diversas inversões na marcha da investigação, “A crise do liberalismo e as primeiras manifestações do pensamento socialista em Portugal”. Um júri altamente qualificado, presidido pelo Prof. L. Bourdon, em 6 de Janeiro de 1969, atribui-lhe a menção mais elevada, ou seja, a de “très bien”, com equiparação da tese apresentada à tese complementar de “doctorat d’Etat”.

Victor de Sá permaneceu 5 anos em Paris, onde viveu o Maio de 1968, sem nunca ter vindo a Portugal, mesmo em férias, que por duas vezes passou na Galiza com a família, com receio de que as autoridades policiais o impedissem de voltar ao seu trabalho na Sorbonne.

Tendo decidido dedicar-se exclusiva e intensamente ao seu trabalho de investigação, absteve-se de qualquer intervenção pública ou mesmo

de se envolver com os numerosos exilados políticos portugueses que se encontravam em Paris e com muitos dos quais mantinha relações.

Isto não impediu que no período eleitoral de 1965, o seu infatigável inimigo Santos da Cunha e os respectivos próceres bracarenses, lançassem uma campanha de calúnias e mentiras, que obrigaram Victor de Sá a reagir, apresentando queixa no Tribunal de Braga contra aquela figura carismática do fascismo português – e só uma amnistia política livrou S. Cunha de ser condenado.

Concluídas as provas de doutoramento, cumprida a sua missão científica, orgulhoso dos seus pergaminhos, acreditando apesar de tudo num futuro melhor, Victor de Sá regressa a Portugal no próprio mês em que termina o doutoramento, depois de uma ausência de mais de cinco anos.

6. “Regressar para quê?”

Com expectativa, com esperança, desembarca em Lisboa no dia 14 de Janeiro de 1969, já se vivia a “primavera” marcelista:

– Não quero comentar a recepção. A recepção oficial, claro está. Horas passadas na cadeia, fotografias de frente e perfil, impressões digitais, malas revolvidas, bolsos despejados. Não, não quero.

E tal como a recepção prenunciou, as portas continuaram fechadas.

E o tempo passa, o desânimo parece querer apoderar-se de Victor Sá: *e reparo como todo o sacrifício da ausência começa a ficar inútil perante a desocupação do meu viver. Uma existência intelectual outra vez de amador, escrevendo nas horas vagas.*

Continua impedido de desempenhar funções públicas. O próprio doutoramento na Sorbonne, apesar de uma teimosa pendência com o Ministério da Educação, não lhe é reconhecido. E é-lhe igualmente recusada uma bolsa entretanto solicitada ao IAC, a fim de prosseguir as suas investigações sobre História Contemporânea Portuguesa. Por isso volta-se novamente para a livraria, que entretanto amplia e enriquece com uma galeria de arte, ponto de encontro dos intelectuais e democratas bracarenses, que lhe garante a sobrevivência nos anos que se seguiram.

De qualquer modo acredita que *à noite há-de suceder fatalmente a aurora cujos raios todos vamos esboçando*. E por isso não pactua, não aceita a convivência do silêncio.

Não abandona a escrita. Publica a sua tese de doutoramento, “A revolução de Setembro de 1836” e “Regressar para quê?”, livro que é de imediato apreendido pelas autoridades policiais, além de continuar a colaborar em jornais e revistas.

Está presente, quando tal é possível, nas grandes e pequenas lutas, sempre que é permitido à Oposição manifestar-se.

Mas, por exemplo, não é autorizado a integrar as listas da Oposição Democrática de Braga, nas eleições de 1969, na sequência da perseguição que mais uma vez lhe é movida por António Santos da Cunha, sob alegação de que a sua ausência em França, por mais de 5 anos, não era considerada como um “serviço ao país”.

Apesar de todos os obstáculos, mantém-se politicamente activo, estando presente nos Congressos Republicanos de Aveiro, ou nas comemorações do 31 de Janeiro, organizando um importante colóquio sobre a reforma do ensino (Braga, 1971), participando nas eleições de 1973, em que a Oposição mais uma vez se viu obrigada a desistir, lutando sempre na sombra para derrubar um regime que continuava a oprimir ferozmente o povo português.

Porém, em breve surgiria uma gloriosa madrugada de Abril...

7. Finalmente abril

*Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo*

(Sofia de Melo Breyner Andresen)

A longa e dura luta pela libertação do povo português do jugo do fascismo, da qual Vítor de Sá tinha sido um protagonista, concretizou-se com o 25 de Abril de 1974.

Victor de Sá vai naturalmente empenhar-se na construção da democracia nascente. Discursa no primeiro grande comício da liberdade realizado em Braga, na Praça do Município, logo a 26 de Abril.

Integrando o Movimento Democrático de Braga é convidado a dirigir a partir de Maio, o “Correio do Minho”, até então bastião da extinta Acção Nacional Popular (antiga União Nacional) que passará a ser porta voz do Movimento Democrático de Braga.

Depois da festa da revolução, dos meses alegres e conturbados que se seguiram, as forças conotadas com o antigo regime começam a levantar a cabeça. No Verão de 75 em Braga vive-se um clima de anticomunismo primário e violento, instigado pelos sectores mais reaccionários e pela própria hierarquia da Igreja bracarense, que elegeram as forças progressistas, com as quais Victor de Sá se identificava, como alvo privilegiado. E assim, para além de todos os acontecimentos por demais conhecidos, das ameaças físicas e de diversos atentados terroristas à sua livraria, Victor de Sá volta a passar por momentos que julgava para sempre esquecidos.

Por outro lado, depois da revolução, a sua situação profissional é finalmente regularizada, sendo-lhe reconhecido o direito de integrar a Função Pública, bem como a equiparação oficial a Doutor em História pelas Universidades Portuguesas. Os convites para a docência em diversas universidades não lhe faltam, mas acaba por fixar-se, em Setembro de 1974, na Faculdade de Letras do Porto, onde foi aceite por unanimidade do Grupo de História como professor-auxiliar além do quadro. Concretiza-se assim um dos seus sonhos mais caros, passando a ensinar na universidade portuguesa, que finalmente lhe reconhece os méritos e a qualificação académica.

Pouco depois, ainda em 1975, é a novel Universidade do Minho que o requisita para, em acumulação, aí reger algumas disciplinas, integrando a Unidade de Letras e Artes.

Na Faculdade de Letras do Porto tem oportunidade de pôr em prática algumas das suas concepções inovadoras sobre o ensino e a investigação

em História, estando na origem da criação do Centro de História da Universidade do Porto que, desde o regresso de França vinha defendendo.

A docência incide na História Contemporânea de Portugal, incentivando e orientando centenas de alunos na realização de trabalhos sobre aquele período, o qual lhe continua a inspirar os artigos e monografias que vai regularmente publicando, nomeadamente nos Livros Horizonte, que dedica uma colecção às suas obras na qual saíram 8 títulos.

8. Sombras e clarões

Uma nova provação entretanto o espera: desejando prosseguir a sua carreira universitária, em 1978 submete-se a provas para professor agregado da Faculdade de Letras do Porto, apresentando um trabalho sobre a “Formação do movimento operário português”, tema cuja escolha, aliás, revela uma certa ousadia.

Porém, por razões não totalmente esclarecidas, a que a composição do júri poderá não ser estranha, não consegue ultrapassar com êxito estas provas, o que o abala profundamente. Em confidências aos amigos considera que foi vítima de “bárbara agressão intelectual” ou de mais um “acto de terrorismo”.

São inúmeras as provas de solidariedade e apoio que recebe de vultos cimeiros e insuspeitos da intelectualidade portuguesa, enquanto a imprensa de direita rejubila com o acontecimento.

Mas Victor de Sá logo empreende um novo combate, candidatando-se a outras provas, agora ao abrigo de uma disposição legal que previa a votação nominal e justificada por parte do júri. Tenta assim com as armas que tem ao seu alcance ultrapassar uma situação que considerava vexatória e o atingia na sua dignidade científica.

Porém, a própria legislação vigente foi suspensa e, embora tenha sido nomeado Professor Associado em 1984, aguarda desde 1978 a realização das provas de agregação a que então foi admitido.

A actividade docente e a investigação contudo não o impedem de continuar a ter um papel interveniente como cidadão, já que o seu prestígio não foi abalado pelo sucedido na Universidade.

Cabeça de lista de Braga pela Aliança Povo Unido nas eleições para a Assembleia da República em 1979, é o primeiro candidato comunista a ser eleito na região Norte (Porto excluído), o que se repetiria em 1980 (terá sido nessa altura que se tornou efectivamente militante do PCP). Foi deputado entre Janeiro de 1980 e Março de 1981, data em que renunciou ao mandato para regressar à Universidade.

Na Assembleia da República, pese considerar que não tinha qualidades de parlamentar e estranhar as condições de trabalho existentes, mesmo a nível partidário, não foi um deputado passivo, tendo integrado algumas comissões da A.R. e realizado diversas intervenções, com particular incidência nos domínios da cultura e da ciência.

Alguma frustração, a desilusão dos anos recentes, estão certamente na origem de um acidente vaso-cerebral de que em finais de 1981 é vítima e que depois se repetiria. O corpo parece estar cansado, mas este homem de rija têmpera, desde muito novo habituado a lutar, não cede com facilidade.

Nesta altura interroga-se sobre o destino a dar a todo o espólio documental produzido e recolhido ao longo da vida, nomeadamente o resultante do seu trabalho de investigação ou da actividade política, e decide-se entregá-lo à guarda da Biblioteca Pública de Braga.

Recupera energias e o ânimo, volta a casar, deixa Braga definitivamente, retoma a docência, prossegue na investigação e na publicação dos seus trabalhos, concretiza um projecto que há anos trazia entre mãos: o levantamento de imprensa operária portuguesa (1836-1986), cujo “Roteiro” foi publicado pela Editorial Caminho em 1991, com o apoio do Instituto Português do Livro e da Leitura e que se tornou uma obra de referência imprescindível.

Recolhido entretanto à serenidade dos lugares de Sintra, propõe à Universidade do Minho/Biblioteca Pública de Braga, num acto de enorme generosidade e ineditismo, a criação de um prémio destinado a trabalhos de jovens investigadores sobre história contemporânea portuguesa, incentivando os interessados a rentabilizarem o seu espólio documental depositado na BPB, para tal contribuindo com uma avultada verba.

O papel desempenhado na luta constante pela liberdade e pela democracia em Portugal não é esquecido e assim, como justo corolário, em 10 de Junho de 1990, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, recebe em Braga, das mãos do Presidente da República, Mário Soares, a comenda da Ordem da Liberdade.

Chegado aos 70 anos, altura da sua jubilação universitária, continua a trabalhar embora num ritmo mais lento, mas sempre com entusiasmo e lucidez, nos seus temas favoritos e noutros, em sintonia com as novidades do tempo.

Victor de Sá, como esta breve biografia e a sua vasta bibliografia o podem atestar, é bem um homem no seu tempo, para quem a História e a Vida, a investigação e a intervenção pública, a reflexão e o trabalho sempre se articularam dura mas harmoniosamente, constituindo um exemplo que é justo realçar.

9. Trabalhos e dias

Em Dezembro de 1991, coincidindo com a sua jubilação como professor da Faculdade de Letras do Porto, o Centro de História daquela universidade promoveu um ciclo de conferências sobre história contemporânea portuguesa em “Homenagem ao Professor Victor de Sá”, altura em que foi apresentado o livro *Estudos de História Contemporânea Portuguesa* (Lisboa: Horizonte, 1991), que lhe foi dedicado, reunindo cerca de três dezenas de trabalhos de investigadores sobre diversos aspectos da Época Contemporânea.

Definitivamente instalado em Rio de Mouro (Sintra), Victor de Sá aceitou então fazer parte do corpo docente da Universidade Lusófona de Lisboa, sendo professor de História Contemporânea de Portugal, na licenciatura em Ciência Política e no mestrado de História de Portugal, tendo a propósito publicado em 1994 uma obra de apoio intitulada *Textos para reflexão crítica*.

Nesta universidade, dando mais uma vez vazão à sua paixão pelos livros, criou a biblioteca universitária, na qual foi integrada a sua biblioteca particular. Aí acompanhou com grande entusiasmo a sua mudança

de instalações para o Quartel do Campo Grande, cuja inauguração oficial se realizou em Nov. 1974, tendo passado a ser designada, em 1997, como Biblioteca Universitária Victor de Sá.

A Universidade Lusófona homenageou-o em Maio de 1996, organizando simultaneamente uma exposição bio-bibliográfica.

Durante esse período acompanhou de perto a institucionalização e lançamento do Prémio de História Contemporânea da Universidade do Minho, tendo estado presente e usado da palavra na 1ª sessão de entrega do prémio.

Após 1998 novos acidentes cardio-vasculares foram diminuindo as suas forças, deixando então de escrever e de aparecer em público.

Depois do falecimento de sua segunda mulher, teve que abandonar Rio de Mouro e regressar a Braga, onde lhe podiam ser proporcionados melhores cuidados e acompanhamento familiar.

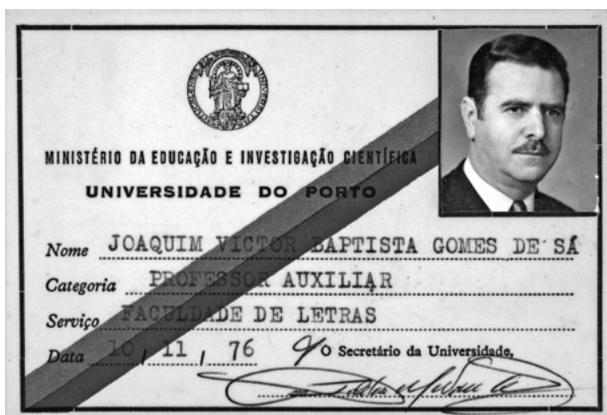
Os últimos anos da vida de Victor de Sá são marcados por um estado de saúde muito débil, verificando-se o desenlace inevitável em 31 de Dezembro de 2003.



Joaquim Victor com os pais, Domingos e Florinda. Cambeses, 22 Junho 1922. Foto Beleza, Braga (BPB/V.SÁ)



No seminário de S. José de Godim (Régua), 1933? Joaquim Victor é o 5º da primeira fila, de pé, a contar da esquerda (BPB/V.SÁ)



Bilhete de identidade como correspondente em Braga do jornal “República”, 1938 (BPB/V.SÁ), cartão de professor auxiliar da Faculdade de Letras do Porto, 1976 (BPB/V. SÁ) e cartão de deputado da Assembleia da República, 1979? (BPB/V.SÁ)



Joaquim Victor Baptista Gomes de Sá

Vitor? História! Dique sou
— O que, feito ou imperfeito —
Contamos o velho feito...
— E no caminho assim vou,
Continuando — e preciso
de respeito —
— Que o destino me traçou...

Ao seu amigo Victor de Sá.
JOÃO DE BARROS

■
São vários os meios de transporte
Que nos levam a Braga — a Augusta.
E na velha cidade
— Onde nada nos assusta —
O cívico,
O sinalheiro,
O cura
E o homem de rua
— Este vaidoso e sorridente
Como quem aponta o Bom-Jesus
E bem se sente —
Informam:
— O Victor! é ali.

E ele ali está
Sorridente e com um olá!,
A par de toda a cultura,
Com dois artigos no bolso
E indulgência a rodos
Para aturar moribundos,
Que fugiram doutros mundos
E ainda neste se encontram.

Pedagogo consumado,
E desde há muito apontado
Como santo precursor:
O que nos vai ensinar
A marcharmos confiantes
A estudarmos melhor
E a sabermos pedir
O que nos está a faltar.

No entanto, por favor,
Se não é saber ou cultura
Ou a linha justa
Que procuram com ardor,
Passem ao largo, Pequenas,
E que nas questões de amor
As coisas já estão maduras:
O Victor já é doutor
Provado em três formaturas!

Mas a verdade
É que vale bem ir a Braga
Ouvir o Victor falar;
O mundo fica melhor
E ninguém pensa em parar.

Mas, se não querem ir por outra razão,
Vão ver um alto «valor moral» da minha geração.

CELSO PONTES

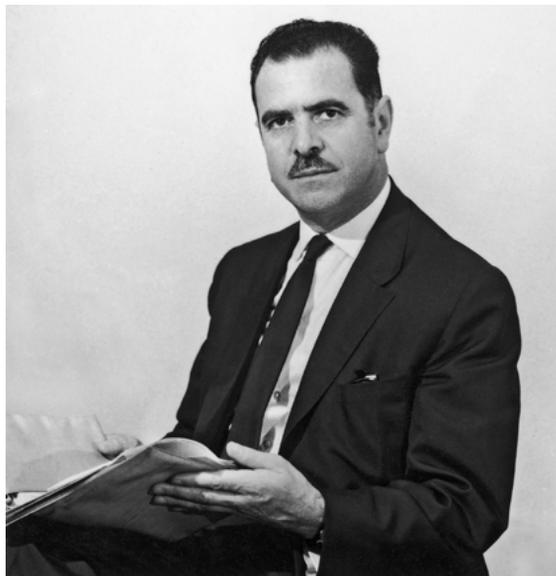


Livro de Curso "Quartanistas de Letras", Coimbra, 1955. (BPB/V.SÁ)

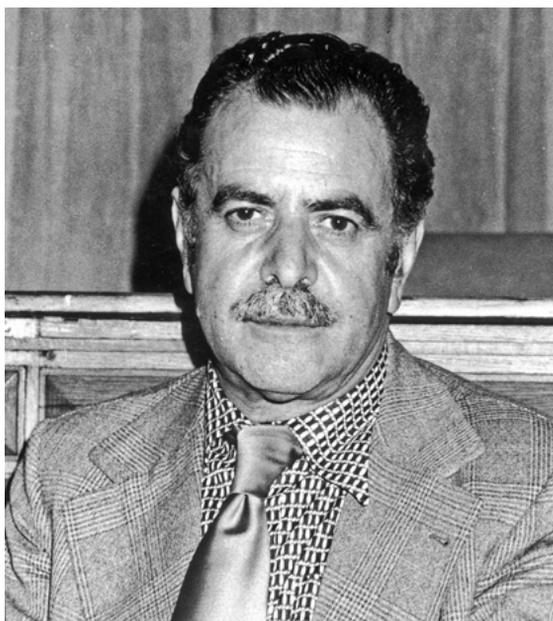
VÍCTOR DE SÁ: UM HOMEM NA HISTÓRIA



Retratos de prisão, dos serviços de identificação da P.I.D.E., 1949, 1958, 1960, 1962.
(BPB/V.SÁ)



Retrato reproduzido no folheto “Quem são os candidatos apresentados pela Oposição Democrática no círculo eleitoral de Braga” relativo às eleições para deputados à Assembleia Nacional – 26 de Outubro de 1969. (BPB/V.SÁ)



Deputado Victor de Sá, 1980. Foto jornal “Avante!”. (BPB/V.SÁ)



Recebendo das mãos do Dr. Azeredo Perdigão, presidente da Fundação C. Gulbenkian o prémio “Rodrigues Sampaio 1959” em sessão realizada na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 28 Out.1961.

(Nota manuscrita por V. Sá : *nesse mesmo dia tinha participado em Coimbra numa reunião nacional de todos os candidatos da Oposição às “eleições” legislativas, presidida pelo Prof. Azevedo Gomes.* (BPB/V.SÁ)



Doutoramento *Honoris Causa* na República dos Kágados, Coimbra, 1962.
Foto J. Gaspar (BPB/V.SÁ)





Comício da Oposição Democrática nas eleições para a Assembleia Nacional, Braga, Teatro Circo, 4 Nov. 1961. Na mesa reconhecem-se Manuel Rocha Peixoto, Elsa Martinho de Faria, José Justino de Amorim, José Sampaio (que presidiu à sessão), Pe. Francisco de Almeida, Miquelina Summavielle, A. Ribeiro da Silva, Vítor Louro de Sá, José Graça e António Saldanha. (BPB/V.SÁ)



Comício da Oposição Democrática nas eleições pra a Assembleia Nacional. Braga, Theatro Circo, Out. 1969 (BPB/V.SÁ)



Assembleia da República, bancada do Partido Comunista Português, Jan. 1980

Reconhecem-se na 1ª fila Carlos Brito, Álvaro Cunhal, Veiga de Oliveira e Alda Nogueira. Victor de Sá é o último, à direita, na última fila, estando na fila de baixo o filho, Vítor Louro (BPB/V.SÁ)



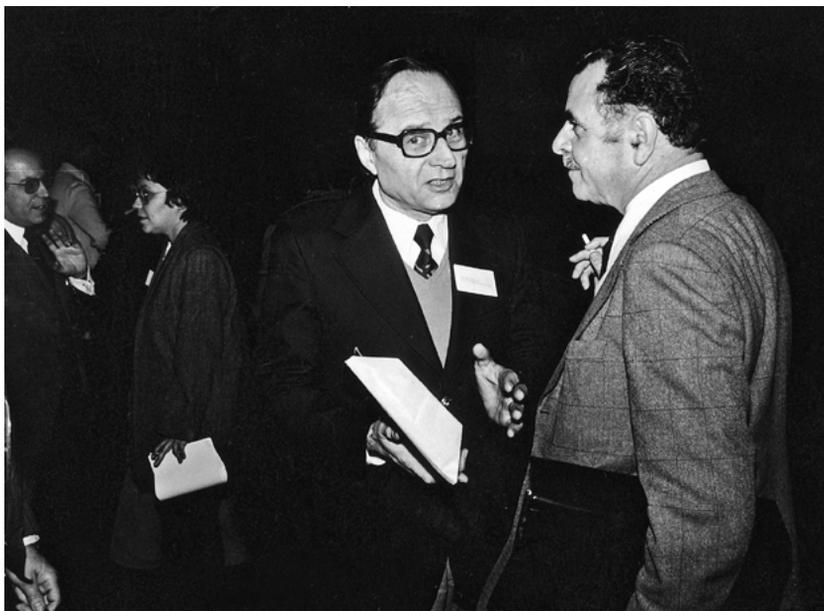
Conferência sobre “Profilaxia e bibliotecas” no Club dos Fenianos, Porto, 1955?
(Nota manuscrita por V. Sá: *Esta conferência foi proibida pela PIDE, mas realizou-se por empenhamento e comprometimento pessoal do Dr. Coelho Magalhães (presidente da Liga de Profilaxia Social), não obstante a presença dos “seus homens” que o director da PIDE para lá mandou, com instruções para encerrar a sessão (o que não se verificou).*)

Foto Teófilo Rego (BPB/V.SÁ)



Colóquio sobre a reforma do ensino, organizado por democratas do distrito de Braga, no salão nobre da Biblioteca Pública de Braga, 13 Mar. 1971. Na mesa, Humberto Soeiro, Agostinho Silva, Victor de Sá no uso da palavra, A. Álvaro Dória e Egídio Guimarães (Director da BPADB)

Foto Studio, Braga (BPB/V.SÁ)



Com o Prof. George Boisvert, um dos seus mestres, no colóquio sobre “O Liberalismo na Península Ibérica”, Lisboa, 1981. (BPB/V.SÁ)

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA DE VICTOR DE SÁ*

Manuela Barreto Nunes

1. Colaboração em publicações periódicas

1.1. Pensamento e acção (1937-1944)

Ceuta! «Correio do Minho», Braga, 30 Out. 1937, p. 3.

Glória académica. «Correio do Minho», Braga, 21 Nov. 1937, p. 1.

Noite gloriosa das capas negras. «Correio do Minho», Braga, 11 Dez. 1937, p. 3.

Sacrifício pátrio. «Correio do Minho», Braga, 19 Jan. 1938, p.3.

Os Centenários em Braga. «Diário do Minho», Braga, 20 Jan.1939, p. 2.

Camões estudante. «Correio do Minho», Braga, 10 Jun. 1938, p. 1.

Clichés sonoros da praia. «Comércio da Póvoa de Varzim», Póvoa de Varzim, 14 Ago. 1938; 27 Ago. 1938; 3 Set. 1938.

Comemorações centenárias. «Correio do Minho», Braga, 19 Nov. 1938, p. 1.

Estudantes em acção... «Diário do Minho», Braga, 15 Jan. 1939, p. 4.

Como se resolvia o problema da entrada de menores em cinemas na opinião de um leigo. «Correio do Minho», Braga, 19 Maio 1939, p. 3.

Crónica da Póvoa. «Diário do Minho», Braga, 13 Set. 1939, p.2.

* Publicada originalmente em *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, 21-51, sendo actualizada com as referências relativas ao período 1991-2004.

- Crónica da Póvoa de Varzim.* «Diário do Minho», Braga, 20 Set. 1939, p. 2; 24 Set. 1939, p. 3; 1 Out. 1939, p. 4.
- A Bem da dignidade dos bracarenses!: línguas sujas.* «Diário do Minho», Braga, 28 Out. 1939, p. 1, 4.
- Barão de S. Lázaro: incansável trabalhador dará na récita do primeiro de Dezembro mais uma prova do seu brilhante talento.* «Diário do Minho», Braga, 10 Nov. 1939, p. 1, 4.
- Vai ressurgir a Academia de Braga.* «Diário do Minho», Braga, 10 Nov. 1939, p. 1, 4.
- Entrevista ao presidente da Academia do Liceu Nacional Sá de Miranda, Braga: grandes preparativos para uma grande récita: o que vimos e ouvimos.* «Diário do Minho», Braga, 26 Nov. 1939, p. 1, 4.
- O Dia da cultura nacional: uma iniciativa que não pode morrer.* «Diário do Minho», Braga, 13 Jan. 1940, p. 4.
- Mocidade mártir.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 10 Mar. 1940, p. 2 [i. é 4]. (Discurso que deveria proferir na inauguração da Sala Cultural Académica do Liceu Nacional Sá de Miranda, Braga.)
- As Vespas: o que são e o que valem para o homem.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 31 Mar. 1940, p. 4.
- O Inventor da imprensa.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 12 Maio 1940, p. 4.
- A Influência da imprensa no progresso da humanidade.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 4 Ago. 1940, p. 4.
- O Livro anteriormente à tipografia.* «Mocidade», Ponte de Sôr, 18 Ago. 1940, p. 3.
- As Colectividades de recreio e de desporto perante o problema da Instrução popular.* «Diário do Minho», Braga, 7 Set. 1940, p. 1, 4.
- Introdução da tipografia em Portugal.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 22 Set. 1940, p. 3, 4.
- Considerações sobre a actividade intelectual e cultural em Braga.* «Diário do Minho», Braga, 4 Out. 1940, p. 1.
- Preparar os homens de amanhã!: efectuou-se ontem a abertura solene do novo ano escolar do Liceu Sá de Miranda.* «Diário do Minho», Braga, 10 Out. 1940, p. 1, 4.

- A Maravilha das maravilhas: o homem perante o infinitamente grande e o infinitamente pequeno.* «Maria da Fonte», Póvoa de Lanhoso, 13 Out. 1940, p. 1.
- O Pólo Sul e Charcot.* «Mocidade», Ponte de Sôr, 10 Nov. 1940, p. 3.
- O Pensamento de Descartes o genial fundador da filosofia moderna.* «Maria da Fonte», Póvoa de Lanhoso, Nov. 1940, p. 1.
- Tolstoi e a «Sonata de Kreutzer».* «Mocidade», Ponte de Sôr, 8 Dez. 1940, p. 2.
- A Segunda expedição de Charcot ao Pólo Sul.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 15 Dez. 1940, p. 2.
- O Ateneu Comercial e a sua nova fase de vida.* «Diário do Minho», Braga, 18 Dez. 1940, p. 1.
- Considerações a propósito do actual Congresso Nacional das colectividades populares de educação, recreio e desporto.* «Diário do Minho», Braga, 24 Dez. 1940, p. 1.
- A Propósito da reabertura das Escolas Normais.* «Diário do Minho», Braga, 29 Dez. 1940, p. 4.
- Considerações pedagógicas.* «Diário do Minho», Braga, 10 Jan. 1941, p. 4.
- Introdução da tipografia em Portugal: Braga foi a primeira cidade que a possuiu.* «Diário do Minho», Braga, 12 Jan. 1941, p. 2.
- Um Biógrafo ilustre.* «Maria da Fonte», Póvoa de Lanhoso, 12 Jan. 1941, p. 2.
- Zola.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 19 Jan. 1941, p. 4.
- António Vieira, E. Zola e as minas.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 2 Fev. 1941, p. 4.
- Cultura popular.* «Maria da Fonte» Póvoa de Lanhoso, 2 Fev. 1941, p. 2; 16 Fev. 1941, p. 2.
- «O Crime do Padre Amaro» e o realismo.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 16 Fev. 1941, p. 2.
- Educação e ensino: o problema da infância.* «Diário do Minho», Braga, 1 Mar. 1941, p. 4.
- As Biografias de Agostinho da Silva.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 9 Mar. 1941, p. 2; 16 Mar. 1941, p. 4.

- A Mocidade de Antero: apontamentos coligidos para um ensaio biográfico.*
«Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 20 Abr. 1941, p. 3,4; 27 Abr. 1941, p. 2.
- Educar: conceito e processo de educação.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 11 Maio 1941, p. 4.
- O Exemplo do Padre António Vieira.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 20 Jul. 1941, p. 4.
- Ensino liceal.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 3 Ago. 1941, p. 4.
- A Mulher.* «Jornal de Ílhavo», Ílhavo, 10 Ago. 1941, p. 1 (Editorial).
- O Valor educativo das biografias.* «Ecos do Sul», Vila Real de Santo António, 11 Dez. 1941, p. 1 (Editorial).
- Mocidade dramática: a luta pela vida.* «Ecos do Sul», Vila Real de Santo António, 11 Jan. 1942, p. 1,3 (Editorial).
- A Dualidade do conceito de história.* «Ecos do Sul», Vila Real de Santo António, 25 Jan. 1942, p. 1 (Editorial).
- Crónica de Braga.* «Correio do Minho», Braga, 31 Ago. 1942, p.2.
- Eça de Queiroz: temperamento artístico único - mas uma consciência moral imperfeita.* «Ecos do Sul», Vila Real de Santo António, 6 Set. 1942, p. 2, 3.
- Um Poeta do nosso tempo: Álvaro Feijó.* «Ecos do Sul», Vila Real de Santo António, 22 Abr. 1943, p. 2.
- «*A Criança nas relações com o adulto*», de Mário Sacramento. «Independência de Águeda», Águeda, 14 Ago. 1943, p. 1.
- Do Mal, suas causas e seus remédios.* «Ecos do Sul», Vila Real de Santo António, 31 Jan. 1944, p.2.

1.2. Infância jornalística (1938-1940)

- O Fim das aulas.* «Correio do Minho», Braga, 18 Jun. 1938, p.2.
- O S. João à porta...* «Correio do Minho», Braga, 19 Jun. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Os Últimos preparativos...* «Correio do Minho», Braga, 21 Jun. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Incêndios.* «Correio do Minho», Braga, 23 Jun. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).

- Paraíso terrestre...* «Correio do Minho», Braga, 23 Jun. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Chegou o Verão.* «Correio do Minho», Braga, 26 Jun. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- O Soldado.* «Correio do Minho», Braga, 29 Jun. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- A Rua do Souto ao meio dia.* «Correio do Minho», Braga, 30 Jun. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Gralhas.* «Correio do Minho», Braga, 1 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Enquanto é «trégua»...* «Correio do Minho», Braga, 5 Jul.1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Onde toca a música, Zéquinba?* «Correio do Minho», Braga, 6 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Que lástima!...* «Correio do Minho», Braga, 9 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Música na Avenida.* «Correio do Minho», Braga, 10 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Um Alvitre.* «Correio do Minho», Braga, 12 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Acerca dos festivais do Parque da Ponte.* «Correio do Minho», Braga, 13 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Ainda sobre os festivais do Parque da Ponte.* «Correio do Minho», Braga,14 Jul.1938, p.2 (Crónica «Da cidade»).
- O Festival do Parque da Ponte: muitos números de grande atracção.* «Correio do Minho», Braga, 15 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- A Festa do Aero-Club nos jardins da sua sede constituiu uma reunião elegante e brilhantíssima.* «Correio do Minho», Braga, 17 Jul. 1938, p. 3.
- Origens «malignas»...* «Correio do Minho», Braga, 21 Jul. 1938, p. 2.
- «Enquanto esperam... »* «Correio do Minho», Braga, 24 Jul.1938, p. 2. (Crónica «Da cidade»).
- Excursões... pouco sensatas.* «Correio do Minho», Braga, 26 Jul. 1938, p. 2.
- Uma Enfermaria... encantadora.* «Correio do Minho», Braga, 27 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).

- Um Esclarecimento...* «Correio do Minho», Braga, 29 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Coisas do vinho...* «Correio do Minho», Braga, 30 Jul. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Antes prevenir...* «Correio do Minho», Braga, 7 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Pede-se um bocadinho de educação...* «Correio do Minho», Braga, 8 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Soma e segue...* «Correio do Minho», Braga, 9 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Brio, educação e dignidade.* «Correio do Minho», Braga, 13 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- A Bem de Braga!* «Correio do Minho», Braga, 14 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- A Eterna insatisfação dos homens.* «Correio do Minho», Braga, 15 Set. 1938, p. 2. (Crónica «Da cidade»).
- Que boa espiga!...* «Correio do Minho», Braga, 16 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Por causa de um rato...* «Correio do Minho», Braga, 17 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Ironias...* «Correio do Minho», Braga, 23 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Telefones públicos.* «Correio do Minho», Braga, 24 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Porque frequentamos a Arcada?* «Correio do Minho», Braga, 29 Set. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Dar nas vistas... Hora legal.* «Correio do Minho», Braga, 2 Out. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Através da crítica... : Tarakanova: um filme excelente. Anné Vernay: uma vedeta jovem e encantadora.* «Correio do Minho», Braga, 9 Out. 1938, p. 1, 3.
- Uma Estrela no céu de Adaúfe...* «Correio do Minho», Braga, 9 Out. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).

- Nova vida cidadina.* «Correio do Minho», Braga, 11 Out. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Recomeçando... espirros masculinos... Como se enchem cérebros ocos...* «Correio do Minho», Braga, 12 Out. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- A Volta do concurso infantil do «Correio do Minho».* «Correio do Minho», Braga, 27 Out. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Braga nas comemorações centenárias.* «Correio do Minho», Braga, 8 Nov. 1938, p.2 (Crónica «Da cidade»).
- Avenida Marechal Gomes da Costa.* «Correio do Minho», Braga, 12 Nov. 1938, p.2 (Crónica «Da cidade»).
- Prossigamos, que é por bem.* «Correio do Minho», Braga, 13 Nov. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Os Nossos dias...* «Correio do Minho», Braga, 25 Nov. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- À Volta das críticas à recita académica do 1º de Dezembro: pontos nos ii.* «Diário do Minho», Braga, 4 Dez. 1938, p. 2.
- Voltando à fala.* «Correio do Minho», Braga, 18 Dez 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Uma História com 37 mulheres.* «Correio do Minho», Braga, 20 Dez. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- O Caso do estudante «chumbado».* «Correio do Minho», Braga, 21 Dez. 1938, p. 2.
- Pois é verdade... mais histórias.* «Correio do Minho», Braga, 23 Dez. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Izabelita com 50\$00!.* «Correio do Minho», Braga, 24 Dez. 1938, p. 2. (Crónica «Da cidade»).
- O Epílogo de duas imprevidências.* «Correio do Minho», Braga, 28 Dez. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- As Montras da cidade.* «Correio do Minho», Braga, 30 Dez. 1938, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Algumas missões árduas de graça de proveito público.* «Correio do Minho», Braga, 31 Dez. 1938, p. 2.
- Mudança de ano.* «Correio do Minho», Braga, 1 Jan. 1939, p.2.

- O Natal e os comerciantes.* «Correio do Minho», Braga, 4 Jan. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- A Academia de Braga.* «Correio do Minho», Braga, 15 Jan. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Balanço trágico-cómico.* «Correio do Minho», Braga, 20 Jan. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Uma Idéa (ideia) que auxilia os artistas.* «Correio do Minho», Braga, 21 Jan. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Defendendo a arte e o trabalho.* «Correio do Minho», Braga, 22 Jan. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Como a Casa Eden comemorou o seu 1º aniversário.* «Correio do Minho», Braga, 24 Jan. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Fazer bem: um exemplo que todos devem seguir.* «Correio do Minho», Braga, 25 Jan. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- O Carnaval.* «Correio do Minho», Braga, 19 Fev. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- A Abrir...* «Correio do Minho», Braga, 3 Abr. 1939, p. 2 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- A Festa* «Correio do Minho». «Correio do Minho», Braga, 5 Abr. 1939, p. 2 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- Panos pretos... João Penha. O Sr. Américo.* «Correio do Minho», Braga, 8 Abr. 1939, p. 2 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- Festas. Os ourives em revolução... Outra vez o Sr. Américo...* «Correio do Minho», Braga, 9 Abr. 1939, p. 2 (Crónica «Pétalas...e farpas»).
- A Venda do capacete: um dever.* «Correio do Minho», Braga, 11 Abr. 1939, p. 2 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- Falta de limpeza. Cuspilhar. De manhã: lixo e caixotes velhos.* «Correio do Minho», Braga, 12 Abr. 1939, p. 2 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- Cautela!* «Correio do Minho», Braga, 14 Abr. 1939, p. 2 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- Relógio enganador de meninos. É assim mesmo.* «Correio do Minho», Braga, 15 Abr. 1939, p. (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- «*Cedemos hoje a palavra a um estrangeiro...*». «Correio do Minho», Braga, 20 Abr.1939, p. 2 (Crónica «Pétalas... e farpas»).

- «!Alló!... ». *Alto-falantes*. «Correio do Minho», Braga, 22 Abr. 1939, p. 3 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- A Desfazer um engano...* «Correio do Minho», Braga, 23 Abr. 1939, p. 3 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- As Sessões radiofónicas na avenida. O monumento aos mortos da Grande Guerra. Campo da Vinha: uma vergonha.* «Correio do Minho», Braga, 28 Abr. 1939, p. 3 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- A Academia e os centenários.* «Correio do Minho», Braga, 29 Abr. 1939, p. 3 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- «*Temos muitos outros afazeres de importância*». «Correio do Minho», Braga, 18 Maio 1939, p.3 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- S. Excia. Rev.ma D. João Cândido de Novais., diz-nos da dedicação dos bracarense à sua instituição, da récita de 2 de Jun. próximo e da colaboração valiosa para esse espectáculo brilhante.* «Correio do Minho», Braga, 21 Maio 1939, p. 1, 4.
- Alívio!*. «Correio do Minho», Braga, 27 Maio 1939, p. 3 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- Orfeão militar. Chuva a cântaros. Espectáculo de gala.* «Correio do Minho», Braga, 3 Jun. 1939, p.3 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- Camões.* «Correio do Minho», Braga, 10 Jun. 1939, p. 3 (Crónica «Pétalas... e farpas»).
- A Avenida à noite.* «Correio do Minho», Braga, 17 Jun. 1939, p. 2 (Crónica «Da cidade»).
- Uma Impressão da «Varanda dos Rouxinóis».* «Diário do Minho», Braga, 12 Jan. 1940, p.3.

1.3. Retalhos: crónica semanal (1941-1942)

- Retalhos.* «Maria da Fonte», Póvoa de Lanhoso, 9 Mar. 1941, p. 1; 16 Mar. 1941, p.1; 23 Mar. 1941, p. 1; 30 Mar. 1941, p. 1; 6 Abr. 1941, p. 2; 20 Abr. 1941, p. 1; 27 Abr. 1941, p. 1; 4 Maio 1941, p. 1; 11 Maio 1941, p. 1; 18 Maio 1941, p. 1; 15 Jun. 1941, p. 1; 22 Jun. 1941, p. 1; 29 Jun. 1941, p. 1; 6 Jul. 1941, p. 1; 13 Jul. 1941, p. 1; 20 Jul. 1941, p. 1; 27 Jul. 1941, p. 1; 17 Ago. 1941, p. 1; 24 Ago. 1941, p.

1; 14 Set. 1941, p. 1; 21 Set. 1941, p. 1; 5 Out. 1941, p. 1; 12 Out. 1941, p. 1; 19 Out. 1941, p. 1; 26 Out. 1941, p. 2; 16 Nov. 1941, p. 1; 23 Nov. 1941, p. 1; 30 Nov. 1941, p. 1; 7 Dez. 1941, p. 1; 14 Dez. 1941, p. 1; 21 Dez. 1941, p. 1; 28 Dez. 1941, p. 1; 4 Jan. 1942, p. 1; 18 Jan. 1942, p. 1; 25 Jan. 1942, p. 1; 1 Fev. 1942, p. 1; 8 Fev. 1942, p. 1; 15 Fev. 1942, p. 1; 1 Mar. 1942, p. 1; 15 Mar. 1942, p. 1; 22 Mar. 1942, p. 1; 26 Abr. 1942, p. 1; 24 Maio 1942, p. 1; 14 Jun. 1942, p. 1; 28 Jun. 1942, p. 1.; 23 Ago. 1942, p. 1. Cortados pela censura: 9 Mar. 1941; 6 Jul. 1941; 23 Nov. 1941.

Retalhos. «Gazeta do Sul», Montijo, 15 Fev. 1942, p. 3 (Transcrição de «Maria da Fonte», Póvoa de Lanhoso, 1 Fev. 1942).

1.4. Testemunhos de um tempo de mudança (1974-1975)

Homenagem às Forças Armadas. «Correio do Minho», Braga, 3 Maio 1974, p. 1, 4.

O 1º de Maio: um plebiscito. «Correio do Minho», Braga, 4 Maio 1974, p. 1.

Corrupção. «Correio do Minho», Braga, 9 Maio 1974, p. 1.

Vigilância. «Correio do Minho», Braga, 10 Maio 1974, p. 1.

Unidade. «Correio do Minho», Braga, 11 Maio 1974, p. 1.

Distinção necessária. «Correio do Minho», Braga, 14 Maio 1974, p. 1.

Não ao caos económico. «Correio do Minho», Braga, 17 de Maio 1974, p. 1.

Sim às reivindicações justas. Não às chantagens ilícitas. «Correio do Minho», Braga, 24 Maio 1974, p. 1.

Boas perspectivas de expansão económica. «Correio do Minho», Braga, 26 Maio 1974, p. 1.

O Nosso combate. «Correio do Minho», Braga, 28 Maio 1974, p. 1.

Quem não deve não teme. «Correio do Minho», Braga, 30 Maio 1974, p. 1.

Despedimentos. «Correio do Minho», Braga, 1 Jun. 1974, p. 1.

Razões de uma força e da força da reacção. «Correio do Minho», Braga, 5 Jun. 1974, p. 1.

Uma Herança caótica. «Correio do Minho», Braga, 9 Jun. 1974, p. 1,4.

Administração interna: continuamos na «Democracia orgânica»? «Correio do Minho», Braga, 15 Jun. 1974, p. 1.

- Convivência internacional.* «Correio do Minho», Braga, 16 Jun. 1974, p. 1.
- Convivência e responsabilidade.* «Correio do Minho», Braga, 28 Jun. 1974, p. 1, 4.
- Os Intelectuais e os problemas de Portugal em África.* «o Planalto», Nova Lisboa, 29 Jun. 1974, p. 1 (Depoimento).
- Eleições no Outono.* «Correio do Minho», Braga, 2 Jul. 1974, p. 1.
- O Movimento em marcha.* «Correio do Minho», Braga, 10 Jul. 1974, p. 1.
- Clarificação.* «Correio do Minho», Braga, 11 Jul. 1974, p. 1.
- O Segundo 25 de Abril.* «Correio do Minho», Braga, 16 Jul. 1974, p. 1.
- O Momento político.* «Correio do Minho», Braga, 17 Jul. 1974, p. 1.
- Assumir responsabilidades.* «Correio do Minho», Braga, 20 Jul. 1974, p. 1, 4.
- A Missão da imprensa na hora actual.* «Correio do Minho», Braga, 23 Jul. 1974, p. 1,4.
- O 25 de Abril vai agora chegar à província?* «Correio do Minho», Braga, 24 Jul. 1974, p. 1,4.
- Política de autenticidade.* «Correio do Minho», Braga, 30 Jul. 1974, p. 1,4.
- Penitência da Igreja bracarense: «Te Deum» pelo 25 de Abril?* «Correio do Minho», Braga, 3 Ago. 1974, p. 1.
- Ausência de poder (na província).* «Correio do Minho», Braga, 9 Ago. 1974, p. 1.
- O Segundo Governo Provisório apostado em «levar a carta a Garcia».* «Correio do Minho», Braga, 29 Ago. 1974, p. 1.
- Um Ensino de história para a compreensão da actualidade portuguesa.* «Correio do Minho», Braga, 1 Nov. 1974, p. 1; 3 Nov. 1974, p. 1, 4; 5 Nov. 1974, p. 1.
- A Personalidade política do professor Egas Moniz.* «Correio do Minho», Braga, 27 Nov. 1974, p. 1,4; 28 Nov. 1974, p. 1,4; 29 Nov. 1974, p. 1,4; 30 Nov. 1974, p. 1,4.
- «Correio do Minho» na hora da verdade.* «Correio do Minho», Braga, 22 Dez. 1974, p.1,4.
- Socialistas de aviário.* «Correio do Minho», Braga, 7 Jan. 1975, p. 1.
- Quem emperra a máquina do Estado?* «Correio do Minho», Braga, 9 Jan. 1975, p. 1.

- Os Intelectuais e a situação política.* «Correio do Minho», Braga, 15 Jan. 1975, p. 1.
- Da Ponta de Sagres partiram as caravelas e relativamente, perto terminou para sempre o vergonhoso colonialismo em África.* «Correio do Minho», Braga, 17 Jan. 1975, p. 1.
- A Hora que vivemos.* «Correio do Minho», Braga, 22 Jan. 1975, p. 1; 23 Jan. 1975, p. 1.
- Problemática da Universidade do Minho.* «Correio do Minho», Braga, 29 Jan. 1975, p. 1,4.
- Necessidade de estabelecimento de uma estratégia anti-obscurantista.* «Correio do Minho», Braga, 30 Mar. 1975, p. 1,4.

1.5. Cultura e sociedade (1946-2016)

- Três anos de actividade da Biblioteca Móvel: resultados de um inquérito.* «Vértice», Coimbra, 2 (27/30) Mar. 1946, p. 75-77.
- A Anarquia da nossa produção literária.* «Informação Literária», Coimbra, Abr.1946, p. 135-137.
- A Tragédia cultural do homem vulgar.* «Gazeta de Coimbra», Coimbra, 4 Jul. 1946,p. 3.
- Da Acessibilidade das leituras.* «Mundo Literário», Lisboa, 18, 21 Set. 1946, p. [2]; 27, 9 Nov. 1946, p. 6; 32, 14 Dez. 1946, p. 6; 47,29 Mar. 1947, p. 7, 15.
- O Moderno espírito das bibliotecas.* «Vértice», Coimbra, 3 (44), Fev.-Mar. 1947, p.293-295.
- O Analfabetismo e o problema do livro.* «República», Lisboa, 30 Out. 1952, p. 1.
- O Sentido moderno do conceito de biblioteca.* «Jornal de Notícias», Porto, 19 Abr.1953, p. 7.
- A Crítica como factor selectivo de leituras.* «Jornal de Notícias», Porto, 17 Maio 1953, p.7.
- A Função das bibliotecas.* «Jornal de Notícias», Porto, 14 Jun. 1953, p. 7.
- A Geografia humana.* «Vértice», Coimbra, 13 (121), Set. 1953, p. 547-551.

- Liga Nacional dos Escritores.* «Jornal de Notícias» Porto 29 Nov. 1953, p. 7, il.
- Extensão cultural: cidade e província.* «Jornal de Notícias» Porto, 16 Abr. 1954, p. 7.
- Ainda à volta da estátua a Francisco Sanches.* «O Comércio do Porto», Porto, 23 Abr. 1954, p. 5.
- Cidade e província.* «Jornal de Lousada», Lousada, 24 Abr. 1954, p. 4 (Excerto de artigo publicado no Jornal de Notícias de 16 de Abril de 1954, p. 7).
- Problemas concretos da cultura: a UNESCO.* «Jornal de Notícias», Porto, 4 Jun. 1954, p. 7; 18 Jun. 1954, p. 6; 9 Jul. 1954, p. 7.
- O Valor social da biblioteca.* «Comércio da Póvoa de Varzim» Póvoa de Varzim, 10 Jul. 1954, p. 4, il.
- O Que é uma biblioteca moderna.* «Comércio da Póvoa de Varzim», Póvoa de Varzim, 7 Ago. 1954, p. 3, 4, il.
- Um inquérito necessário.* «Correio do Minho», Braga, 5 Mar. 1955, p. 1,4; 6 Mar. 1955, p. 1, 3; 8 Mar. 1955, p. 1, 3; 10 Mar. 1955, p. 3; 11 Mar. 1955, p. 1,3; 12 Mar. 1955, p. 1,3; 13 Mar. 1955, p. 1,4; 15 Mar. 1955, p. 1,3; 16 Mar. 1955, p.1,4; 17 Mar. 1955, p. 1,3; 18 Mar. 1955, p. 1,3; 19 Mar. 1955, p. 1, 3; 20 Mar. 1955, p. 1,3; 22 Mar. 1955, p. 1,3; 23 Mar. 1955, p. 1,4; 24 Mar. 1955, p. 1,3; 25 Mar. 1955, p. 1,3; 26 Mar. 1955, p. 1,3; 27 Mar. 1955, p. 1,3; 30 Mar. 1955, p. 1,3; 31 Mar. 1955, p. 1,4; 1 Abr. 1955, p. 1,3; 2 Abr. 1955, p. 1,2; 5 Abr. 1955, p. 1,3; 6 Abr. 1955, p. 1, 4; 7 Abr. 1955, p. 1,3; 8 Abr. 1955, p. 1,3; 9 Abr. 1955, p. 1, 3; 10 Abr. 1955, p. 1,3; 12 Abr. 1955, p. 1,3; 13 Abr. 1955, p. 1,4; 14 Abr. 1955, p. 1,3; 15 Abr. 1955, p. 1,4; 16 Abr. 1955, p. 1,4; 17 Abr. 1955, p. 1,4; 19 Abr. 1955, p. 1,4; 21 Abr. 1955, p. 1, 3; 23 Abr. 1955; 3 Jun. 1955, p. 1,3; 5 Jun. 1955, p. 1,3; 9 Jun. 1955, p. 1,3; 12 Jun. 1955, p. 1,3; 15 Jun. 1955, p. 1,3; 17 Jun. 1955, p. 1, 3; 18 Jun. 1955, p. 1,4.
- Por um conceito concreto de cultura.* «Jornal de Notícias», Porto, 11 Mar. 1955, p. 7.
- O Problema das bibliotecas públicas.* «Jornal de Notícias», Porto, 25 Mar. 1955, p. 7.

- A Importância social duma associação de escritores em Portugal.* «Itinerário, Arte e Divulgação», Lourenço Marques, Out. 1955, p. 2, 15.
- A Língua portuguesa e a produção editorial.* «Jornal de Notícias», Porto, 4 Nov.1955, p.7.
- Homenagem ao saudoso Dr. Custódio Silva.* «Maria da Fonte», Póvoa de Lanhoso, 12 Fev. 1956, p. 1.
- Atenção ao ensino primário.* «A Província», Montijo, 4 Out. 1956, p. 1,4; «Notícias do Algarve», Vila Real de Santo António, 17 Mar. 1957, p. 1,4.
- Presença da juventude.* «Notícias do Algarve», Vila Real de Santo António, 14 Abr.1957, p. 1,4.
- Eça de Queiróz: temperamento artístico único, mas consciência moral imperfeita.* «A Província», Montijo, 8 Ago. 1957, p. 1, 4.
- No Dealbar dum novo ano lectivo: ensino primário em Portugal.* «República», Lis- boa, 23 Set. 1958, p. 1, 9.
- Aspectos da vida dos professores.* «República», Lisboa, 30 Out. 1958, p. 1, 8.
- A Cultura como pressuposto do fomento económico.* «República», Lisboa, 13 Nov. 1958, p. 1, 2.
- Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 17 Nov. 1958, p. 7.
- Cultura e orçamento.* «O Comércio do Porto», Porto, 27 Jan. 1959, p. 5.
- Idealismos e realidades.* «Seara Nova», Lisboa, 37 (1360), Fev. 1959, p. 41.
- Immanentismo e transcendentalismo na vida social.* «O Comércio do Porto», Porto, 24 Mar. 1959, p.5,6.
- As Bibliotecas móveis e os escritores.* «O Comércio do Porto», Porto, 26 Maio 1959,p. 5.
- Da Necessidade da extensão bibliotecária.* «Nossa Terra», Cascais, 11 Jul. 1959.
- Fazer ou não fazer: eis a questão!.* «SEN- Sociedade Editorial Norte», Porto, 19 Nov. 1959, p. 5; «Gazeta Regional», Rio Maior, 29 Abr. 1961, p. 1, 2.
- Necessidade de uma editora nacional.* «O Comércio do Porto» Porto, 26 Jan. 1960, p. 5.

- Atenção ao ensino primário.* «Desforço», Fafe, 23 Jun. 1960, p. 1, 2; 22 Dez. 1960, p. 1, 2.
- Cultura e democracia.* «Vértice», Coimbra, 20 (202/203), Ago. 1960, p. 385-388.
- Apontamentos para a história da cultura: a obra cultural dos portugueses no exílio em diferentes épocas da história.* «República», Lisboa, 11 Jan. 1961, p. 2.
- Aquilino Ribeiro, gigante da literatura portuguesa.* «Desforço», Fafe, 12 Jan. 1961, p. 1, 2; «Gazeta Regional», Rio Maior, 13 Maio 1961, p. 6, 2.
- De Marcelino de Matos a A. P. Lopes de Mendonça.* «Seara Nova», Lisboa, 37 (1387-88), Maio/Jun. 1961, p. 102-103 (115).
- A Crítica como pedagogia social.* «Vértice», Coimbra 21 (218/219) Nov.-Dez. 1961, p. 663-668.
- A Instrução pública: problema central do nosso tempo.* «Rio Maiorense», Rio Maior, 24 Fev. 1962, p. 1, 5.
- Crise de cultura.* «O Comércio do Porto», Porto, 13 Mar. 1962, p. 5; «Jornal de Letras», Rio de Janeiro, Maio 1962.
- Portugal prolonga-se na sua juventude.* «República», Lisboa 7 Abr. 1962, p. 4, il.
- O Congresso da Comunidade Europeia de Escritores.* «Seara Nova», Lisboa, 40 (1398), Abr. 1962, p. 75-76, il.
- Um Livro e um significado.* «Jornal de Letras e Artes», Lisboa 30 Jan. 1963, p. 15.
- O Neo-realismo no surto da actual ensaística portuguesa.* «Vértice», Coimbra, 23 (234/236) Mar. 1963, p. 238-243.
- Homenagem a Sérgio.* «Seara Nova», Lisboa, 44 (1441), Nov. 1965, p. 329-330.
- O Que é uma biblioteca.* «Notícias de Guimarães» Guimarães 29 Maio 1966, p. 1.
- Saudemos o progresso das bibliotecas de extensão popular.* «Notícias de Guimarães», Guimarães, 2 Out. 1966, p. 1, 2.
- Implicações políticas dos problemas da cultura portuguesa.* «A Capital», Lisboa, 29 Set. 1969, p. 3,6.

- As Universidades Populares da «Renascença Portuguesa».* «O Comércio do Porto», Porto, 12 Maio 1970, p. 16, il.
- A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga.* «O Comércio do Porto», Porto, 11 Maio 1971, p.16.
- Tomaz da Fonseca: evocação de um apóstolo da pedagogia social.* «Fronteira», Porto, 1(1), Jan. 1978, p. 110-117.
- Reencontro com Bento de Jesus Caraça.* «Fronteira», Porto, 1(4) Out. 1978, p. 89-96.
- Alexandre Herculano, Bento de Jesus Caraça: reforma de ensino, reforma de mentalidade.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 23 Nov. 1978, p. 3, 4.
- António Sérgio no assalto à «Ilha da purificação»: 1913-1914.* «Fronteira», Porto, 2(5) Jan.-Mar. 1979, p. 29-40.
- Sérgio: que nação somos, que poderemos ser?* «Vértice», Coimbra, 39 (418/419) Mar.-Abr. 1979, p. 153-159.
- Que Projecto cultural?* «O Diário», Lisboa, 23 Jan. 1981, p. 3.
- Escola libertadora.* «Portugal Hoje», Lisboa, 12 Fev. 1981.
- António Ramos de Almeida: relembando o neo-realista do Porto.* «Norte Popular», Porto, 3 Nov. 1983, p. 15.
- Como conheci Tomaz da Fonseca.* «Jornal de Letras», Lisboa, 16 Abr. 1985, p. 8, il.
- Memória de uma geração decapitada: evocar Mário de Castro.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 24 Dez. 1985, p. 2, il; 26 Dez. 1985, p. 2, il; 27 Dez. 1985, p. 4; 30 Dez. 1985, p. 5.
- Teatro em Braga.* «O Pioneiro», Braga, 29 Mar. 1986, p. 5.
- Recuperar o pintor à sua terra.* «Correio do Minho», Braga, 14 Jun. 1989, p. 5.
- António Álvaro Dória, escritor bracarense.* «Correio do Minho», Braga, 25 Set.1990, p. 5.
- A Biblioteca Geral Lusófona na encruzilhada para o futuro.* «O Comércio de Vila do Conde», Vila do Conde, Jan. 1996, sup. «Facho», 132, p. 1-3
- Apostilas à biografia.* «Forum», Braga, 51, 2016, p. 41-68 (nota explicativa de Henrique Barreto Nunes)

1.6. A responsabilidade do historiador (1954-1999)

- Herculano e a constituição da nacionalidade.* «Jornal de Notícias», Porto, 3 Set.1954, p. 6; 17 Set. 1954, p. 6, il.; 24 Set. 1954, p. 7, il.; 1 Out. 1954, p. 6.
- Garrett, deputado pela inteligência.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 9 Dez. 1954, p. 6, 7.
- «Vencidos da vida» ou geração edificante?* «Jornal de Notícias», Porto, 26 Ago.1955, p. 7, il.
- A Tradição do Anjo (Póvoa de Varzim).* «Boletim do Rotary Club de Braga», Braga, 30 Jul. 1956, p. 1236-1239.
- Para a história do constitucionalismo: Pedro de Amorim Viana e os preconceitos eleitorais.* «Seara Nova», Lisboa, 36(1345-46) Dez. 1957, p. 234-237.
- Dificuldade sobre Sampaio Bruno.* «O Primeiro de Janeiro» Porto, 26 Nov. 1958,p. 3.
- Um «Pensador atlético» no burgo portuense de há 100 anos: Amorim Viana.* «Gazeta Literária», Porto, 6(75/76) Nov.-Dez. 1958, p. 124-125.
- Dificuldade sobre Sampaio Bruno.* «Voz de Portugal», Rio de Janeiro, 28 Dez. 1958,p. 5, il.
- No Centenário de Sampaio Bruno: antologia preambular.* «Independência de Águeda», Águeda, 7 Fev. 1959, p. 1, 2.
- Sobre o carácter do socialismo de Antero de Quental.* «República», Lisboa, 14 Fev.1959, p. 1, 2.
- Em Busca duma perspectiva da cultura em Portugal no séc. XIX.* «O Comércio do Porto», Porto, 11 Ago. 1959, p. 6.
- O Sebastianismo ou o messianismo lusitano.* «O Comércio do Porto», Porto, 13 Out. 1959, p. 5.
- Alexandre Vieira e o Movimento Social Português.* «Terra Minhota», Monção, 5 Dez. 1959, p. 1, 5.
- Augusto Navarro.* «Bandarra», Porto, 8(77) Jan. 1960, p. 33.
- Saint-Simon e Amorim Viana: reflexos num pensador português do pensamento sociológico de Saint-Simon.* «Vértice», Coimbra, 20(196/197) Fev. 1960, p. 34-44.

- Reflexos em Portugal duma célebre polémica económico-social de meados do século XIX.* «Seara Nova», Lisboa, 38(1374) Abr. 1960, p. 103-105.
- Perspectiva sociológica para a compreensão de Amorim Viana.* «O Comércio do Porto», Porto, 16 Maio 1960, p. 5.
- Uma crítica portuguesa oitocentista ao socialismo utópico de Fourier.* «Vértice», Coimbra, 20(200) Maio 1960, p. 247-254.
- Para a história das ideias económicas sociais em Portugal: 3 atitudes oitocentistas perante a economia política e Bastiat (Oliveira Pinto, Rodrigues de Freitas, Frederico Laranjo).* «O Comércio do Porto», Porto, 23 Ago. 1960, p. 5.
- Ramalho e a dialéctica das gerações.* «Desforço», Fafe, 17 Nov. 1960, p. 2, 3.
- Dificuldades para a compreensão do pensamento amoriniano.* «O Comércio do Porto», Porto, 13 Dez. 1960, p. 5, il.
- Geração de 1852.* «Seara Nova», Lisboa, 37 (1381-82), Dez. 1960, p. 321-325, il.
- A Introdução em Portugal do estudo da economia política.* «Vértice», Coimbra, 21 (208), Jan. 1961, p. 3-15.
- Amorim Viana e Madame Lafarge.* «O Comércio do Porto», Porto, 14 Fev. 1961, p.5; 28 Fev. 1961, p. 5; 28 Mar. 1961, p. 5.
- Atribuições e sucessos de um grande liberal e jornalista: José de Sousa Bandeira.* «República», Lisboa, 26 Fev. 1961, p. 1,2.
- Para a história das relações culturais luso-espanholas.* «Bandarra», Porto, 9(1 /3) Mar. 1961, p. 66-68.
- Introdução a Custódio José Vieira.* «O Comércio do Porto», Porto, 13 Jun. 1961, p. 5.
- Ramalho e a dialéctica das gerações.* «Vida Social», Rio Maior, 1 Jul. 1961, p. 1,2.
- História e actualidade.* «Vida Social», Rio Maior, 26 Ago. 1961, p. 1,6.
- Economia e História.* «Vértice», Coimbra, 21 (214/215), Ago. 1961, p. 455-460.
- António Luís Gomes: símbolo de uma geração patrioticamente renovada.* «O Comércio da Póvoa de Varzim», Póvoa de Varzim, 2 Set. 1961, p. 1, 2; «República», Lisboa, 9 Set. 1961, p. 1, 2.

- O Espírito de renovação na crítica de Teófilo ao liberalismo.* «O Comércio do Porto», Porto, 26 Set.1961, p. 5, il.
- Variações sobre o tema da necessidade de uma atitude crítica perante a revolução de 1910.* «República», Lisboa, 4 Out. 1961, p.4.
- Duas posições antitéticas no primeiro jornal socialista português, «O Eco dos Operários» (1850-51).* «Vértice», Coimbra, 22 (221), Fev. 1962, p. 101-106.
- Antero, intelectual intervencionista.* «Comércio do Porto», Porto, 24 Abr. 1962, p.5, il.
- Sobre os ideais do séc. XIX.* «República», Lisboa, 30 Abr. 1962, p. 2, 7.
- Frustração do liberalismo e primeira fase do socialismo português.* «O Comércio do Porto», Porto, 8 Maio 1962, p. 6, il.
- O «Eco dos Operários»: achegas sobre a primeira imprensa socialista em Portugal.* «Seara Nova», Lisboa, 40 (1399), Maio 1962, p. 104-107.
- Proudhon e Antero de Quental.* «O Comércio do Porto», Porto, 22 Jan. 1963, p. 5, il.
- Antero e a 1ª Internacional.* «República», Lisboa, 28 Fev. 1963, p. 1, 11.
- Unificação do proletariado português sob a égide do abstencionismo político.* «República», Lisboa, 4 Mar. 1963, p. 1, 2.
- Identidade de Antero com Proudhon.* «O Comércio do Porto» Porto, 12 Mar. 1963, p. 5.
- Antero e Teófilo na diferenciação das correntes socialista e republicana.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 21 Mar. 1963, p. 19,22.
- O Socialismo proudhoniano de Antero de Quental.* «O Comércio do Porto», Porto, 9 Abr. 1963, p. 5, 6.
- O Início da carreira jornalística de Custódio José Vieira.* «República», Lisboa, 27 Out. 1963, p. 5.
- Portugueses em França no período oitocentista.* «O Comércio do Porto», Porto, 10 Dez. 1963, p. 5, il.
- Desalienação histórica.* «O Comércio do Porto», Porto, 28 Abr. 1964, p. 5.
- Antero: cem anos depois.* «O Comércio do Porto», Porto, 10 Maio 1966, p. 14.
- Homenagem a Sérgio.* «O Comércio do Porto», Porto, 10 Ago. 1965, p. 5.

- Importante estudo sobre Portugal.* «O Comércio do Porto», Porto, 13 Set. 1966, p. 5.
- A Patuleia no Alto Minho: alguns pormenores da sua história.* «Bulletin des Études Portugaises», Lisbonne 27 1966 p. 292-298.
- Nota sobre a cisão entre os emigrados liberais.* «O Comércio do Porto», Porto, 24 Jan. 1967, p. 14,13.
- Este termo: Patuleia...* «O Comércio do Porto», Porto, 23 Maio 1967, p. 16, 15.
- A Propósito de «guerrilhas» e «barricadas»: a responsabilidade do historiador.* «O Comércio do Porto», Porto, 27 Ago. 1968, p. 16.
- Características do liberalismo em Portugal.* «Vértice», Coimbra, 29 (305), Fev.1969, p. 82-96.
- O Golpe de estado da «Vilafrancada» (1823).* «O Comércio do Porto», Porto, 25 Mar. 1969, p. 14.
- O Golpe de estado da «Belenzada».* «O Comércio do Porto», Porto, 24 Maio 1969, p. 14.
- Consequências do golpe militar da «Vilafrancada» (1823).* «O Comércio do Porto», Porto, 27 Maio 1969, p. 14, il.
- Um Escritor social na Assembleia Constituinte de 1837-1838: Francisco Solano Constâncio.* «Seara Nova», Lisboa, 47 (1483), Maio 1969, p. 173-175.
- Situação da historiografia portuguesa.* «Vértice», Coimbra, 20 (308), Maio 1969, p. 394-396.
- O Carácter popular da revolução de Setembro.* «O Comercio do Porto», Porto, 22 Jul. 1969, p. 14.
- Circunstâncias da eclosão do movimento liberal.* «República», Lisboa, 24 Jul. 1969, p. 1, 6.
- Proudhon e a «Geração de 70».* «A Capital», Lisboa, 30 Jul. 1969, supl. «Literatura e Arte», 4, p. 1, 2, il.
- A Mistificação do conceito de «Setembrismo».* «O Comercio do Porto», Porto, 12 Ago. 1969, p. 14.
- Plano de actividades para um centro de investigação histórica.* «Seara Nova», Lis-boa, 47 (1486), Ago. 1969, p. 279.
- A Oposição democrática ao ministério Setembrista.* «O Comércio do Porto», Porto, 28 Out. 1969, p. 14.

- As Reformas do Setembrismo.* «O Comércio do Porto», Porto, 25 Nov. 1969, p. 14, il.
- Do Liberalismo ao corporativismo: Silvestre Pinheiro Ferreira.* «Seara Nova», Lisboa, 47 (1489) Nov. 1969, p. 382-384.
- O Perfil de uma revista: «A Águia», Porto, 1910-1932.* «O Comércio do Porto», Porto, 24 Mar. 1970, p. 16.
- Proudhon e a geração de 70.* «Província de Angola», Luanda, 1 Jul. 1970, p. 17,20, il..
- Dificuldades na investigação do período liberal.* «A Capital», Lisboa, 3 Jul. 1970,p. 3.
- A Prática na investigação.* «O Comércio do Porto», Porto, 14 Jul. 1970, p. 14.
- O Drama nacional do liberalismo.* «Notícias da Amadora», Amadora, 22 Ago.1970, p. 1.,.
- O Sábio Ribeiro Sanches: um «estrangeirado».* «O Comércio do Porto», Porto, 13 Out. 1970, p. 14.
- A Má consciência nacional a respeito de Ribeiro Sanches.* «O Comércio do Porto», Porto, 8 Dez. 1970, p. 16.
- O Pensamento económico e social de Ribeiro Sanches.* «Seara Nova», Lisboa, 48 (1503) Jan. 1971, p. 27-31, il.
- Ribeiro Sanches em Paris.* «O Comércio do Porto», Porto, 23 Mar. 1971, p. 16.
- Notícia de manuscritos setecentistas existentes no arquivo da Biblioteca Pública de Braga.* «Bracara Augusta», Braga, 28 (65/ 66) 1974, p. 337-366 (Sep.).
- País colonizador - país colonizado: privilégios ingleses em Portugal.* «O Século», Lisboa, 3 Jul. 1975, p. 2.
- Os Tratados luso-britânicos de 1810.* «O Século» Lisboa 4 Jul. 1975, p. 2.
- Circunstâncias da imposição dos tratados.* «O Século» Lisboa 5 Jul. 1975, p. 2.
- Nas Encruzilhadas do movimento operário português.* «Vértice», Coimbra, 37 (400/401), Out. 1977, p. 530-543.
- Formação do movimento operário português.* «O Jornal», Lisboa, 14 Abr. 1978, p. 24; 21 Abr. 1978, p. 26; 28 Abr. 1978, p. 24.

- Perspectivação histórica para a compreensão do presente.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 7 Nov. 1978, p. 3, 4.
- A Nossa fatalidade é a nossa história.* «Jornal de Notícias», Porto, 5 Dez. 1978, p.13.
- “Épocas de Portugal contemporâneo”: centenário.* «Praxis», Porto, 8, Dez. 1979, p. 59-61
- O Problema básico da nacionalidade em António Sérgio.* «História», Lisboa, 4, Fev.1979, p. 34-41.
- O Contemporâneo na História.* «Jornal de Notícias», Porto, 10 Abr. 1979, p. 13.
- Antero e Alberto Sampaio no Norte.* «Jornal de Notícias», Porto, 3 Jul. 1979, p. 13.
- Alberto Sampaio, Oliveira Martins e a «Vida Nova».* «História», Lisboa, 14, Dez.1979, p. 52-58.
- Manuel Monteiro ou a República inviável.* «Mínia», Braga, 3 (4), 1980, p. 3-37 (Sep.).
- Congressos operários galaico-portugueses no dealbar do século.* «Revista Técnica do Trabalho», Porto, 7/8, Jan.-Jun. 1981, p. 111-119 (Comunicação apresentada no Encontro Galaico-Português realizado em Vila Real pela Fundação da Casa de Mateus em 28 Nov. e 1 Dez. 1980).
- Contradições do liberalismo em Portugal.* «Jornal de Letras», Lisboa, 28 Abr. 1981, p. 9, il.
- Mouzinho da Silveira, agrário e magistrado.* «Jornal de Notícias», Porto, 19 Maio 1981, p. 13.
- O Político Mouzinho da Silveira.* «Jornal de Notícias» Porto 11 Ago. 1981, p. 13.
- O Cartista Mouzinho da Silveira.* «Jornal de Notícias» Porto 15 Set. 1981, p. 13.
- Colonialismo e descolonização no pensamento reformador de Mouzinho da Silveira, 1832.* «Revista de História», Porto, 4, 1981, p. 153-161 (Sep.).
- Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa.* «Análise Social», Lisboa, 17 (67/68),1981, p. 839-860.
- A Questão agrária no tempo de Sidónio Pais.* «A Cidade», Portalegre, 3 Fev. 1982, p. 29-31.

- Sobre as relações com a União Soviética em 1926: como eram encaradas no Senado da República.* «O Diário», Lisboa, 13 Jun. 1982, p. 21.
- A Questão agrária no pensamento republicano de José Relvas.* «O Diário», Lisboa, 20 Out. 1982, p. 11.
- Congressos obreiros galego-portugueses no dealbar do século XX.* «A Nossa Terra», Viga, 210, 24 Dec. 1982, p. 12-13.
- Santos Graça político: um «democrático» tipo de republicano conservador.* «Póvoa de Varzim: Boletim Cultural», Póvoa de Varzim, XXI (2), 1982, p. 221-219, il. Mouzinho da Silveira, revolucionário a título póstumo. «Boletim Cultural da C.M. Porto», Porto, 2ª série, 1, Jul. 1983, p. 207-227.
- O 1º de Maio de 1890 foi nas Antas.* «O Diário», Lisboa, 25 Mar. 1983, p. 3.
- O Descanso aos Domingos, conquista de quase há um século: um caso exemplar em Braga.* «O Pioneiro», Braga, Jul. 1983, p. 1, 2.
- Um Jornal democrático de Celorico em 1884.* «O Povo de Basto», Celorico de Basto, 16 Jul. 1983, p. I.
- (Re)ler Antero.* «Norte Popular», Porto, 7 Out. 1983, p. 18.
- Ainda o descanso semanal, ou a longa caminhada das reivindicações laborais.* «O Pioneiro», Braga, Out. 1983, p. 1-2.
- Notícia sobre a imprensa operária portuguesa.* «Revista de História», Porto, 5, 1983, p. 143-157.
- Projecto de reforma agrária na I República.* «Análise Social», Lisboa, vol. 2, 19(77/78/79) 1983, p. 591-610.
- Evolução do movimento operário e do sindicalismo em Portugal.* «Sitava», Lisboa, 2ª série, 1, Fev. 1984, p. 24-25; 2, Mar. 1984, p. 24-26; 4, Maio 1984, p. 27-28; 5, Jun. 1984, p. 28-29; 6, Jul. 1984, p. 24-26; 7, Set. 1984, p. 33-36; 8, Out. 1984, p. 25-26; 9, Nov.-Dez. 1984, p. 25-26; 10, Jan. 1985, p. 29.
- História e estórias.* «Sitava», Lisboa, 2ª série, 16, Set.-Out. 1984, p. 20.
- Nota sobre Mouzinho da Silveira.* «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, 2ª série, 1, 1984, p. 203-210.
- A Crise do liberalismo português no decreto sobre forais de Mouzinho da Silveira.* «Jornal de Notícias», Porto, 25 Set. 1984, p. 12.

- Aviso à navegação.* «Comércio da Póvoa de Varzim» Póvoa de Varzim, 10 Out. 1985, p. 1, 7.
- A História, gostar ou não gostar: porquê?* «O Pioneiro», Braga, 3 (24), Out. 1985, p. 3.
- A Reforma administrativa liberal que precedeu a de Mousinho da Silveira.* «Revista da Faculdade de Letras. História» Porto 2ª série, 2, 1985, p. 211-216.
- Cem anos depois dos acontecimentos de Chicago.* «Alavanca: Revista do Trabalho», Lisboa, 4ª série, 4, Jan.-Mar. 1986, p. 5-7; «A Voz de Famalicão», V. N. Famalicão, 1 Maio 1986, p. 1, 6.
- Dramas da descolonização.* «Seara Nova», Lisboa, 7, Jul.-Ago. 1986, p. 22-26 (Inclui transcrição do relatório do Conde de Rio Maior).
- Nota sobre o ensino da História na primeira Faculdade de Letras do Porto.* «Revista da Faculdade de Letras. História» Porto, 2ª série, 3, 1986, p. 199-209.
- José Relvas: da implantação à restauração da República.* «O Diário», Lisboa, 14 Nov. 1987, p. 11.
- A Imprensa oitocentista até ao triunfo do liberalismo.* «Jornal de Notícias», Porto, 1 Jun. 1988, p. 12.
- Salazar e o nazismo: um caso de selectividade política de arquivos governamentais.* «URAP», Lisboa, 48, Jun.-Set. 1988, p. 4 e 3 (Comunicação apresentada ao Simpósio de Historiadores, Viena, 1988).
- A Resistência na génese da renovação historiográfica em Portugal.* «Vértice», Lisboa, 2ª série, 8, Nov. 1988, p. 100-102.
- A Subida ao poder da burguesia em Portugal: dificuldades e condicionamentos.* «Revista da Faculdade de Letras. História» Porto, 2ª série, 5, 1988, p. 245-252.
- O Espírito de Linz entre historiadores do movimento operário.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 3 Out. 1989, p. 18 (Inclui pequena referência à actividade profissional do autor).
- Nota sobre Maria da Fonte.* «Malaposta», Lisboa, 3, Out. 1989, p. 32.
- Releitura de "O Arquivo Nacional" (1933-1942): fascismo e contradições em Rocha Martins.* «Vértice», Lisboa, 2ª série, 21, Dez. 1989, p. 107-111.
- Sobre Armando de Castro.* «O Professor», Lisboa, 3ª série, 4, Abr. 1990, p. 6-7.

- História e progresso.* «Seara Nova», Lisboa, 29, Maio-Jun. 1990, p. 5-12.
- Universidades populares na I República.* «Vértice», Lisboa, 2 série, 30, Set. 1990, p. 98-100.
- O Povo na época contemporânea portuguesa.* «Montelongo», Fafe, 5 Out. 1990, p. 6; 8 Out. 1990, p. 4; 11 Nov. 1990, p. 4.
- Perspectiva histórica do 31 de Janeiro.* «Linha Geral», Lisboa, 16, Jan. 1979, p.27-28.
- 26ª Conferência Internacional de Historiadores do Movimento Operário (I:T:H:).* «Rev. da Faculdade de Letras: História», Porto, 2ª s., 7, 1990, p. 399-401.
- Checoslováquia: aula prática de história moderna.* «Rev. da Faculdade de Letras: História», Porto, 2ª s., 7, 1990, p. 402-403.
- Os centenários de Antero.* «Comércio de Vila do Conde», Fev. 1992, sup. «Facho».
- O 5 de Outubro na rota do 25 de Abril.* «Correio do Minho», Braga, 5 Out. 1991, p.13.
- A Comuna de Paris em Portugal.* «O Militante», Lisboa, 194, Set.-Out. 1991, p.32-33.
- Memória sobre o projectado prémio de história contemporânea.* «O Comércio de Vila do Conde», Mar. 1991, sup. «Facho».
- Antero de Quental ontem e hoje.* «Revista de Guimarães», 102, 1992, p. 77-93.
- Roteiro da imprensa operária e sindical.* «Perfil», Fafe, 1, Jan. 1992, p. 75-77.
- O 25 de Abril em Braga.* «Notícias do Minho», Braga, 23 Abr. 1994, 11-13, il. (Também publicado com o título *Aquele dia em Braga.* «O Primeiro de Janeiro, Porto», 25 Abr. 1994, p. 43).
- Um anarquista famalicense em 1896.* «Boletim Cultural», V. N. Famalicão, 13, 1994-1995, p. 141-144.
- Notas sobre a candidatura de Humberto Delgado.* «Notícias do Minho», Braga, 16 Dez. 1995, p. 11.
- Os Passos do Couto.* «A Voz do Operário», Lisboa, Abr.1996, p. 5.
- Armando Bacelar e Lino Lima.* «Boletim Cultural», V: N. Famalicão, 16, 1999, p. 95.

1.7. Questões contemporâneas (1952-2004)

- O «Plano de Fomento», considerações de um cidadão anónimo.* «República», Lisboa, 27 Set. 1952, p. 1,4.
- As Ideias e a política.* «República», Lisboa, 28 Mar. 1959, p. 1,2.
- O Destino dos povos.* «Gazeta Regional», Rio Maior, 18 Fev. 1961, p. 1, 8.
- A Coerência do pensamento em Abel Salazar.* «O Comércio do Porto», Porto, 14 Nov. 1961, p. 5, il.; «Jornal da Trofa», Trofa, 16 Mar. 1963, p. 1, 4.
- Do Associativismo ao sindicalismo em Portugal.* «O Instituto», Coimbra, 138, 1977, p. 19-44 (Sep.).
- Sérgio ensina-nos a ler a nossa revolução.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 15 Nov. 1978, p. 3.
- António Sérgio, a república e a revolução.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 20 Nov. 1978, p. 3,4.
- Fundamentação histórica da reforma agrária no pensamento de Sérgio.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 12 Fev. 1979, p. 3, 4.
- O Sentido revolucionário da descolonização na óptica Sergiana.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 13 Fev. 1979, p. 3,4.
- Descolonização e revolução segundo António Sérgio.* «O Diário», Lisboa, 14 Fev.1979, p. 3,4.
- Relexões sobre o colonialismo.* «Organismo de Retornados do P.C.P.», Lisboa, [1977].
- Democracia e socialismo... aqui e agora.* «Fronteira», Porto, 3 (9) Jan.-Mar. 1980, p. 33-49.
- Problemas educacionais no programa do VII Governo.* «O Povo de Basto», Celorico de Basto, 16 Fev. 1981, p. 1.
- O 25 de Abril e o renascer da cultura popular.* «O Diário», Lisboa, 16 Mar. 1981, p. 3.
- A Descolonização irreversível.* «O Diário», Lisboa, 20 Maio 1984, p. 2.
- III Conferência da Associação U.R.S.S. -Portugal.* «Paz e Amizade», Lisboa, 46, Jan.-Fev. 1987, p.31-32.

- A Luta e a vida de um sindicalista de há 60 anos.* «Alavanca: Revista do Trabalho», Lisboa, 4ª série, 3, Out.-Dez. 1985, p. 66-71 (Entrevista a Manuel Guilherme de Almeida).
- A Pirâmide da resistência.* «Correio do Minho», Braga, 18 Out. 1987, p. 5.
- Anos que valem um século.* «Mulher Soviética», Moscovo, Nov. 1987, p. 9.
- Reflexão no 70º aniversário da Grande Revolução de Outubro.* «Paz e Amizade», Lisboa, 50, Set.-Out. 1987, p. 11-12.
- A II Revolução leninista?* «Paz e Amizade», Lisboa, 53, Mar.-Abr. 1988, p. 3-4.
- Explicar o fascismo às novas gerações.* «Seara Nova», Lisboa, 17, Abr.-Maio 1988, p. 16-18.
- A Perestroika no III encontro de historiadores portugueses e soviéticos.* «Vértice», Lisboa, 2ª série, 6, Set. 1988, p. 106-108.
- Eleições salazaristas.* «Seara Nova», Lisboa, 22, Mar.-Abr. 1989, p. 34-38.
- Hora da verdade.* «Seara Nova», Lisboa, 27, Jan.-Fev. 1990, p. 8-12.
- Sentido do tempo.* «Seara Nova», Lisboa, 28, Mar.-Abr. 1990, p. 3-6.
- Fascismo no quotidiano.* «O Professor», Lisboa, 3ª série, 5, Maio 1990, p. 30-31.
- Jubileu na Universidade do Porto.* “Seara Nova”, Lisboa, Maio 1992, p. 15-16.
- 1ª Entrega do Prémio de História Contemporânea.* «Forum», Braga, 15/16, Jan.-Jun.1994, p. 169-171.
- Apresentação de “Fascismo no quotidiano” na Biblioteca Pública de Braga.* «Forum», Braga, 35, Jan.-Jun. 2004, p. 211-216.

2. Entrevistas, depoimentos, discursos (1958-1988)

- [*Entrevista*] in SANTOS, José Marques dos, «Victor de Sá», Caldas da Rainha: J. S. Marques, 1958
- Um Inquérito da «República».* «República», Lisboa, 20 Jan. 1959, p. 1,9, il.
- Últimas respostas ao nosso inquérito.* «Jornal de Notícias», Porto, 4 Fev. 1960, p.10, il.

- Abel Salazar distingue-se no panorama intelectual português pela marca científica do seu pensamento.* «República», Lisboa, 14 Mar. 1962, p. 2.
- O 1º aniversário do nosso jornal: discursos proferidos no jantar de confraternização.* «Jornal da Trofa», Trofa, 31 Mar. 1962, p. 4-5.
- O Congresso da Comunidade Europeia de Escritores: uma entrevista com Victor de Sá.* «Seara Nova», Lisboa, 40 (1398), Abr. 1962, p. 75-67.
- Vítor de Sá responde ao questionário de Proust.* «Jornal de Letras e Artes», Lisboa, 29 Ago. 1962, p. 1, il.
- Escrevo por imposição de consciência cívica: sinto e sofro os problemas do meu tempo e do povo a que pertença.* «Jornal de Letras e Artes», Lisboa, 29 Maio 1963, p. 7, 10.
- Conversa em Paris com Vítor de Sá.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 4 Fev. 1965, p. 5-6.
- Os Trabalhos de Vítor de Sá no Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros em Paris.* «Diário de Lisboa», Lisboa, 22 Jul. 1965, supl. «Vida Literária e Artística», 364, p. 5.
- Porque sou republicano.* «República», Lisboa, 29 Nov. 1966, p. 1, 2... «República» entrevista Dr. Vítor de Sá (Braga). «República», Lisboa, 29 Set. 1969, p. 5.
- Comissão Democrática Eleitoral do Distrito de Braga: comentário do Dr. Vítor de Sá à exclusão da sua candidatura.* «O Comércio do Porto», Porto, 30 Set. 1969, p. 8.
- Campanha eleitoral: inquérito «N. A.».* «Notícias da Amadora», Amadora, 29 Set. 1973, p. 7.
- A conferência do Professor Vítor de Sá.* «Independência de Águeda», Águeda, 18 Fev. 1977, p. 10, 4, 7.
- Vítor de Sá: «Estamos a assistir à formação de outro mundo novo».* «O Diário», Lisboa, 26 Jun. 1978, p. 13, il.
- Vítor de Sá: é na ligação dialéctica entre o autor e o leitor que a obra se projecta.* «O Diário», Lisboa, 1 Maio 1979, p. 28.
- «Watergate» Sá Carneiro: opinião.* «O Diário», Lisboa, 31 Jul. 1980, p. 7.
- Já não posso dar-me ao luxo de adiar projectos.* «Ponto», Lisboa, 10 Set. 1981, p. 21.
- Inquérito.* «O Diário», Lisboa, 29 Nov. 1981, Suplemento Cultural, p. 5.

- Vitor de Sá: voto nos que trabalham e sofrem.* «Gazeta Eleitoral Povo Unido», Braga, Abr. 1983, p. 2.
- O Sábio Ribeiro Sanches morreu há 200 anos: o historiador Vitor de Sá explica como chegou a Braga boa parte do seu espólio.* «Correio do Minho», Braga, 14 Out. 1983, p. 4.
- O 25 de Abril, dez anos depois.* «O Professor, Lisboa, 63, Abr. 1984, p. 19-20.
- Imprensa no distrito de Setúbal: sobre um reparo de M. Lourenço Soares, carta do Dr. Vitor Sá.* «Jornal de Almada», Almada, 26 Set. 1986, p. 3.
- Não se pode ocultar a verdade da história.* «O Diário», Lisboa, 3 Dez. 1988, supl. «Fim de Semana», p. 16.
- Depoimento.* «Ler História», Lisboa, 14, 1988, p. 131.

3. Monografias (1942-2021)

- A Mocidade de Antero.* Braga: Futuro, 1942 (Pref. Agostinho da Silva).
- As prosas de Antero.* Braga: Futuro, 1942.
- Bibliografia Queirosiana.* Braga: Biblioteca Móvel, 1945.
- O Que foi a Biblioteca Móvel.* Braga: V. Sá, 1954.
- O Que é a Unesco.* Braga: V. Sá, 1955.
- As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário.* Braga: V. Sá, 1956. ([2.^a ed. aum.], Lisboa: Livros Horizonte, 1983).
- Problemas de mentalidade.* Braga: Centro Cultural do Minho, 1957.
- Sociedade e cultura.* Braga: Liv. Victor, 1958.
- Amorim Viana e Proudhon.* Lisboa: Seara Nova, 1960.
- Amorim Viana: ensaio bio-bibliográfico.* Figueira da Foz, [s.n.], 1960 (Pref. Vieira de Almeida).
- Cultura e democracia.* Braga: V. Sá, 1961.
- História e actualidade.* Braga: V. Sá, 1961.
- Antero de Quental.* Braga: V. Sá, 1963 ([2.^a ed.], Porto: Limiar, 1977).
- Perspectivas do século XIX.* Lisboa: Portugalia, 1964 (2.^a ed., Porto: Limiar, 1975).
- A Crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal: 1820-1852.* Lisboa: Seara Nova, 1969 (2.^a ed. 1974; 3.^a

- ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1979; 4ª ed. Braga: UMinho Editora, 2021, estudos introdutórios de Henrique Barreto Nunes, José Viriato Capela, Miriam Halpern Pereira, Gaspar Martins Pereira).
- A Revolução de Setembro de 1836*. Lisboa: D. Quixote, 1969 (2ª ed., 1970; 3ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1978).
- Texto integral da entrevista de Victor de Sá ao «Jornal de Notícias», 22 de Maio de 1969*. Braga: V. Sá, 1969.
- Regressar para quê?* Lisboa: D. Quixote, 1970.
- Ribeiro Sanches: Dificuldades que tem um velho reino para emendar-se e outros textos*. Porto: Inova, 1971 (2ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1980).
- A História em discussão*. Lisboa: D. Quixote, 1975.
- Repensar Portugal: reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- Esboço histórico das Ciências Sociais em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- Formação do movimento operário português: memória de uma reprovação*. Coimbra: Centelha, 1978.
- A Historiografia sociológica de António Sérgio*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- Manuel Monteiro ou a República inviável*. Braga: Universidade do Minho - Biblioteca Pública, 1980. (Apres. Henrique Barreto Nunes). Sep. «Mínia», Braga, 3(4) 1980, p. 3-37.
- No Mar do futuro*. Lisboa: Livros Horizonte, 1980.
- Época contemporânea portuguesa I: onde o Portugal velho acaba*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- Mousinho da Silveira: revolucionário a título póstumo*. Portalegre: O Semeador, 1981.
- Movimento operário e sindicalismo em Portugal*. Porto: Revista Técnica do Trabalho, 1981.
- Raízes históricas dos princípios da C.G.T.P.-IN*. Lisboa: Edições 1 de Outubro, 1981.
- Sociologia em Amorim Viana*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- O Sampaio da «Revolução» nas fracturas do século*. Porto: Ass. Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1984. (2ª ed., Porto: A.J.H.L.P., 2021, pref. J. M. Lopes Cordeiro).

- Liberais & Republicanos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- Instauração do Liberalismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte 1987.
- Fascismo no quotidiano*. Lisboa: Vega, 1989. (2ª ed. Lisboa: Página a Página, 2021, Pref. Fernanda Ribeiro).
- Roteiro da Imprensa Operária e Sindical (1836-1986)*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
- Lisboa no Liberalismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.
- O Liberalismo português (1820-1852): recolha bibliográfica*. Braga: [s. n.], 1993 (em colaboração com Fernanda Ribeiro). Sep. «Forum», Braga, 14, Jul. 1993, p. 5-296.
- Agostinho da Silva, trinta e tal anos de idade...*Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona, 1994.
- Textos para reflexão crítica*. Lisboa: Ed. Universitárias Lusófonas, 1994.
- Testemunho de um tempo de mudança*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 1999 (Introd. Henrique Barreto Nunes).
- Legendas para uma memória*. Braga: Biblioteca Pública, 2001 (Organ. e introd. Henrique Barreto Nunes).
- À Ponta do lápis: escritos juvenis 1937-1943*. Braga: Braga Mais, 2021 (Notas introdutórias Fernando Mendes, Victor Louro, José Manuel Mendes).

4. Colaboração em obras colectivas (1963-2022)

- A Tradição do Anjo (Póvoa de Varzim)*, in «Congresso de Etnografia e Folclore, 1, Lisboa, 1956 - Actas», vol. 2, Lisboa, Junta de Acção Social, 1963, p. 363-368.
- Amorim Viana: ensaio bio-bibliográfico*, in «Miscelânea de estudos a Joaquim de Carvalho», vol. 3, Figueira da Foz, Biblioteca Museu Joaquim de Carvalho, 1960, p. 303-336.
- Inquérito sobre Abel Salazar: [respostas]*, in «Presença de Abel Salazar». Porto, Inova, 1969, p. 83-88.
- Manifesto eleitoral de 1957 [e outros textos]*, in «Intervenção política: democratas de Braga». Porto, Inova, 1970.
- A personalidade política de Egas Moniz*, in «Egas Moniz: três panegíricos». Aveiro: Junta Distrital, 1975, p. 9-22

- [Ainda até hoje]*, in «Companheiro Vasco». Porto, Inova, 1977, p. 531-532.
- Almanaque de Lembranças*, in «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária», vol. 1. Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1977], p. 549.
- Almanaque de Ponte de Lima*, in «Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária», vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1977], p. 151.
- Arquivo Pitoresco*, in «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária», vol. 1. Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1977], p. 460-461.
- Assembleia Literária*, in «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária», vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1977], p. 498.
- Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto* in. «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária», vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais [1977] p. 500.
- AULETE, Caldas*, in «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária», vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1977], p. 516.
- «Aurora do Lima»*, in «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária, Lisboa, vol. 1, Iniciativas Editoriais, [1977], p. 517.
- AZEVEDO, João Lúcio de*, in «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária» vol. 1 Lisboa Iniciativas Editoriais, [1977], p. 554.
- BANDEIRA, José de Sousa*, in «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária», vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1977], p. 587-588.
- Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*, in «Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária», vol. 1, Lisboa, Iniciativas Editoriais, [1977], p. 730-733.
- Responsabilidades culturais na projecção internacional crescente da língua portuguesa*, in «Encontro Nacional para a Investigação e o Ensino do Português, 1, Lisboa, 1976-Actas». Lisboa, Centros de Linguística das Universidades de Lisboa..., 1979, p. 61-65.
- [Depoimento]*, in «A Reforma agrária acusa». Lisboa, Caminho, 1980, p. 255-263.

- Alberto Sampaio ontem e hoje*, in «Congresso Histórico de Guimarães e da Colegiada, Guimarães, 1980 - Actas», vol. 4, Guimarães, 1981, p. 177-198.
- Factores da crise do Liberalismo em Portugal*, in «O Liberalismo na Península Ibérica na 1ª metade do século XIX», vol.1, Lisboa, Sá da Costa, 1982, p. 27-30.
- Factor objectivo favorável a prosseguir Abril: a descolonização irreversível*, in «Seminário 25 de Abril dez anos depois». Lisboa, Associação 25 de Abril, 1984, p. 269-270.
- Der Kampf der Werktätigen Landbvokerung in Portugal*, in «Bauern und Burgerliche Revolution». Berlin, Akademie-Verlag, 1985, p. 119-127.
- Testemunho da mudança*, in «Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1, Porto, 1985 - A Informação em Tempo de Mudança. Actas», vol. 2, Porto, 1985, p. 491-494.
- Biblioteca Pública de Braga*, in «Bibliotecas: memórias e mais dizeres». Braga, Biblioteca Pública, 1988, p. 43-45.
- Condicionantes nacionais*, in «80º Aniversário da Vitória do Partido Republicano em Ramalde». Porto, Comissão de Jovens de Ramalde, 1988, p. 5-7.
- O Horizonte liberal dos ideais socialistas em Portugal*, in «Portugal da Revolução Francesa ao Liberalismo, Braga, 1986 - Actas do Colóquio». Braga, Universidade do Minho, 1988, p. 69-84.
- 150 anos da revolução de Setembro: 1836-1986, Santarém. Comemorações*. Santarém, Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural, 1989.
- Fachismus Krieg Widerstand*, in «Historikersimposium der FIR, Wien, 1989». Wien, FIR, 1989.
- Memória de uma geração decapitada: evocar Mário de Castro*, in «Filosofia. História. Conhecimento: homenagem a Vasco Magalhães Vilhena». Lisboa, Caminho, 1990, p. 281-294.
- Nilismo: uma hipótese romântica*. In «A vida da república portuguesa 1890-1990. Congresso». Lisboa, 1991, p. 51-57. (edição mimeografada).

- Ele e a Casa do Pomarinho*. In «Pedras no rio do tempo». Barcelos: Câmara Municipal, 1994, p. 43-47 (assinado sob o pseudónimo de Joaquim da Bouça).
- O dr. Ruy Carrington da Costa*. In «No centenário do nascimento do dr. Rui Carrington da Costa», Braga, Câmara Municipal, 1996, p. 96-99.
- Espólios documentais particulares*. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 4, Braga, 1992, «Informação, ciência e cultura: actas». Braga: BAD, 1992, v. 2, p. 533-536.
- [*Padre Francisco Antunes Almeida*]. In DOMINGUES, Afonso, «Contra a corrente: homenagem ao professor Pe. Francisco Antunes Almeida». Amares: Câmara Municipal, 2000, p. 17-18.
- Nos Anos de 1930*. In NUNES, H. B. e outros, «Tradições académicas de Braga», Braga: Assoc. Académica Univ. Minho, 2001, p. 27
- Intervenção na primeira entrega do Prémio de História Contemporânea*. In CAPELA, J. V.; NUNES, H. B. (coord.), «O mundo continuará a girar», Braga: Univ. Minho – Conselho Cultural, 2011, p. 85-87
- Memória sobre o Prémio de História Contemporânea*. In CAPELA, J. V.; NUNES, H. B. (coord.), «O mundo continuará a girar», Braga: Univ. Minho – Conselho Cultural, 2011, p.17-24 (notas H. B. Nunes)
- A Resistência em Braga*. In CAPELA, J. V. e outros (coord.) «Os Democratas de Braga: testemunhos e evocações». Braga: Univ. Minho – Conselho Cultural, 2014, p. 353-360.
- A Pirâmide da resistência*. In CAPELA, J. V. e outros, «Os Democratas de Braga: testemunhos e evocações». Braga: Univ. Minho – Conselho Cultural, 2014, p. 349-352.
- Para a construção de uma verdadeira cultura nacional*. In CAPELA, J. V.; NUNES, H. B. (coord.) «Bracarenses na Crise académica de 1969». Braga: UMinho Editora, 2019, p. 37-44.
- Época de grandes ruturas*. In POLÓNIA, Amélia (coord.), «Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá». Porto: CITCEM, FLUP, 2021, p. 21-23.

Lembrança sobre as livrarias de Braga. In NUNES, H. B. e outros (coord.), «O que tinha fazer está feito, fi-lo como pude: Victor de Sá in memoriam». Braga: Fundação Bracara Augusta, 2022, p. 18-21.

5. Prefácios (1942-1988)

QUENTAL, Antero de – *As prosas de Antero de Quental*. Braga, Futuro, 1942.

NOGUEIRA, César - *Notas para a história do socialismo em Portugal*. Lisboa, Portugália, 1964.

SILVA, José - *Memórias de um operário*. Porto [s.n.], 1971.

VENTURA, António - *As guerras liberais em Portalegre*. Portalegre, Assembleia Distrital, 1982.

Exposição sobre a imprensa operária no distrito de Setúbal. Setúbal, Associação dos Municípios, 1985.

BRANDÃO, Raul - *Vida e morte de Gomes Freire*. Lisboa, Comunicação, 1988.

6. Intervenções na Assembleia da República (1980-1981)

Património cultural do palácio de S. Bento. «Diário da Assembleia da República. I Série», Lisboa, 1ª Legislatura, 16, 15 Fev. 1980, p. 617.

Estatuto da carreira docente universitária. «Diário da Assembleia da República. I Série», Lisboa, 1ª Legislatura, 19, 23 Fev. 1980, p. 715-716.

IV centenário da morte de Camões. «Diário da Assembleia da República. I Série», Lisboa, 1ª Legislatura, 35, 11 Abr. 1980, p. 1443.

Dia mundial do teatro. «Diário da Assembleia da República. I Série», Lisboa, 1ª Legislatura, 36, 12 Abr. 1980, p. 1470.

Apresentação do projecto-lei de defesa do património cultural e arqueológico. «Diário da Assembleia da República. I Série», Lisboa, 1ª Legislatura, 63, 6 Jun. 1980, p. 2886-2887.

À Memória do historiador Joaquim Barradas de Carvalho. «Diário da Assembleia da República. I Série», Lisboa, 1ª Legislatura, 67, 21 Jun. 1980, p. 3092.

Sobre direitos de autor. «Diário da Assembleia da República. I Série», Lisboa, 2ª Legislatura, 12, 19 Dez. 1980, p. 363-365.

Sobre o centenário do Poeta João de Barros. «Diário da Assembleia da República. I Série», Lisboa, 28, 11 Fev. 1981, p. 958.

6.1. Intervenções publicadas na imprensa

Interesses deste distrito defendidos no parlamento pelo deputado Vítor de Sá. «Correio do Minho», Braga, 19 Abr. 1980, p. 1; «O Comércio de Guimarães», 9 Maio 1990, p. 1-2

Uma Intervenção do deputado Dr. Vítor de Sá na A.R. pelo círculo de Braga. «O Desforço», Fafe, 8 Maio 1980, p. 2.

FUNDO MECENÁTICO

O Prémio tem vindo a ser financeiramente assegurado pelas Instituições abaixo referidas, nos anos civis indicados.

Prof. Victor de Sá

1991, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 2002

Fundação Cupertino de Miranda (V. N. Famalicão)

1992, 1995, 1997, 2000, Até a atualidade.

Fundação Eng.º António de Almeida (Porto)

1993, até a atualidade.

Câmara Municipal de Guimarães

1993, 1998, 1999, 2002, 2004, 2006, 2008, até a atualidade.

Câmara Municipal de Braga

1998, 2000, 2002, 2004, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, até a atualidade.

Câmara Municipal de Barcelos

2010, 2011, 2012, 2014, 2016, 2017, 2018, 2020, até a atualidade.

Governo Civil de Braga

1992, 1993, 1994, 1995, 1998

Conselho Cultural da Universidade do Minho

1998

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

1995, 1997, 2014

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

1995

Direitos de Autor Recebidos da SPA

1993



Campanha eleitoral para a Presidência da República.

(Nota manuscrita por V. Sá: Braga, 1 de junho de 1958, Av. Gomes da Costa, hoje da Liberdade. Na provocação policial da tarde de domingo em que estava marcada a ida a Braga do candidato presidencial general Humberto Delgado, impedido à última hora. Em 1º plano, de gabardine e óculos, Victor de Sá, preso em casa na manhã do dia seguinte, como tantas centenas de outros cidadãos opositores do distrito de Braga.) (BPB/V.SÁ).



Temos consciência da luta que travamos e sabemos que não se pode governar sem ideias. Mas sabemos também que as ideias só são politicamente válidas quando, por um lado, assentam nas realidades nacionais, e, por outro, na compreensão da modernidade.

Aplicar no nosso tempo as ideias de épocas remotas é tão ridículo e tão pernicioso como se fizéssemos agora a nossa industrialização com máquinas a vapor.

Se vivemos no século da energia atómica, não podemos pensar como se acabássemos de descobrir os moinhos de vento. E se pensarmos que temos de refazer o nosso País, precisamos para isso de nos munir com ideias adaptadas ao tempo presente que melhor possam servir à construção do futuro.

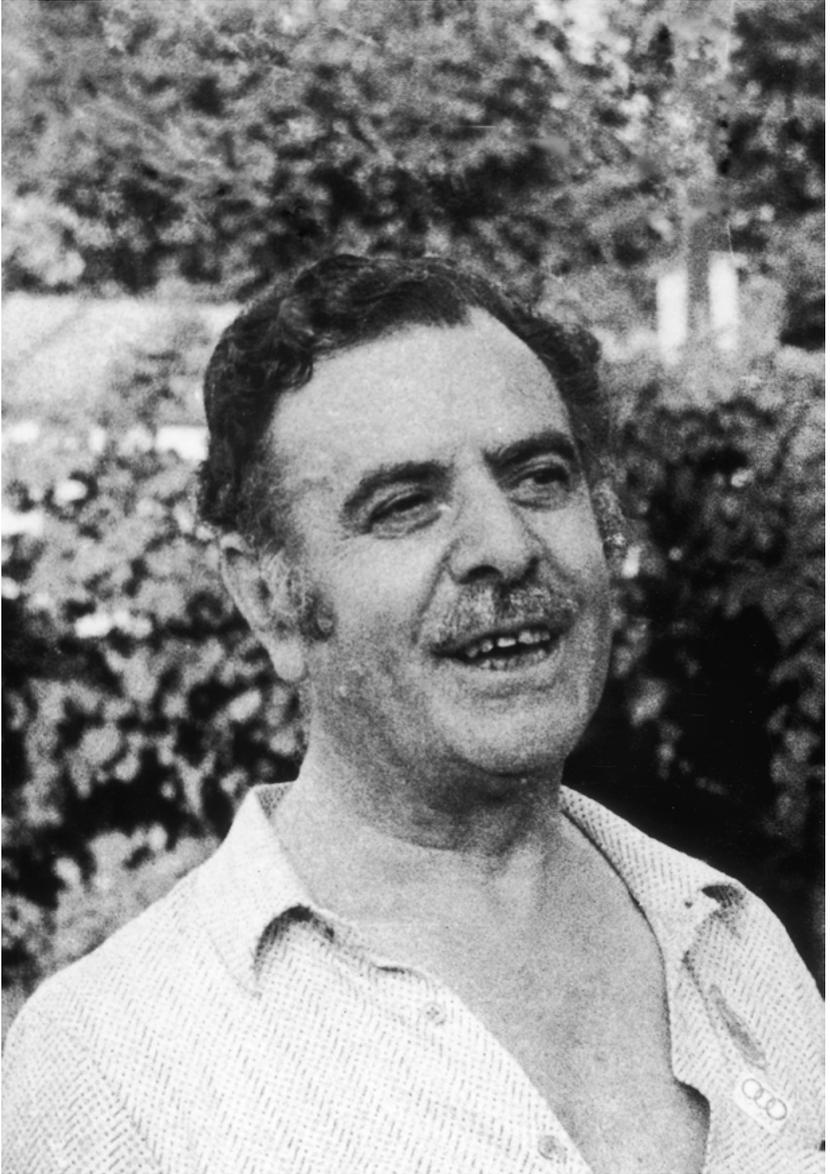
Victor de Sá no uso da palavra, na homenagem ao eng. José Justino de Amorim, num hotel no Bom Jesus. Braga, 21 Mar. 1959.

Foto Studio, Braga (BPB/V.SÁ).

“Afastado agora das lutas concorridas e dos circunstacionalismos da vida, caberá aos outros, num Mundo já diferente daquele em que vivi, aproveitar do que realizei aquilo que porventura ainda poderá ter alguma utilidade futura. Mas eu chego mesmo a perguntar-me se o livro – de que fui toda a vida um grande adepto – continuará no futuro a ser o suporte mais adequado ou estimado para a cultura e para o saber. Enfim...problemas que outros equacionarão com melhor conhecimento de causa e mais avançadas tecnologias que, por enquanto, nem sequer ousou pensar. Eu pertenci à época da máquina de escrever.

Mas tenho confiança no Futuro da espécie humana, na inteligência dos povos, e no progresso técnico ao serviço da sociedade.

Eu terminarei, mas o Mundo continuará a girar
22.IV.93”.



Victor de Sá, Festa da Alegria, Braga, 1981.
(B.P.B./V. SÁ).

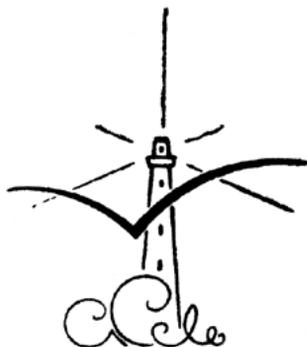


Imagem utilizada por Victor de Sá nas suas edições nos anos 50 do século passado.

O Conselho Cultural da Universidade do Minho agradece ao Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pela publicação da edição dos 20 anos.

Prémio Victor Sá de História Contemporânea 30 anos (1992-2021)

Autores e Obras Premiadas

1ª Edição 1992 Não foi atribuído; **2ª Edição 1993** Não foi atribuído; **3ª Edição 1994** Maria Fernanda Rollo, “*Portugal e o Plano Marshall*”; **4ª Edição 1995** Álvaro Garrido, “*O movimento associativo estudantil nos inícios de sessenta. A crise académica de Coimbra de 1962*”; **5ª Edição 1996** Helena Pinto Janeiro, “*Salazar e Pétain. Contributo para o estudo das relações luso-francesas durante a II Guerra Mundial (1940-1944)*”; **6ª Edição 1997** Cláudia Castelo, “*O modo português de estar no mundo. O Luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*”; **7ª Edição 1998** Maria João Vaz, “*Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*” **ex-aequo** Daniel Melo, “*Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*” **ex-aequo**; **8ª Edição 1999** Adelaide Ginga Tchen, “*A Aventura Surrealista. Da explosão à extinção de um movimento (ou não)*”; **9ª Edição 2000** Telmo Faria, “*Debaixo de fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*”; **10ª Edição 2001** Arnaldo Marques Pata, “*Revolução e Cidadania. Organização, funcionamento e ideologia da Guarda Nacional (1820-1839)*” **ex-aequo**; Bruno Cardoso Reis, “*Salazar e o Vaticano, da paz ao conflito? As relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé (1928-1968)*” **ex-aequo**; **11ª Edição 2002** Elisa Neves Travessa, “*Jaime Cortesão: política, história cidadania*” **ex-aequo**; Rita Almeida de Carvalho, “*A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949)*” **ex-aequo**; **12ª Edição 2003** Daniel Melo, “*A leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*”; **13ª Edição 2004** Filipa Lowndes Vicente, “*Viagens e Exposições. D. Pedro V na Europa do século XIX*”; **14ª Edição 2005** Patrícia Ferraz de Matos, “*As cores do Império. Representações raciais no contexto do Império Colonial Português nas primeiras décadas do Estado Novo*”; **15ª Edição 2006** Sandra Costa, “*O Divórcio no Porto (1911-1934) - e aos costumes disse nada*”; **16ª Edição 2007** José António Ribeiro de Carvalho, “*Os Jesuítas em Vésperas da Primeira República: O Novo Mensageiro do Coração de Jesus (1881-1910)*”; **17ª Edição 2008** José Neves, “*Comunismo e Nacionalismo em Portugal- Política, Cultura e História no Século XX*”; **18ª Edição 2009** Fernando Tavares Pimenta, “*Angola. Os Brancos e a Independência*”; **19ª Edição 2010** Bruno Navarro “*Governo de Pimenta de Castro - um general no labirinto da I República*”; **20ª Edição 2011** Miguel Cardina, “*Margem de certa maneira. O Maoísmo em Portugal: 1964-1974*”; **21ª Edição 2012** Joana Brites, “*O Capital da Arquitectura (1929-1970) Estado Novo, Arquitectos e Caixa Geral de Depósitos*”; **22ª Edição 2013** Isabel Corrêa da Silva, “*Espelho Fraternal. O Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX*”; **23ª Edição 2014** Pedro Urbano, “*Nos bastidores da Corte: O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908*”; **24ª Edição 2015** Duarte Freitas, “*Memorial de um complexo arquitectónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*”; **25ª Edição 2016** Márcio Barbosa, “*O Novo Estado Marcelista (1929-1974)*”; **26ª Edição 2017** Cláudia Ninhos, “*«Para que Marte não afugente as Musas». A Política Cultural Alemã em Portugal e o Intercâmbio Académico (1933-1945)*”; **27ª Edição 2018** Emanuel Cameira, “*A etc de Vítor Silva Tavares - narrativa histórico-sociológica*” **ex-aequo**; José Avelãs Nunes, “*A Arquitectura dos Sanatórios em Portugal: 1850-1970*” **ex-aequo**; **28ª Edição 2019** Patrícia Lucas, “*Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)*”; **29ª Edição 2020** Cátia Tuna, “*«Não sei se canto se rezo»: ambivalências culturais e religiosas do fado (1926-1945)*”; **30ª Edição 2021** Marina Galvanese, “*Os sentidos da emigração portuguesa: discursos, diplomas e políticas entre Portugal e Brasil (1835-1914)*”.



UMinho Editora



Universidade do Minho



Universidade do Minho
Conselho Cultural

ISBN 978-989-8974-83-9



9 789898 974839 >